



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

EDSÔNIA JADMA MARCELINO

**ADOLESCENTES EM LONDRINA:
HISTÓRIA DE RUA E HISTÓRIA DE VIDA**

Londrina
2006

EDSÔNIA JADMA MARCELINO

**ADOLESCENTES EM LONDRINA:
HISTÓRIA DE RUA E HISTÓRIA DE VIDA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação, em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Luiza
Amaral Rizotti

Londrina
2006

EDSÔNIA JADMA MARCELINO

**ADOLESCENTES EM LONDRINA:
HISTÓRIA DE RUA E HISTÓRIA DE VIDA**

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Myrian Veras Baptista
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Maria Ângela Silveira Paulilo
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Maria Luiza Amaral Rizotti
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 06 de dezembro de 2006.

Dedico à Sra. Luzinete Macena dos Santos e ao Sr. José Marcelino Filho, meus pais, primeiras pessoas resilientes que conheci. Pessoas a quem amo muito, que me possibilitaram conhecer “novos mundos” e dar sentido à vida sobre as bases do cuidado, do afeto, do respeito e da liberdade. Vocês são luz em meu caminho! Obrigada pela presença constante em minha vida por sempre terem me encorajado a enfrentar os desafios diários. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

- A Deus, pela presença constante em minha vida. Esperança viva de que o Reino aconteça aqui na terra, com dignidade, justiça e liberdade na vida plena para todos.

- À Maria Eduarda, que, mesmo antes de seu nascimento, vivenciei comigo todas as etapas deste mestrado. Filha, você sempre me inspirou e foi motivo da minha perseverança.

- Ao Alexander, que, ao assumir integralmente a paternagem, contribuiu para que minhas ausências fossem menos sentidas pela nossa filha. Meu amor e gratidão, ao seu apoio, carinho, compreensão, sugestões, comentários, imprescindíveis a esta jornada.

- Ao Edson, meu irmão, à Janete e Alessandra, minhas cunhadas, ao Sr. Mauro, Sr^a Mercedes, meus sogros, ao Vinícius e Gustavo, meus sobrinhos. Obrigada pela presença, cuidado e apoio incondicional à minha determinação profissional.

- À minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria Luiza Rizotti Amaral, por ter aceito me orientar, por compartilhar comigo a sabedoria e por respeitar minhas limitações. Sempre fui admiradora da sua capacidade e competência profissional. Nestes anos de convívio, pude aprender com o seu companheirismo, solidariedade e amizade. Meu afetivo agradecimento.

- À Prof^a Dr^a Maria Ângela, a quem aprendi a conhecer e a estimar. Obrigada pela sua disponibilidade irrestrita em contribuir com esta dissertação. Suas considerações sempre foram pertinentes, inquietantes e estimulantes, alimentando o desejo pelo conhecimento. Obrigada por ter, gentil e afetivamente, acolhido minhas angústias e incertezas.

- À Profª Drª Myrian Veras Baptista que prontamente aceitou o convite em compôr a banca. É um prazer e privilégio poder contar com seu conhecimento na análise deste trabalho, o que tornará esta dissertação mais rica.

- À Edina Mariane Rocha, pela disponibilidade incondicional em contribuir com este estudo. Admiro sua luta em prol da causa das crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas. Você é uma referência significativa na minha formação profissional. Obrigada pela sua amizade.

- Aos jovens sujeitos da pesquisa, pela amabilidade ao me receber, ouvir e partilhar a vida comigo. Meu enorme carinho por vocês.

- A todas aquelas que provaram valer a pena acreditar nas pessoas com permanência nas ruas - Tio Gerson, Armando, Adriana, Márcia, Lourdinha, Marta, Padre, Edina, tio Paçüera, e tantos outros; Nestas pessoas-referência sintam-se contemplados todos aqueles que acreditaram no potencial e capacidade das crianças e adolescentes do Abrigo municipal no período de 1993.

- À Marcia Helena de Carvalho Lopes, a quem admiro, pois com sua história tem demonstrado que é possível fazer justiça e lutar para que as pessoas tenham seus direitos respeitados enquanto cidadãs. Seu papel como gestora da política municipal de Assistência Social em Londrina contribuiu para alterar o rumo da história na perspectiva da inclusão, do respeito e da dignidade às pessoas em condição de vulnerabilidade social. Meu afetivo agradecimento.

- À minha turma de mestrado, lembrada nas pessoas de Sandra Cordeiro, Cristina Coelho, Daniela, Márcio Antunes e Denise, agradeço pelo companherismo, solidariedade e amizade neste tempo que passamos juntos.

- Aos meus amigos do CEBI Cida, Claudia, Diva, Cristina, Marisa; aos amigos de caminhada, Nívia, Gisele, Sandra Nishimura, Américo, Teone, Cláudio, Cirlene, Nena, Mara, Ivo, Dirceu, Sandra Coelho, Sandra Bianconi, Karina, Wellton. Vocês são especiais em minha vida. Obrigada pela afetividade partilhada comigo durante este processo de desenvolvimento profissional, estimulando,

ouvindo, acolhendo minhas ansiedades, continuem assim. A presença de vocês é fundamental na minha vida.

- Aos colegas de trabalho que são muitos, por isso não citarei nomes. Agradeço o aprendizado profissional adquirido na convivência com vocês.

- A todos, enfim, que, direta e indiretamente, contribuíram para o resultado que hoje apresento.

MARCELINO, Edsônia Jadma. **Adolescentes em Londrina**: história de rua e história de vida. 2006. 255 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

RESUMO

A adolescência é caracterizada como uma fase do desenvolvimento na qual as descobertas são vividas com grande intensidade e o sentimento de pertencimento é um referencial na busca de sentido para a vida. A dinâmica vivenciada dentro do modo capitalista de produção expõe as pessoas a exclusões perversas, marcando significativamente a infância e adolescência. Nesta realidade, a criança e o adolescente, por necessitarem identificar espaços que lhe possam dar o sentido de pertencimento e acolhimento, encontram a rua como uma oportunidade para expressão de seus desejos e necessidades. O presente estudo buscou conhecer os fatores que favoreceram crianças e adolescentes a superarem a condição de vulnerabilidade nas ruas, tendo como referência a implantação do primeiro serviço público de atendimento a esse público em 1993, na cidade de Londrina - Pr. O referencial teórico enfatizou a trajetória da construção dos direitos e a política de Estado desenvolvida para a infância e adolescência no Brasil a partir de 1970, em especial para aquelas em condição de vulnerabilidade nas ruas. A adolescência foi estudada, compreendendo-a como fase da vida de transição da heteronomia para a autonomia, associando-a à vulnerabilidade e resiliência como fatores de risco e proteção. Abordou-se, também, o contexto da política pública desenvolvida em Londrina em 1993, que teve como marco a instituição da Secretaria Municipal de Assistência social como órgão responsável pela implantação do primeiro serviço governamental destinado a este público. A pesquisa de campo buscou identificar, a partir do olhar daqueles que vivenciaram as mais diversas adversidades nas ruas, os fatores positivos que favoreceram a decisão por um outro modo de vida. Seus resultados apontaram para a importância de se considerar os vínculos pessoais e sociais, a valorização das capacidades e potencialidades, o sentido para a vida e o desejo de vida digna. Os resultados desta pesquisa podem instruir formuladores e executores de políticas no campo da proteção à criança e ao adolescente, valorizando os aspectos apontados como essenciais por estes sujeitos, destacando-se as pessoas de referências que passaram por suas vidas e desenvolveram um importante papel, especialmente os educadores do Abrigo municipal.

Palavras Chave: Adolescência. Rua. Proteção social. Vulnerabilidade. Resiliência.

Marcelino, Edsônia Jadma. **Adolescents in Londrina: a street story and a story of life**. 2006. 255 f. Dissertation (Master's Degree in Social Services) – Londrina State University, Londrina. 2006.

ABSTRACT

Adolescence is marked by a developmental phase in which discoveries are intensively lived and the feeling of belonging is a reference in the search for the meaning of life. The dynamics lived within the capitalist production mode exposes people to perverse exclusions. This significantly marks childhood and adolescence. Within this reality, the child and the adolescent find the streets as an opportunity to express their desires and needs because they need to identify spaces that may provide them with the feeling of belonging and being welcome. The present study aimed at uncovering the factors that favor children and adolescents in overcoming the condition of vulnerability on the streets, having as a reference the implementation of the first public service attending on this clientele. This first public service was established in 1993 in Londrina -PR. The theoretical reference emphasized the trajectory of the construction of rights and the state politics developed for childhood and adolescence in Brazil starting in 1970 mainly for those in vulnerable condition on the streets. Adolescence was studied bearing in mind that it is the transition phase in life between heteronomy and autonomy, associating it to vulnerability and resilience as risk and protection factors. The context of the public policies developed in Londrina in 1993 was also approached, and it had the foundation of the Social Assistance Municipal Secretary Institution as a landmark. This institution was the first government service intended for this public. The field research attempted to identify the positive factors through the eyes of those who experienced several misfortunes on the streets. These positive factors pointed in favor of the decision for a different lifestyle. Its results pointed to the importance of considering the bonds between people and society, the worthiness of the capabilities and potentialities, the meaning of life and the desire for a dignified life. These research results can instruct the policy makers and performers in the area of protection to children and adolescents, adding value to the aspects regarded as essential by these subjects, emphasizing people of reference who spent their lives and developed an important role, mainly the Municipal Shelter educators.

Keywords: Adolescence. Street. Vulnerability. Social protection. Resilience.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO 1 - ASPECTOS SÓCIO - HISTÓRICOS DA ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX	18
2.1 POLÍTICA DE ATENÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE NOS ANOS 70 - AUGE DA DITADURA MILITAR.....	20
2.2 OS ANOS 80 - A ATENÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO	28
2.3 A ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX - AS POLÍTICAS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO.....	39
3 CAPÍTULO 2 - ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA	60
3.1 ADOLESCÊNCIA.....	60
3.2 VULNERABILIDADE.....	77
3.3 RESILIÊNCIA	85
3.4 NECESSIDADE DE ESTABELECIMENTO DE VÍNCULOS.....	94
3.4.1 O cultivo da rede das relações	95
3.5 O DESEJO DE UMA VIDA DIGNA - A BUSCA DE ALTERNATIVAS ÀS ADVERSIDADES	98
3.5.1 A família como vítima do contexto da desproteção	100
3.5.2 O reconhecimento das capacidades e potencialidades.....	101
3.5.3 A importância da renda, mas principalmente do emprego	104
4 CAPÍTULO 3 - (RE)CONSTRUÇÃO DAS CAPACIDADES QUE SUPERAM A VIDA NAS RUAS	107
4.1 O CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE LONDRINA PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE....	107
4.1.1 Estruturação dos serviços governamentais e não governamentais	120
4.2 A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NAS RUAS SOBRE O OLHAR DE QUEM VIVEU A HISTÓRIA	122
4.3 AS HISTÓRIAS DE VIDA.....	123
4.3.1 A história de Jonas.....	123
4.3.2 A história de Judite.....	143

4.3.3 A história de Débora.....	157
4.3.4 A história de Éster.....	175
4.3.5 A história de Rute.....	206
4.4 As primeiras aproximações a partir da história dos adolescentes.....	220
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
REFERÊNCIAS.....	238
ANEXOS.....	252
ANEXO A - ROTEIRO PESQUISA DE CAMPO.....	253
ANEXO B - Termo de Consentimento Informado.....	254

1 INTRODUÇÃO

Da mesma forma que o mundo vem se transformando em velocidade acelerada, a infância e a juventude transformam-se em busca de suas necessidades e da construção de suas identidades.

A dinâmica vivenciada pela sociedade em face a um contexto de globalização econômica e cultural e de exclusões perversas tem colocado as crianças e adolescentes diante de realidades muito distintas. São muito diferenciadas as formas de acesso a bens e serviços, alguns poucos têm acesso a tudo, outros alcançam um acesso limitado e outros conseguem acessar apenas o suficiente para a sobrevivência, uma vez que se encontram segregados pela pobreza. Isso gera formas diferenciadas de ver, de viver, de conviver, de consumir e, sobretudo, de ocupar no mundo o lugar de cidadão que a todos cabe.

A história de proteção aos direitos da criança e do adolescente é recente na humanidade. No Brasil, legislações como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 incorporaram o que havia de melhor nas normas internacionais visando ao reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Pressupõe-se que a existência de direitos positivados leve à definição de políticas que permitam a diferenciação necessária, atendendo a cada um conforme sua necessidade e especificidade.

O presente trabalho trata da análise das condições objetivas e subjetivas que marcaram a trajetória de permanência e superação dos adolescentes em condição de rua.

A avaliação foi realizada sob a ótica dos adolescentes que participaram do projeto Casa Abrigo na cidade de Londrina-Pr, em 1993. Esses adolescentes sofriam, nas ruas, violências que iam desde a perda de direitos ao convívio familiar, passavam pelo assédio do mundo do tráfico e agressões físicas de autoridades policiais e outros grupos até a expulsão da rede de políticas sociais básicas.

A pesquisa teve como objeto as condições que levaram os adolescentes à vida na rua e aquelas que determinaram sua participação no projeto que contribuiu significativamente para a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas e para a reconstrução de suas vidas juntos às famílias.

Constituíram-se, portanto, objetivos deste estudo compreender a

trajetória de vida a partir da perspectiva daqueles que resistiram e a (re)construíram e analisar os fatores positivos que contribuíram para a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas. Espera-se, desse modo, contribuir para o aprimoramento do sistema de cuidado e proteção às crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas.

A pesquisa teve abordagem qualitativa, utilizando-se a história de vida tópica por compreender que, nesta, o narrador é quem interpreta e apresenta os sentidos e os significados do real vivido e do imaginário construído em seu cotidiano.

Segundo Paulilo (1999), a vida olhada de forma retrospectiva permite uma visão total de seu conjunto e, no tempo presente, temos a possibilidade de uma compreensão mais aprofundada do momento passado.

Foi também utilizada a pesquisa documental baseada no material produzido na gestão do governo municipal de 1993 a 1997, que apresenta informações substanciais do atendimento à população infanto-juvenil em condição de vulnerabilidade social nas ruas, e na produção jornalística publicada naquele período, que demonstrava a relevância da questão no período estudado.

A pesquisa de campo teve como universo inicial trinta e nove crianças e adolescentes que tinham a rua como espaço de moradia, tendo sido eles os primeiros a serem atendidos na implantação do serviço municipal direcionado a este público.

Essas pessoas foram identificadas através de documentos de registro oficiais e da contribuição da agente pública que atuava, na época, como militante na defesa dos direitos de crianças que permaneciam em condição de vulnerabilidade nas ruas e que, posteriormente, coordenou o serviço público que os atendeu. Contribuíram, ainda, duas pessoas que vivenciaram a experiência de rua naquele período. A intenção, nesta etapa, foi garantir maior precisão quanto à exatidão do público que envolvia o universo desta pesquisa.

A segunda etapa consistiu em delinear quais seriam os sujeitos a serem entrevistados. Constatou-se que, dos trinta e nove jovens que participaram do projeto, cinco faleceram, dezoito encontram-se envolvidos em atos infracionais e/ou dependentes do consumo de substâncias psico-ativas, oito apresentam outras situações como doença mental, desaparecimento, residência em outras localidades fora do município de Londrina.

Este processo de delimitação do universo permitiu identificar oito pessoas, dos trinta e nove, com potencial para participar desta pesquisa. Estes sujeitos apresentavam as seguintes condições: encontraram outro modo de viver alternativo à permanência na rua há mais de seis anos, possuíam residência fixa no município de Londrina, viviam em abstenção do consumo de substâncias psicoativas, e permaneceram por período superior a um ano no serviço municipal de abrigo.

Todos foram contatados e cinco deles aceitaram participar da pesquisa.

Trata-se de sujeitos marcados por uma trajetória de privação relacionada à sobrevivência, afeto, cuidado e proteção que, na busca de satisfação de suas necessidades e de construção de suas identidades, procuraram localizar espaços e pessoas que os apoiassem na busca de significado e sentido à vida.

Foram realizadas cinco entrevistas, previamente agendadas em locais que favorecessem os entrevistados, realizadas no local de trabalho ou residência. O primeiro contato foi por meio de telefone, quando foram apresentados os objetivos da pesquisa. No momento da entrevista, retomava-se sua finalidade e apresentavam-se os procedimentos. Foi elaborado um termo de compromisso para que o entrevistado tivesse segurança quanto à confidencialidade, destinação e utilização das informações fornecidas. Foram também informados quanto ao direito de interrupção da entrevista a qualquer momento, caso julgassem conveniente, sendo reservado ao entrevistado o direito de responder apenas o que aceitasse ser revelado. As perguntas partiram de um roteiro previamente elaborado, de modo a reconhecer os aspectos mais relevantes para a discussão dos fatores que influenciaram positivamente na trajetória de vida dos adolescentes na superação da condição de vulnerabilidade nas ruas. Todos os nomes utilizados no estudo são fictícios.

Após as primeiras entrevistas, o roteiro foi reelaborado visando garantir que os objetivos da pesquisa fossem melhor alcançados.

Inicialmente, houve a preocupação quanto ao fato de todos já me conhecerem, o que poderia interferir na exposição de algumas particularidades de suas vidas. Contrariamente ao esperado, o conhecimento prévio dos sujeitos permitiu que o momento da entrevista fluísse com naturalidade, descontração e tranquilidade. O trabalho de coleta de informações ocorreu no período de maio a

agosto de 2005.

Os eixos adotados nesta pesquisa foram: a percepção de si; as relações familiares; fatores que favoreceram a vida na rua; o significado da rua na vida desses sujeitos; aspectos e motivações que favoreceram e afirmaram um outro modo de vida fora das ruas; fatores que favoreceram a permanência no Abrigo; a importância do Abrigo; aspectos que motivaram o retorno às ruas; as perspectivas para o futuro. Acrescentam-se ainda, alguns dos eixos trazidos pelos próprios jovens como liberdade, consumo de drogas; cuidado, proteção, vínculo e pertencimento; pessoas-referência, vida digna.

Desse modo, tivemos a preocupação de buscar transmitir, em nosso relato, todos os sentimentos e emoções dos jovens que participaram desta pesquisa. Cada história de vida é única e singular, o que as torna histórias fascinantes pela riqueza de cada vivência, pela beleza expressa pelos sentidos e emoções e pelos significados que dão à existência.

(...) o que interessa quando trabalhamos com história de vida é a narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende seja sua, a vida assim narrada. (BOSI, 1994 apud PAULILO, 1999).

A partir da ótica dos sujeitos, com suas experiências e visão de mundo, de suas histórias de vida e suas trajetórias, foi possível recolher dos jovens uma fala espontânea, coerente e lógica.

Na análise realizada procurou-se interpretar o contido em cada história, fatos, acontecimentos, resultados, dificuldades constitutivas do real. Assim, a partir do resultado obtido dos dados analisados, tornou-se também possível tecer considerações para o aprimoramento do sistema de cuidado e proteção às crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas.

A análise realizada permitiu, ainda, estabelecer correspondência entre as condições subjetivas, as condições sociais objetivas das pessoas entrevistadas e as experiências vividas relacionadas ao serviço de proteção, em especial, o serviço de Abrigo.

O referencial teórico foi construído com enfoque na construção da proteção social às crianças e adolescentes no Brasil e na tríade adolescência, vulnerabilidade e resiliência.

Desse modo, considerou-se importante estudar a construção dos direitos sob a ótica da política de atendimento como processo histórico, fruto de determinadas opções e intenções adotadas pelo Estado e sociedade, a partir da perspectiva de que a desigualdade não deve ser limitada à questão da renda, mas sim, compreendida em dimensões mais amplas, estendidas as outras variáveis além da pobreza. A proteção social desenvolvida, as legislações dirigidas ao público infanto-juvenil e as opções econômicas e políticas assumidas pelos governantes repercutem diretamente na vida das crianças, adolescentes e suas famílias.

Os avanços no campo dos direitos sociais se consolidarão para as crianças e adolescentes, mesmo que expressos em leis, somente por meio de políticas sociais que derem concretude e garantia a tais direitos.

No primeiro capítulo, buscou-se localizar, a partir da década de 70, os principais aspectos da trajetória da política de atenção desenvolvida junto à criança e adolescente em condição de vulnerabilidade social, especialmente àqueles em condição de rua, tanto no que concerne à intervenção do Estado no desenvolvimento de ações dirigidas a esse público, como no que se refere à ótica de segmentos organizados da sociedade civil organizada na defesa dos direitos da população infanto-juvenil. Foram identificadas as diferentes proposições presentes na formulação e reformulação da política de atendimento executada pelo Estado, pautada, na maioria das vezes, numa cultura clientelista, correcional-repressiva ou ainda privativa. Após percorrer essa trajetória sócio-histórica, faz necessário compreender o que envolve ser adolescente. É sabido que a adolescência apresenta certas especificidades que lhe são peculiares, mas não exclusivas. Esta fase da vida é produto de um conjunto de dinamismos histórico-sociais e, desse modo, considera-se essencial o seu conhecimento.

Desse modo, o segundo capítulo apresenta as especificidades que caracterizam a adolescência, período carregado de significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidades e de fragilidades, fatores que a distinguem e a diferenciam das demais fases do desenvolvimento humano. Nesta fase, a vida dos entrevistados foi marcada por uma trajetória de privação relacionada à sobrevivência, ao afeto, ao cuidado e à proteção e, na busca das suas necessidades e construção de suas identidades, procuraram localizar espaços e pessoas que dessem significado e sentido à vida. A rua é um desses espaços, que passou a ser referência e no qual experienciaram determinados modos de viver.

Este capítulo mostra, ainda, os vários fatores que interagem e interferem na construção da identidade na adolescência.

Neste enfoque, tornou-se pertinente tratar, ainda no segundo capítulo, da vulnerabilidade e da resiliência, por se constituírem conceitos relacionados a fatores de risco e de proteção, com potencial para intensificar a influência de tais aspectos na vida das pessoas.

A vulnerabilidade pode levar à fragilização e ruptura dos vínculos provocando nas pessoas inseguranças e instabilidade, o que, na adolescência, configura-se como uma ameaça ao desenvolvimento de perspectivas futuras, que correspondam às suas expectativas e necessidades. A resiliência aponta uma condição interna de busca de estabilidade no manejo com tais adversidades presentes no cotidiano das pessoas.

No terceiro capítulo enfatiza-se a trajetória histórica da Assistência Social no município de Londrina, que mostra, até 1992, os mesmos conflitos e contradições identificados no cenário nacional. Em 1993 inaugura-se um marco no atendimento à criança e adolescente na execução de ações alternativas para implementação da política de atendimento a este segmento. Neste ano, é criado o primeiro serviço público municipal para atendimento a crianças e adolescentes em condição de rua, que tem como uma de suas diretrizes a recuperação de direitos violados, dentro de uma perspectiva que respeite sua condição de cidadão e favoreça a construção de um projeto de vida.

No município de Londrina, após as eleições de 1993, iniciou-se um novo momento político e social na história da cidade, na medida em que chegou ao governo uma nova administração. Pode-se dizer que ocorreu uma ruptura com os velhos padrões de gerir a administração municipal, a partir da introdução de uma perspectiva diferenciada de governar, principalmente no campo social, com a estruturação do órgão responsável pela política pública municipal de Assistência Social.

Nesse período, os problemas com os quais o governo municipal se deparou foram de grandes proporções, dada à situação de pobreza e ausência de serviços para atendimento às pessoas em situação de risco e vulnerabilidade. O quadro existente naquele momento não se diferenciava do que ocorria no país, diante da precariedade e ausência de prioridade de investimentos na área social.

O terceiro capítulo apresenta, ainda, a história de vida daqueles que

são os protagonistas desse cenário, entendendo que a singularidade do sujeito não está desvinculada de sua história. Na análise da história de vida destes sujeitos, buscamos identificar os fatores que influenciaram suas trajetórias de vida e favoreceram a superação da vulnerabilidade nas ruas.

Na sociedade contemporânea, marcada pela desigualdade, extremos de privação, ausência de oportunidades e marginalização social, às vezes, torna-se difícil perceber e compreender o quanto as intervenções realizadas contribuem para mudanças significativas da realidade existente, principalmente no que tange aos efeitos das ações das políticas públicas.

Segundo Martins (2002), os problemas sociais vivenciados pelas pessoas as marcam profundamente, deixando, por vezes, seqüelas que podem se perpetuar no decorrer de uma geração e, por isso, exigem daqueles que se inquietam com a ocorrência deles a busca do seu desvendamento por inteiro, num agir consciente, visando à sua superação.

Pela experiência profissional, constatou-se que a Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Londrina, especialmente após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, tem avançado no sentido da consolidação de direitos e criação de serviços que respondam às necessidades decorrentes do agravamento das questões sociais contemporâneas. O fato de ter acompanhado este processo, a princípio na condição de estagiária do curso de Serviço Social/UEL e, posteriormente, como profissional da instituição, na área de atenção à criança e ao adolescente, como técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e como conselheira dos direitos da criança e do adolescente, motivou-nos a estudá-lo com maior profundidade.

Conforme coloca Castel, é necessário buscar conhecer e analisar mais de perto essas circunstâncias “sociais e individuais” que implicam na superação da condição de vulnerabilidade nas ruas, compreendendo ser este um drama da miséria, mas, também, da dessocialização. (CASTEL, 2003, 133).

A criação de espaço público para atendimento a crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas configura-se como um dos fatores que favorecem o restabelecimento dos direitos da criança e do adolescente.

No entanto, questionamos qual é o grau de efetividade que os serviços de proteção social dirigidos à população em condição vulnerabilidade nas ruas conseguem atingir, entendendo que tais pessoas se deparam com uma gama

de circunstâncias adversas que, muitas vezes, dificultam seu acesso e inserção nos serviços de atendimento existentes.

Essas circunstâncias e vicissitudes privam os cidadãos do básico para viver com dignidade, determinando a existência de uma linha tênue de condicionamentos e possibilidades. Instiga-nos estudar e conhecer o que de positivo foi construído no sentido de favorecer a vida daqueles que foram vítimas de tantas adversidades sociais.

Nesse sentido, compreende-se que a história de vida dos jovens participantes desta pesquisa, que foram atendidos pelo primeiro serviço municipal direcionado para crianças e adolescentes em condição de rua e que superaram a condição de permanência nesse espaço, contribuirá para o desvendamento da vida nas ruas. É olhar a partir dos sujeitos, apreender aquilo que Martins coloca com tanta propriedade: ver e compreender a partir da perspectiva dos que padecem, na dimensão reveladora do que é limite para quem está no limite (MARTINS, 2002, p.24).

Pretendemos, portanto, identificar a correspondência entre a condição de vulnerabilidade dos sujeitos pesquisados e a eficácia da intervenção institucional. Pretendemos, ainda, conhecer se os resultados atingidos pela ação institucional correspondem às expectativas e necessidades demandadas pelas pessoas participantes da pesquisa e, mais do que isso, compreender quais significados os sujeitos atribuem aos serviços de proteção ofertados pelo município, neste caso específico, o Serviço de Abrigo.

Tentar-se-á, portanto, evidenciar como, diante de situações tão adversas, esses sujeitos resistiram e persistiram na (re)construção de suas vidas fora das ruas.

O estudo realizado e a prática exercida demonstraram que, muitas vezes, a existência de casa, comida, escola e remédio não são suficientes para motivar a busca de uma outra maneira de viver. Há, ainda, a necessidade de aprimorar as ações das políticas de atendimento a fim de acelerar o processo de inclusão daqueles para os quais são muito tênues os limites entre o viver e o sobreviver.

Pretende-se, ao final, contribuir para uma discussão mais ampla, a partir da análise efetuada e da indicação de propostas mais adequadas ao cuidado e proteção a que têm direito as crianças e adolescentes.

2 CAPÍTULO 1 - ASPECTOS SÓCIO - HISTÓRICOS DA ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XX

Para compreender os fatores que favoreceram a superação da situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes vivendo nas ruas atendidos pelo primeiro Serviço de Abrigo Público do município de Londrina, considera-se necessário reportar à trajetória de assistência dirigida à infância no Brasil, fazendo um.

É nesta década que se agrava a crise econômica e se torna mais visível o contingente de crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres que desenvolviam, nas ruas, estratégias de sobrevivência, demandando a intervenção do Estado a este fenômeno. No fim dos anos de 1970, ocorrem as primeiras alterações da legislação em vigor com a instituição em 1979 do novo Código de Menores.

Historicamente, as políticas dirigidas à infância no Brasil nem sempre buscaram realizar a proteção a esse segmento da população. A história de construção e proteção aos direitos da criança e do adolescente no país traz marcas de autoritarismo, de luta e interesses.

A infância e adolescência, dentro do sistema político-econômico predominante, ao invés de ser vista e tratada como prioridade pela condição desfavorável em que muitas vezes se encontra, é duplamente punida por ser responsabilizada e culpabilizada ao aplicar às crianças e adolescentes medidas segregativas e assistencialistas.

Dentro dessa cultura tradicionalista, centralizadora e assistencialista, que tem como traço predominante a relação de poder e domínio, o controle social advindo do Estado exerce um papel de mantenedor da ordem e da moral. As propostas assistencialistas são reiteradamente impostas, de modo a compensar a ausência de uma política social efetiva, que assegure condições de dignidade e acessibilidade a todas as crianças e adolescentes.

De acordo com Rizzni e Pilotti (1995), neste processo, a prática de recolhimento e institucionalização de crianças favoreceu o estabelecimento de uma cultura de segregação do meio social, de confinamento e de contenção espacial e de controle do tempo, enfim a submissão à autoridade, sob a alegação da prevenção aos “desvios” e à reeducação.

Essa mesma autora acrescenta que, nessa perspectiva, a família em situação de vulnerabilidade social era tratada como incapaz de cuidar de seus filhos, cabendo a realização de violenta intervenção do Estado, tendo os juristas a autoridade de suspender, retirar e restituir o Pátrio Poder, sempre que julgasse uma família inadequada para uma criança, contando sobretudo com o respaldo das elites da época (RIZZINI; PILOTTI, 1995).

Diante desse quadro, ao olhar para o passado, para as intervenções praticada e seus efeitos, percebe-se a ressonância que tais atos e atitudes produziram no decorrer dos tempos. Os adjetivos pejorativos adotados expressam o modo como as crianças em situação de vulnerabilidade social eram vistas e classificadas: expostas - as menores de sete anos; abandonadas - as menores de 18 anos; vadias – o(a)s atuais menino(a)s de rua; mendigas - aquelas que pedem esmolas ou vendem coisas nas ruas; e libertinas - aquelas que freqüentam prostíbulos; menor -as crianças e adolescentes em situação irregular; e, ainda, trombadinha, infância perdida, entre outros (VALLADARES; ALVIM, 1988; SILVA, 2004; BRASIL, 1927).

Concordamos com Neto (1993, p. 11) ao afirmar que a questão da criança e do adolescente em situação de rua é resultante de um conjunto de causas históricas e estruturais fruto da relação entre o Estado e a Sociedade Civil, das políticas assistenciais, do tipo de desenvolvimento implementado, da atuação das igrejas, dos interesses dos grupos e classes dominantes.

Diante de tal compreensão, buscaremos identificar, nos aspectos sócio-históricos a influência da estrutura econômica e política na vida das crianças, adolescentes e suas famílias, pois os avanços relacionados aos direitos sociais das crianças e adolescentes se consolidam, depois de expressos em leis, através de políticas sociais que dão concretude a tais direitos.

A implantação e renovação destas políticas devem acontecer em num processo de sucessivas aproximações num contínuum de aprimoramentos. Conforme Baptista (2000),

(...) não existe um momento no qual se possa dizer que se tenha perfeitamente delineado e delimitado o objeto da intervenção: ele vai se construindo e reconstruindo permanentemente no decorrer de toda a ação planejada, em função de suas relações com o contexto que o produziu, sendo modificado e modificando-o permanentemente.(BAPTISTA, 2000. p.31)

Ao recorrer à trajetória dos acontecimentos relacionados à infância e adolescência a partir dos anos 70, temos a oportunidade de penetrar a realidade vivenciada, o que poderá oportunizar a (re)construção do significado de proteção para o alcance de novos patamares e para a concretização de novas políticas sociais dirigidas às crianças e adolescentes. A proteção à infância é muito mais do que a formulação de leis, diagnósticos e a execução de ações de atendimento que, mesmo compondo aspectos importantes dentro de um conjunto ordenado num sistema de proteção, tornam-se insuficientes para a concretização da devida proteção para o desenvolvimento integral da criança, se não houver o compromisso efetivo dos responsáveis e operadores da política, bem como recursos financeiros para a área. A existência do compromisso favorece a elaboração de respostas mais qualificadas, legítimas e com a máxima eficácia no âmbito da intervenção.

O que nos faz lembrar Bobbio (1992) ao afirmar que

A história tem apenas o sentido que nós, em cada ocasião concreta, de acordo com a oportunidade, com nossos desejos e nossas esperanças, atribuímos a ela. (BOBBIO, 1992, p. 64).

2.1 POLÍTICA DE ATENÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE NOS ANOS 70 - AUGE DA DITADURA MILITAR

Neste contexto, é importante situar que, nos anos 70, a população brasileira correspondia a 93.139.037 habitantes¹, sendo que 55% morava nas cidades e os bolsões de pobreza absoluta correspondiam a cerca de 40% da população.

O processo de desenvolvimento do país era utilizado pelos governantes para vender a idéia do “milagre econômico”, o que diminuía o impacto causado pelas medidas de segurança utilizadas pelo governo. Segundo Soares (2001), um dos resultados do sistema político e econômico vigente divulgado era o índice do PIB per capita que chegou a atingir 115%, embora em outros índices, considerados significativos, como longevidade e educação o desempenho foi baixo, aumentando apenas 33% e 15%, respectivamente, tendo, conseqüentemente, mais

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

de 90% dos municípios brasileiros situados no patamar do baixo desenvolvimento humano.

Na realidade, os dados e a história retratam que a busca de desenvolvimento econômico ficou bem distante do desenvolvimento social, confirmando que o crescimento econômico não gera, automaticamente, as condições para o desenvolvimento social.

Os sinais da crise econômica internacional são sentidos mais precisamente no Brasil, a partir de 1975, quando se acentua o processo de endividamento externo (SADER & GENTILI, 1999).

No tocante às políticas dirigidas à infância, elas ainda objetivavam o controle social, a partir da manutenção da ordem e da moral, impondo reiteradamente propostas assistencialistas. O governo militar, ao adotar medidas repressivas dirigidas às crianças e aos adolescentes pobres e marginalizados, materializava sua estrutura de poder e de controle.

Assim, essas crianças, intituladas como “menores”, eram tidas como problema de Segurança Nacional. Bazílio (1985) relata que “grupos de menores passam a colocar em risco a ordem pública estabelecida, participando, ostensivamente, em ações e crimes contra o patrimônio e homicídios”. (1985, p. 61-64), a única alternativa proposta era o enquadramento desses grupos a uma Política de Segurança Nacional.

Oriunda da Doutrina de Segurança Nacional, a Política Nacional de Segurança, cuja matriz brasileira foi a Escola Superior de Guerra, que, por sua vez, teve como matriz americana o National College War e o National Security Act, de 1947 (SILVA, 2004, p.294), concebia que, em primeiro, deveria vir a ordem, seguida pelo desenvolvimento e, posteriormente, em decorrência, a vigência dos direitos civis, políticos e sociais. (NETO, 1993, p. 73).

É, sob tais concepções que ocorre a criação da FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - criada pela Lei nº 4.5413 de 01/12/64, que incorpora o patrimônio e atribuições do SAM² – Serviço de Assistência a Menores - publicamente reconhecido como um fracasso político e técnico por não cumprir os propósitos para os quais foi instituído. A FUNABEM tinha a finalidade de organizar os serviços de assistência, sendo considerada o ápice de um processo de

² Decreto-Lei n. 3.799 de 5 de Novembro de 1941.

intervenção. Compreendia-se que caberia a instituições especializadas a “recuperação” e a formação de uma infância “moralizada”, e o Estado contribuiria para a formação de indivíduos úteis à sociedade e bons trabalhadores. (VALLADARES; ALVIM, 1988).

Segundo Silva, a criação de uma Fundação Nacional era um projeto idealizado desde a 1ª Semana de Estudos dos Problemas de Menores, patrocinado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (SILVA, 2004, p. 294).

Embora alguns autores defendam a intencionalidade do Estado na mudança quanto às ações dirigidas às crianças e adolescentes em situação de marginalidade e defendem também que a criação da FUNABEM tenha ocorrido independentemente do regime autoritário, “a idéia de um novo órgão para substituir o SAM já vinha sendo cogitada desde o final dos Anos 50”. (VALLADARES; ALVIM, 1988, p. 10).

É fato que a proposta de criação do órgão foi rejeitada na Câmara dos Deputados em 1961. Em 1964, após adolescentes moradores nos morros do Rio de Janeiro assassinarem o filho do então ministro da Justiça, Milton Campos, o presidente General Humberto Castelo Branco cria, por decreto, a Fundação, depois de procurado pelo então ministro e por um grupo de juristas. (SILVA, 2004, p. 294).

Percebe-se, portanto, que a criação do órgão moveu-se muito mais por uma circunstância imediata do que pelo reconhecimento da importância a ser destinada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, a FUNABEM apresenta, em termos de conteúdo, método, organização e decisão, uma gestão centralizadora e verticalizada. Suas ramificações estaduais, as FEBEM’s, reproduzem o enfoque correccional-repressivo, historicamente presente no âmbito da atenção à infância e juventude, atuando paralelamente a uma prática assistencialista.

Segundo os Anais da X Semana de Estudos do Problema do Menor (1971), o presidente da FUNABEM, Mário Altefender, argumenta a favor de uma nova política que tenha como base a execução por um órgão federal, descartando qualquer possibilidade de descentralização político-administrativa para os âmbitos locais e, assim, desconsiderando a complexidade e especificidade de cada região (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE São Paulo, 1971).

Nesse contexto, a percepção quanto à problemática do “menor” ganha relevância na Doutrina de Segurança Nacional, como um problema de ordem

estratégica, transitando da competência exclusiva do judiciário para a esfera de competência do executivo.

Segundo Batista (1998), o sistema de atendimento da FUNABEM obedecia às diretrizes políticas direcionadas para o atendimento de crianças e adolescentes compreendidos como “carentes” e/ou “infratores” de acordo com a lógica de penalização da pobreza, operada através da articulação entre criminalidade e carência.

Acrescentam Rizzini; Pilotti (1995) que as diretrizes da FUNABEM e o próprio Plano de Integração do Menor e da Família na Comunidade – PLIMEC - embora tivessem a finalidade de instituir uma nova forma de intervenção, reproduziram o mesmo sistema de punição correcional, associados a denúncias de corrupção e arbitrariedade institucional.

Nessa compreensão, a “intenção pedagógica” baseava-se na estigmatização e culpabilização da criança pela sua condição econômica e social, o que retratava a visão da situação como judicial e não social.

Aplicava-se uma restrição à liberdade, uma privação de liberdade como típica forma de punir, mas, eufemisticamente, dizia-se não estar punindo e, sim, protegendo (SEDA, 2005). Pode-se, então, dizer, que as crianças e adolescentes, usuários de tal sistema de atendimento, encontravam-se como se estivessem sentenciados.

Não se constata preocupação alguma com a fase de desenvolvimento em que se encontravam as crianças e adolescentes, na definição de propostas alternativas que considerassem habilidades, capacidades, aptidões e interesses, além das especificidades que caracterizam as diferentes regiões do país. Havia uma definição de âmbito nacional e sua reprodução ou operacionalização nos âmbitos locais. As particularidades demandadas por crianças e adolescentes em situação de risco eram interpretadas como uma questão de ordem individual, sem a associação com o contexto mais amplo da estrutura e conjuntura do momento.

Cabe, ainda, salientar que, durante o regime militar, o sistema educacional brasileiro foi afetado pela Doutrina da Segurança Nacional, na introdução do currículo de conteúdos que reforçavam o patriotismo e nacionalismo e, na FUNABEM, por sua vez, a educação das crianças e adolescentes sob a tutela de seu sistema era realizada segundo os preceitos do militarismo, dando-se ênfase à segurança, à disciplina e à obediência. (SILVA, 2004, p. 295).

Em meados dos anos 70, assiste-se a um aumento significativo de crianças e adolescentes nas ruas buscando espaço, produção de renda e moradia. É neste período que se disseminaram os termos pejorativos como “pivetes” e “trombadinhas”, associando-se a presença de crianças e adolescentes na rua com a criminalidade. A imprensa, por sua vez, age denunciando o problema e os juízes, defendendo veemente o recolhimento em instituições especializadas. (VALLADARES; ALVIM, 1988, p. 10).

As estimativas apresentadas na época não conseguiram mensurar a dimensão da realidade de “menores abandonados” e delinqüentes”. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 1975, 10 mil menores passaram pela Delegacia de Menores; já em São Paulo, em 1986, a Secretaria de Justiça registrou, em todo o Estado, 28.519 processos de menores abandonados e infratores, sendo 15.942 casos na Capital. (VALLADARES; ALVIM, 1988, p. 10-11).

Outros dados baseados em indicadores sócio-econômicos apontam o número de 25 milhões de menores carentes e abandonados. (QUEIROZ, 1984, p. 51). Já Alves informa que, em 1975, havia 13.508 menores carentes e 1.908.570 abandonados. (ALVES, 1984, p. 335).

Embora os números não coincidam, a constatação da existência dessa problemática fica evidente, decorrente da situação crescente de penúria que vivencia grande parcela da população, bem como o crescimento e a complexidade da problemática, o que exige novas medidas, além do confinamento, pois essa alternativa além de insuficiente, torna-se inviável para o Estado.

O Censo Demográfico de 1970 e da PNAD de 1977 associa o aumento do trabalho infantil como um reflexo das transformações sociais e econômicas ocorridas na última década. Interpretado como uma forma de aumentar a renda familiar, o trabalho infantil é visto como tendo uma grave conseqüência: a de dificultar a escolarização e profissionalização dos jovens (VALLADARES; ALVIM, 1988, p. 20).

A partir de tais colocações, constata-se que o trabalho para a criança, além de incorporar um valor econômico, carrega um aspecto cultural, advindo do fato da família também ser transmissora da ideologia do trabalho.

Alves (1984) apresenta dados colhidos de estatísticas governamentais que confirmam que 70% da população do Brasil tem consumo diário de calorias inferior ao considerado necessário ao desenvolvimento humano. “A fome

e a subnutrição, segundo o IBGE, são responsáveis por 40% dos óbitos infantis no país.” A taxa de mortalidade infantil, no período, foi em média, de 87,3 de cada 1.000 nascidos vivos, sendo que, em regiões como o Nordeste, essa proporção subiu para 130 por 1.000. Como média de expectativa de vida, os dados forneciam a idade de 62 anos e, para as áreas mais pobres, de 49 anos. (NETO, 1993, p.74; ALVES, 1984, p. 293).

Dados também apresentados por entidades como a CNBB, a OAB e a Anistia Internacional, que retratavam um quadro dramático de miserabilidade dentro do país, caracterizado pelo abandono de milhares de crianças, prisões de centenas de trabalhadores, invasões domiciliares, entre outras agressões aos direitos de cidadania. (NETO, 1993, p.73).

Em face deste contexto, outras instituições se pronunciaram, como a Pastoral do Menor, MNMMR, Movimento Sem-Terra, os partidos políticos e os Movimentos de Moradia. Todas essas e outras forças sociais reivindicaram os direitos de cidadania, luta que teve como momento apoteótico marcante o “movimento pelas Diretas Já”.

O ano de 1978 traz o ressurgimento explosivo das associações e movimentos sociais de bairro que lutam por acesso a bens e serviços coletivos. E, segundo Werneck Vianna (1983), também é o ano em que retorna o movimento operário com as greves no ABC paulista.

A própria Igreja Católica se envolve com a situação de vida das crianças e adolescentes e cria projetos e serviços de atendimento alternativo às instituições estaduais existentes. A instituição da Pastoral do Menor ocorre em 1978, em São Paulo, momento em que a Arquidiocese de São Paulo solicita ao CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - uma pesquisa “sobre crianças e jovens que vivem nas ruas da capital paulista”, período em que se engaja nos programas oficiais existentes” (VALLADARES; ALVIM, 1988, p. 10).

A Pastoral do Menor teve um papel preponderante na defesa do direito à vida com dignidade para as crianças e adolescentes em situação de pobreza e marginalidade na sociedade brasileira. Neste sentido, promoveu debates e pesquisas sobre esta realidade, apontando números exorbitantes de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas ou que teriam cometido atos infracionais.

Os juristas, deparando-se com tamanha complexidade,

encomendaram pesquisas para conhecer a situação social do “menor marginalizado”, buscando subsidiar as suas ações junto aos Juizados de Menores. Pesquisas realizadas tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo representam “os primeiros estudos sistemáticos que se conhece sobre a problemática da infância, marcando de certa forma, a entrada das ciências sociais no tratamento do tema”. (VALLADARES; ALVIM, 1988, p. 10). Havia, também, uma tendência de associação do aumento da criminalidade infanto-juvenil com a pobreza no Brasil.

Nesta maneira de pensar, a associação das causas e conseqüências é, muitas vezes, empírica, sem a existência de análise mais aprofundada, envolvendo outras categorias de análise como a questão política e econômica. A família seria um dos principais alvos de culpabilização da situação de marginalidade real ou em potencial de seus filhos.

Segundo Passeti, a FUNABEM explicava que os “desajustes sociais” apresentados pelas crianças e adolescentes eram decorrentes da falta de afeto e amor na família, sendo que a implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor - destacou que um dos três aspectos considerados relevantes era a importância de se trabalhar as necessidades afetivas em função da ausência de vínculos familiares (PASSETTI, 1991, p. 158).

A complexidade da problemática, agravada pela ineficiência de políticas públicas, leva à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, pela Câmara dos Deputados, em 1976, intitulada “CPI do Menor”, que apresentou um documento resultado dos trabalhos realizados, denominado “A realidade Brasileira do Menor”. O documento retratava a própria falência do Código de Menores de 1927, que ainda vigia, por não dispor de “mecanismos eficazes para a resolução da questão” (VALLADARES; ALVIM, 1988, p. 11), e também favorecia uma maior visibilidade e publicidade à questão da criança e adolescente marginalizados fortalecendo a luta empreendida pelos atores envolvidos, que reclamavam a prioridade absoluta a ser destinada às crianças e adolescentes do país.

A CPI do Menor revela a existência, em 1976, de 13.542.508 menores em situação de carência - aqueles cujos pais ou responsáveis não possuíam condições para atender às suas necessidades básicas - e 1.909.570 abandonados – aqueles que não tinham pais ou responsáveis para o atendimento de suas necessidades básicas. Informa também que, em 1975, 11.812 delitos

havam sido praticados por menores, com maior incidência no Sudeste (44,17%) e no Nordeste (37,98%). E, ainda, afirmava existirem 25 milhões de menores carentes e abandonados. (VALLADARES; ALVIM, 1988, p. 11).

O documento resultante da CPI torna-se referência para os demais documentos posteriormente formulados e pesquisas realizadas, que tratavam sobre a questão, como diagnóstico da situação vivenciada por crianças e adolescentes naquele período.

Vários acontecimentos marcam o final da década: comemora-se o Ano Internacional da Criança em 1979, organiza-se o Movimento em Defesa do Menor, que age denunciando maus-tratos e violências sofridas pelas crianças em São Paulo, praticadas principalmente pela Polícia e a FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (JUNQUEIRA, 1986).

Em 10 de outubro de 1979, pela lei federal nº 6.697, é criado o novo Código de Menores, que vai legislar sobre a situação de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que se encontravam em situação irregular. Nesse Código, persiste, portanto, a idéia de segregação, servindo apenas de punição para a criança e adolescente pobre que comete atos infracionais, indo na contramão da perspectiva de garantia de direitos, da qual tratavam as legislações internacionais e debates nacionais de defesa de direitos humanos e especiais para a criança e o adolescente.

Com a nova legislação, esperava-se atuar sobre os chamados efeitos da ausência de políticas públicas, atribuindo ao Estado a tutela sobre o órfão, o abandonado. Rotulam-se os pais como ausentes e, assim, tornam disponíveis os seus direitos de pátrio poder³. Legislava-se sobre aqueles que se encontravam à margem da sociedade, principalmente os pobres.

Pode-se dizer que a atenção dada à infância até então não se configurava como uma proposta politicamente viável de distribuição de renda, saúde e educação.

Embora em vários cantos do mundo já se discutisse a necessidade de promover os direitos da criança e do adolescente, no Brasil, optou-se por uma legislação que desconsiderava estes sujeitos como portadores de direitos, continuando a tratá-los de forma discriminada, classificando-os pela situação irregular em que se encontravam. Esse Código desconsiderou os instrumentos

³ No novo Código Civil (2002) altera para poder familiar.

(normativas, documentos, pactos e declarações) já existentes de proteção aos direitos humanos e, especialmente, àqueles destinados às crianças e adolescentes. Para que se possa visualizar a referência dos instrumentos já existentes na história de proteção aos direitos humanos e específicos da criança e do adolescente, pode-se citar os princípios da Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, de 1924, como os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, de 1948, e o Pacto de San José da Costa Rica, de 1969, que obrigou os países signatários a adotarem, em seu direito interno, os princípios da Convenção, figurando ali a proteção à família e aos direitos da criança, embora, no Brasil, a ratificação tenha ocorrido apenas em 25 de setembro de 1992. A própria Declaração sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU em 20 de novembro de 1959, também foi ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. Por sua vez, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos de 1966, são ratificados no Brasil somente em 1992. Assim, fica evidente que a existência de tais instrumentos não teve qualquer influência significativa na redação do referido Código de Menores.

Dessa forma, as ações e práticas desenvolvidas nem de longe se aproximavam de uma perspectiva de apresentar resposta para a situação da população infanto-juvenil em situação de risco nas ruas, tida como perigosa e ameaçadora. A determinação vigente de integração à ordem estabelecida não dava conta de integrar aquelas crianças que se encontravam à margem da sociedade e dos benefícios.

2.2 OS ANOS 80 - A ATENÇÃO À INFÂNCIA E JUVENTUDE NO CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

No Brasil, a década de 80 apresenta a busca de ruptura com a ditadura, crises de governo e governabilidade e a explosiva manifestação da sociedade civil organizada que reivindica direitos de cidadania e participação na tomada de decisões.

Neste período, a população estimada era de 109.002.706 pessoas,

sendo que, em 1981, somavam-se 58.286.961 pessoas abaixo de 19 anos, ou seja, mais da metade da população era extremamente jovem. Segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social, Dentre estes, 55% encontravam-se em situação de pobreza.⁴

Esses dados refletem a conjuntura e estrutura existentes, resultado de crises política, econômica, entre outras. Pode-se dizer que o momento era de mudança e de resistência, pela passagem do regime autoritário ao democrático, em que o velho regime político não podia mais se reproduzir e o novo regime não tinha suas formas totalmente definidas. Vivencia-se um processo de liberalização do controle exercido pelo Estado sobre a sociedade, principalmente sobre as organizações populares, que reconquistam os direitos de expressão, de greve, de voto, de organização e outros. O endividamento interno e externo se avoluma, o Estado se desestabiliza, perdendo o controle da moeda e de suas finanças, conseqüentemente reduz os gastos com investimentos públicos, permanecendo estagnado em políticas de desenvolvimento.

Segundo Soares (2001) citando Fiori, o país passa por um processo circular e crônico de instabilização macroeconômica e política: instabilidade da moeda; instabilidade do crescimento; instabilidade na condução das políticas públicas, etc. (SOARES, 2001, p. 19).

Continuando a análise, Soares (2001) apresenta dados que apontam as inúmeras tentativas de acerto praticadas pelo Estado, somando, neste período, oito planos de estabilização monetária, quatro diferentes moedas (uma a cada 30 meses), onze índices de cálculo inflacionário, cinco congelamentos de preços e salários, quatorze políticas salariais, dezoito modificações nas regras de câmbio, cinqüenta e quatro alterações nas regras de controle de preços, vinte e uma propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos sobre a autoridade fiscal: (SOARES, 2001, p. 153).

As condições acima ilustradas sinalizam algumas das dificuldades enfrentadas pelo país, o que repercute nas condições de vida dos brasileiros. São contrastes muito expressivos dentro de um mesmo país. O Brasil, mesmo sendo considerado a oitava potência industrial do mundo e a primeira da América Latina, pelo porte de sua indústria, apresenta uma situação social fortemente deteriorada:

⁴ IBGE, População Residente, Por situação do domicílio e por sexo - 1940-1996.

250.000 crianças menores de um ano morrem anualmente. Em 1981, 50% da população detinha 13.4% da renda nacional, enquanto que 1% da metade restante apresenta quase a mesma participação, 13%. (SOARES, 2001).

Em 1984, o Brasil possuía 7 milhões de crianças e adolescentes abandonados, equivalendo quase à população da Áustria ou à metade da população da Austrália. Em 1987, a CNBB divulga a existência, no Brasil, de 36 milhões de menores empobrecidos.

Segundo Rivera (1990), em 1988, perderam-se 400 mil crianças de zero a cinco anos, por doenças que poderiam ser evitadas, e outras 100 mil de males infecciosos, para os quais existiam vacinas preventivas. Quantidade de mortes equivalente aos efeitos de cinco bombas de Hiroshima (RIVERA, 1990, p.24). Essas crianças e adolescentes viviam em estado de carência absoluta, sem condições de moradia, educação, saúde e alimentação.

Agustin Cueva, ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, apontou que as previsões desenvolvimentistas da CEPAL dos anos 50, de maior igualdade na distribuição da propriedade, renda e poder, não se cumpriram, enfatizando que ocorrera justamente o inverso: uma crescente concentração destes elementos em todos os países da região (CUEVA, 1983, p. 198).

Dessa forma, pode-se dizer que, ao longo desta década, a ausência de crescimento econômico e os altos índices inflacionários provocaram um aumento da concentração de renda e, por outro lado, um imensurável empobrecimento da sociedade.

Já a FUNABEM apresenta, no ano de 1984, resultados passíveis de questionamento: “606 mil menores atendidos num ano com recursos próprios, sendo a maior parte do atendimento em regime de internato”. (BRASIL, 1984a, p. 11).

Estes dados representam a condição de “desassistência” vivenciada pelas crianças e adolescentes e também conflitam com documento da própria Instituição (BRASIL, 1987, p. 29) que propunha o combate à pobreza e à redução das desigualdades sociais como medidas imprescindíveis para que o “menor carente” não se tornasse “abandonado” ou, ainda, “infrator”. Fica evidente que a prática exercida como intervenção do Estado estava longe de representar algum tipo de cuidado ou proteção às crianças e adolescente em condições de maior vulnerabilidade.

Quando o próprio órgão responsável pela condução da política de atendimento apresenta tais considerações, acaba por confirmar sua posição político-ideológica de agir dentro de uma concepção meramente assistencialista e correcional-punitiva.

O panorama geral é complexo e não encontra no Estado o devido amparo para a definição de novas perspectivas, o que leva a sociedade civil a se impor através de mobilizações de questionamento e exigências de uma redefinição do quadro existente.

O momento exigia a busca de experiências alternativas gestadas na atenção a crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade nas ruas, que primassem pela interação com a comunidade.

Segundo Costa (1990a), tratava-se de “aprender com quem estava fazendo”, interagindo com aqueles que atendiam meninos e meninas em situação de rua ou nas comunidades pobres. Envolveram-se com esse processo a vanguarda técnica da FUNABEM, o Ministério da Previdência e Assistência Social e o UNICEF, período demarcado entre 1982 a 1984.

Na campanha pelas “Diretas-já”, a sociedade civil demonstra o desejo de mudança e qualquer tentativa de retrocesso ou manutenção do regime não encontraria base social que o sustentasse ou legitimasse.

Assim, diante da conjuntura existente, a luta contra o autoritarismo passa a ser substituída por demandas precisas: salários, garantia de emprego e melhores condições de trabalho. São deflagradas greves pelos trabalhadores (ABC Paulista) e começa a ser gestado a partir do movimento de trabalhadores um partido político (com uma visão de sociedade mais justa) que representasse a classe operária e as minorias sociais, denominado Partido dos Trabalhadores.

São organizados projetos como o “Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua” e eventos como o “Primeiro Seminário Latino Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua”, realizado em Brasília, oportunizando a abertura de novas perspectivas às práticas tradicionalmente adotadas até então no trato de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social, desencadeando uma abertura para a diversidade e a possibilidade do envolvimento comunitário.

O cenário das Diretas Já, configurando-se como um marco para história do Brasil, tornar-se-á realidade somente em 1989. Novos sujeitos sociais (no

meio popular, com os movimentos de bairro; no meio sindical, com as novas centrais sindicais; nos setores médios urbanos, com as novas associações e, no meio cultural, com o movimento das mulheres) surgem e agem, concomitante à apresentação de novas demandas que o Estado não consegue responder ou controlar.

Em 1986, acontece a Segunda Semana Ecumênica, coordenada pela Pastoral do Menor (a primeira foi em 1980), que teve como foco a reflexão sobre a culpabilização atribuída à criança pela sua situação e a indicação de alternativas de superação dessa condição, tendo como tema “Menor, Profeta que denuncia as injustiças e nos desperta para uma nova sociedade”. Segundo Neto (1993), a Pastoral do Menor desenvolvia uma prática pedagógica que envolvia as crianças e a população de modo geral quanto aos direitos daquele público.

Nesse sentido, organismos relacionados aos direitos da criança e do adolescente (MNMMR, Pastoral do Menor, entidades de defesa de direitos humanos) também defendiam a luta pela garantia de direitos. São elaboradas quatro emendas populares, no Plenário e nas ruas, contando inclusive com recolhimento de assinaturas para que fossem inseridos, na Constituição Federal, artigos que garantissem direitos às crianças e adolescentes.

Nesse contexto, o Movimento de Meninas e Meninos de Rua – MNMMR⁵ - teve uma atuação histórica e de reconhecimento inclusive internacional, pela enfática oposição à concepção vigente da Doutrina da Situação Irregular (Código de Menores – 1979) e na exigência da operacionalização de políticas públicas para a promoção dos direitos à infância e adolescência.

Em maio de 1985, ocorreu, em Brasília, o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, fruto da organização instituída em nível local, estadual, através de comissões. O Encontro contou com a participação de “meninos e meninas de rua” que se reuniram em encontros em nível local, a fim de debater e apresentar, no Encontro, denúncias da violência sofrida, as condições de vida a que são expostos, como também exigindo das políticas públicas o reconhecimento enquanto sujeito de direitos.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com apoio internacional, organizou seus estatutos, sua administração, tendo voz nos fóruns

⁵ Coordenação nacional instituída em 1985.

governamentais e não governamentais sobre a criança. Em 1992, o MNMMR conta com 90 comissões locais estruturadas, 139 núcleos de base de meninos e de programas, 3.000 militantes aproximadamente, 03 centros de formação de educadores de rua, sendo desenvolvidos um total de 400 programas de atendimento (BARBETTA, 1993, p. 170).

Em setembro de 1986, é criada a Comissão Nacional Criança e a Constituinte através de Portaria Interministerial nº 449, articulação do setor público federal, que envolvia os Ministérios da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, Justiça, Trabalho e Planejamento. Esta Comissão buscou reunir estratégias que pudessem sensibilizar e mobilizar a opinião pública e os constituintes para a necessidade de garantia de direitos às crianças e adolescentes. Nesse sentido, a Comissão organizou encontros nacionais, debates, distribuição de panfletos e abordagem direta aos parlamentares, manifestações com a presença de crianças e adolescentes em frente ao Congresso Nacional. Conseguiu-se também a adesão da iniciativa privada, espaços foram garantidos na mídia de modo geral (rádio, televisão, imprensa escrita). Para a criação da Frente Parlamentar Suprapartidária pelos Direitos da Criança e do Adolescente, foram colhidas 1.200.000⁶ assinaturas. Foram organizados também os Fóruns DCA de Defesa da Criança e do Adolescente em todo o país (COSTA, 1990).

Neste mesmo ano, acontece o IV Congresso: O Menor e a Realidade Nacional. Conforme aponta Costa (1990a), era preciso olhar aqueles meninos a olho nu, com o olhar desarmado das categorias estigmatizantes do Código de Menores (situação irregular) e da PNBEM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor) (COSTA, 1990a).

Segundo este mesmo autor, começava-se perceber o menino de rua como figura emblemática da situação da infância no país. E que, por trás dos meninos e meninas de rua, era possível identificar a realidade vivenciada pelas famílias em condição de pobreza nas periferias, sem condições mínimas de subsistência e dignidade (COSTA, 1990a, p10).

A FUNABEM, em documento oficial (BRASIL, 1984b), reconhece a necessidade de sua reformulação, refere-se, inclusive, à necessidade de descentralização e, pela primeira vez, coloca a questão do atendimento à criança e

⁶ Dados consultados no documento: Comissão Nacional Criança e Constituinte. Lute por mim: propostas para a Assembléia Constituinte/ Gráfica Pirâmide, 1987.

ao adolescente como um direito. Assim, em 1986, apresenta o Projeto Diagnóstico Integrado para uma nova Política do Bem-Estar do Menor, que aponta uma série de incapacidades e distorções relacionadas à centralização, ausência de articulação entre os serviços existentes de atendimento à criança e ao adolescente.

Para a sociedade, o momento é de grande esperança, frente à perspectiva da definição das bases do novo regime democrático trazido pelo ensejo de uma nova constituição para o país, vislumbrando garantir juridicamente mecanismo legal que desse concretude aos esforços empreendidos na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Tanto a Comissão Criança e Constituinte, quanto o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente composto, entre outros, pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a CNBB, a Associação de Fabricantes de Brinquedos, a ABI buscaram influenciar a Assembléia Nacional Constituinte para inclusão, na legislação, de garantia de direitos ao público infanto-juvenil. O resultado de tal mobilização foi a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição de 1988. Da mesma forma, o parágrafo 7 do artigo 227 que remete ao artigo 204, referente à descentralização e à participação da comunidade, deve também ser aplicado à área da infância e adolescência. O referido texto obteve um total de 435 votos a favor e 8 contra para a sua incorporação na Constituição (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 1991, p.12).

Em 1987, a Igreja Católica lança a Campanha da Fraternidade com o tema: “Quem acolhe o menor, a mim acolhe”, coordenada pela CNBB. Pauta a realidade social das crianças e adolescentes em situação de abandono, nas ruas e na exploração do trabalho infantil.

Neste mesmo ano (1987), em 18 de dezembro, é instituída a Lei Federal nº 7.644, que regulamenta a atividade de “mãe social”, com atribuições e direitos trabalhistas, para um sistema de “casas lares”, delimitando um total de dez “menores” por casa, que deve ser isolada, formando, ao serem agrupadas, uma aldeia assistencial ou vila de menores. Indica a lei que, para este cargo, a candidata deverá passar por uma seleção e treinamento para verificação de sua habilidade. No artigo 17, define como público alvo o menor abandonado, aquele considerado em “situação irregular” pela morte ou abandono dos pais, ou, ainda, pela sua

incapacidade⁷.

Embora a Lei n. 7.644 reconheça o status da profissão de mães sociais⁸, garantindo direitos trabalhistas e definindo um número máximo de abrigados, não conseguiu superar a política segregacionista e discriminatória presente nos grandes orfanatos, ao tratar a situação da criança como irregular e por julgar a necessidade de isolamento dessa população ao convívio comunitário e com a sociedade de modo geral.

O agravamento da crise econômica coloca a população em condições de maior vulnerabilidade, tendo seu reflexo no aumento significativo de crianças e adolescentes nas ruas, principalmente nos grandes centros. A rua é compreendida enquanto espaço de sobrevivência e de experiência de vida para os denominados “meninos e meninas de rua”.

No governo de José Sarney (1985 – 1989) entre outros programas de caráter paliativo, cria-se o “Programa Bom Menino”⁹, com o intuito de encaminhar as crianças e adolescentes para o trabalho. Tal programa destinava-se à “iniciação do trabalho do menor assistido com idade entre 12 a 18 anos”. Como incentivo, cria uma bolsa de trabalho, exigindo a obrigatoriedade da frequência escolar.

As empresas com mais de 5 empregados deveriam contratar 5% de seus funcionários nesta modalidade, sendo permitida uma jornada máxima de 4 horas com remuneração de meio salário mínimo, não gerando vínculo empregatício ou encargos previdenciários e de FGTS. O programa é justificado como uma prevenção à criminalidade.

Já o programa RECRIANÇA, do Ministério da Previdência e Assistência Social, pretendia estimular a recreação e também incentivar a iniciação ao trabalho, intitulando-se como um programa de apoio à criança e ao adolescente, no entanto, sem a garantia de continuidade, tendo no artesanato sua atividade predominante. Atividade que, quando isolada, muito mais desenvolve coordenação motora do que qualifica para o trabalho (SILVA, 2004).

As FEBEM's – unidades da FUNABEM para atendimento a crianças

⁷ Lei n. 7.644, de 18 de dezembro de 1987.

⁸ Temos conhecimento que até recentemente muito serviços de abrigo, atribuía às mães sociais o serviço voluntário em troca da moradia e alimentação, sem ao menos ter o direito de gozar do descanso semanal.

⁹ Lei n. 2.318, de 30/12/86, regulamentada pelo Decreto n. 94.338 de 18/5/87.

e adolescentes em situação irregular - permanecem cada vez mais expostas pelas denúncias de violência aos seus internos e péssimas condições de atendimento, além das constantes fugas realizadas pelos internos.

Faleiros (1995), referindo-se à FEBEM do Estado de São Paulo, no governo Montoro, afirma que o “sistema recebeu 500.000 menores (termo da época) dos quais 6,67% eram infratores, 6% abandonados e 87,3% carentes, mas o orçamento da FUNABEM é de apenas 0,002% da arrecadação do tesouro”. (apud RIZZINI;PILOTTI, 1995, p. 88).

Esses dados, mais uma vez, sinalizam que o grande público atendido nestas instituições de reclusão são crianças e adolescentes em situação de pobreza, o que reforça, a importância do empenho da sociedade civil organizada para mudança no ordenamento jurídico que referia ao público infante-juvenil. Outro dado significativo é o baixo investimento nesta área, reforçando a tão conhecida colocação “política pobre para os pobres”.

O tempo e a exigência de novos rumos explicitam o caos a que chegou a FUNABEM e, neste caso, Vogel (1995) chama a atenção para o conteúdo apresentado nos comentários finais do documento Diagnóstico elaborado pelo órgão, publicado em abril de 1987 ao indicar extinção do órgão pela incapacidade de se adequar às exigências da realidade (apud RIZZINI; PILOTTI, 1995).

É inegável o efeito destrutivo provocado pela forma como a política de atenção à criança e ao adolescente vinha sendo operacionalizada, sem atender às necessidades e especificidades características de tal fase de desenvolvimento do ser humano enquanto criança e adolescente, pela ausência de compromisso ético, político e social, demonstrado claramente pelo orçamento destinado a tais ações, conforme anteriormente apresentado.

Mesmo diante dessa realidade, é possível identificar vitórias conquistadas, dentre elas, a participação da sociedade civil, com o envolvimento de novos atores reivindicando espaços de participação e luta por melhores condições de vida, consolidando-se na instituição de uma nova Constituição para o país.

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 – CF/88 - é promulgada no governo de José Sarney, soando como resposta às mobilizações sociais que tomavam as ruas desde o início da década. As mudanças constitucionais, aliás, ocorrem exatamente no contexto de importantes modificações sociais e políticas - situação que o Brasil representava bem no cenário mundial nos

anos 80.

Esta Constituição amplia e fortalece os direitos individuais e as liberdades públicas, consagrando vários direitos de cidadania, entre estes aqueles afetos diretamente ao público infanto-juvenil embora nos dias atuais tenha sofrido inúmeras modificações em seu texto original, ferindo os direitos dos cidadãos, o que será abordado quando entrarmos na década de 90, referindo-se ao governo Fernando Henrique Cardoso – FHC.

Tanto a Constituição, quanto posteriormente o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, são considerados marcos na história, pois, pela primeira vez, um país erigiu em norma de conduta o princípio de que a criança passe a ser vista como sujeito completo e acabado, dotado de capacidades próprias.

Assim, com a Constituição, abriu-se a possibilidade de se efetivar uma Doutrina de Proteção Integral à criança e ao adolescente através da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - considerado o aniquilamento da Doutrina da Situação Irregular e, conseqüentemente, da FUNABEM, o que também deverá ser enfatizado posteriormente.

Como se pôde verificar, as crianças e adolescentes no Brasil encontravam-se excluídos, até a Constituição de 1988, de ordenamento jurídico que lhes reconhecesse, ao menos, os direitos reservados aos adultos.

É por isso que a Constituição se define como um marco, por se tratar de um conjunto de normas alterativas, ou seja, propõe alterar antigas percepções, velhos princípios, ultrapassadas doutrinas. E no que se reporta à criança e adolescente buscou reservar-lhes o direito à garantia de proteção integral.

Constata-se que, a partir da Constituição de 1988, a defesa da proteção social à infância e à adolescência no Brasil inovou-se em pelo menos dois aspectos: a afirmação dos direitos fundamentais enquanto pessoa humana em fase de desenvolvimento e a partilha de responsabilidade pela família, Estado e sociedade. Os direitos elencados tornaram-se, então, direitos de cidadania, devendo ser protegidos por todos.

Nesse sentido, a Constituição trazia a esperança de ampliação dos direitos de cidadania, beneficiando a massa dos trabalhadores, concedendo estímulos à universalização do mérito e à introdução de novas modalidades de gestão nas áreas sociais, associadas à idéia da descentralização participativa. (NOGUEIRA, 1998, p.114).

Porém, o que se constata é que os efeitos da crise econômica e das políticas de ajustes econômicos postos em execução, não favoreceram, na prática, a possibilidade de reformas institucionais mais amplas nos sistemas de proteção social.

Todavia, as medidas e ajustes neoliberais de superação da crise econômica do capital neste final de século têm se mostrado ineficientes na recuperação do desemprego econômico, não havendo elevações significativas nas taxas de investimento e nem a retomada do crescimento econômico.

Para levar à prática o pacto social plasmado na Constituição de 1988, equivaleria, no plano econômico, à redução das taxas de exploração e, no plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle. (NETTO, 1999, p.78).

Com o fracasso dos sucessivos planos de estabilização e o aprofundamento da crise, a situação de ingovernabilidade tenderia a atingir um ponto crítico, que, para Nogueira (1998), iria enfraquecer as condições de legitimidade, autoridade e eficácia do governo e difundir-se “uma descrença generalizada nas instituições e nas elites políticas”.

Nesse sentido, a reflexão e iniciativas de novas ações, com a intenção de entender e agir, possibilitaram a definição de novos patamares - assegurados pela legislação – e abertura para novos atores na construção da história da política de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil, embora poderá ser constatado, posteriormente, na década de 90, que a correlação de forças na maioria das vezes, é desproporcional, o que dificulta que as garantias ao público infanto-juvenil sejam cada vez mais plausíveis.

Embora se tenha clareza de que a instituição de instrumentos jurídicos não seja suficiente para garantia de que as crianças e os adolescentes tenham acesso a políticas públicas de qualidade e sua cidadania seja respeitada, este período continua sendo um marco histórico por possibilitar uma ruptura aos valores tão reiteradamente reforçados, indicando uma nova postura na forma de pensar, ver e agir em relação à criança e ao adolescente, principalmente os mais vulneráveis.

2.3 A ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX - AS POLÍTICAS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO

No final dos anos 80 e início dos 90, a situação do país se agrava, decorrente da crise econômica, que assume um caráter estrutural, dado pela hiperinflação (1989/1993), pelo crescimento da dívida interna e pelo déficit orçamentário, mas, sobretudo, por uma profunda instabilidade; a crise política invade a esfera da representação, com a fragmentação crescente do sistema partidário e ainda pelo enfraquecimento da ação estatal (SOARES, 2001).

A crise tem sérias repercussões sociais, dado o aumento dos bolsões de pobreza, do desemprego, da violência e criminalidade urbanas, no refluxo dos movimentos sociais¹⁰, que redundam, por razões diversas, no esgotamento do espaço regulado.

O efeito vivenciado no Brasil não se distingue do panorama internacional de aprofundamento da crise internacional e da exclusão social. Para exemplificar, na América Latina, no período 1991-1997, o PIB por habitante aumentou 13%, já a taxa de desemprego urbano aumentou quase 30% e, ainda, a dívida externa, 42%. (BEINSTEIN, 2001, p. 238). Os dados indicam também que o mundo se tornou mais desigual e que a marginalidade é crescente para a maioria da população: Milhares de pessoas lutam para sobreviver sob condições extremamente precárias, não só nos confins do mundo e entre as legiões de perseguidos e de refugiados, mas também onde o capitalismo se apresenta como mais próspero (LIMOEIRO-CARDOSO, 1999, p. 111).

Para Kliksberg (2002), o desemprego é um fenômeno em expansão que atinge indiscriminadamente todos os países e, quando em longo período de duração, produz efeitos negativos na personalidade, o que, em geral, permanece à margem dos estudos econômicos. “Produz, entre outras coisas, apatia, enfraquecimento grave do interesse em socializar-se e afastamento gradual da força de trabalho”. Uma perda da auto-estima caracteriza o quadro. (KLIKSBERG, 2002, p.14).

¹⁰ Para Gohn (1998), o que mudou nos movimentos sociais foi a forma, o modo de manifestação e de mobilização das pessoas, enquanto atores fundamentais do momento político brasileiro (GOHN, 1998, p.10).

O empobrecimento tem, como uma de suas raízes, a baixa escolaridade, a entrada precoce no mercado de trabalho, conforme dados alarmantes apresentados por SOARES, ao apontar que a taxa de escolarização caiu significativamente de 84,2%, na faixa de 10 a 14 anos, para 56,8%, na de 15 a 17 anos, faixa etária em que se observa um aumento significativo da participação no mercado de trabalho: de 17,2% para 50,4% (SOARES, 2001, p. 162).

A autora acrescenta que o perfil da distribuição de renda no Brasil, em 1990, é, em termos comparativos, um dos mais perversos, com os 10% mais ricos se apropriando de quase metade (48%) do total de rendimentos dos ocupados. (SOARES, 2001, 165). Em 1990, o Brasil se encontrava entre os 9 países com maior número – 19 milhões – de pessoas analfabetas (SOARES, 2001, p. 171). Segundo estudos do IPEA, em 1990, o Brasil tinha 32 milhões de pessoas, o que corresponde a 9 milhões de famílias em situação de indigência (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 1993a).

Neste quadro, as crianças e adolescentes formam o contingente populacional mais vulnerável ao flagelo da pobreza e aos riscos de perdas irreparáveis no seu desenvolvimento físico e intelectual. Neste caso, são 15 milhões de crianças e adolescentes pertencentes a famílias indigentes, ou seja, $\frac{1}{4}$ da população infanto-juvenil. Destes, 3,3 milhões fazem parte de famílias chefiadas por mulheres.¹¹ Ainda em relação à educação, são 2,6 milhões de crianças e adolescentes que estão fora do ensino formal, dos quais 1,6 milhões se situam na faixa etária entre 7 e 14 anos, cuja frequência escolar é considerada obrigatória.¹²

Têm-se, ainda, os jovens que não estudam e/ou trabalham, em absoluta inatividade, perfazendo um total de 400 mil, o que representa 27% do total de indigentes dessa faixa etária. Segundo Soares, este fenômeno é característico das grandes cidades, onde se concentram bolsões de pobreza, permanecendo mais expostos à vulnerabilidade e risco (SOARES, 2001).

As pessoas são reiteradamente submetidas a privações e, neste caso, ao processo educacional, que não se resume à escolarização, embora ocupe uma posição fundamental, o que caracteriza situação concreta de preservação da miséria.

¹¹ I INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), 1993.

¹² INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Mapa da Criança, 1993.

A recuperação do crescimento econômico deve estar comprometida não apenas com a situação sócio econômica, mas também com o bem estar da infância, o que pressupõe um desenvolvimento social mais amplo. Compreende-se que a satisfação das necessidades básicas da população precisa da construção de um modelo alternativo de sociedade, no qual formas igualitárias e solidárias possam sobrepor-se aos interesses particulares do capital. É preciso reconhecer que a exclusão social só poderá ser enfrentada através de mecanismos políticos, se o objetivo prioritário for construir uma sociedade mais justa.

Contrariamente a tal perspectiva, a partir da década de 90, o Brasil, frente ao processo de crise global e de mundialização do capital, passa a implementar programas de ajuste estrutural e de estabilização econômica para adequar o país à nova ordem econômica, ou seja, passa a seguir o receituário neoliberal (FIORI, 1996).

Diante desse cenário, em 15 de março de 1990¹³, Fernando Collor de Mello toma posse como Presidente da República, sendo o mais jovem presidente do Brasil. No processo de eleição, fez grande investimento em marketing¹⁴, sob a figura de “caçador de marajás” (combate à corrupção e privilégios), vencedor da inflação, além de utilizar apelos demagógicos aos descamisados e aos “pés descalços”, promessas de combate à miséria e à injustiça social, compromissos de recuperar a autoridade, o prestígio e a liderança da Presidência da República (NOGUEIRA, 1998, p. 130).

Nogueira ainda destaca algumas características da campanha eleitoral que se tornaram marca registrada de Collor:

(...) seu estilo centralizador, obstinado e autoritário, o fundo eclético e ambíguo de seu discurso – o qual se entrelaçam neoliberalismo e social democracia, fraseologia populista e reformismo modernizante - e sua insistência em posar como outsider do sistema apolítico brasileiro, distante dos partidos, das elites, das práticas e da cultura política predominante, uma espécie de “não-político” fazendo política acima dos interesses corporificados. (NOGUEIRA, 1998, p. 125).

¹³ A eleição presidencial de 1989, que em si já representou um ruptura após trinta anos de autoritarismo, consagrou, por meio do voto majoritário, um candidato que, ao mesmo tempo, representava a direita política e conseguiu aglutinar em torno de si amplos setores da população ao propor uma “reformulação profunda” da situação vigente (KLIKSBURG, 2000, p.38).

¹⁴ A mídia e o marketing tornaram-se personagens decisivos da vida política e cultural, impulsionando ainda mais a especularização da democracia e fazendo com que a forma, a imagem, a “mensagem” ficassem mais importantes que as identidades substantivas (NOGUEIRA, 2003, p.14).

Logo após tomar posse na Presidência da República, Collor de Mello encaminha um projeto de reforma administrativa e a FUNABEM é extinta e substituída pela FCBIA - Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - o que é consagrado na Lei 8.029 de 12 de abril de 1990 (art. 13). Este órgão tinha como responsabilidade a “garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes do país, articulando-se nos níveis federal, estadual e municipal com entidades governamentais e não-governamentais, com a finalidade de resgatar a dívida que data de séculos com nossa infância e juventude”¹⁵. A FCBIA, juntamente com a LBA, passam a integrar o Ministério de Ação Social e, posteriormente, o Ministério do Bem-Estar Social.

No governo de Collor, ocorre a ratificação da convenção da ONU e a criação, em maio de 1990, do Ministério¹⁶ da Criança, com ministros mirins. No entanto, na prática, continuam as políticas clientelistas e fragmentadas através da LBA¹⁷, restringindo recursos e adotando a política neoliberal¹⁸ de redução do Estado, embora em seu primeiro documento a CBIA se compromete a mudar o conteúdo da política, os métodos e a aplicar os preceitos do ECA.

O Ministério da Criança esteve inicialmente sob a responsabilidade do Ministério da Ação Social e, posteriormente, é transferido para o Ministério da Saúde, em função do projeto CIAC – Centro Integrado de Apoio à Criança (SOARES, 2001).

Este Projeto, inicialmente concebido no âmbito da LBA com o objetivo primordial de expandir a rede de creches com o apoio da iniciativa privada, é totalmente reformulado, passando a controlar um enorme volume de obras públicas centralizadas nas mãos do Ministro da Saúde. Dessa forma, a linha política principal do “Ministério” da Criança parece ir se delineando no sentido de uma “integração” inter-setorial, que aponta para uma submissão das políticas de Saúde, Educação e Alimentação a uma política assistencial seletiva, que tenderia a requalificar a clientela alvo, através de uma discriminação dos alunos matriculados

¹⁵ CBIA, 1990; LIMA, 2003.

¹⁶ Denominado ora como “Ministério”, ora como “Programa”, ora como “Projeto”.

¹⁷ Legião Brasileira de Assistência (1942).

¹⁸ Ao buscar viabilizar a ascensão do neoliberalismo, inviabilizam-se as possibilidades de que as políticas públicas desenvolvidas promovam os direitos sociais. O neoliberalismo é profundamente pessimista e individualista acerca das possibilidades de cooperação social e ação coletiva(...) O mercado é perfeitamente auto-regulável conforme as expectativas dos agentes econômicos. ‘Além do mais, o verdadeiro neoliberal condena a política social porque o auxílio aos pobres inibe o trabalho e a iniciativa individual(...)(PEREIRA, 1996, p.189).

nos CIACs. (SOARES, 2001, p. 293).

A prática de realocação dos programas sociais, nos diversos governos, responde a um campo de interesses, muitas vezes obscuros, sem considerar a natureza das variadas políticas públicas e a necessidade dos setores mais vulneráveis, portanto, sem a preocupação quanto ao impacto que tais intervenções sociais causam à sociedade. A ausência de uma análise mais aprofundada sobre a realidade e a demanda existente dificultam o estabelecimento de parâmetros para criação e/ou reformulação de “novos” programas sociais, o que justifica a existência de um desconexo conjunto de ações dispersas e fragmentadas.

Dessa forma, a promulgação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil tornou-se fruto da conjuntura interna do país que sinalizava as condições precárias e que exigiam a adoção de uma doutrina protetiva, a Doutrina da Proteção Integral.

O grande movimento pela democratização do país colocou na ordem do dia a pauta dos direitos humanos, que basicamente significava um veemente repúdio a todo e qualquer resquício deixado pelo Regime Militar.

Nesse sentido, o reordenamento jurídico do país deu-se pelo Movimento Nacional Constituinte e pela promulgação da Constituição Federal em 1988. A marca do reordenamento jurídico foi a negação ao autoritarismo e a preocupação de assegurar a inclusão, aprovação e manutenção de diversos dispositivos que colocassem o cidadão a salvo das arbitrariedades do Estado e dos Governos.

E, nesse sentido, o artigo 226 da Constituição Federal de 1988 incorporou todos os preceitos das Cartas Internacionais de 1945, 1948, 1951, 1959, 1966, 1968 e 1979, no que se refere à proteção à mulher e à família, mas foi no artigo 227, ao exigir uma lei específica que o regulamentasse, que possibilitou, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, que fosse incorporada a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado em assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança e do adolescente. O artigo 227, sintetiza, em seu texto, os pontos básicos da Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas, considerando que tudo o que é direito das crianças e adolescentes deve ser considerado dever das gerações adultas, representadas pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Dessa forma, o atendimento a tais direitos deve ser encarado como

prioridade absoluta, devido ao fato de serem pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, e possuírem um valor intrínseco, sendo seres humanos integrais em qualquer fase de seu desenvolvimento e um valor projetivo, por serem portadores do futuro de suas famílias, de seus povos e da espécie humana. Incorpora, ainda, o preceito da Convenção Internacional dos Direitos da Criança para a família, a sociedade e o Estado, que compreende a promoção de um conjunto de direitos fundamentais da população infanto-juvenil e a sua defesa contra um conjunto de situações de risco pessoal e social ou circunstâncias especialmente difíceis.

No Estatuto da Criança e do Adolescente encontramos dividido em três elencos básicos o conjunto de direitos fundamentais a ser promovido pelas gerações adultas, sendo eles: o direito à sobrevivência (vida, saúde, alimentação), o direito ao desenvolvimento pessoal e social (educação, cultura, lazer e profissionalização) e o direito à integridade física, psicológica e moral (dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária). O conjunto de situações de risco pessoal e social ou de circunstâncias especialmente difíceis, fatores em relação aos quais as crianças e adolescentes devem ser protegidos (colocados a salvo) são a negligência, a discriminação, a exploração, a violência, a crueldade e a opressão (BRASIL, 1997).

Nessa perspectiva, segundo Costa (1993), abrange o campo dos direitos individuais (vida, liberdade e dignidade) e o campo dos direitos coletivos (econômicos, sociais e culturais) (COSTA, 1993, p. 22).

É importante considerar que a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente foi possível devido ao processo de mobilização vivenciado pelo país, enquanto conjugação de forças, conforme abordado anteriormente, acompanhando a orientação mundial de defesa dos direitos humanos.

É nesta compreensão de Proteção Integral que passa, então, a ser considerada criança, até 12 anos, e adolescente, até 18, definidos como “pessoas em fase de desenvolvimento”, reconhecendo a todos nessa fase de desenvolvimento da pessoa humana, o que exige a eliminação da existência de rótulos que reiteradamente predominaram em nossa sociedade como “menor”, “infrator”, “carente”, “abandonado”, entre outros (BRASIL, 1997).

Dessa forma, a Lei Federal nº 8.069/90, conhecida como Estatuto da

Criança e do Adolescente¹⁹, aprovada em 13 de julho de 1990, constituiu-se como um instrumento jurídico inovador, por ter como base a concepção de proteção integral, defendida pela ONU na Declaração Universal dos Direitos da Criança, dentro da perspectiva de proteção dos direitos humanos, trazendo a marca do caráter civilizatório presente na consagração de tais direitos. Sobretudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente superou o enfoque repressor e assistencialista das leis anteriores e introduziu na legislação nacional a concepção das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos exigíveis em leis. Propõe uma visão de proteção integral à criança, considerando o espaço familiar o melhor para educá-la. Dentro dessa concepção, a família deve ser fortalecida e o Estado deve criar as condições necessárias para que a criança continue no núcleo familiar.

O artigo 226 da Constituição explicita que a “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, assim como o artigo 16 da Declaração dos Direitos Humanos afirma que a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade com direito à proteção da sociedade e do Estado. Este reconhecimento da importância da família na vida social pouco tem sido visualizado nas condições de vida das famílias brasileiras, tendo em vista o processo de mudanças a que são sujeitas, seja pelo enxugamento dos grupos familiares, pela variedade de arranjos familiares ou, ainda, pelo processo de empobrecimento acelerado e de desterritorialização das famílias gerado pelos movimentos migratórios. (BRASIL, 2004, p. 9). Esta legislação inova, ainda, por deixar de tratar a criança e o adolescente como uma “questão” exclusiva dos Juízes de Menores, configurando uma nova projeção a partir da descentralização político-administrativa, aumentando a capacidade local na partilha de responsabilidades e competências nos municípios e legitimando a participação da sociedade.

Pode-se perceber que, mais do que regulamentar as conquistas em favor das crianças e adolescentes expressos na Constituição Federal, a Lei Federal nº 8.069/90 promoveu um importante conjunto de mudanças que extrapola o campo jurídico e desdobra-se em outras áreas da realidade política e social no Brasil que, segundo Costa (1990), constituíram-se os pilares de sustentação desta lei as mudanças compreendidas como de conteúdo, método e gestão.

Dessa forma, a mudança de conteúdo se afirma no artigo 3º do

¹⁹ ECA.

Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual declara que as crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, dando enfoque à proteção integral em substituição à situação irregular.

Já a mudança de método baseia-se na compreensão de que a criança e o adolescente constituem sujeitos de direitos exigíveis definidos por lei, sendo pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, ou seja, detentoras de todos os direitos que têm os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade, além dos seus direitos especiais, decorrentes da peculiaridade natural do seu processo de desenvolvimento. O reconhecimento enquanto absoluta prioridade está baseado nos valores intrínseco e projetivo, conforme definido anteriormente, nos quais o interesse superior da criança deve prevalecer em qualquer circunstância (COSTA, 1990).

A mudança de gestão implica o reordenamento institucional da relação entre a União, os Estados, os Municípios e a sociedade civil organizada. Essa mudança é fundamentada no artigo 204 da Constituição Federal de 88, cujas ações governamentais são formuladas em acordo com as diretrizes da descentralização político-administrativa, com competências e atribuições específicas e complementares em cada nível da esfera e, da participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (COSTA, 1990b).

Esse modelo de gestão prima pela agilidade do atendimento às crianças e adolescentes e pelo controle das ações em todos os níveis, favorecendo formas de participação mais efetivas.

No Estatuto, a proposta de gestão começa a ser delineada no artigo 86 ao se referir a que política de atendimento far-se-á mediante um conjunto articulado de ações governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. E no artigo 88, apresenta as diretrizes dessa política de atendimento nos incisos de I a VI, que prevêm, respectivamente a municipalização do atendimento; a criação de Conselhos dos direitos da criança e do adolescente como órgãos deliberativos de composição paritária entre sociedade civil e governo, com expressão em cada nível da Federação; criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; manutenção de Fundo vinculado aos respectivos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente para destinação de recursos na área; integração operacional dos órgãos da criança e do adolescente; integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério

Público, Defensoria Pública e Assistência Social, para agilidade do atendimento a quem se atribua autoria de ato infracional (BRASIL, 1997, p. 27-28). Nestas diretrizes, é possível visualizar os princípios reitores da política de atendimento do ECA: I. Princípio da Descentralização: municipalização do atendimento; II. Princípio da Participação: criação de Conselhos; III. Princípio da Focalização: criação e manutenção de programas específicos; IV. Princípio da Sustentação: manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais; V. Princípio da Integração Operacional: atuação convergente e intercomplementar dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social no atendimento ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; VI. Princípio da Mobilização: desenvolvimento de estratégias de comunicação, visando à participação dos diversos segmentos da sociedade na promoção e defesa dos direitos da população infanto-juvenil (BRASIL, 1997).

Esta política de atendimento compreende também ações que podem ser divididas em quatro grandes linhas: 1. Políticas Sociais Básicas, direitos de todos e dever do Estado, como educação e saúde; 2. Políticas de Assistência Social, para quem se encontra em estado de necessidade temporária ou permanente, como os programas de renda familiar mínima; 3. Políticas de Proteção Especial, para quem se encontra violado ou ameaçado de violação em sua integridade física, psicológica e moral, como os programas de Abrigo; 4. Políticas de Garantia de Direitos, que trata dos mecanismos de exigibilidade de direitos, enquanto sistema de justiça e segurança disponível para acesso e garantia dos direitos assegurados pela lei, tendo como exemplo o Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros (BRASIL, 1997).

Como se pode perceber, a Política de Atendimento reafirma o preceito da descentralização e participação enquanto nova forma de gestão, a partir do novo tipo de arranjo federativo baseado na partilha de decisões, funções e recursos do Executivo Federal para os estados e municípios, de modo que os bens culturais, econômicos e sociais, o direito de inclusão social e, portanto, de cidadania sejam acessíveis para toda a sociedade brasileira.

Cabe ressaltar que, no período de promulgação do ECA, o Brasil se deparava com uma situação fortemente agravada pela permanência de crianças e adolescentes nas ruas, que realizavam os chamados “arrastões”, e suas repercussões atingiram o panorama internacional. Os determinantes desse cenário

serão discutidos no decorrer deste estudo.

A existência da legislação vem se configurar como anteparo para que ocorra a implementação efetiva de estruturas descentralizadas e participativas.

Dessa forma, em 1991, é lançado o “Pacto pela Infância”. Trata-se de um manifesto à Nação com 90 assinaturas de personalidades de várias entidades governamentais, sindicais, patronais, religiosas, assumindo a melhoria do ensino fundamental e o posicionamento contra a violência, impulsionado pelo UNICEF, inspirado na Cúpula Mundial pela Criança, realizada em Nova Iorque em setembro de 1990. Em novembro de 1991, inclui-se o compromisso com a saúde, convidando governadores a participarem do mesmo. O encontro dos governadores se realiza em maio de 1992, assumindo compromissos na área da saúde, da educação e do combate à violência, com uma estratégia, ao menos simbólica, de defesa da cidadania. Neste ano, presenciou-se também a ocorrência de arrastões no Rio, e de rebeliões dos internos da FEBEM Paulista, que destruíram a sua maior unidade de contenção – O quadrilátero do Tatuapé.

Embora estejam definidos parâmetros para a constituição das políticas públicas para a infância mantém-se, em muitos casos, uma cultura preconceituosa e discriminatória, permeando a lógica dos serviços de atendimento às crianças e adolescentes em condição de pobreza.

Dessa forma, a história retrata um quadro que causa perplexidade pelas severas diferenças sociais existentes na sociedade brasileira, assim como as sucessivas políticas econômicas adotadas pelo Estado, conforme vem sendo contextualizado, que afetaram a qualidade de vida da população, e diretamente a infância.

O governo, ao ratificar e criar normatizações que reconheçam as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, não garante condições para o estabelecimento de mecanismo de enfretamento da situação social. Não há como conciliar as determinações e condicionamentos impostos pelo receituário neoliberal, de um processo de destruição, conforme analisa Soares (2001), iniciado pelo governo Collor: desorganização da economia, desemprego e desmonte do aparato estatal, sobretudo na área social.

Os dados de 1994 do UNICEF apontam que as estatísticas na área da saúde infantil colocam o Brasil em 63º lugar, com base na taxa de mortalidade até cinco anos, junto a países como El Salvador, abaixo de vizinhos como Chile,

Uruguai e Argentina e distante de países como Cuba e EUA (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 1994).

O governo Collor assume, na sua gestão, a redefinição na condução das políticas públicas, principalmente nas políticas assistenciais que foram constantemente denunciadas por operações irregulares, por manobras eleitorais e de corrupção, sendo que muitos dos programas desenvolvidos pela LBA, FAE, INAN foram alvo de investigação pelo Tribunal de Contas da União e de CPI na Câmara dos Deputados.

Além disso, a própria concepção do governo em relação à Assistência Social é apontada por Soares (2001) como “assistencialização”, conforme indica o Relatório Geral da LBA²⁰ (ligada ao Ministério de Ação Social) de 1990, “as relações entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, principalmente no tocante ao gerenciamento das fontes alternativas de recursos para financiamento de programas sociais, de suma importância para as comunidades, permitiram uma transferência do papel do Governo Federal como indutor da iniciativa privada nos investimentos de caráter social nos Estados”. E, ainda, continua o relatório, “surge como estratégia mobilizadora o “Projeto Minha Gente” que tem por finalidade a interação de ações, buscando a participação efetiva da sociedade na política de Assistência Social”. (SOARES, 2001).

Referindo-se à forma de execução das políticas neste governo, Sposati (1995) denuncia: “(...) estive, no Amapá, no lugar que Roseane Collor²¹ inaugurou antes de sua saída da direção da LBA, o Programa Minha Gentina, em Macapá. Minha Gentina, alternativa ao Minha Gente, é o que eu pude ver lá: um iglu no meio do Equador. Num bairro operário de casas de madeira, estava instalado em suntuoso equipamento, uma obra arquitetônica toda conformada em iglus, desenhada numa prancheta em Brasília, não correspondendo absolutamente à realidade enfrentada pela população de lá. Esse equipamento foi inaugurado às pressas em agosto de 1991”. (apud ROSA, 1995, p. 184).

Em 1992, Collor é denunciado por corrupção, ocorre uma grande mobilização social exigindo providências e o Congresso vota pelo impeachment, assumindo o vice Itamar Franco.²²

²⁰ LBA, Relatório de 1990.

²¹ Primeira-dama.

²² Protestando contra a corrupção e a favor do impeachment de Collor, surge em 1992, o Movimento

O governo Collor acabará melancolicamente dois anos depois de ter iniciado, condenado (pela sociedade, pelo Congresso, e pela Justiça) por um processo de impeachment inédito na vida republicana, que desbaratou um enorme esquema de corrupção e de manipulação privada da coisa pública. Sua trajetória espetacular não será sem conseqüências. Aproximara a questão do Estado dos termos liberais e globalizados, desmoralizara ainda mais as atividades de governo e aprofundara com radicalidade a distância que separava o Estado da sociedade civil.

As prerrogativas da Constituição Federal de 1988²³ e a normatização das ações sociais a partir de 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS -, (promulgada em 07 de dezembro de 1993), redesenham o sistema de proteção social brasileiro no que se refere à descentralização política e administrativa da Assistência Social.

A LOAS, entendendo que a instituição do ECA em 1990 não era suficiente para garantir vida digna às crianças e adolescentes, vem priorizar atenção privilegiada a esse público. Ao apontar como central o atendimento (art. 23) à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social, visa ao cumprimento do art. 227 da CF 88 e do próprio ECA.

O governo Fernando Henrique Cardoso²⁴ (FHC), ao mesmo tempo em que promete valorizar a democracia e os direitos sociais, anuncia a perspectiva de privatização das empresas estatais, da previdência social e redução do Estado (CARDOSO, 1994). “Falta justiça social. É esse o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo²⁵”.

Porém, nos anos²⁶ que se seguem, o governo impõe uma série de medidas e proposições de reformas, tanto no campo econômico como no campo social, que nem de longe representam qualquer possibilidade de enfrentamento às causas que determinam a pobreza, pelo contrário, cada vez mais se distanciam do propósito inicial, configurando-se como um panorama muito mais “consistente” de mudanças em direção a um ajuste de contornos neoliberais.

No Plano Diretor de 1995, a Reforma do Estado proposta pelo

dos Caras Pintadas, composto maciçamente por jovens, marcou a retomada do movimento estudantil no Brasil (GOHN, 2001, p. 145).

²³ A Assistência Social torna-se um componente da seguridade social, ganhando status de direito, devendo ser concretizada por uma política pública – a política de Assistência Social.

²⁴ Eleito presidente em 1994.

²⁵ Discurso de posse em janeiro de 1995, indicando a intenção de somar as forças do governo e sociedade civil para acabar com a fome e a miséria.

²⁶ Dois mandatos 1994 – 1998 e 1998 – 2002.

governo, evidencia-se o caráter privatizante: “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRASIL, 1995, p. 17).

Nesse sentido, o Plano Diretor representa a forma como o governo define sua desresponsabilização de obrigações definidas na Constituição de 1988, que estabelece a prestação dos serviços de educação, saúde, como dever do Estado e direito do cidadão.

Segundo Costa (1998), a terminologia adotada explicita a intencionalidade do governo, sendo que subsidiar é muito diferente do conceito ser "responsável". Dessa forma, a proposta do governo é de transferência para o setor privado da produção de bens e serviços realizados até então, pelo Estado. “O governo coloca ainda que a ação do Estado deve ser de parceria com o setor público não-estatal e setor privado.” (COSTA, 1998).

Nesta mesma direção, Kliksberg (2000) aponta que se coloca em ação uma proposta de “desregulamentação” da economia, na qual o Estado se exime da regulamentação dos preços da economia em geral e das relações capital-trabalho. Regulamentação considerada geradora de “distorções”, substituída pelo “livre jogo do mercado”. Derivam-se, daí, as propostas de privatização das empresas estatais, ocorrendo intencionalmente a redução do setor público e o rearranjo da máquina estatal, dentro da perspectiva de Reforma do Estado (KLIKSBURG, 2000, p. 39). As ações se voltam, sobretudo, para aspectos fiscais e econômicos, buscando a estabilidade da moeda, o combate à inflação e a redução dos gastos públicos²⁷.

O Brasil tem a 103ª expectativa de vida do planeta, menor que a de países como Filipinas, que tem metade de sua renda per capita. O número de brasileiros que sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia aumentou, passando de 9% em 1999 para 11,6% da população em 2001 (PNUD, 2002).

Os pequenos saltos observados na alfabetização de adultos na esperança de vida ao nascer não foram suficientes para impulsionar as dimensões de longevidade e da educação, fundamentais no IDH. (...) Um PIB per capita alto

²⁷ Para Kliksberg (2002), um Estado inteligente na área social não é um Estado mínimo, nem ausente, mas um Estado com uma “política de Estado, não de partidos, e sim de educação, saúde, nutrição, cultura, orientação para superar as graves iniquidades, capaz de impulsionar a harmonia entre o econômico e o social, promotor da sociedade civil, com um papel sinergizante permanente (KLIKSBURG, 2002, p. 48).

convive com baixas taxas de alfabetização e expectativa de vida mais curta do que a média de países de renda equivalente. A renda, em suma, não se traduzindo em bem-estar, é um sinal evidente de que está excessivamente concentrada. (...) O relatório de 2002 (...) mostra que aumentou a distância entre a renda e os indicadores sociais (NOGUEIRA, 2003, p. 9).

Foram compromissos e promessas de desenvolvimento, justiça social, emprego, educação e segurança para as grandes prioridades do país, que não se concretizaram conforme pode ser constatado pelos dados apresentados.

Os números expressam uma crônica desigualdade social, a pobreza se transfigurou, assumindo formas mais perversas, transpondo os limites das fronteiras.

Há quase três milhões de crianças entre 10 e 14 anos fora da escola, muitas das quais no mercado de trabalho. (NOGUEIRA, 2003, p. 9)

O Brasil, ao ter se comprometido com a implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança²⁸, tratado assinado pelo país junto a outros 190 países em 1990, deveria ter apresentado em 1992 (posteriormente, a cada cinco anos) documentos que demonstrassem o cuidado com o desenvolvimento saudável da população infanto-juvenil. Os governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso deixaram de cumprir essa obrigação.

O ajuste neoliberal agravou o desajuste social, tornando-se cada vez mais incompatível a construção de uma política social justa e universal. O Estado, ao buscar executar uma política de estabilização, sustentada pela elevação dos juros, na abertura econômica e na sobrevalorização cambial, dentro dos princípios do ajuste neoliberal, deixa de agir em programas de desenvolvimento sustentável.

Mais uma vez assiste-se ao desmantelamento das políticas públicas desenvolvidas, a Legião Brasileira de Assistência - LBA - é extinta e a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência - FCBIA - rompe convênio com inúmeras instituições de atendimento à criança e adolescente.

Segundo Sposati (2004), ao extinguir a LBA, que até então

²⁸ Adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989.

respondia em nome da política nacional de Assistência Social e, substituí-la pela Comunidade Solidária²⁹, o governo demarca sua posição de “dificultar e impedir o avanço do paradigma da Assistência Social sob a égide do avanço dos direitos sociais”. (SPOSATI 2004, p. 35).

Dessa forma, vive-se uma crescente fragmentação da gestão do social, os chamados programas de enfrentamento à pobreza, com soluções minimalistas e pulverizadas, destituindo-se cada vez mais aqueles que demandam por serviços sociais de terem voz e poder de decisão sobre o seu destino.

Os agravantes de tal realidade social refletem em vários âmbitos da sociedade, dentre eles, a questão da violência enquanto desvalorização e banalização do valor da existência humana, comprometendo a vida dos jovens e de toda a sociedade.

Segundo o DATASUS de 2000, no Brasil, os jovens se tornam vítimas da violência. Compreendendo a faixa etária de 15 a 24 anos, 70,3% das mortes foram por causas externas, ceifando a vida de 17.762 jovens; 39,2% dessas mortes foram por homicídios. Os dados do IBGE (2002) complementam que, nessa faixa etária, 70,67% dos óbitos envolveram homens e, 34,14%, mulheres. (FOLHA DE S. PAULO DE 18/12/2003, p. C-6; FALEIROS, 2004, p. 89).

No estudo organizado por Sposito & Carrano (2003), são identificados 30 programas e ou projetos governamentais gestados no governo FHC, destinados ao atendimento da população juvenil³⁰, porém com pouco impacto na mudança de realidade para esse público.

Para explicar o baixo impacto, verifica-se o orçamento do governo federal destinado para a área, que foi reduzido de R\$ 96,6 milhões em 1995 para 33,8 milhões. Em 2002, executou-se apenas 61,27% do orçamento e em 2003, a previsão do orçamento foi ainda menor, bem como a sua execução (FALEIROS, 2004, p.87).

²⁹ Ficou demonstrado que esses programas “alternativos”, que substituíram as políticas sociais em alguns países, baseados apenas na retórica da “solidariedade” e da “participação comunitária”, focalizados na pobreza, de cobertura e eficácia duvidosas, não foram capazes sequer de atenuar os problemas sociais existentes, que dirá resolvê-los (KLIKSBURG, 2000, p. 80).

³⁰ Na dimensão etária da juventude, a infância pode se alargar até aos 14 anos de idade e o jovem ser designado como maior de 10 anos de idade (Sposito; Carrano, 2003, p. 8).

Segundo Costa, foi colocado na Constituição e no ECA o que havia de melhor nas normas internacionais, porém

Uma das maiores tragédias do Brasil e da América Latina reside no fato de que, em mais de 500 anos de evolução histórica, nossas elites não foram capazes de responder a uma questão básica: "O que fazer com os filhos dos pobres?". A resposta correta deveria ser: "O mesmo que fazemos com nossos filhos." Em nossa sociedade, porém, sempre se procurou fazer coisas diferentes com os filhos dos pobres, como pô-los para trabalhar muito cedo ou criar estratégias de atendimento que têm, em comum, o propósito de oferecer uma pobre educação pobre para os pobres mais pobres. Na verdade, o que devemos oferecer aos pobres é uma rica e diversificada gama de oportunidades educativas. Uma rica educação rica, que se revele capaz de desenvolver o potencial e a riqueza; aquelas promessas que cada um traz consigo ao vir a esse mundo. (COSTA, apud MEC, 2002).

Em 1995, a Medida Provisória n. 813, de 1 de janeiro, envolvendo a política pública de Assistência Social, "ao repartir e obscurecer em vários ministérios as atribuições constitucionais previstas para a assistência (CF 88 art. 203 e 204), contribuiu para fragilizá-la como direito de cidadania e dever do Estado (YAZBEK, 1995, p.152).

A política de atendimento ao adolescente, a quem se atribui a autoria de atos infracionais, deixa, assim, de ser responsabilidade da Assistência Social, tendo sido incorporada ao Ministério de Justiça, bem como à Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

O projeto político de FHC tinha a determinação de inserir o Brasil no mundo globalizado. Para tanto, a abertura comercial, a estabilização da moeda, a redefinição das funções do Estado, a privatização, o modo de encarar os direitos e as políticas sociais, o ajuste nas contas públicas e a reforma administrativa tiveram como fundamentação e justificativa a idéia de que a globalização era mais oportunidade que problema e somente poderia ser aproveitada se o país se apresentasse em completa sintonia com o sistema econômico, a cultura e o modo de vida que imperavam no mundo (NOGUEIRA, 2003, p.11).

Dessa forma, a submissão do país e de suas forças – Estado, deixando ser remodelado e desconstruído, deixou de cumprir ainda mais suas

funções.³¹

Para Nogueira (2003), trata-se de um Estado hipertrofiado, funcional a uma determinada modalidade de revolução burguesa, oneroso para a sociedade, que não só se submeteu a ele como teve de suportar todo seu custo e os efeitos de sua ineficiência.

Os anos 90 foram também um período de protestos e reações contra o reformismo e as opções governamentais por ele patrocinadas. Veiculou-se uma nova idéia de cidadania e sociedade civil pautada no caráter substitutivo dos serviços públicos e não na sua possível atuação complementar.

A expansão do terceiro setor no mundo representou um crescimento que atingiu 44% entre 1991 a 1995, e no Brasil movimentou 11 bilhões de dólares, o que equivale a 1,5 do Produto Interno Bruto – PIB nacional (PEREIRA, 2003, p. 95).

A forte hegemonia neoliberal e as mudanças ocorridas na estrutura da sociedade contribuíram para a abertura de um fosso entre a movimentação social e as forças políticas, entre a inquietação social e a institucionalidade política (NOGUEIRA, 2003, p. 14).

Neste período, o que se produziu foi um grave “desajuste” na estrutura social, pela ampliação e cristalização de uma grande e resistente zona de pobreza e exclusão, cuja reiteração prolongada deixou marcas em todos os setores do Estado e da sociedade.

No governo Fernando Henrique Cardoso, fica evidente o retrocesso na questão dos direitos sociais.

Costa apresenta as características marcantes da política social no Brasil, utilizando-se dos estudos ABONG - Políticas Sociais 1995/96:

- centralização política e financeira no nível federal;
- fragmentação institucional;
- exclusão da participação social e política dos processos decisórios;
- conteúdo corporativo das demandas, decisões e condução das políticas e programas sociais;
- clientelismo no uso de recursos e benefícios;
- princípio do autofinanciamento social e privatização.

³¹ O que o governo pretende é uma mudança essencial das funções, atribuições e obrigações do Estado dentro da sociedade, portanto, não se trata apenas de uma simples reforma do aparelho do Estado (COSTA, 1998).

Quanto aos problemas na oferta dos serviços sociais, ocorre:

- superposição de objetivos, competências e clientela-alvo;
- instabilidade e descontinuidade dos programas sociais;
- alto grau de ineficiência e ineficácia, gerando desperdício de recursos;
- distanciamento entre formuladores e beneficiários;
- ausência de mecanismos de controle das ações. (COSTA, 1998, p.5).

Diante de tal constatação, de fato é necessário repensar o papel do Estado no desenvolvimento de ações que busquem cumprir com sua responsabilidade frente aos direitos elencados na Constituição de 1988, sob o prisma da eficiência e qualidade dos serviços públicos no atendimento das demandas colocadas pela sociedade ao Estado.

A histórica subordinação da política social aos ditames da política econômica prescreve o agravamento de uma estrutura social desigual, pelo atendimento residual e fragmentado da população.

A qualidade de vida de um povo pode ser medida pelos indicadores de desenvolvimento e modernidade. Neste caso, o Brasil padece pelos elevados números de infração às condições mínimas de existência, decorrentes da miserabilidade, violência, escolaridade entre outros dados que foram apresentados neste estudo.

O legado dos anos 90 foi bastante negativo. Não apenas porque os índices de bem-estar permaneceram baixos, mas também porque as margens de pobreza e exclusão se ampliaram e ganharam complexidade, projetando-se no cenário convulsivo da globalização. A sociedade permaneceu desigual e irregular, recortada por múltiplos focos de miséria e injustiça, que certamente exponenciaram os fatores de tensão social e turbulência, com impactos evidentes na governança e na governabilidade.

Sader (2003) caracteriza o final do mandato de FHC: Um país com uma capacidade produtiva - industrial e agrícola - desarmada, com a competitividade internacional tendendo a zero, com a fragilidade externa da economia colocando o

Brasil à mercê dos especuladores internacionais, com os serviços públicos sofrendo os piores cortes da sua história, transformados em sucata, para demonstrar como o governo considera os direitos da massa da população. E, pior, com um povo impotente para tomar os destinos em suas próprias mãos.

Dessa forma, as determinações e limites histórico-sociais foram terrivelmente destrutivos para aquilo que se compreende como essencial para a promoção do bem-estar de uma sociedade, sob parâmetros de justiça social, equidade, a partir um projeto nacional de desenvolvimento.

A construção histórica da política de atenção a crianças e adolescentes acumulou um estado de “negação” e “ausências” de direitos, expresso por um “mix de ações dispersas e descontínuas de órgãos governamentais e instituições privadas” , compondo um universo multifacetado e tirânico de pobreza, violência, abandono, marginalização que transparecem nas contradições e interpenetrações de desigualdades e diferenças intensas no mundo real (RAICHELIS, 1998, p. 81).

A defesa da dignidade para a criança, é acima de tudo, a luta para que a vida seja respeitada. Os caminhos adotados exigiram sacrifícios, exploração e injustiça, havendo a necessidade de que as pessoas se posicionassem e agissem, construindo projetos alternativos que primassem pela dignidade da pessoa humana, para que a esperança do povo não fosse impedida de nascer. Não se trata de um eufemismo, aproximem os cidadãos da condução da coisa pública, e teremos, seguramente, uma maior racionalização na gestão dos serviços.

O estudo apresentado demonstrou a necessidade de avançar sem dicotomizar as dimensões técnica e política na formulação de ações no âmbito das políticas públicas (Baptista, 2000). O alcance das mudanças pressupõe o (re)significar de práticas cotidianamente repetidas, passando pela redefinição das estruturas existentes. Não se trata de uma opção fácil, pois exige uma nova relação política, econômica, social e técnica a ser instituída, porém o resultado favorecerá condições mais adequadas para o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, sujeitos das ações realizadas.

Precisamos de muito mais democracia, de uma visão mais horizontal e interconectada da estrutura social. (DOWBOR, 1998, p. 46).

Isso implica uma mudança ampla na própria forma de conceber a ação sobre a transformação social, passando pela dimensão cultural, política e ideológica. Requer a busca de soluções político-institucionais que se configurem enquanto respostas às transformações possíveis de ocorrer através de sistemas flexíveis e participativos que comportem as próprias mudanças (DOWBOR, 1998).

Dessa forma, a Doutrina da Proteção Integral terá maior viabilidade de concretização, quando os esforços se voltarem para a integração dos setores a fim de constituir uma efetiva ação pública voltada aos interesses e qualidade de vida da população através da implementação de formas inovadoras e criativas de realização da gestão democrática. Implica, ainda, vontade política de fazer valer a diversidade e a inter-relação das políticas locais (KOGA, 2003, p. 25).

Dessa forma, conforme aponta Draibe (1997), a concepção de equidade supõe políticas capazes de trazer à posição de sujeitos econômicos aqueles que se encontram desfavorecidos pelos bens e serviços produzidos em sociedade, aumentando sua produtividade e reforçando a proteção social. O desenvolvimento sustentável, a partir de um compromisso democrático, não pode ser viabilizado numa sociedade sem que se tenham princípios como a busca da equidade. Dessa forma, a mesma autora afirma que os objetivos da equidade e da consolidação democrática orientam a implantação de um novo sistema de proteção social que tem sua expressão nos direitos humanos, como instrumentos de cidadania e como princípios estruturadores do sistema de proteção social, dentro de uma concepção integrada de progresso social, abrangendo o conjunto das necessidades sociais e ambientais para o desenvolvimento humano sustentável (DRAIBE, 1997, p. 12).

Se é verdade que o quadro geral brasileiro de pobreza, injustiça, desigualdade e exclusão social pouco mudou e que suas perspectivas de reversão são exíguas, é verdade também que há, hoje, maiores possibilidades de participação democrática da população na esfera política.

Cabe aos formuladores e executores de políticas sociais destinadas à infância e juventude superarem a perspectiva do olhar apenas para o “necessitado” (SPOSATI, 2003), dirigindo um olhar para a “necessidade” apresentada por tais sujeitos, compreendendo-a enquanto condição sine qua non de cada ser humano. Para tanto, devem inscrever as políticas neste campo em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista, considerando-os de

fato, como sujeitos de direitos com “voz e vez”, dotados de capacidades e potencialidades a serem estimuladas para a construção de novos patamares na história desse público.

3 CAPÍTULO 2 - ADOLESCÊNCIA, VULNERABILIDADE E RESILIÊNCIA

Este capítulo trata de três eixos centrais na formulação de políticas públicas para a população infanto-juvenil em condição de vulnerabilidade nas ruas. São eles: adolescência, vulnerabilidade e resiliência, intrinsecamente relacionados quando nos voltamos à análise dos elementos fundantes na formulação de políticas neste setor.

No processo da pesquisa empírica, os sujeitos nos trouxeram temas que nos obrigaram a aprofundar aspectos que efetivamente relacionam o cotidiano da pobreza na infância e juventude e aspectos que, para eles indicavam os caminhos da superação do modo de vida nas ruas.

A trajetória da pobreza apresentada pelos sujeitos das pesquisa indicou-nos um importante elemento para a análise referente à resiliência, enquanto condição de superação das adversidades às quais a pobreza e a vida nas ruas os expunham.

Este mix envolve sentimentos de pertencimento, de vínculo, e as determinações da capacidade de desenvolver-se dentro do modelo capitalista de produção que também para os adolescentes tem intrínseca relação com inclusão no mundo do trabalho e, conseqüentemente, a garantia de dignidade em situação de pobreza.

O conteúdo aqui apresentado traz uma reflexão que busca balizar aspectos referentes às vivências dos adolescentes que permitem influenciar as proposições das ações de políticas sociais neste campo. Para tanto referenciamos em autores e estudos que se voltam à difícil articulação entre a adolescência e a condição de pobreza.

3.1 ADOLESCÊNCIA

No processo de construção do novo direito da população infanto-juvenil, é um desafio dedicar-se ao tema adolescência dentro de uma gama diversificada de conceitos, complexidades, relações e determinações sociais.

Esse o estudo favorecerá uma compreensão de aspectos significativos e singulares que na trajetória de vida dos sujeitos pesquisados, que tiveram na adolescência, em sua grande maioria, a busca de rompimento com a realidade vivenciada encontrando alternativas diferenciadas para a construção de seu modo de vida.

No Brasil, foi na segunda metade de 1990 que o tema adolescência ganhou maior projeção e complexidade no espaço público, pois aumentou a proporção de adolescentes no conjunto da população nacional afetados de forma particularmente intensa pelo aprofundamento das desigualdades das mais diversas ordens; criam-se legislações e convenções direcionadas ao cuidado e proteção das crianças e adolescentes; particularmente, no Brasil, consagra-se um novo estatuto jurídico da infância e adolescência (a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente).

Essa parcela da população ainda ganha destaque sendo colocada como protagonista ou vítimas de problemas sociais. Ações são formuladas diante de um imaginário social que tende a associar adolescência com problema. Tal tendência aponta uma visão unilateral da adolescência.

Esta fase de vida também já foi caracterizada como período de transição à vida adulta, sendo que a aprendizagem tinha como direcionamento a incorporação da vida adulta, sendo muitas vezes concebidos como pequenos adultos. Este entendimento que durante longo período ordenou as ações e atitudes em relação às crianças e adolescentes, teve grande influência no modo de agir em sociedade, visão que acarretou ônus a ser superado nas gerações seguintes.

Tem-se avançado quanto à atuação das políticas públicas principalmente para a população infantil, o que favorece que cheguem à adolescência com melhores condições de desenvolvimento. Porém, os investimentos ainda não são suficientes e nem conseguem atingir um maior grau de eficácia e efetividade na ampliação de oportunidades pessoais e materiais, que favoreçam a circulação das crianças e adolescentes por múltiplos espaços, públicos e domésticos, como partícipes de ações que respondam às necessidades e expectativas dessa parcela da população.

Ocorre que esta fase de vida contempla singularidades que ainda precisam ser bem compreendidas e, é tarefa de todos nós - família, sociedade e governo - buscarmos mecanismos para o seu desvelamento. É preciso reconhecer

os direitos das crianças e adolescentes, estejam eles e elas onde estiverem (ou independente do espaço onde se encontrem), o que exige um olhar atento para suas especificidades. Podemos e devemos criar oportunidades para que tenham condições de construir um projeto de vida que lhes dê condições de fazer escolhas e de se responsabilizarem por elas.

Para Dowbor (1998), as novas tecnologias combinadas com uma filosofia participativa em políticas para crianças, favorecem a tomada de decisões com entendimento muito melhor da situação geral do município e com um acompanhamento permanente de ações específicas (DOWBOR, 1998, p. 301).

No Brasil, somente os adolescentes somam mais de 21.249.557 pessoas, o que representa 12,5% da população brasileira, pessoas que vivem um momento especial do seu desenvolvimento (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002), e que apresentam peculiaridades e diversidades. Este trabalho não pretende buscar a definição de uma conceituação da adolescência tarefa que segundo o UNICEF (2002), é bastante complexa e difícil, dada a heterogeneidade que envolve a adolescência no Brasil, pelas grandes diversidades e desigualdades, em seus aspectos naturais, sociais e culturais (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p. 9).

Trataremos, portanto, de identificar algumas das características que permeiam a adolescência, que são peculiares, mas não exclusivas, e favorecerão o conhecimento e interpretação das situações e condições que envolvem a existência e desenvolvimento neste momento da vida humana.

Dessa forma, no Brasil, a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - define esta fase como característica dos 12 aos 18 anos de idade, embora muitos estudiosos sobre o assunto não delimitam um período exato de duração da adolescência.

A palavra 'adolescência' tem sua origem etimológica no Latim "ad" ('para') + "olescere" ('crescer'); portanto 'adolescência' significaria, strictu sensu, 'crescer para'. Pensar na etimologia desta palavra nos remete à idéia de desenvolvimento, de preparação para o que está por vir (...). (PEREIRA, p. 1, 2004).

Segundo o UNICEF (2002), esta fase de desenvolvimento humano é caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o

ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p. 9).

COSTA (2000) acrescenta que a adolescência é uma fase de transição, ou seja, de travessia. Travessias que se faz na heteronomia da infância e a autonomia da idade adulta, do mundo da educação para o mundo do trabalho, da dependência total ou parcial para a independência, da transição de ser filho para a possibilidade de fazer filho. Acrescenta, ainda, que, para empreender essa travessia, o adolescente passará por uma trajetória biográfica e por uma trajetória relacional (conjunto das relações interpessoais por ele estabelecidas ao longo de sua trajetória biográfica com o mundo adulto e com seus pares) (COSTA, 2000, p. 21).

Identificam-se, portanto, desde características físicas e biológicas, que podem ser consideradas enquanto “sinais” de transição entre a vida infantil e a adulta, o que não significa dizer que a determinação da fase adolescente seja definitiva e exclusivamente reconhecida por intermédio da idade e pelas alterações orgânicas. Para se pensar em adolescência, é preciso considerar, de modo especial, os aspectos psicológicos, fatores sócio-culturais, cognitivos, etc. Igualmente, é preciso pensar no contexto, ou seja, refletir sobre o mundo - o cenário - em que o adolescente está inserido. É, na verdade, um período de rápido desenvolvimento em todos os aspectos – físico, emocional, psicológico, social e espiritual. Segundo o UNICEF (2002), a adolescência, fora o período pré e neonatal, é a fase de mais rápido desenvolvimento humano. Complementa, ainda, o documento, referindo-se ao modo como os próprios adolescentes vêem a adolescência, como um momento único, real e que dá sentido a sua existência (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p. 12).

Na adolescência, busca-se sair do círculo restrito da família para participar da sociedade que deveria acolhê-los (as) como cidadão (ã) de direitos e deveres. O (A) adolescente deveria encontrar na sociedade espaço de evasão para expressão de seus sentimentos, de suas inquietudes, de sua reflexão crítica e, sobretudo, de sua criatividade e sensibilidade face ao mundo à sua frente.

A dificuldade dos adultos em dialogar e (con)viver com os (as) adolescentes favorece associá-los (as) com problemas e crises. Este momento de desenvolvimento humano, por vezes tratado como impulsivo, intransigente, rebelde, outras vezes interpretado como características de inovação, criatividade, inventabilidade, busca de novas relações, valores e atitudes, tudo isso pode

representar potencialidade, mas também o seu risco, ou seja, parece existir uma linha tênue entre estas duas possibilidades.

Mesmo determinadas experiências de transgressão podem trazer crescimento e amadurecimento, desde que reconhecidas em seu significado e assumidas como aspectos de um processo de busca de referências de autoridade e de limites em uma fase em que seu desejo é transpor a tudo e a todos (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p. 42).

É neste período da vida em que se intensifica a busca de experiências, de curiosidade e experimentação.

A facilidade de aprendizagem e o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva peculiar a essa fase da vida; as vivências das fases anteriores; seu desenvolvimento físico e mental vão permitindo ao adolescente colocar-se como ser único no mundo, mas, ao mesmo tempo, uma pessoa que é parte de um tecido social formado por suas referências familiares, comunitárias e sociais, em que desempenha papéis como cidadão de direitos e deveres (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p 12).

O grupo da mesma idade tem grande influência. Costa (2000) acrescenta que “é este sentido de pertença a um grupo que facilita o crescimento psicológico do indivíduo e serve como força de integração na primeira parte da adolescência”. (COSTA, 2000, p.72). Este mesmo autor, em palestra³² proferida colocou que na vida se nasce duas vezes, a primeira vez para a família e, a segunda, na adolescência, onde nasce para si mesmo (descobre-se), para a comunidade e para a sociedade.

Nesse sentido, é importante pensar a adolescência como uma categoria relacional, já que na realidade os adolescentes se constituem no espaço social em relações entre eles mesmos, suas famílias, as gerações adultas e as instituições da sociedade.

A adolescência também é uma construção social e cultural, que. Ela se situa entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta, naquele período

³² Palestra proferida por Antonio Carlos Gomes da Costa na Capacitação dos funcionários do Centro de Sócio Educação em fevereiro 2005, Londrina, PR.

de inquietude, mudanças, imaturidade, entre a falta de autoridade e de poder.

A singularidade do ser adolescente, nesta fase da vida, localizada entre a infância e a idade adulta, fazem-nos depositários de direitos a serem garantidos pelos adultos compreendidos como responsáveis pelo seu desenvolvimento enquanto pessoa em formação – família, sociedade e Estado (art. 4º do ECA e art. 227 da CF/88).

Para Costa (2000), este período transitório é exatamente o caráter limítrofe da adolescência, sua natureza fugidia carregada de significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade; essa construção cultural é objeto de atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas. Com esse olhar cruzado e ambivalente, no qual se misturam atração e desconfiança, caracteriza-se a adolescência como uma realidade cultural carregada de uma imensidão de valores e de usos simbólicos e não só como um fato social simples, analisável de imediato (COSTA, 2000, p.77).

Novaes (2003) explica que, nesta fase da vida, os limites são testados principalmente porque os adolescentes estão, em termos biológicos, mais longe da morte (apud FREITAS; PAPA, 2003 ; p. 2003).

Todas as considerações até aqui expostas se colocam como desafios, frente ao significativo índice populacional que os adolescentes representam, o que nos indaga conhecer mais e melhor a realidade deles.

Já se evidenciou que as características da própria adolescência, como fase importante do desenvolvimento humano, geram desafios constantes. Somam-se a elas, ainda, as condições adversas às quais são impostas pelo sistema político, econômico e social que impera na sociedade vigente.

A revolução tecnológica, a globalização e a modernidade não se configuram como uma garantia de acesso de todos aos produtos e bens produzidos. Ao contrário, acirra a exclusão.

Para Costa (2000), a juventude é produto de um conjunto de dinamismos histórico-sociais: a revolução industrial, a urbanização e a emergência da escola pública. Todas as manifestações do fenômeno juvenil constituem-se a partir da disponibilidade maior de tempo livre e do relacionamento com seus pares, ou seja, os jovens são o resultado do ambiente econômico, social e cultural do seu tempo e das relações pessoais e sociais que estabelecem nessa fase da vida (COSTA, 2000, p. 110).

Nesse sentido, a adolescência constitui-se um desafio para as políticas públicas no seu desenvolvimento integral, principalmente quando se considera de fundamental importância associar o conhecimento às demais experiências da vida.

Conforme a afirmação do Unicef (2002), o processo educativo básico além de cumprir a responsabilidade da qualificação profissional, deve ainda assegurar o acesso a um conjunto de conhecimentos necessários para que as pessoas possam participar da vida pública e enfrentar as dificuldades impostas pelos processos das diferentes formas de globalização.

(...) a adolescência é um período de vida precioso para o desenvolvimento de habilidades intelectuais necessárias a essas realidades. Isso inclui fundamentalmente o desenvolvimento da inteligência, que na adolescência atinge a fase do pensamento formal, condição essencial para todo o trabalho de raciocínio mental e abstrato. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p. 25).

A escola, na adolescência, constitui um importante papel de referencial estruturante, sendo que as experiências vividas neste ambiente educacional pelos adolescentes favorecem o processo de socialização e de desenvolvimento. Ao favorecer o exercício do desenvolvimento social e a participação coletiva, tem um papel primordial de instância formadora para exercício da cidadania em todas as suas dimensões.

(...) os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental são decisivos para o desenvolvimento cognitivo rumo ao estágio das operações formais e das habilidades intelectuais subjacentes para acompanhar o programa de ensino. Pesquisas recentes sobre as dificuldades do adolescente em prosseguir os estudos a partir da 5ª série do Ensino Fundamental apontam para a importância da qualidade da alfabetização como fator de fixação e continuidade na escola. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p. 26)

Novaes (2003) ainda complementa que a escola é apontada como uma instituição em que os (as) adolescentes confiam, vista como um bom lugar para se fazer amigos. Portanto, estar prematuramente fora da escola é estar privado da sociabilidade que caracteriza a condição dos adolescentes (apud FREITAS; PAPA,

2003, p. 2003).

As políticas públicas também devem contar com equipes especializadas e competentes na atenção a esse público, capazes de acolhê-los na complexidade de suas demandas. Por exemplo, a atenção à saúde mental, que deve dispor de serviços especializados para adolescentes. Embora esta área sofra careça de grande defasagem em todo âmbito nacional.

Segundo o UNICEF (2002), por se tratar de um período de consolidação e de aquisição de hábitos de vida que irão marcar todos os comportamentos adultos relativos aos cuidados com a saúde - hábitos alimentares, uso e abuso de drogas, relações sociais e afetivas, práticas de violência, práticas sexuais e comportamentos de risco todos os serviços de atendimento a adolescentes devem se constituir em espaços de atenção à saúde física e mental.

Complementa o documento com a seguinte afirmação:

Uma política de estímulo ao autocuidado e autoproteção configura-se em um desafio de múltiplas políticas nas quais educação, saúde, cultura, esporte, lazer, assistência social desempenham tarefas específicas, mas profundamente articuladas em um processo no qual o acesso à informação tem ligação direta com o acesso aos serviços, condição básica para a mudança de atitude. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p. 34).

Cabe, ainda, ressaltar, um aspecto significativo no desenvolvimento humano que é a sexualidade e, na adolescência, a sua iniciação é uma experiência marcante, que repercutirá durante toda sua vida, devendo, portanto, ser tratada com a devida atenção pela família, políticas públicas e sociedade.

Ao se verificar como o (a) adolescente ocupa seu tempo livre, a pesquisa realizada pelo UNICEF (2000) identificou o que os adolescentes apresentam como entretenimento, sendo que a convivência com os amigos obteve primeiro lugar por 53% dos entrevistados e em segundo lugar a televisão, apontada como fonte de diversão e lazer por 51% dos entrevistados. A pesquisa ainda menciona que a grande maioria dos adolescentes entrevistados não identificam outras opções e oportunidades de entretenimento, sendo que mais de 80% não dispõem de equipamentos públicos ou comunitários que assegurem o direitos ao esporte, cultura e lazer gratuitamente (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA

INFÂNCIA, 2002, p. 43).

A partir desses dados, percebe-se a importância que o grupo, denominado amigos, tem para os adolescentes. Na experimentação da convivência com o outro, tem-se a possibilidade de expressão de sentimentos, de aprendizagem e desenvolvimento de habilidade. Porém, também se identifica, através dos dados apontados que a existência de oportunidades, através de espaços de socialização com ações direcionadas ao desenvolvimento psicomotor, serve de estratégia ao desenvolvimento pessoal e à socialização. Assim, estimular o desenvolvimento da sensibilidade favorece ao ser humano voltar-se para o belo, para o estético e também para o outro e para o ético. Dessa forma, a cultura, o esporte, o lazer são ferramentas fundamentais que favorecem a melhoria da auto-estima, do auto-conhecimento e da auto-proteção.

A auto-estima é um elemento básico que contribui para dar sentidos positivos e a construção de projetos de vida aos adolescentes.

O Unicef (2002) afirma que essa dimensão da alteridade é ingrediente fundamental para a construção de redes afetivas e sociais (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p. 44).

Considerando o significado que as relações ocupam na vida do adolescente, conforme apontam os estudos e pesquisa nesta área, Costa (2000) contextualiza que muitos autores têm denominado este tipo de (con)vivência como “neotribalismo”. Explica o autor que esta terminologia caracteriza a socialização definida pela fluidez, encontros pontuais e a dispersão, onde os adolescentes “vinculados por sensibilidades compartilhadas e emoções vividas em comum”, constroem suas identidades – muitas vezes transitórias (COSTA, 2000, p.116).

Tais considerações reafirmam que na adolescência, percorre-se por uma trajetória biográfica e por uma trajetória relacional, o que corresponde a um conjunto de experiências socializantes, que possibilitam subverter o destino, que pela origem de sua classe, corresponderia na estrutura social. Nesse sentido, o modo de ser, de agir e a forma como os (as) adolescentes lidam com as utopias, opressões, liberdade e justiça, lhes permite-lhes transgredir, transformar, não alienando sua capacidade. Cabe lembrar que, neste processo de desenvolvimento da adolescência, em muitos momentos, depara-se com uma linha tênue e que a ausência de cuidado e proteção nesta fase de vida acarretará em conseqüências significativas, que terão influência no seu próprio modo de se ver e (con)viver com

as demais pessoas em sociedade.

Dessa forma, ao falar de adolescência, deve-se levar em consideração a dinâmica dos centros urbanos, o contexto atual, de globalização, mundialização da cultura, exclusões, dentre outros aspectos.

Todo este contexto coloca os (as) adolescentes em condições muito diferenciadas, diante de realidades muito distintas, em que alguns têm acesso a tudo e outros são segregados pela pobreza, ignorância, o que gera formas distintas de ver, de viver, de conviver e, sobretudo, de consumir.

Ressalta Dowbor (1998) que passamos a (con)viver com uma nova realidade, que avançou muito mais rapidamente do que a nossa capacidade de sistematizar sua compreensão e, sobretudo, a nossa capacidade de gerar e gerir as instituições correspondentes. Neste processo vertiginoso de mudança em que vivemos, somos desafiados a pensar no “como”, em organização político-institucional, agir sobre as macrotendências da sociedade. Porém, as soluções político-insitucionais devem constituir uma resposta à mudança, e não a uma nova situação (DOWBOR, 1998, p. 415).

Este mesmo autor ressalta que vivemos a mais profunda e acelerada revolução que a humanidade já conheceu, sendo

essencial revermos nossas ideologias, as nossas concepções sobre as formas de organização social e política, levando esta revolução em conta. Isto porque, à medida que este prodigioso aceleração do tempo de transformação se dá em forma profundamente desigual, os referenciais tradicionais perdem boa parte do seu sentido, ou no mínimo se tornam demasiado grosseiros e globais, frente a uma realidade muito diferenciada. Não é a situação que mudou, exigindo novas políticas: não há mais situação, e sim um processo de mudança permanente, exigindo formas de gestão social radicalmente alteradas, visões de mundo renovadas. (DOWBOR, 1998, p. 297).

Da mesma forma que o mundo vem se transformando numa velocidade em tempo acelerado, o público infanto-juvenil transforma-se em busca de suas necessidades e da construção de sua identidade, o que nos faz pensar que as circunstâncias devem ser transformadas em oportunidades, pois o tempo é o agora neste processo de mudança permanente.

Para Costa, o adolescente pobre se encontra em dupla desvantagem: a primeira, por ser pobre, e, em segundo lugar, por ser adolescente

pobre (COSTA, 2000).

A marca da pobreza é tão profunda e conseqüente que um adolescente, ao ingressar precocemente no mercado de trabalho sem uma formação adequada, tem mínimas opções de escolha do seu futuro profissional, tendo pouca possibilidade de proteção e de benefícios sociais.

Mais do que uma perda de coisas, a pobreza é a perda do direito a opções.

O desejo de consumo é despertado em todos, mas o acesso é limitado e restrito, predominando a situação econômica/social na qual as crianças e adolescentes se encontram, diferenciando o significado e o sentido da fase infanto-juvenil.

Porém, ao longo do processo histórico, essa parcela da população vem buscando sua identidade e construindo modos de vida. Atualmente, a sociedade vive um paradoxo em relação à juventude, ou seja, a cultura atual de supervalorização do ser jovem não condiz com sua inserção sócio-econômica, quando há desemprego, falta de investimentos em equipamentos sócio-culturais, falta de horizontes profissionais.

As alternativas muitas vezes encontradas pelos adolescentes e jovens para sua inserção social, podem privá-los ainda mais do acesso e gozo de seus direitos.

Castells coloca com muita propriedade:

Enquanto organizamos, por cima, a nova ordem econômica e tecnológica, um amplo setor de jovens está construindo, por baixo, uma desordem alternativa feita de sua negação a um sistema que os nega. (CASTELLS, 1999, p.10).

Trata-se, portanto, de uma população mais frágil e vulnerável e que se não for cuidada e protegida, conforme estabelece o ECA, está sujeita às situações que a expõem à situação de vulnerabilidade e risco como, por exemplo, privações de todas as ordens; dificuldade de permanência e sucesso na educação formal; estabelecimento de relações familiares e comunitárias conflitivas; ingresso precoce no mercado de trabalho; permanência nas ruas; suscetibilidade a comportamentos transgressores e infracionais; baixa capacidade de competitividade

com outras crianças e adolescentes.

O conflito também é um aspecto presente na vida dos (as) adolescentes, seja pela diferença entre suas expectativas e demandas, como também pelas respostas dadas pelo mundo institucional adulto.

Nem sempre os adolescentes se incorporam socialmente sem que haja sinais de conflito. As instituições sociais que atuam na inserção, devem ter certo grau de flexibilidade, para não reproduzirem o aparato repressivo e controlador da sociedade. Na adolescência, diante do potencial criativo e de experimentação (ou vivência de experiências), reivindicam reconhecimento e delimitação de seu território simbólico; ocorre que nem sempre a família, a sociedade e as políticas públicas conseguem identificar esta necessidade e nem estabelecer e/ou intermediar uma negociação simbólica, optando pelo exercício do poder, o que aguça a existência de conflito.

A possibilidade de autonomia, começando pelo próprio corpo, concretiza-se de maneira exclusiva contra ou à margem das instituições vigentes, seja através da ação político-social, a diferenciação cultural ou a delinquência, isto é, colocando em ação o corpo, capaz de falar, amar e comunicar-se (FREITAS; PAPA, 2003, p. 20).

É perfeitamente cabível afirmar que a adolescência apresenta no contexto atual uma nova condição de ser e de fazer. E não há mais espaço para as instituições terem o papel de ser transmissoras de uma cultura adulta hegemônica. Neste processo de mudanças, seus saberes são questionados e confrontados, perdendo pouco a pouco sua eficácia enquanto propagadora de tais preceitos e por não conseguirem interpretar e adentrar na subjetividade infanto-juvenil. Estabelece-se, portanto, um fosso entre aqueles que promovem ações de intervenção e seus destinatários. E com a riqueza de potencial e energia, estes últimos constroem alternativas que podem tender ao aumento do risco e vulnerabilidade.

Essa nova condição juvenil se caracteriza por uma forte autonomia individual (especialmente no uso do tempo livre e do ócio), pela avidez em multiplicar experiências vitais, pela ausência de grandes responsabilidades de terceiros, por uma rápida maturidade mental e física, ainda que atrasada no econômico, com o exercício mais precoce da sexualidade (FREITAS; PAPA, 2003, p. 25).

Ao longo do tempo, o período infanto-juvenil era apontado como tempo de aprendizagem, muitas vezes penosa e árdua, para adquirir experiência

suficiente para chegar à vida adulta, conforme já sinalizado anteriormente, com pouca ou nenhuma autonomia, ou mesmo o reconhecimento de suas capacidades e desejos.

E para afirmação desse modo de agir para com as crianças, criava-se um imaginário de que as “melhores coisa da vida” estavam reservadas aos adultos, especialmente no plano econômico, político e sexual (Freitas; Papa, 2003, p. 25) e, dessa forma, aguçava a ânsia da população infanto-juvenil de se introduzir definitivamente no mundo adulto e, por outro lado, felicitavam-se os adultos quando conseguiam realizar-se com rapidez (FREITAS; PAPA, 2003, p. 25).

Num processo de construção da identidade, a experimentação do desenvolvimento humano pode ser vivida por aproximações sucessivas e temporais, nas quais as responsabilidades podem ser assimiladas e compreendidas para que possa ter no futuro condições de responder por inteiro pelos atos de sua vida. Cabe também lembrar que o período de formação tem se alongado na perspectiva de uma maior preparação para inserção trabalhista e melhoria das condições de vida.

(...) os anos de capacitação, mais que uma certeza de inserção trabalhista, aparece como um imaginário de esperança passível de amainar as incerteza das brecha cada vez maior entre o capital e o trabalho, como prolongar uma idade sem maiores exigências produtivas de renda e o ampara das instituições educacionais (FREITAS; PAPA, 2003, p. 26,27).

Para o CETAD – Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas – da Universidade Federal da Bahia, os adolescentes possuem de fato uma dimensão psíquica singular, articulada com aspectos biológicos, sociais e culturais (ABRAMOVAY; CASTRO, 1998).

Suas estatísticas se referem ao grupo de 14 a 20 anos como alvo de programas especiais para adolescentes (considerando o aumento de consumidores habituais de drogas e/ou toxicômanos nessa faixa etária e a sua resistência em relação ao tratamento clínico mais convencional), contudo advertem que, em que pese a interpretação de desorganizações, inconformismos, resistências aos adultos, convenções e instituições, e até atos de criatividade naquela faixa como “crises da adolescência” haveria que cuidar sobre o perigo de políticas e práticas de medicalização homogeneizadoras, uma vez que se algo mais se acentua, ou se visibiliza em tal ciclo seria a busca pó expressar singularidades, a subjetividade (ABRAMOVAY; CASTRO, 1998, p. 582).

Diante de tais colocações, vale a pena possibilitar aos adolescentes que se apropriem do seu processo de desenvolvimento.

Crianças e adolescentes são entes de direito que invocam proteção e atenção, mas uma grande parcela encontra-se exposta e desclassificada desse direito.

Os direitos existem, segundo Dallari (1984), “porque todas as pessoas têm algumas necessidades fundamentais que precisam ser atendidas para que elas possam sobreviver e para que mantenham sua dignidade”. Direitos existem, portanto, para atender necessidades, principalmente as básicas. Nem todas as necessidades podem ser providas através do Direito, mas quando se reconhecem as necessidades como “direitos” significa que estas são exigíveis, são reclamáveis.

Na promoção dos direitos, e especificamente o direito a uma vida digna para todas as crianças e adolescentes com proteção integral, há de visualizá-los como um todo, objetivando o seu desenvolvimento social, assegurando que os mesmos sejam sujeitos de direitos, cidadãos.

Nessas configurações e rearranjos da sociedade, surge a necessidade de pensar de que maneira vem se dando o sustento econômico e cultural das famílias que vivem a situação de exclusão social. O fato é que estes segmentos da sociedade se mostram ainda mais fragilizados, marcados pelo contexto neoliberal que agoniza a situação das famílias já empobrecidas, na medida em que se amplia a distância entre as classes através da maior concentração de renda em favor das elites.

Concordamos com Costa (2000), uma vez que a ausência de direitos sociais próprios, de seu acesso e de sua exigibilidade, de instâncias públicas às quais recorrer, os coloca em uma situação de grande vulnerabilidade social (COSTA, 2000, p.118).

Destacamos anteriormente, o significado que o acesso ao lazer, cultura e esporte tem na vida de um (a) adolescente. A realidade vivenciada por uma parte dos (as) adolescentes brasileiros depara-se com números que ferem significativamente seus direitos, deixando-os vulneráveis e suscetíveis a práticas de maiores riscos.

Segundo recente pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas 12% das escolas públicas de ensino básico no Brasil possuem

instalação esportiva (quadra ou piscina). O investimento público nesta área não ultrapassa 1% do orçamento, seja pelo governo federal e municípios, o que demonstra que o esporte como política pública ainda fica aquém de contribuir para a diminuição das desigualdades e desenvolvimento bio-psico-social das crianças, na ocupação do tempo livre como instrumento de lazer e formação das crianças (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006, pág. D1).

Além dos dados apontados, cabe refletirmos o fato de terem um raio restrito de circulação, geralmente segregados em seus bairros, seja pela dificuldade de acesso a estruturas de esporte, cultura e lazer, seja pela locomoção, na qual o meio de transporte, pela ausência de renda, configura-se em um limitador significativo, condições que os privam do benefício do uso da cidade em que vivem.

(...) além da falta de oportunidades de trabalho e de alternativas de lazer, uma marca singular dos jovens, nestes tempos, é a sua vulnerabilidade à violência, o que se traduz na morte precoce de tantos (...) se falta de alternativas de trabalho e lazer não é o traço novo na vida dos jovens de baixa renda no Brasil, o medo, a exposição à violência e a participação ativa em atos violentos e no tráfico de drogas seriam marcas identitárias de uma geração, de um tempo no qual vidas jovens são ceifadas como em nenhum outro período da idade moderna, exceto as circunstâncias de guerra civil ou entre países. Ou seja: são marcas dos tempos atuais e não distintos de uma classe pobre (...) (CASTRO, 2001, p. 69).

Nesta limitação imposta, recorreremos a Telles (1992) que explica a exclusão social como um fenômeno multidimensional que não se restringe à insuficiência ou ausência de renda, mas expressa a combinação de várias desvantagens que impedem o excluído de pertencer à sociedade e de nela ser reconhecido como sujeito de direitos (TELLES, 1992, p. 7).

Castro (2001) complementa que não há uma relação linear absoluta entre pobreza e violência, mas que, além dos efeitos negativos na qualidade de vida material, a pobreza facilita sentidos culturais perversos, inclusive comprometendo a subjetividade, a criatividade (...) (CASTRO, 2001, p. 25).

A condição de existência humana, portanto, propicia condições ao desenvolvimento de condutas anômalas em relação à moralidade e à legalidade vigentes na sociedade.

A realidade tem mostrado que o público infanto-juvenil goza

(...) de abundante tempo livre, embora se trate de um tempo de espera, vazio, em virtude da falta de trabalho, de estudo e de alternativas de um ócio criativo e vitalmente enriquecedor. Não é um tempo legitimado e valorizado socialmente pela família e pelos pares, mas sim o tempo da angústia e da impotência, o tempo da estigmatização social, um tempo que empurra na direção da marginalidade e da exclusão, o tempo do ficar “marcando bobeira” numa esquina, exposto aos agentes da limpeza social. A estes, a perspectiva de uma vida de trabalho e sacrifício não lhes parece ter a mesma eficácia que aos seus avós, seja por saberem que não conseguirão o que estes obtiveram, ou porque não lhes interessa conseguir incamente o que seus avós buscavam (FREITAS; PAPA, 2003, p. 26).

A atenção da sociedade e do Estado para o público nesta condição exige olhá-lo identificando-o como uma oportunidade real de desenvolver o seu potencial como pessoas e cidadãos do futuro e propiciando uma forma construtiva de socialização.

A sociedade tem, portanto, cidadãos vivendo um período especial de suas vidas que oferecem ao País energias geradoras de mudanças positivas, de novas vivências e descobertas que, estimuladas e apoiadas, vão contribuir decisivamente para melhorar a qualidade de vida de todos (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA, 2002, p 13).

Nesta faixa etária, demanda-se por espaços de sociabilidade e de manifestação de criatividade, e o desencanto com os aparatos institucionais gera a perda de referencial ético, a baixa auto estima.

O investimento na valorização da auto-estima, o fato de “se querer bem” pode contribuir significativamente para o afastamento de condições de vulnerabilidade social.

Entretanto, o sentido de se querer vai além do imediato, do presente, é um se querer que se nutre da apreciação por outros, de forma positiva (CASTRO, 2001, p. 487).

Para a Fundação Travessia (São Paulo), a auto-estima constitui um processo de busca identitária ou de desidentificação com símbolos negativos impostos (apud CASTRO, 2001, p. 487).

Portanto, mais do que uma tipologia abstrata das características desse momento, é preciso reconhecer que a adolescência significa os primeiros contatos com os dilemas que constituem a vida adulta e, dessa forma, a construção da identidade e a experimentação são elementos fundamentais para o campo das escolhas e dos caminhos que se fazem ao longo da história.

Cabe às políticas públicas serem sensíveis às necessidades materiais e simbólicas dos adolescentes, sendo que as ações desenvolvidas demonstram conhecimento, enganos e fracassos que deverão ser devidamente observados para que possamos avançar na história de construção de direitos.

Segundo Martins,

Nas últimas décadas o país experimentou mudanças modernizadoras, muitas vezes induzidas, que convivem com o arcaísmo de práticas e de instituições que alimentam relações de poder e valores enraizados em estruturas oligárquicas ainda não superadas, o que nos configura como uma “sociedade de história lenta” (MARTINS, 1994).

Por essas razões, somos portadores de relações sociais que, no presente, traduzem datas e processos históricos diversos (FREITAS; PAPA, 2003, p. 57).

Não é objetivo de deste trabalho percorrer todos os temas subjacentes à discussão desse momento da fase de vida. A condição da adolescência refere-se ao modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida, e a situação que traduz os diferentes percursos experimentados pela condição juvenil a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero, etnia, origem rural ou urbana.

Segundo Freitas e Papa (2003), as orientações e imagens socialmente construídas sobre juventude refletem relações de poder estabelecidas – a partir de hierarquias econômicas, culturais e de idade – e tendem a negar a diversidade de situações. Destacam que se trata de um campo de disputa não só em torno das modalidades de ações, mas principalmente em torno dos significados atribuídos à condição de adolescente (FREITAS; PAPA, 2003, p. 61).

Dessa forma, como as ações de atenção e cuidado ao público infanto-juvenil ocorrem de forma precária, limitada e insuficiente e/ou inexistente, as crianças e adolescentes buscam suprir os vazios “instituídos” deixados pela família,

pela escola em seu processo de construção da identidade e de desenvolvimento social e afetivo. Vão buscar identificar espaços de socialização, convivência e talvez reciprocidade em que tenham condições de expressar uma afetividade, acabam por construir sua identidade e desenvolver sua personalidade (COSTA, 2000, p. 113).

A ausência de um projeto de vida para o (a) adolescente faz com que tudo se restrinja ao momento presente; por não perceber um horizonte adiante, também não vê razão em cuidar de si e dos outros. Portanto, um desafio colocado é a estimulação para que despertem o desejo pela vida. Do contrário, o rumo que ele (ela) dá para sua vida acabará repercutindo na vida da família, da comunidade e, conseqüentemente, na própria sociedade, a qual cobra de cada pessoa um papel social a desempenhar.

Oxalá consigamos atingir a compreensão prescrita na legislação de que cada criança e adolescente tem um potencial, e que desenvolvê-lo é um dever e um direito seu (COSTA, 2000,p.112).

3.2 VULNERABILIDADE

A vulnerabilidade e a resiliência vêm sendo estudadas com maior ênfase nos últimos tempos, ao estarem relacionadas a fatores de risco e de proteção, buscando identificar a influência de tais aspectos na vida das pessoas.

Vivenciamos uma gama de situações que colocam as pessoas em condições de vulnerabilidade decorrentes da degradação dos modos de vida. Tal processo de degradação tem no enfraquecimento e destituição da condição salarial³³ – o desemprego em massa, a instabilidade das situações de trabalho, a perda da renda, perda de identidade e insuficiência de sistemas de proteção – o cerne de significativas transformações que implicam diretamente no modo como as pessoas passam a viver em sociedade. São novas configurações que se instituem na (con)vivência das famílias, comunidade e sociedade, o que implica diretamente em suas trajetórias de vida.

A fragilização e ruptura dos vínculos provocam, nas pessoas,

³³ A condição salarial é aqui entendida na centralidade do trabalho compreendendo-o como (Castel, 2003) eixo das relações sociais, como processo que origina as configurações culturais, simbólicas e identitárias. (CASTEL, 2003, p. 12).

insegurança, o que se configura como uma ameaça ao desenvolvimento de perspectivas futuras que lhe possibilitarão gozar de uma vida digna. Essa condição vivenciada por pessoas e grupos é denominada vulnerabilidade social.

A dificuldade da sociedade em manter a coesão vem favorecer a manifestação da questão social. Segundo Castel (2003), a questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e procura conjurar o risco de sua fratura" (CASTEL, 2003, p.30). Ela questiona o conjunto da sociedade. E é justamente este risco que incomoda, inclusive, quem está em uma condição mais confortável. Por vezes, a simples existência da pobreza³⁴ não se caracteriza em nenhum "agravante", ocorre que seus desdobramentos como o aumento dos bolsões de pobreza, da permanência de crianças na rua, do cometimento de atos infracionais e crimes podem agravar a estabilidade social, configurando-se, por exemplo, num aumento explosivo da violência.

A impotência diante de acontecimentos que ultrapassam nossa compreensão e o desconhecimento sobre as complexidades e diversidades presentes nas cidades e na vida de seus habitantes dá margem à existência de um imaginário preconceituoso e estereotipado associado à pobreza, o que se configura, muitas vezes, na culpabilização da pobreza, implicando em conseqüências diretas para as pessoas que vivenciam tal realidade.

Marcuse (2004) ilustra bem esse contraste existente na sociedade:

(...) a riqueza e a pobreza convivendo face a face não se podem mutuamente ignorar. Se a riqueza é aparatosa e gosta de exibir seu luxo, a pobreza não pode esconder-se, atravessa os limites dos bairros pobres e chega às ruas bem comportadas, às avenidas, às pontes e viadutos, às marquises dos edifícios grandiosos (...)

O rosto da pobreza não é bonito onde quer que se encontre, com certeza na cidade, ele é mais feio e mais carregado de símbolos depreciativos (...) Cruza diariamente nosso caminho e é parte da imagem e da consciência que temos da cidade.

(...) Para as classes dominantes é difícil reconhecer um igual nos personagens da pobreza. Reconhece-se o diferente como desigual. Da desigualdade à inferioridade não há muita distância (...). (apud SAWAIA, 2004, p.129).

³⁴ Para Paugam, a pobreza deve ser definida a partir de reações sociais provocadas por circunstâncias específicas (apud SAWAIA, 2004, p. 69). Complementa ainda o autor: "Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência" (PAUGAM, 2003, 45)

Zaluar (2004), referindo-se a Castel, comenta sobre o

(...) “individualismo negativo” o, individualismo dos que ficaram ilhados no esgarçamento do tecido social, isolados, atomizados, sem o ideário e os valores partilhados socialmente, o individualismo dos que, através do narcisismo, buscaram as ilusões de uma independência individual absoluta e encontraram o vazio (ZALUAR, 2004, p. 286).

Esse quadro revela uma condição antropológica nova, que Castel (2003) chama de uma espécie de nova barbárie, que é menos o retorno à selvageria de antes da civilização do que a invenção de um estado de dessocialização própria da vida moderna, ou seja, vivencia também uma degradação moral, além da miséria material. Portanto, o pauperismo desafia todas as estruturas existentes, por ter o poder de levar à degradação completa dos modos de vida, o que afeta diretamente em todas as relações sociais estabelecidas (CASTEL, 2003, p. 287).

A miséria e a subversão da inteligência, a pobreza e o aviltamento da alma, o enfraquecimento e a decomposição da vontade e da energia, o torpor da consciência e da personalidade, o elemento moral em uma palavra, sensivelmente e mesmo com frequência, mortalmente atingido. Eis o caráter essencial, fundamental e absolutamente novo do pauperismo (CASTEL, 2003, p. 287).

Nesse sentido, a questão social passa a ser marcada por um processo em massa de desenraizamento e vulnerabilidade social.

Considerando que a vulnerabilidade social é tratada como um fenômeno que vem se acentuando no mundo contemporâneo, buscaremos estabelecer uma maior aproximação para a compreensão da temática e seus desdobramentos.

A vulnerabilidade é interpretada por Castel (2003) como uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade, situações estas, identificadas e presentes nas trajetórias de vida das pessoas que participaram desta pesquisa.

São muitas as pessoas que se deparam com dificuldades de (con)viver, decorrente das condições desiguais, seja na esfera econômica, seja na

esfera sociocultural, o que suscita o enfraquecimento das proteções.

Wanderlei (2004), ao se referir a Castel, comenta que este autor denomina tais processos contemporâneos como a desestabilização dos estáveis. Explica a autora que as pessoas, ao se tornarem vulneráveis e se instalarem na precariedade, podem culminar na inexistência ou no déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, ou seja, a chamada (inutilidade social), percorrendo-se o difícil caminho de estar como que suspenso por um fio (apud SAWAIA (org), 2004). Portanto, buscaremos situar nesta zona intermediária, as conseqüências que têm para as pessoas atingir a precariedade econômica e a instabilidade social. Os autores anteriormente citados buscam deixar claro que a vulnerabilidade de massa difere da consciência secular de uma pobreza de massa. Castel (2003) explica que a vulnerabilidade se caracteriza por uma condição de miséria vivenciada e de dissociação social. (CASTEL, 2003, p. 219;220). Essa condição de estar parece ter um efeito cumulativo na fragilização das relações familiares e nas relações mais amplas.

A vulnerabilidade tem grandes conseqüências para as famílias. Quando atingidas pela degradação da condição salarial, perdem o status social e, passando a viver na precariedade econômica, ficam muitas vezes reduzidas à gestão de seu capital relacional (CASTEL, 2003, p. 534). Ocorre que tais instabilidades comprometem também a administração e cuidado com as suas relações primárias.

Esta precarização se apresenta como déficits nas trajetórias de vida das pessoas, implica diretamente no modo “como se vive” e, para desvendá-las, faz-se necessário conhecer “de onde se vem”, para então poder projetar, reenviando a dinâmicas mais amplas.

No estado de vulnerabilidade, vivencia-se com incertezas, o que dificulta a constituição de um projeto de vida, de ter perspectivas para o futuro, condição que alimenta a esperança por projetar sonhos e desejos.

Para Paugam (2003), a ausência quase total de um projeto de ascensão social, associada à perda de referências familiares e tradicionais, leva a graves dificuldades, dentre as quais aponta a inadaptação às normas de ambiente coletivo, o consumo excessivo de substâncias psico-ativas, a negligência. (PAUGAM, 2003, p.168).

Esta condição de estar, marcada pela incerteza, pela instabilidade,

revela o sentimento de estar como que suspenso por um fio.

É neste sentido que consideramos necessário conhecer determinados aspectos que, na trajetória de vida das pessoas, conduzem à vulnerabilidade, como também as motivações que as movem na busca de superação da situação vivenciada. Neste sentido, a trajetória e os processos pelos quais as pessoas passam e vivem no decorrer de suas vidas, algumas com conteúdo muito particular, são carregados de significados e/ou situações significantes, que envolvem as relações, os suportes de proximidade e os denominados sistemas de proteção, podendo ainda estar relacionados à moral, à reciprocidade, à solidariedade, à mutualidade e à autoridade. Seu agravamento se converge a condições de fragilidade e/ou estagnação. Sobrepujar tais condições é o que elevaria a um patamar comum de identidade (na sociedade) e de sentimento de pertencimento social.

Para identificar as pessoas que se encontram nesta condição, Castel (2003) prefere os denominá-los como desfiliaados. A desfiliação³⁵ é apresentada como uma ruptura de pertencimento. Consideram-se pessoas ou grupos com insuficiência de recursos materiais e também fragilizadas pela instabilidade relacional. Portanto, a desfiliação ocorre pela via da pauperização e pela perda de vínculo societal. O autor ainda explica que há risco de desfiliação, quando o conjunto das relações de proximidade que uma pessoa mantém a partir de sua inscrição territorial, que envolve sua inserção familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção (CASTEL, 2003, p. 51). A desfiliação, porém, não significa a ausência completa de vínculos, mas a ausência de inscrição do sujeito em estruturas que têm um sentido (Ibid., 2003, p. 536).

Conclui-se, portanto, que a precarização dos modos de vida de uma pessoa pode levar ao drama de inexistência externa e interna, é quando a fragilidade dos vínculos sociais, se intensifica.

Wanderlei (2004) ressalta ainda que, no mundo das relações sociais a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode produzir rupturas que conduzem ao isolamento social e à solidão. (apud SAWAIA, 2004, p.23)

³⁵ A expressão *desaffiliation* é um neologismo na língua francesa. O termo vem sendo traduzido por *desfiliação* e/ou *desafiliação*, termos também inexistentes na língua portuguesa. (SAWAIA, 1999, p. 21).

Pode-se dizer que, diante de tal condição, a pessoa se depara com o seguinte dilema: por um lado, vivencia-se a dificuldade de suportar tal situação e, por outro, angustia-se com a impossibilidade de transformá-la profundamente (CASTEL, 2003). O que nos desafia é identificar o que seria motivação para se buscar uma outra maneira de viver.

As crianças e adolescentes em condição de rua retratam bem a questão da desfiliação, pois os coletivos protetores como a família, grupo de vizinhança, instituições já não conseguem mais promover sua proteção.

Neste contexto, convive-se com uma sociedade com um grande número de pessoas suscetíveis de serem assim desestabilizadas.

(...) um terço ou da metade da população global, conforme os lugares e as épocas, está na situação de viver quase “pensando só no dia de hoje”, eternamente ameaçada de se encontrar aquém do patamar de recursos que permite uma autonomia mínima (CASTEL, 2003, p. 217).

A miséria, torna-se, portanto, um componente estrutural essencial dessas formações sociais (CASTEL, 2003, p. 217) e a vulnerabilidade à dimensão coletiva da condição popular.

A ausência ou precária existência de alternativas a esta condição de vida das pessoas, ao negar-se o acesso a determinados insumos como educação, trabalho, saúde, lazer e cultura, diminuem as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais, principalmente para a população infanto-juvenil, situação que tende a manter-se, agravar-se e até mesmo aumentar, ao perpetuar pelas gerações seguintes, privando-as de condições de dignidade.

Castel, ao analisar a deterioração da condição de existência humana, denomina esta parcela da sociedade como supranumerários, sendo aqueles indivíduos desterritorializados, com grande mobilidade, que não encontram lugar na organização tradicional do trabalho. Estes, portanto, nem sequer são explorados, complementa, pois, para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos. Coloca o autor, que inexistem socialmente, pois, para existirem deveriam ter um lugar na sociedade. (CASTEL, 2003, p. 117; 33). Já Arendt (1983) se refere como os “inúteis para o mundo”.

São, para outros, pessoas sem rosto, figurantes, por seus corpos terem sido desfigurados; são errantes, porque interiorizaram uma condição marginal, não se sentem pertencentes; sem valor, por já não terem mais nada o que perder. A esperança e o desejo, já não fazem parte de seus imaginários porque este está estagnado ao longo de uma trajetória de dor e sofrimento pessoal e social. Por fim, são depreciados por toda a sociedade por não serem “úteis” e por não terem “utilidade”, por não responderem às necessidades tidas como contemporâneas.

Martins (1997) ainda acrescenta que a sociedade moderna vem criando uma grande massa de população sobrando que tem poucas chances de ser novamente incluída nos padrões atuais de desenvolvimento. Essa condição, que deveria ser transitória, vem se transformando num modo de vida permanente e criando uma sociedade paralela (MARTINS, 1997, p. 33;34).

As crianças e adolescentes têm sido vítimas desse fenômeno, decorrente da estrutura e conjuntura vivenciada, que afeta significativamente sua condição de vida, tais restrições e limitações econômicas, sociais, culturais interferem diretamente o modo de ser e de se relacionarem. Assim, diante da situação em que vivem tais crianças e adolescentes, as esferas convencionais de sociabilidade já não oferecem respostas suficientes para preencher suas necessidades. E, diante dos vazios deixados, eles buscam constituir outras esferas ou dimensões de sociabilidade.

A rua, então, passa a ser um dos espaços de (con)vivência, respondendo a algumas necessidades tidas como imediatas, às quais denominam, muitas vezes, como liberdade, convivência em grupo, solidariedade, afeto, entre outros.

Ocorre que, nas ruas, permanecem também expostos a condições de vulnerabilidade e suscetíveis a condições de fragilidade. As pessoas da sociedade ora se colocam como piedosas e compadecidas da situação que visualizam, ora são extremamente preconceituosas e discriminatórias. O distanciamento e rompimento com os laços familiares e comunitários, a violência a que estão expostos, a negligência do Estado, todas são situações que marcam profundamente a trajetória de vida desta população.

A droga é mais um elemento de risco na vivência na rua. A experiência com a droga também deixa marcas, sendo que os motivos que os levam ao contato com as substâncias psico-ativas vão desde simples curiosidade, aceitação ao

grupo, disfarçar o frio e desconforto da madrugada, para enganar a fome, ou ainda para esquecer a realidade de abandono.

Assim, as relações e sentimento de pertencimento se colocam como aspectos significativos para pessoas, sendo que, na socialização primária, são referências básicas da noção de vinculação, dando base à existência e forma às vinculações nas relações com a vizinhança, participação em grupos, associações, entre outros. Já a perda de tais vínculos, ruptura e no caso dos supranumerários, sua inexistência, compromete significativamente as possibilidades de (re)estabelecimento de um sentido para viver.

Castel adverte para se evitar as tentações de profetismo e de catastrofismo (CASTEL 2003, p. 497), para a análise da realidade e suas formas de enfrentamento. Deve-se, portanto, buscar, à luz do processo histórico, avaliar a amplitude exata das mudanças ocorridas e estabelecer medidas para o enfrentamento. Acrescenta que o tratamento da questão numa perspectiva histórica permite dispor de algumas peças para recompor um novo quebra-cabeça.

Uma das alternativas identificadas para enfrentamento de tais situações tem como referência a definição de políticas de inserção, podendo ser entendidas como aquelas que utilizam a lógica da discriminação positiva, para aqueles que estão em situação deficitária e que necessitam de atenção e cuidado, como é o caso de crianças e adolescentes com vivência de rua, que necessitam de uma estrutura de atendimento especializado, como é o caso do serviço de Abrigo, ou seja, medidas específicas para um coletivo de pessoas numa dada condição.

A perspectiva de atuação com tais parcelas da população, deve ter como preceito a constituição de uma sociedade de sujeitos independentes e, para tanto é necessário identificar algumas condições para que isso chegue ou possa acontecer.

Para pensar neste futuro, não é suficiente acreditar que o amanhã possa ser melhor que o hoje e nem apenas esperar no futuro a melhoria dessa condição. Voltamos a afirmar que é necessário preparar as condições que, progressivamente, possam favorecer o desenvolvimento e socialização necessários a uma vida digna.

3.3 RESILIÊNCIA

A resiliência, enquanto realidade humana, pode ser tão antiga quanto a própria humanidade. A história da sociedade apresenta pessoas que, mesmos diante de situações adversas, como privações, limitações, renúncias impostas e diversos tipos de violências, resistiram e superaram tal condição.

No entanto, o interesse científico por este objeto é recente. Muitos países ainda apresentam-na como uma definição apenas das ciências exatas. Em dicionários, por exemplo, podemos identificar a sua definição voltada para a engenharia, enquanto capacidade de um material recuperar sua forma original, depois de ser submetido a uma deformação sob pressão. O dicionário de língua portuguesa, Novo Aurélio, reporta-se à Física para definir resiliência como “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica”. No sentido figurado, este dicionário a define como “resistência ao choque”. Já o dicionário de língua inglesa Longman Dictionary of Contemporary English (1995) oferece duas definições de resiliência, sendo a primeira enquanto “habilidade de voltar rapidamente para o seu usual estado de saúde ou de espírito depois de passar por doenças, dificuldades etc.; resiliência de caráter”. E a segunda como “a habilidade de uma substância retornar à forma original quando a pressão é removida: flexibilidade” (TAVARES, 2001, p. 14).

A resiliência é um conceito novo de uma realidade antiga que, hoje, assume um significado especial na formação das camadas mais jovens e nos grupos sociais de alto risco ou sujeitas a elevados níveis de desestruturação e de stress. (TAVARES, 2001, p. 43).

Vanistendael (1999) aponta que buscar a definição da resiliência poderia gerar um debate sem fim, embora a defina enquanto capacidade de uma pessoa ou de um sistema social de viver bem e desenvolver-se positivamente, apesar das condições difíceis de vida, e isso de maneira socialmente aceitável. O autor admite que tal afirmação provoque inquietações, podendo gerar questionamentos de todas as ordens. (VANISTENDAEL, 1999, p. 11).

Diante do exposto, compreendemos que uma maior aproximação com o tema favorecerá a leitura da realidade a partir da trajetória de vida percorrida

pelas pessoas que participaram da pesquisa de campo.

Placco vem contribuir para nossa compreensão de resiliência, ao apresentá-la como a possibilidade do sujeito superar a si mesmo e às pressões de seu mundo, desenvolvendo um autoconceito realista, autoconfiança e um senso de autoproteção que não desconsidera a abertura ao novo, à mudança, ao outro e à realidade subjacente (apud TAVARES, 2001, p. 8).

Já Zimmerman & Arunkumar (1994) chamam a atenção para uma importante diferenciação ao afirmarem que resiliência e invulnerabilidade não são sinônimos. Explicam os autores que, mesmo sendo a resiliência uma “habilidade de superar adversidades”, não significa que a pessoa saia da situação ilesa, como implica o termo invulnerabilidade. Como também não se deve dar a conotação de irresistível, insensível ou até mesmo conformado. Mas, ao contrário, trata-se da condição da pessoa estar forte o suficiente para reagir (apud TAVARES, 2001, p. 17). É importante também ressaltar que o grau de resiliência de uma pessoa não se configura como uma quantidade fixa e estável, podendo variar conforme a pessoa e a circunstância.

Desse modo, como a realidade se transforma, sua dinâmica também pode alterar a resiliência de uma pessoa. A resiliência, portanto, compõe-se de fatores tanto pessoais quanto ambientais.

Na contemporaneidade, os desafios e confrontos encontram-se cada vez mais presentes, gerando insegurança à nossa integridade física, emocional e cultural.

A busca permanente pelo equilíbrio pessoal e social está presente na resiliência. Isto favorece que as pessoas identifiquem um sentido para se viver, não se configurando, necessariamente, em ter um projeto de vida definido. E mesmo ao se deparar com situações extremas, a ponto de ferir sua integridade, a pessoa resiliente busca reagir; ousa tentar, o que favorece o estabelecimento de novos rumos para a vida.

Dessa forma, quando pensamos o que desencadeia a saída da criança de casa para rua, devemos avançar na compreensão de vê-la apenas sob a ótica de fuga da realidade, admitindo a possibilidade de ser uma reação e enfrentamento da situação vivenciada. Pode ser a manifestação do estranhamento do cotidiano e a capacidade de lutar pela vida, em busca de outros modos de viver. Devemos, portanto, olhar para vivências e experiências com significado e

importância, pois estes são elementos substanciais que ajudam a dar sentido à vida.

Este processo de construção de significado estaria igualmente na base da instituição e na reformulação de estratégias de resiliência bem precisas e próprias de cada sujeito, as quais ativam e consolidam, ao longo da vida, a aquisição dos marcos importantes da autonomia, da integração ou da reconstrução da identidade (TAVARES, 1997, p. 99).

O desenvolvimento da resiliência apóia-se em outras capacidades desenvolvidas como a auto-estima, a perseverança e autoconfiança, entre outros. A emoção e o sentimento assumem uma importância vital. O significado pessoal ganha grande relevância. O desenvolvimento de um conjunto de características pessoais, somadas às experiências vividas e interpretadas de maneira singular, definirá o significado a ser atribuído às vicissitudes a que somos confrontados durante a vida.

Desse modo, faz-se necessário valorizar as competências, reconhecendo o outro como possuidor de recursos e capacidades e, mesmo que ocultos, devem ser (re)avivados, reconhecer na pessoa seu potencial, enquanto possuidora de mecanismos próprios para enfrentamento das situações. Ser resiliente torna-se também um modo de proteger a si mesmo.

É importante ressaltar que este é um processo que vai se desenvolvendo ao longo da vida, pois a resiliência pode ser adquirida pela educação e pela experiência das dificuldades ultrapassadas e, nesse sentido, funciona como um elemento de preservação da estrutura psicológica da pessoa (TAVARES, 2001, p. 87).

Podemos afirmar que, durante a trajetória de vida da pessoa, ela pode recorrer à sua memória, para trazer lembranças que lhe encorajam a enfrentar determinadas circunstâncias.

É preciso, pois ter bem presente que o desenvolvimento pessoal resulta de uma multiplicidade de aspectos que não se restringem às influências externas – nomeadamente as inerentes ao processo de socialização e aos condicionalismos da intervenção educativa – mas incluem também elementos de natureza interna que, numa ótica consentânea com a teoria piagetiana, determinam a apropriação que, em cada momento, vai sendo possível das experiências proporcionadas nos referidos contextos. É tudo isto que vai estar na base da existência de importantes diferenças quanto às repercussões que os mesmos acontecimentos têm de indivíduo para indivíduo (TAVARES, 2001, p. 99;100).

Enquanto apoio externo, os agentes protetores (família, comunidade, Estado) desempenham um importante papel de suporte social.

Segundo Williams & Pereira (1999), o apoio social é um determinante da saúde mental. E Anderson e Snow (1998), através de estudos, concluíram que é a percepção do suporte social que protege contra a desestabilização. Explicam que as representações internas, o imaginário existente na mente das pessoas possibilitam os respectivos significados apresentados como determinantes, e não apenas o meio sócio-ambiental.

Enquanto suporte social, o grupo de amigos tem grande influência no desenvolvimento da adolescência, conforme já apontado em capítulo anterior (apud TAVARES, 2001).

O grupo de pares, juntamente com a família e a escola, são os principais contextos nos quais os adolescentes desenvolvem as suas características pessoais e sociais, úteis para a atuação na sua vida adulta (SPRINTAHALL & COLLINS, 1999 apud TAVARES, 2001, p. 93).

Neste sentido, Barreto (2005), referindo-se à importância que as relações têm para as pessoas, coloca que aqueles que participam em algum momento de nossa história, deixam-nos marcas (positivas ou negativas) que poderão se fazer presente durante o percurso de nossa vida. (BARRETO, 2005). Conforme já dito antes, ao nos reportarmos à memória, trazemos para o presente lembranças que tenham significado. Desse modo, a vivência pessoal e social pode interferir na transformação de sentimentos e ajudar na (re) significação de determinados fatos.

Essa afirmação reforça a importância dos vínculos nas relações estabelecidas. Segundo Alvarez (2005), ninguém é resiliente sozinho. Para este autor, a resiliência pede parcerias, empatia, encontros.

Outro aspecto que merece nossa atenção, refere-se à reflexão trazida pela psicologia, ao afirmar que uma pessoa que vivencia uma situação de fragilidade significativa não consegue mais voltar ao que era, pois a experiência do evento se soma às suas experiências anteriores. A forma como se comportará, dependerá de sua condição, ou seja, se a pessoa não apresentar nenhuma disposição interna, ficará mais vulnerável. Se tiver alguma resistência interna e

contar com fatores de proteção, mostrará sua resiliência (ALVAREZ, 2005).

Segundo Hutz e Koller (1997), crianças e adolescentes ao vivenciarem no cotidiano das ruas situações de risco que testam constantemente sua vulnerabilidade emocional, social e cognitiva, desenvolvem estratégias de adaptação e sobrevivência. A rua gera altos níveis de instabilidade e fragilidade.

Para Vanistendael (1999), a resiliência de uma pessoa está intimamente associada a valores éticos e morais previamente estabelecidos em sociedade. O autor ilustra a seguinte problematização: Um jovem, após privações e negligências vivenciadas na infância, ganha a vida dedicando-se ao tráfico e à criminalidade como alternativa de sobrevivência. Questiona o autor se isto pode ser resiliência; afirma que não. Para ele, a resiliência não é a lei da selva, nem sobrevivência a qualquer custo. Cita frase do professor Osborn, de Bristol-Reino Unido: "Assim, pois, apesar de seus intentos malogrados em satisfazer as necessidades sociais e econômicas de todos os seus componentes, a sociedade continua exigindo dos que sofrem as piores privações, que libertem a si mesmos, unicamente por meios socialmente legítimos." Conclui, o autor, que a sobrevivência deve ser aquela socialmente aceitável (VANISTENDAEL, 1999, p. 11).

Esta colocação levanta um debate instigante quanto à interpretação do que é socialmente aceitável e sobre quem a define. Compreendemos que a resiliência envolve a leitura dos aspectos culturais presente na sociedade mas, principalmente dos aspectos pessoais, presentes no imaginário, o que pode fazer a diferença no modo de viver em sociedade.

A presença das pessoas no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito da História (FREIRE, 1999, p. 60).

O desenvolvimento das capacidades de resiliência, favorece vários aspectos da vida, como o fortalecimento dos vínculos sociais, da responsabilidade, da confiança, do respeito, da solidariedade e da tolerância, o que favorece a construção da identidade com bases mais justas e em condições de liberdade.

Devemos, pois, capitalizar as forças.

E impossível contribuir com alguma coisa para alguém, sem buscar e ver em cada um toda a beleza que ele tem, porque não se ajuda a ninguém, identificando o que é mal, o que é feio, o que é distorcido. (VANISTENDAEL, 1999, p. 13).

Em vez de nos determos nos pontos inócuos e no modo de compensá-los, temos que nos dedicar a potencializar os pontos fortes e o modo de como aproveitá-los.

Em vez de diagnosticar problemas e procurar que se relacionem com soluções prontas, passaremos a diagnosticar as necessidades e as forças das pessoas, das famílias e das comunidades, tentaremos mobilizar ditas forças e ver se permitem às famílias e às comunidades idealizarem algumas soluções. (VANISTENDAEL, 1999, p. 07).

Esta perspectiva permite identificar novos significados diante dos problemas a serem enfrentados, favorecendo caminhar em outra direção, diferente da focalização nos problemas, o que se faz numa via distinta e desafiadora.

Torna-se imprescindível o desenvolvimento de propostas pedagógicas para os serviços de proteção social a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Propostas que tenham por base o encorajamento destes sujeitos. Entendemos ser nossa a responsabilidade de contribuir para que estas pessoas se tornem mais resilientes e menos vulneráveis, sendo agentes de suas próprias vida.

As pessoas podem e devem ser tornar partícipes, pensando, refletindo, questionando e formulando suas próprias perguntas para não lamentar-se como quem perdeu seu endereço na História. (FREIRE, 1999, p. 21).

Freire ainda, coloca que devemos ensaiar a experiência profunda de assumir-nos.

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. (FREIRE, 1999, p.46).

Olhar apenas para os problemas nos consome as energias, alguns problemas não estão em apenas nosso âmbito de intervenção, e nem por isso pode nos neutralizar, imobilizar, e estagnar a esperança. Entendemos que buscar identificar potencialidades é revelar aquilo que pode estar desconhecido, e isto pode

ser instigante e motivador.

Para Cowan e Schulz (1996), resiliência refere-se a processos que operam na presença de risco para produzir conseqüências boas ou melhores do que aquelas obtidas na ausência de risco. Rutter complementa que a resiliência é o processo final de proteção que não elimina o risco, mas que encoraja a pessoa a enxergá-lo e a reagir (apud TAVARES, 2001, p. 27).

Bruno Bettelheim apresenta uma contribuição importante ao refletir sua experiência no Holocausto, colocando que sua adequação naquele contexto pôde fazer a diferença entre a vida e a morte. Explica ele que, num campo de concentração nazista tornava-se premente viver o momento presente, o dia-a-dia e, às vezes, o hora-a-hora, centrando-se em coisas insignificantes e imediatas, relativas a necessidades básicas vitais ou de interação social (apud TAVARES, 2001).

Deve-se, portanto, identificar a dinâmica existente entre fatores de risco e proteção que, o tempo todo, interagem e determinam a situação de maior vulnerabilidade ou resiliência nas pessoas em situação de rua. Estes, mesmo vivenciando experiência de (con)vivência nas ruas e situações de extremo sofrimento pessoal e social, não sucumbiram, ou sejam, apresentaram potencial para encontrar e desenvolver sentido para suas vidas.

A resiliência se mostra como uma condição básica para o enfrentamento das adversidades às quais estamos sujeitos no mundo contemporâneo. Dessa forma, Vanistendael aponta alguns elementos que contribuem para o desenvolvimento da resiliência em crianças: a) aceitar incondicionalmente a criança enquanto pessoa, o que não significa a aceitação de seu comportamento; b) ajudar a criança a encontrar uma lógica, um sentido para sua vida; c) levar a criança a compreender a importância da relação com o meio ambiente. d) desenvolver a auto-estima; e) desenvolver o sentido do humor.

São elementos fundamentais que devem ser integrados às ações desenvolvidas nos mais diversos ambientes e pelos diferentes agentes protetores envolvidos com tais sujeitos em desenvolvimento, podendo fazer a diferença em suas vidas.

Desse modo, os agentes públicos têm papel fundamental em identificar e suscitar as forças e capacidades das pessoas, utilizando-se dos recursos internos e externos na superação de tais circunstâncias. Devem, portanto,

estar atentos às necessidades e realidades presentes na vida cotidiana das pessoas, compreendendo os âmbitos potenciais de resiliência que podem ser dinamizados e revitalizados.

Contribuir para tornar as pessoas mais resilientes é um imperativo social e comunitário. Tal promoção do desenvolvimento pessoal e social proporciona condições para o alcance de um estilo de vida mais saudável, sendo que os ganhos refletem positivamente no coletivo. Ao contribuir para que, principalmente as crianças e adolescentes, fortaleçam-se internamente, promove-se o desenvolvimento de outras capacidades associadas à inter-relação, ou seja, no modo como se relacionar com as demais pessoas, ao controle de seus impulsos, à solicitação de apoio e ajuda em situações difíceis, bem como no modo de agir diante dos problemas.

Buscamos ressaltar aspectos que consideramos significativos da resiliência, mesmo reconhecendo que existam outras formas de explicá-la e de identificá-la nas pessoas.

Temos clareza de que estas questões postas são mais fáceis de escrever do que de realizar, no entanto, se acreditamos que as pessoas são capazes de conduzir suas próprias vidas, não podemos deixar de investir nos recursos internos, para que a vontade e o desejo sejam alimentados junto aos sonhos e esperanças, tornando-se uma condição *sine qua non* para enfrentar os desafios postos na luta por melhores condições de vida e dignidade.

No mundo atual, os desafios e dificuldades fazem parte constante da vida cotidiana e, muitas vezes, a expectativa externa se choca com as possibilidades reais de concretização, ainda mais quando agravada pela precarização de condições materiais e relacionais. Torna-se, portanto, um desafio identificar alternativas e mecanismos de resistência que estimulem a reagir e lutar pelas suas necessidades, prioridades, desejos e sonhos, não permitindo que as contingências e circunstâncias tomem a vida da pessoa, a ponto de anulá-la em sua forma de ser e estar.

Compreendemos que somente os recursos externos não têm sido suficientes para o enfrentamento da realidade vivenciada, embora se apresentem como um valor significativo na vida das pessoas. As oportunidades, por exemplo, caracterizam-se como ferramentas à participação na vida social e coletiva, porém não bastam em si. Para aquelas pessoas que trazem a vida marcada por incertezas

e inseguranças, é necessário identificar recurso interno capaz de impulsioná-las a resistir e a reagir diante de tantas adversidades a que estão sujeitas, o que poderá fazer a diferença no modo de viver e ver a realidade/mundo, bem como a trajetória de vida percorrida. Nem sempre esta fortaleza interna está aparente, e sua descoberta, identificação e potencialização podem ocorrer por meio de recursos externos.

A reação interna, enquanto um modo de agir diante de tais adversidades, tem sido denominada de resiliência³⁶. Trata-se da capacidade de responder, de forma mais consistente, aos desafios e dificuldades, tendo uma postura mais flexível e perseverante diante de circunstâncias desfavoráveis e/ou adversas.

A complexidade que envolve o estudo da resiliência baseia-se na multiface de interpretações, conceitos e significados presentes nas mais variadas áreas como física, psicanálise, psicologia, filosofia, teologia e sociologia.

Para Tavares (2001), a resiliência evoluiu do concreto para o abstrato, das realidades materiais, físicas e biológicas, para as realidades imateriais, ou espirituais, indo para o campo da psicologia, sociologia e antropologia, apresentando-se sob diferentes formas, pessoas e contextos (TAVARES, 2001, p.21).

A busca de sua compreensão assume, portanto, maior relevância quanto ao interesse de identificar os significados atribuídos no processo de desenvolvimento humano, bem como, o conhecimento das estratégias adotadas pelas pessoas para enfrentamento das adversidades e vicissitudes que permeiam a vida.

Cabe destacar, ainda, o papel relevante que as políticas públicas assumem ao se voltarem para a valorização das capacidades das pessoas. Os agentes públicos, ao compreenderem a importância que tal atitude tem para a vida em sociedade, avançam na forma de gestão social.

As pessoas resilientes alimentam a esperança da vida.

Além dos aspectos acima tratados, este capítulo trata também de aspectos teóricos demandados a partir dos sujeitos, ao refletirem quanto aos

³⁶ A etimologia da palavra resilio de re + salio significa “ser elástico” (TAVARES, 2001, p. 46).

elementos fundamentais que impulsionaram as mudanças da condição de rua para a chamada, por eles, de “vida digna”.

3.4 NECESSIDADE DE ESTABELECIMENTO DE VÍNCULOS

É sabido que a pessoa humana necessita do outro para viver. A primeira relação de dependência passa a ser estabelecida no nascimento, com os primeiros cuidados, sendo esta uma relação primária, voltada à proteção.

Neste primeiro modo relacional estabelecido entre as pessoas, aprende-se uma das formas mais elementares de solidariedade. Trata-se de uma realidade ainda subjetiva, mas necessariamente experimentada pela pessoa.

É interessante perceber como, no decorrer da trajetória de vida, tal experiência passa a se constituir, a se transformar ou inexistir diante da influência de adversidades e determinantes do meio e da própria estrutura social.

Provavelmente, a evolução histórica contribui para diferenciar os indivíduos, a multiplicidade dos círculos sociais que se cruzam, assegurando-nos a originalidade e uma certa independência. Mas originalidade não significa unidade/ independência exterior não significa uma verdadeira autonomia (PAUGAM, 2003, p. 66).

No percurso de uma vida humana, a relação estabelecida na convivência familiar, comunitária e em sociedade sofre modificações influenciadas pelo modo de se relacionar, provocando conseqüências diretas à estabilidade relacional, afetiva, conforme já apontado em outros tópicos deste estudo.

É um ciclo de transformações a que estamos sujeitos durante o processo de nossa existência. O diferencial para a forma como enfrentamos a realidade à nossa frente pode estar no apoio que recebemos, dando-nos condições de termos maior possibilidade de (re)elaboração de um novo modo de ser e estar.

As experiências dão base à constituição da identidade e, segundo Sawaia (2004), a identidade é um processo constante de configuração de significações, que age como elemento ordenador em relação aos valores, afetos e motivações do sujeito individual ou coletivo, existindo uma dialética

identidade/alteridade.

Complementando, Ciampa (1987) afirma ser a identidade um processo de construção de um modo de ser e estar no devir do confronto entre igualdade e diferença, que nega o individualismo, abrindo o sujeito ao coletivo (apud SAWAIA, 2004, p. 123).

Assim, os vínculos sociais, incluindo os laços familiares, favorecem nossa inserção em movimentos participativos e associativos, o que nos oferece maior condições de participação na vida coletiva e nos torna agentes de transformação e em transformação, nos processos de identificação na trajetória de nossa vida.

Desse modo, nas relações que estabelecemos, a identidade, ao mesmo tempo que se transforma, afirma um modo de ser.

3.4.1 O cultivo da rede das relações

Segundo Paugam, a precariedade de vida está diretamente relacionada à diminuição da sociabilidade. Desse modo, quanto maior esta precarização, além das conseqüências já mencionados, aumenta-se o risco de enfraquecimento dos vínculos sociais. As condições materiais fragilizam a existência humana, afetando diretamente o estado emocional. O prolongamento e/ou perpetuação de tal situação pode interferir em mudanças culturais e afetivas e, portanto, nos relacionamentos estabelecidos (apud SAWAIA, 2004).

Ocorre a interiorização de uma identidade negativa, sendo que as atitudes quanto aos relacionamentos estabelecidos na convivência familiar e comunitária sofrem uma introspecção. A desqualificação social vivenciada, a partir da degradação das condições de vida, desestabiliza as relações com o outro.

Neste processo, as pessoas escapam às malhas primárias ou preventivas da proteção social, as situações com que se deparam ganham proporções significativas, afetando vários setores da vida e aumentando o grau de marginalidade. A ausência de renda fixa, problemas de saúde relacionados à dependência de substância psico-ativa, dificuldade de relacionamento familiar geram sentimentos de fracasso, o que se coloca como limitador para a busca de

alternativas.

Este processo de degradação tem fortes implicações na vida de uma criança e/ou de um adolescente, fase em que o processo de desenvolvimento passa por mudanças rápidas, significativas e desconhecidas. São estes, portanto, os que sofrem maior fragilidade e dificuldade na compreensão e leitura dos fatos, o que poderá marcá-los no decorrer de suas vidas. Vivenciar situações de violência das mais diversas ordens, ausência de proteção e acolhimento, fracasso escolar, podem comprometer a forma como no futuro o adolescente lidará com as diversidades da vida.

O medo do desconhecido, gerando ansiedade, agressão e a busca de sinais identitários, foi suficientemente explorado na literatura. O homem ao defrontar-se com aquilo que não conhece e domina, perde a capacidade de controle, fica inseguro e muitas vezes desesperado. Guiddens (1993, p. 200), um dos mais importantes sociólogos europeus da atualidade, tem refletido sobre o enfraquecimento da tradição e de todos os eixos identitários rígidos, como a tradição, nação, comunidade, família e sexualidade, e sobre a conseqüente falta de confiança dele decorrente, que pode ser negativa ou positiva à emancipação humana, a depender do grau de liberdade de reflexão das pessoas envolvidas no processo. O enfraquecimento da tradição pode favorecer a autonomia das escolhas, quando acompanhado de atitude reflexiva, mas quando a reflexão é impedida, pode gerar sofrimento de diversas ordens e mecanismos defensivos, fundamentalistas e apartheid, sendo um dos mais comuns à busca de parâmetros fixos de identidade (apud SAWAIA, 2004, p.120 e 121).

A moradia, conforme já conceituado, representa também um sentimento de pertença. A pessoa, ao afastar-se deste ambiente, não se sentindo proprietário, com direito de ir e vir intensifica o processo de desqualificação social.

(...) o significado da habitação para o ser humano extrapola a função de simples meio de proteção física. Para o indivíduo, a casa representa o seu lugar no mundo, e é por meio de seu endereço que ele confirma esse lugar no espaço e na própria sociedade. (...)

O direito à moradia digna, assim, está intimamente ligado aos direitos fundamentais à vida e à saúde, pois, o conceito ampliado de habitação envolve a função de proteção em largo espectro. As condições do espaço de habitar, mais do que de quaisquer outros espaços, podem ser consideradas fatores de risco ou de saúde, dependendo de sua qualidade. Considerando, ainda mais, que a habitação é fundamental para o desenvolvimento das atividades produtivas e criativas do ser humano (SILVA, 2004, p. 137,138).

Essas considerações afirmam a importância que a moradia tem para

o ser humano como função essencial à proteção, espaço onde ele possa produzir e reproduzir a vida.

A criança e/ou o adolescente, que sai de casa para a rua, primeiramente se sente deslocado, fora do seu habitat 'natural' e, no decorrer do tempo, com a assimilação de uma nova realidade, passa a absorver hábitos e costumes e, posteriormente, sente-se mais habituado, em condições de assumir esta permanência nas ruas. O que poderá ser constatado nos trechos das histórias de vida apresentadas neste trabalho, nos quais identificamos a tendência de maior distanciamento das relações familiares, quanto mais se prolonga a permanência nas ruas.

Paugam, com um estudo realizado com moradores de rua, demonstra que:

Em 1994, mais de 50% dos indivíduos que estavam sem moradia afirmavam ter confiança na família, em 1997 essa porcentagem diminuiu, corroborando a idéia de que os vínculos com a família se rompem progressivamente em função do tempo sem moradia. É importante indicar aqui um duplo efeito: ao invés de ser solidária, a família pode adotar uma atitude reticente em relação ao membro, marginalizado em virtude do sentimento de desonra que ele acabou despertando nos seus familiares. O rompimento significa, neste caso, uma maneira de evitar o descrédito. Cumpre ressaltar que muitos moradores de rua, em particular os jovens, deixaram sua família após um desentendimento ou uma série de conflitos (apud, SAWAIA (org.), 2004).

Para o autor, a ruptura dos vínculos sociais é resultado de um processo e, no caso da pessoa com permanência prolongada na rua, esta interioriza a condição atual sem vislumbrar grandes esperanças numa outra perspectiva de vida. Um dado interessante apontado é que a grande maioria admite o reestabelecimento de contato com a família, no momento em que encontra uma condição de vida melhorada.

Assim, fica mais uma vez evidente que a existência de condições de vida digna influencia e favorece o relacionamento social.

Para Castel, a desafiliação social tem um caráter dinâmico e dialético, o que abre a possibilidade de existência de algum tipo de inserção ou de afiliação das pessoas, seja individual ou coletivamente, no interior de certas

categorias e sistemas sociais (apud SAWAIA, 2004, p. 87).

Este autor abre um fio de esperança em meio a tanta adversidade, sendo que, mesmo se encontrando em condições extremamente precárias de vida, existe a possibilidade da pessoa recuperar ou construir um outro modo de viver, de afiliar-se.

Nesta perspectiva, a constituição e preservação dos vínculos atua como um elemento catalisador e integrador, pois além de afirmar nossa própria identidade, estimula a participação na vida social e coletiva.

Os serviços e agentes públicos têm grande importância neste processo à medida que valorizem e respeitem o significado e dimensão que os vínculos têm para o ser humano, principalmente para aqueles em maior condição de vulnerabilidade social.

O vínculo é uma porta aberta para o diálogo, para o respeito e reconhecimento da diversidade entre as pessoas, compromete e contribui para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Desse modo, os serviços que compõem a rede de proteção social às pessoas exercem um papel preponderante para a conservação dos vínculos sociais, principalmente para crianças e adolescentes, como referência na constituição do seu modo de ser e de agir. Os serviços de proteção social, assim, constituem-se uma oportunidade de socialização e de definição do modo como se quer viver.

3.5 O DESEJO DE UMA VIDA DIGNA - A BUSCA DE ALTERNATIVAS ÀS ADVERSIDADES

As transformações desencadeadas pelo projeto neoliberal e a lógica da globalização provocam uma reestruturação econômica e, conseqüentemente, social, afetando as pessoas - os trabalhadores - que se vêem compelidas a vivenciarem novas experiências de sobrevivência.

Estas estratégias de sobrevivência ocorrem sobre bases, muitas vezes, frágeis e instáveis, como aquelas relacionadas aos sistemas informais precários e/ou ilegais, situações que deixam as pessoas expostas à constante situação de vulnerabilidades e riscos sociais.

Conforme já apresentado, as pessoas, ao passarem pela

experiência da desagregação social, deparam-se com uma diversidade de dificuldades como a convivência permanente com a pobreza, a ausência de renda e condições básicas à sua sobrevivência, as manifestações das mais diversas violências, a impossibilidade de trabalho, as relações de vínculos deficitários, questões estas que se configuram como situações-limites da precarização humana. Estas pessoas estão diante de um acúmulo de desvantagens - formação inadequada, baixa escolaridade, sentimento de fracasso - que as colocam em condições desiguais frente à busca de sobrevivência de modo digno.

As jovens gerações podem também passar muito rapidamente de uma situação de fragilidade para a marginalidade, pois as dificuldades de inserção profissional se acompanham sempre de uma “dissociação” progressiva e de sinais de distúrbios no caráter e no comportamento (ansiedade ou depressão, sentimentos de fracasso, de culpa ou de vergonha, abuso de bebidas alcoólicas, de drogas) (PAUGAM, 2003, p. 274).

Quanto mais as pessoas se encontram à margem, ou na zona franjal (Castel, 2003), mais se distanciam da possibilidade de trabalho e de proteção social, e de traçar perspectivas futuras, projeções, sonhos para realização de seus desejos através de projetos de vida.

Tal precarização tem sua origem na negação de liberdades elementares a um grande contingente de pessoas – talvez até mesmo à maioria. Segundo Sen (2000), a pobreza econômica rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória, o tratamento adequado para a doença, a oportunidade para vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico (SEN, 2000, p. 18).

Nas histórias de vida que serão apresentadas, poderemos observar os déficits significativos e impacto que a negação a deste direito elementar na vida destas pessoas.

Assim, ainda mais perceptível o quanto a restrição a tais liberdades substantivas refletem as condições de existência e implicam no modo como as pessoas percebem sua existência. Pensar na possibilidade de mudança, de um outro modo de viver, provoca a exigência de ter uma concepção de vida e se dispor a uma adaptação, muitas vezes, surpreendente em face das dificuldades da vida

cotidiana já que todas as pessoas reúnem condições de fazê-lo.

3.5.1 A família como vítima do contexto da desproteção.

Esse novo cenário afeta diretamente as relações familiares. Família, compreendida aqui, como locus privilegiado onde a criança elabora suas identificações e vive os conflitos inerentes à busca de uma identidade.

E, nas famílias pobres, tais ameaças sempre foram mais presentes e o desemprego muito mais constante.

Os pais perdem seus postos de trabalhos, muitas vezes de maneira irrecuperável. Mulheres voltam ao mercado, não mais na figura de complementadoras da renda familiar, mas como principais responsáveis pelo orçamento doméstico. Os filhos por sua vez, vivem o assombro de uma sociedade que ameaça não lhes abrir espaço no mercado formal de trabalho, a despeito de toda a dedicação e investimentos eventualmente realizados pela família em sua formação educacional e profissional. (...) A rua passa a ser o espaço em que, paulatina e crescentemente, ganha visibilidade social uma grande gama de excluídos: homens em idade adulta e produtiva, velhos e crianças (GUIMARÃES e ALMEIDA apud ACOSTA; VITALE (org.), 2005, p.129).

Todas essas questões tornam a família vulnerável, sua situação de penúria e precarização da capacidade de manter atendidos e protegidos os seus membros.

Nestas circunstâncias, a figura real do pai se distancia da figura paterna idealizada, destituído que ele está de seu tradicional papel provedor e protetor. Os filhos perdem a confiança e a esperança não apenas em seus pais, como – sobretudo e simultaneamente – na própria sociedade que os desqualifica. As mães, mesmo atuando como provedoras, têm dificuldades em garantir solitariamente a unidade e a proteção familiar. Ocupadas, em geral em atividades subalternas, trazem para casa um ganho que além de insuficiente, contribui para colocar em questão a capacidade de seus companheiros de se colocarem no mercado de trabalho (GUIMARÃES e ALMEIDA apud ACOSTA; VITALE (org.), 2005, p.129).

Esta representação demonstra como a família pobre é afetada e dispõe de poucos e precários recursos internos e externos para enfrentamento da realidade. Soares apresenta uma análise substantiva das características das famílias pobres no Brasil, qualificando e quantificando o que representa a pobreza nas famílias (SOARES, 2001, p. 180 e 181).

Sawaia (2005) consegue identificar uma esperança diante desta situação tão caótica colocando que a afetividade na família é uma estratégia de ação emancipadora que permite enfrentar e resistir a profunda desigualdade social modelada pelo neoliberalismo (apud ACOSTA; VITALE, 2005, p.39).

Tal afirmação nos permite dizer que os investimentos públicos tornam-se mais efetivos quando associam à promoção dos direitos elementares da família o fortalecimento das relações familiares e sociais, a valorização dos laços familiares e a afetividade entre seus membros. Tal dimensão favorece à família a recuperação de suas capacidades, possibilitando que seus membros se sintam fortalecidos e traçarem uma trajetória de vida em condições de dignidade.

3.5.2 O reconhecimento das capacidades e potencialidades

É o reconhecimento das potencialidades³⁷ das pessoas que lhes daria condições para participarem da vida coletiva e se integrarem aos valores sociais considerados positivos.

Acreditamos que cada pessoa, tendo a capacidade de se constituir e se manter, tem também a de se transformar sob a influência do meio ou da estrutura social.

A existência ou não de oportunidades pode contribuir ou comprometer a vida das pessoas, ou seja, esta condição favorece a capacidade de viver em vez de sucumbir. Para Sen (2000), o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de

³⁷ Potencializar significa atuar, ao mesmo tempo, na configuração da ação, significado e emoção coletivas e individuais. Pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejos e necessidades para superação do sofrimento vivenciado. (SAWAIA, 2004, p. 113).

iniciativas.

Entendemos estar aí um dos determinantes na busca de superação das adversidades, a existência de desejo para dar prosseguimento à sua trajetória de vida com base na dignidade. A potencialização e valorização das capacidades se traduzem em oportunidade para idealização de um projeto de vida e de busca de status social que lhes proporcionem (Sen, 2000) condições de viverem a vida que têm desejo de viver.

Essas condições habilitadoras, apontadas por Sen (2000), explicitam a necessidade de existência de condições reais que oportunizam as pessoas a viverem em sociedade e de modo digno.

Oportunidades sociais são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo, levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas (SEN, 2000, p.56).

Os serviços devem favorecer que as pessoas busquem a afiliação social, desse modo, favorecem condições de superação da pulsão meramente pela subsistência, para desejarem a pulsão pela vida, ao terem condições de expressarem seus desejos e afeto.

(...) Todos sentem alegria e prazer com a conquista das reivindicações, mas nem todos sentem a vitória como conquista da cidadania e da emancipação de si e do outro, e não apenas de bens materiais circunscritos (SAWAIA, 2004, p. 105).

Na responsabilidade de um Estado provedor, é necessário que o mesmo tenha compromisso com a vida das pessoas em sua plenitude, um Estado que tenha “cuidado” com os seus cidadãos, pois ao se preocupar com os

“sofrimentos” das pessoas, preocupa-se em buscar meios de garantir sua capacidade de autonomia (condições objetivas e subjetivas). As múltiplas afecções que atingem os ser humano – corpo e alma – provocam mutilações em suas vidas de diferentes formas.

As pessoas, muitas vezes, estão despotencializadas do “conatus”, que representa a força que constitui o desejo e está presente em todas as coisas. É o impulso vital, esforço de resistência, de apropriação e afirmação que leva as coisas a perseverarem no próprio ser (ESPINOSA, 1957, p. 141).

Costa costuma dizer que, quando o adolescente não tem um projeto de vida, tudo se restringe ao momento presente. Como não percebe um horizonte adiante, também não vê razão em cuidar de si ou de se preocupar com os outros. Percebemos que muitas pessoas se tornam adultos e não conseguiram amadurecer este olhar para o outro.

Carreteiro (2004, p. 20) coloca que o homem é essencialmente social e que produz idéias, desejos, sistemas de valores e de normas que atravessam os sujeitos, e se transformam muitas vezes em projetos a serem alcançados (apud, SAWAIA, p. 88). Desse modo, podemos e devemos estimular as pessoas a terem a pulsão pela vida e lutarem para que a tenham em condições de dignidade.

Traçar uma perspectiva de vida possibilita recorrer ao tempo passado, refletindo o presente e desejando o futuro. Esta ligação é possível, por sermos capazes de imaginar, sonhar, elaborar, destruir, abandonar, mas, acima de tudo, por termos a capacidade de desejar.

Segundo Chauí, Espinosa sublinha que é livre o que age por necessidade de sua natureza e não por causalidade da vontade (1999:81) (apud SAWAIA, 2004, 88).

Portanto, evoca ter condições de fazer escolhas e a escolha é reveladora da maneira como se está sendo no mundo. A potencialização e valorização das capacidades, auto-estima, um auto-conceito de suas capacidades permite às pessoas idealizarem um projeto de vida e se sentirem motivadas para a busca de um status social que lhes proporcionem condições de viverem a vida que

têm desejo de viver.

3.5.3 A importância da renda, mas principalmente do emprego.

A realização de atividade profissional através de emprego remunerado garante, segundo (Paugam, 2003), segurança material e financeira, relações sociais, organização do tempo e do espaço. E, ainda, para o jovem, trata-se do reconhecimento de seu status de adulto, portanto, de homem e mulher.

Assim, ao emprego remunerado se condicionam todas as dimensões do êxito social: vida familiar, satisfação das necessidades materiais (PAUGAM, 2003, p. 93).

O anseio de uma posição social mais desejável está ancorado na existência de um trabalho remunerado estável e pelo reconhecimento e aceite da sociedade como cidadão. Algumas dificuldades se apresentam de forma visível e concreta dada a pouca expansão de postos de trabalho, à baixa escolaridade e à qualificação profissional, condições que diminuem as chances de trabalho.

Em sociedades como a nossa, em que o desenvolvimento social está cronicamente descompassado em relação ao desenvolvimento econômico, a adaptação da mão-de-obra aos níveis cambiantes da composição orgânica do capital é muito lenta. Não só em termos de educação, mas também e sobretudo em termos de ajustamento às características cambiantes do mercado de trabalho. Há um certo anacronismo na força de trabalho que deixa um número crescente de pessoas em condições descartáveis em face das novas características do desenvolvimento econômico. É no universo dessas pessoas que se revigora a cultura do trato e com elas as condições sociais adversas que propiciam e facilitam o seu recrutamento por meio de formas não contratuais de trabalho, portanto, para o trabalho servil (MARTINS, 2002, p. 160).

São inúmeros obstáculos encontrados, frutos das desvantagens que acompanham as pessoas durante todo o percurso de sua história, sendo que algumas impõem limitações severas, na privação de gozar daquilo que gostariam

para a sua vida.

A participação ativa no funcionamento de grupos sociais organizados é, portanto, uma condição para integrarem-se. Numa sociedade produtivista, a integração apóia-se sobretudo na atividade profissional, que assegura, simultaneamente, segurança material e financeira, relações sociais, organização do tempo e do espaço e identidade ligada ao trabalho". É por essa razão que se pode dizer que o desemprego não é apenas a privação de uma atividade e de um salário, mas de um status social (PAUGAM, 2003, p. 275).

Talvez seja este um dos motivos dos pais desejarem um outro tipo de vida para os seus filhos, conforme os relatos das histórias de vida desta pesquisa. O fato de terem constatado que, por mais que as oportunidades se fizeram presentes em suas vidas; não foram suficientes para a garantia de todos os seus desejos, sonhos e expectativas; tiveram que correr contra o tempo para que alguns outros pudessem ser satisfeitos. À medida que os filhos já nascem e crescem num outro patamar de vida, aumentam as chances de não repetirem uma trajetória de privações presente, muitas vezes, na história de vida dos pais, podendo, inclusive, alcançar uma vida mais saudável e digna.

Segundo Paugam (2003), o êxito quanto à educação e ao futuro dos filhos determina, então, a dignidade das famílias em situação de precariedade econômica e social (PAUGAM, 2003, p. 246). Acrescenta, ainda, o autor:

Nessas famílias sem posses, o investimento em educação é menor. Isso não quer dizer que haja um desinteresse por parte dos pais. Ao contrário, nesses meios desfavorecidos essas crianças são muitas vezes a única riqueza possível e, certamente, um dos substratos privilegiados da "realização de si mesmo" (PAUGAM, 2003, p. 241).

A tentativa de tratar aspectos teóricos que iluminam a análise do contexto da vida dos adolescentes em especial dos adolescentes pobres e em condição de rua, demonstra a complexidade e a diversidade destes temas. Tornou-se um desafio organizar conceitualmente aspetos trazidos pelos entrevistados como explicação para a resiliência presente em suas vidas.

Desse modo, apesar das circunstâncias de que são vítimas, existem aqueles que se apegam a valores morais como a honestidade, a sinceridade, o brio

e a responsabilidade, sendo esta a condição que os jovens que participaram de nossa pesquisa buscam vivenciar.

Assim, o equilíbrio na vida, para uns, pode estar na união da família, na empregabilidade, nas condições básicas de existência. Está na resistência e na luta, ao fazerem um esforço surpreendente e significativo ao não se sujeitarem a uma perda progressiva da motivação e estímulo.

A diversidade de temas aqui expostos ainda que sem vencer a profundidade que lhes é peculiar permitiu a fundamentação da análise realizada a partir das histórias de vida, assunto do próximo capítulo.

4 CAPÍTULO 3 - (RE)CONSTRUÇÃO DAS CAPACIDADES QUE SUPERAM A VIDA NAS RUAS

O presente capítulo trata dos aspectos fundamentais sob ótica dos adolescentes que viveram nas ruas a superaram esta condição. Nesta linha dois eixos foram aqui apontados: o contexto da política pública desenvolvida em Londrina no período estudado e as histórias de vida que apontam a trajetória vivida pelos sujeitos da pesquisa.

4.1 O CONTEXTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE LONDRINA PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE

O município de Londrina apresenta um forte protagonismo na luta pelos direitos de cidadania. Sua história é marcada pela trajetória de pessoas que, no decorrer do tempo, não mediram esforços para uma participação mais ativa da sociedade e para a existência de melhores condições de vida e dignidade dos cidadãos londrinenses.

Dentro os municípios do Paraná, e mesmo do Brasil, fomos pioneiros na constituição dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, Assistência Social e Conselho Tutelar tão logo houve a promulgação das legislações afetas, afirmando a prerrogativa da importância desses órgãos para uma participação mais democrática.

Desse modo, o município de Londrina tem mostrado que os ordenamentos jurídicos, como a Constituição Federal de 1988 – CF 88, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/ Lei Federal n 8.069/90, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/Lei Federal nº 8.742/93 de 07 de dezembro de 1993, entre outros, configuram-se enquanto proteção jurídico-social aos cidadãos quando criados instrumentos que os instituem.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituído em Londrina como posteriormente em outras cidades do Paraná, constituiu-se em um importante instrumento na defesa de direitos e definidor das principais diretrizes da política pública para o setor. Como cita Gomide (1992), ao apresentar o

diagnóstico da realidade da cidade.

Este Conselho determinou que um diagnóstico da situação da criança de rua da cidade de Londrina fosse realizado. (...) viabiliza o equacionamento dos diversos programas de atendimento, a definição adequada das ações e investimentos do governo municipal, estadual e da sociedade londrinense, no sentido de dirimir o sofrimento destas crianças e adolescentes e encaminhá-los a um futuro promissor. (...) O menino de rua deixa de ser apenas um número, de viver no anonimato e passa a ter nome, sobrenome e apelido; passa a ter uma identidade, uma vontade (GOMIDE, 1992, p. 2).

Muitas vezes, o empenho para a consolidação de tais mecanismos pautava-se na realidade gritante vivenciada no município, decorrente do empobrecimento e degradação das condições de existência da população.

Tendo em vista que a década de 1980 foi marcada por um profundo agravamento na situação social da maioria da população brasileira, em Londrina não foi diferente, uma vez que atualmente a condição social dos londrinenses aponta, entre outros indicadores, 11 mil famílias recebendo até 1 salário mínimo, déficit de emprego superior a 50 mil vagas, sendo que 10 mil estão efetivamente desempregados, uma população favelada em torno de 18 mil pessoas, e uma população indigente de 20 mil famílias (LONDRINA, 1993a, p. 191).

Na década de 90, como reflexo do cenário nacional, vivencia-se, em nível local, a deterioração das condições sócio-econômicas, o aumento do êxodo rural, o aumento do desemprego e a ausência de perspectivas de um futuro melhor.

(...) o processo de crescimento londrinense, a exemplo do ocorrido a (sic) nível estadual e nacional, ainda que quantitativamente notável (...), tem traços indesejáveis: a desproporcional distribuição dos benefícios e ônus do crescimento, o caráter expulsor da mão-de-obra, a violência e criminalidade, o desemprego, a indigência e a fome, entre outros (LONDRINA, 1993a, p. 197).

Os problemas sociais vivenciados nem sempre foram tratados com a devida importância nem assumidos como responsabilidade do Estado. A visão dominante pautava-se na compreensão da condição de pobreza como um problema individual e não reflexo da própria forma de organização da sociedade.

Desse modo, a população padecia da devida assistência, limitada pelo acesso e oferta de bens e serviços que favorecessem a promoção da dignidade dos cidadãos em condição de vulnerabilidade.

O trabalho de Ação Social em Londrina, ao longo dos anos, tem se utilizado do clientelismo e do assistencialismo como forma de abranger os conflitos. Com isso, perpetua a situação de miséria da mesma população já socialmente excluída dos bens e serviços que o município deveria prestar. (...) Meninos e meninas de rua e menores infratores: as iniciativas são, ainda, mais insuficientes (LONDRINA, 1993a, p.135).

A Assistência Social, na administração municipal, tem pouca inserção para a mudança da realidade, dada a quase inexistência de serviços governamentais para atendimento da demanda existente.

Das 50 Creches existentes no município, apenas duas são públicas. (...) Há cinco outras entidades sociais de atendimento às crianças e adolescentes, em regime de internato, todas de natureza filantrópica, cujo número de atendimento chega a 592. (...) Os dados ainda demonstram que do total de serviços ofertados na área de profissionalização, menos de 4% são totalmente públicos, os demais recebem subsídios da Secretaria da Ação Social do Município (LONDRINA, 1993a, p. 137).

O quadro abaixo demonstra um alto grau de institucionalização, o que confronta com o que define o Estatuto da Criança e do Adolescente, que se encontrava em vigor desde 1990, por utilizar a denominação de internato, concentrando um elevado número de crianças. O ECA determina que o atendimento deveria ser realizado por serviços de abrigo, com número reduzido de crianças em unidades que se aproximassem às características de uma residência comum de família. Para complementar, a baixa ou quase nula atuação do município em serviços de atenção à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade decorrente das condições de vida a que suas famílias são submetidas, conforme demonstrado, contrariava também os artigos 203 e 227 da Constituição Federal, que prescreve que deve ser dada prioridade absoluta ao público infanto-juvenil.

Tabela 1 – Entidades sociais para crianças e adolescentes, Londrina-PR, 1993.

TIPO	NATUREZA	FAIXA ETÁRIA	Nº DE ENTIDADE	Nº ATENDIMENTO
Internato	Filantrópica	0 a 14 anos	2	43
Internato	Filantrópica	0 a 18 anos	2	417
Internato	Filantrópica	2 meses a 10 anos	1	32
TOTAL			5	592

Fonte: LONDRINA, 1993, p.136.

Dessa forma, a cidade contava com Abrigos sob moldes antigos e, ao se modificarem, pelo menos até meados dos anos 90, para adequar-se às propostas do ECA, nem sempre representavam espaço de acolhimento. Ao contrário, em alguns casos, expulsavam as crianças que se tornavam moradores de rua.

A população sentia a deficiência e precariedade dos serviços, conforme pôde ser constatado na pesquisa realizada junto à população em julho de 1993, que indicava como os principais problemas enfrentados pela população, desemprego (42%); fome (23%); crianças e adolescentes nas ruas 21 (%) e número de moradias insuficientes (14%). A pesquisa foi realizada nas regiões do município de Londrina e, em todas elas, manteve-se a mesma ordem dos problemas (LONDRINA, 1993a, p.139).

Os dados acima demonstraram a necessidade de uma gestão direcionada ao desenvolvimento sustentável, uma vez que a ordem de problemas apontava para o acesso às necessidades elementares da pessoa, como o emprego, relacionado com o poder de acesso à renda; a subsistência; apontada pela ausência de alimento e, posteriormente, a preocupação da sociedade com as crianças e adolescentes que se encontravam à margem e excluídas de qualquer tipo de atenção do poder público municipal, sendo que representavam o futuro da cidade.

Dessa forma, o cenário local demandava a necessidade de definição de ações do governo municipal para além da cultura assistencialista ou repressora e, principalmente, com o compromisso de cuidado e proteção da infância e adolescência.

Os meios de comunicação retratavam, a seu modo, a situação de ineficácia das políticas públicas na garantia da devida atenção à população em

situação de pobreza.

Pelas manchetes dos jornais, percebia-se que boa parte da sociedade cobrava a resolução dos problemas sociais, tornando-se evidente que as políticas desenvolvidas, tidas como compensatórias, excludentes e seletivas, geravam não-cidadãos, que buscavam ocupar espaços de afirmação e resistência (bolsões de pobreza, permanência nas ruas, violência) diante da luta pela sobrevivência.

Dessa forma, as manchetes dos jornais apontavam:

“Casa do Caminho amontoa 25 crianças em 7 colchões³⁸”.

“Sem abrigo, crianças se amontoam nas calçadas para fugir do frio³⁹”.

“Pastoral começa a trabalhar com menor carente na própria rua⁴⁰”.

“Dos maiores problemas, o menor é para Londrina⁴¹”.

“Lugar de menor carente ainda é na rua⁴²”.

“Menores livres e sem direitos⁴³”.

“Menores sonham com uma casa, mostra pesquisa⁴⁴”.

“Meninos de rua acabam com a paz da Saul Elkind⁴⁵”.

“Menores de rua usam casa abandonada como abrigo⁴⁶”.

“Ação Social retém recursos pra (sic) os menores até agosto⁴⁷”.

“Londrina tem 200 menores vivendo nas ruas⁴⁸”.

“Em Londrina: menor delinqüente compõe paisagem urbana⁴⁹”.

“Menores de Rua são uma bomba relógio⁵⁰”.

“Guerra dos meninos: Menores aterrorizam Londrina⁵¹”.

Mesmo diante de todas as reservas feitas à mídia pelo modo pejorativo com que, em algumas circunstâncias, utiliza-se das tragédias humanas

³⁸ FOLHA DE LONDRINA, 17/02/83, p. 5.

³⁹ FOLHA DE LONDRINA, 13/07/85, p. 4.

⁴⁰ FOLHA DE LONDRINA, 30/11/86, p. 6.

⁴¹ FOLHA DE LONDRINA, 24/03/90, p. 5.

⁴² FOLHA DE LONDRINA, 30/12/90, p. 4.

⁴³ O ESTADO DO PARANÁ, 24/03/91.

⁴⁴ FOLHA DE LONDRINA, 23/10/91.

⁴⁵ FOLHA DE LONDRINA, 13/02/92, p. 6-A.

⁴⁶ FOLHA DE LONDRINA, 04/04/92, p. 4-A.

⁴⁷ FOLHA DE LONDRINA, 04/07/92, p. 4-A.

⁴⁸ JORNAL DE LONDRINA, 11/07/92, p. 4-A.

⁴⁹ O ESTADO DO PARANÁ, 23/10/92, p. 3.

⁵⁰ CORREIO LONDRINENSE, 25/10/92, p. 12.

⁵¹ CORREIO LONDRINENSE, 30/10/92, p. 13.

para sua promoção, não há como desconsiderar que, pelas “chamadas” dos jornais, a situação segue um percurso histórico e cronológico de descuido, de destrato, de ausência e, principalmente, de agravamento da situação vivenciada pelos meninos e meninas.

Um fato teve grande repercussão e notoriedade no município, tendo como cenário as ruas centrais da cidade e como atores principais crianças e adolescentes que faziam da rua seu espaço de vivência. Desafiaram a estrutura organizacional da sociedade e, se não bastasse a permanência nas ruas, em um determinado dia, provocaram grande tumulto. O grupo ameaçou a “harmonia” com que, costumeiramente, a sociedade estava acostumada a conviver com os denominados “meninos de rua⁵²”.

O fato aconteceu em outubro de 1992 e foi denominado “arrastão”, expressão designada em comparação aos movimentos que vinham acontecendo em São Paulo e Rio de Janeiro.

Foi um movimento rápido, mas significativo, houve muita gritaria, quebra-quebra, apedrejamento de pessoas e lojas do comércio, era uma reação em cadeia. Em um período de 12 horas, a Polícia Militar recebeu 76 chamadas referente ao fato (LONDRINA, 1994a, p. 2).

As conseqüências foram trágicas - adolescentes machucados pela ação da polícia, comerciantes e comunidade com medo pela proporção da situação, os prejuízos dos estabelecimentos comerciais, entre outras situações.

Com a cidade atônita, o assunto torna-se pauta, conseguindo reunir os mais diversos atores que compunham o cenário local, como comerciantes, lideranças comunitárias, autoridades religiosas, governo local, segurança pública que, em meio à troca de acusações, buscavam identificar algumas alternativas para a situação provocada pelas crianças e adolescentes em situação de rua.

A política repressiva com respeito à vagabundagem representa a solução para uma situação que não comporta solução. Castel (2003) questiona: Que fazer com indivíduos que suscitam problemas inextricáveis, por não estarem em seu lugar, mas que não têm, em parte alguma, um lugar na estrutura social? (CASTEL,

⁵² Cada vez mais, as políticas públicas de assistência à criança e ao adolescente em situação de rua têm se confrontado com o agravamento das condições em que essa população se encontra nos grandes centros urbanos do país. (...) Por situação de rua entende-se aqui o uso do espaço da rua por crianças e adolescentes como local privilegiado de vivência, seja através de atividades de subsistência, lazer e/ou moradia, independente de outros vínculos familiares ou escolares (LESCHER; et al, 1999)

2003, p. 136).

Talvez um dos motes a ser debatido para pensar em alternativas a essas crianças e adolescentes seria: Que motivações teriam para arranjar uma outra maneira de viver?

É neste contexto que a cidade reconhece a existência de meninos e meninas que faziam da rua seu espaço de afirmação e reconhecimento. Há anos, crianças e adolescentes viviam pelas ruas, esmolando, furtando, sendo explorados sexualmente e cometendo atos infracionais. E, conforme apontam os documentos oficiais, os meninos e meninas “resistiam à assistência tradicional” (LONDRINA, 1994a, p. 2).

Fica evidente, neste período, que o atendimento estava aquém das necessidades que apresentavam crianças e adolescentes, portanto, tornava-se, até então, mais fácil ignorá-los e condená-los do que propor alternativas à realidade vivenciada. Segundo Castel (2003), a condenação do vagabundo é o caminho mais curto entre a impossibilidade de suportar uma situação e a impossibilidade de transformá-la profundamente.

A imprensa novamente traz nas manchetes a interpretação que faz daquele momento, chamando a atenção da cidade para o fato:

“Arrastão é um Alerta para prefeito⁵³”.

“Guerra dos meninos: Menores de rua aterrorizam Londrina⁵⁴”.

“Baderna: Menores depredam lojas em Londrina⁵⁵”.

“Adolescentes com fome atacam lojas⁵⁶”.

“Londrina ainda assustada com menores⁵⁷”.

As omissões e transgressões, que violentam a sua integridade e desviam o curso de sua evolução pessoal e social, exprimem-se nas mais diversas formas de conduta divergentes ou mesmo antagônicas à moralidade e à legalidade da sociedade que o marginalizou (COSTA, 2001, p. 21).

Uma das situações provocadoras da reação das crianças e

⁵³ CORREIO LONDRINENSE, 30/10/92, p. 7.

⁵⁴ CORREIO LONDRINENSE, 30/10/92, p. 13.

⁵⁵ FOLHA DE LONDRINA, 30/10/92.

⁵⁶ JORNAL DE LONDRINA, 30/10/92.

⁵⁷ FOLHA DE LONDRINA, 31/10/92, P. 5.

adolescentes era o fechamento do o albergue no qual dormiam e isso já se configura motivo suficiente para uma reação imediata e agressiva. Soma-se, ainda, o consumo abusivo de substâncias psico-ativas, e a própria fase da vida em que se encontravam – adolescência - que reconhecidamente é marcada pela busca de enfrentamento, desafio e conflito com o poder.

Numa das reuniões para discussão da situação, conforme documento Londrina Cidade Criança, os questionamentos se faziam presentes:

“Se há tantas entidades assistenciais, por que continua a haver crianças de rua?” (LONDRINA, 1994a, p. 3).

Tal questionamento reafirmava que as estruturas existentes não conseguiam corresponder aos desafios da realidade vivenciada.

Tinha-se, portanto, a necessidade de um novo arranjo organizacional que correspondesse às exigências dos novos tempos, seja pela forma como a conjuntura local se apresentava, seja pelo cenário de constituição de direitos que o Estatuto da Criança e do Adolescente proclamava e, ainda, pela proposta do governo que assumiu a administração local em 1993.

Novamente podem ser destacadas manchetes de jornais demonstrando que a questão das crianças e adolescentes ainda se fazia presente enquanto pauta para a sociedade:

“Polícia alerta contra meninos de rua⁵⁸”.

“Mesa-Redonda define situação do menor⁵⁹”.

“Menores viram nômades em Londrina⁶⁰”.

“Menores de Londrina continuam na rua⁶¹”.

“Menores foram recolhidos no MEPROVI, mas fugiram⁶²”.

“Menino de rua: Busca de solução volta a ser debatida⁶³”.

Neste contexto, em 1993, assumiu o governo municipal o Partido dos Trabalhadores, deparando-se com a realidade em que se encontrava a população em situação de pobreza, principalmente crianças e adolescentes em

⁵⁸ FOLHA DE LONDRINA, 04/11/92, p. 06.

⁵⁹ FOLHA DE LONDRINA, 06/11/92.

⁶⁰ CORREIO LONDRINENSE, 08/11/92, p. 7.

⁶¹ O ESTADO DO PARANÁ, 15/11/92, p. 20.

⁶² JORNAL DE LONDRINA, 19/11/92, p. 8.

⁶³ FOLHA DE LONDRINA, 20/11/92, p. 7.

situação de rua.

O plano de governo apresentava os princípios norteadores sob os quais deveriam ser pautadas as ações da administração municipal: a) democratização do poder (estimulando, ampliando e assegurando a participação nas decisões, estimulando a organização autônoma e independente da população e sua auto-gestão e descentralização do poder); b) resgate da cidadania em todos os seus níveis e formas; redução das desigualdades, combate à miséria e à deterioração das condições sociais; articulação das demandas locais às questões nacionais e internacionais; c) planejamento democrático do espaço urbano e rural, invertendo as prioridades até aqui conhecidas; d) gerenciamento e estruturação da cidade como um grande ecossistema; e) favorecer aos cidadãos o acesso às informações e desenvolvimento de ações e experiências individuais e coletivas, que apontem para uma nova ordem social, cultural, ética e moral (PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO PARA LONDRINA NAS ELEIÇÕES DE 1992).

Os princípios indicavam a intenção de uma gestão democrática popular:

Dimensionar o tempo da gestão com as possibilidades do fazer, compatibilizar as demandas com a capacidade de respostas, considerar os processos diferenciados de maturação das proposições e ações e a paciência histórica pra uma construção coletiva, constituem alguns desafios na construção de uma gestão que se pretende democrática e radical no compromisso com os princípios de cidadania e direitos universais (LOPES, 1999, p. 135).

A partir de desses propósitos de governo, era possível vislumbrar uma perspectiva de maior reconhecimento do Estado de suas responsabilidades com os cidadãos.

No Planejamento Estratégico realizado pelo governo municipal, a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade nas ruas foram assumidas como prioridade:

“Investir na criança é o melhor destino para os recursos públicos, e é o que a Prefeitura de Londrina faz com prioridade, dedicação e eficiência (...)”.
Prefeito Luiz Eduardo Cheida (LONDRINA, 1994a, p. 1).

Dessa forma, a área social ganha no formato e estrutura, a

Secretaria de Ação Social, criada em dezembro de 1991 (Lei municipal nº 4.910 de 26/12/91) que passa a funcionar a partir de janeiro de 1993. O órgão responsável pela Política Municipal de Assistência Social, até então, encontrava-se vinculado ao Departamento da Autarquia Municipal de Saúde, não cumprindo o estabelecido pela Constituição Federal de 1988, capítulo II, art. 194, que a definiu como política social básica, no mesmo patamar da saúde e previdência, formando, assim, o chamado tripé da Seguridade Social.

Na Assistência Social, que em Londrina, se caracteriza pela prestação de serviços da rede privada e filantrópica, com quase total ausência do Poder público, muito embora recém-criada Secretaria de Ação Social tenha procurado oferecer alguns atendimentos, a grande questão é buscar uma forma de estabelecer prioridades e criar uma receita que tornem os serviços menos seletivos e mais universais e descentralizados. Neste sentido, faz-se necessária a criação de um Conselho Municipal de Assistência Social, capaz de formular diretrizes e políticas para o setor (LOPES, 1999, p. 141).

A Assistência Social, ao mesmo tempo em que tem na administração municipal a instituição de um órgão gestor na condução da política pública de Assistência Social, no âmbito federal passa a contar com a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, lei n 8.742, que atribui um novo ordenamento jurídico e institucional à Assistência Social, nos três níveis de governo.

Segundo Lopes “A nova política exigia nova estrutura, novas atitudes e habilidades” (LOPES, 1999, p. 142).

O propósito de mudança tem, no artigo 5 da LOAS, que trata da primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo, a base para a constituição de novos patamares para a política pública de Assistência Social.

Dessa forma, as ações desenvolvidas pelas entidades não-governamentais constituem-se prioridade da gestão, buscando-se instituir uma rede de serviços de Assistência Social pública, o que denotaria uma nova relação com as entidades sociais filantrópicas.

No atendimento direto à criança e adolescente em situação de vulnerabilidade nas ruas, embora não deva ser a Assistência Social a única e exclusiva política a viabilizar a garantia de direitos para esse público, cumpriu um

importante papel no direcionamento e articulação com as demais políticas para o atendimento a tais sujeitos historicamente desassistidos pelo Estado.

Dessa forma, a Secretaria de Ação Social implantou serviços de abordagem e atendimento direto nas ruas às crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua, atendimento sócio-educativo em vários pontos da cidade, Serviço de Abrigo direcionado especificamente a esse público, profissionalização e encaminhamento ao mercado de trabalho.

Fica evidente o reconhecimento das crianças e adolescentes em situação de rua como cidadãos nas colocações da Secretária de Ação Social, Márcia Lopes :

(...) eles são pequenos cidadãos e, se podem enfrentar a vida nas ruas, podem também tomar suas próprias opções.
(...) lutamos num terreno minado pela miséria, da qual as crianças de rua são apenas consequência.
(...) lutar, integrando poder público e entidades em programas conseqüentes, com liberdade, oportunidades e responsabilidades para os pequenos cidadãos. Nessa luta, todos podem ajudar, simplesmente combatendo o rancor e os preconceitos contra eles, que assim já estarão facilitando muito para que aconteçam as mudanças (LONDRINA, 1994a, p. 4).

Percebe-se, em tais afirmações, que o que se pretendia era de fato cumprir o que determinam as legislações afetas ao público infanto-juvenil, no reconhecimento como sujeitos de direitos, respeitando sua dignidade e liberdade, condição peculiar de desenvolvimento necessitando serem cuidadas e protegidas por adultos.

Na política de Assistência Social implantada, destacam-se como diretrizes para as ações voltadas ao atendimento da criança e do adolescente, a defesa dos direitos prescritos no ECA, a oferta de serviços voltada à necessidade dos sujeitos, superando a prática institucionalizadora, o envolvimento da família e comunidade, a articulação com a rede não governamental e a proposição de uma política regional para a área.

Dessa forma, reconhecendo experiência e vínculo com as crianças e adolescentes em situação de rua, a Secretaria de Ação Social, em 14/01/1993, busca no Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – M.N.M.M.R - uma parceria para a implantação do primeiro serviço para atendimento a esse público

(LOPES, 1999, p. 131;142).

Estava deflagrado o início da atuação intersetorial das políticas, a articulação com uma organização não governamental e a definição do segmento criança e adolescente como prioridade de atenção da política de Assistência Social do governo municipal.

A interface entre as políticas era uma decisão de governo, buscando cumprir o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (lei federal nº 8069/90), conforme pode ser confirmado pela fala do então prefeito Cheida em reunião com o secretariado: “Criança e Adolescente é prioridade em nosso governo, por isso, é preciso que todas as áreas e secretários participem e colaborem com a Secretaria de Ação Social” (LOPES, 1999, p. 132).

Era janeiro de 93, e eram os 32 meninos e meninas do quebra-quebra de outubro, concordando em sair da rua para dormir em casa-albergue, desde que com liberdade. Mas com normas que discutiam junto com os educadores de rua, profissionais que primeiro tinham ganhado a confiança deles nas ruas, com apoio e compreensão. E pela primeira vez em anos, começaram a ter aulas, recreação, refeições regulares. (LONDRINA, 1994a).

Cerca de 32 crianças e adolescentes em situação de rua passam, então, a contar com uma equipe composta por treze pessoas – assistente social, psicólogo, pedagogo, terapeuta ocupacional, educadores de rua, médico pediatra e auxiliares. Além disso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é coadjuvante neste processo, à medida que os projetos estruturados na área infanto-juvenil são discutidos, aprovados e cadastrados neste órgão, responsável pela condução da política municipal para este segmento da população londrinense (LONDRINA, 1992).

O primeiro serviço de atenção a esse público se intitulava PROJETO – “Meninos e Meninas de rua Pequeno Trabalhador”, tendo como objetivo geral - Atender integralmente a criança e adolescente desassistido das políticas sociais básicas e em situação de risco pessoal e social. (LONDRINA, 1993b, p. 4) – como objetivos específicos, visava oferecer atividades alternativas relacionadas à educação, lazer, cultura, recreação, esporte; garantir o acesso às políticas públicas; prestar atendimento social às famílias; construir, em conjunto com as crianças e

adolescentes, estratégias de superação da condição em que se encontravam. Propunha, ainda,: o conhecimento da realidade; avaliação permanentemente da proposta desenvolvida e promover a formação dos profissionais engajados no projeto. Para tanto, várias órgãos são envolvidos, como Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Obras, AMETUR, SETA, Universidade Estadual de Londrina, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e entidades não governamentais.

Compunha o Projeto “Meninos e Meninas de rua Pequeno Trabalhador” o Projeto de Proteção Especial, destinado a crianças e adolescentes sem vínculos familiares, institucionais e usuários de droga. Proteção especial compreendia, portanto, a intervenção com grupos de crianças e adolescentes que se encontravam em circunstâncias especialmente difíceis, ou seja, aqueles em situação de risco pessoal e social.

Dessa forma, o Projeto de Proteção Especial integrava dois serviços: o de Abordagem de Rua e o de Casas Abrigo. O Projeto define o caráter de atendimento das Casas Abrigo como transitório para cumprimento do objetivo, que é o retorno à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes atendidos.

Nesse sentido, o objetivo geral se expressa em prestar atendimento integral às crianças e adolescentes em situação de risco, favorecendo o fortalecimento dos vínculos familiares, o acesso e permanência no ensino regular, a superação da dependência de substâncias psico-ativas e a profissionalização, ações integradas à rede de serviços existentes (LONDRINA, 1994b).

Posteriormente, o Projeto foi implementado, transformando-se no PACA – Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente – programa mais abrangente - que trazia como diretrizes a garantia da defesa dos direitos da criança e do adolescente conforme as definições do ECA; a oferta dos serviços em conformidade com as necessidades do público alvo e busca de superação da perspectiva tradicional de cunho institucionalizador; envolvimento da família e comunidade nos projetos de atenção à criança e ao adolescente; articulação com a rede de atendimento a esse público; a busca de articulação para formulação de política regional de atendimento à criança e ao adolescente.

O PACA era composto por dois sub-programas, um direcionado à primeira infância e outro que aglutinava os programas considerados de proteção

especial, compreendendo cinco projetos: Educando, Brincando e Formando Cidadãos – atendimento sócio-educativo descentralizado nos bairros; Sinal Verde – abordagem de rua; Abrigo – atendimento em regime de moradia; NAPS - Núcleo de Atendimento psicossocial; Programa de Encaminhamento ao Trabalho e à Escola.

4.1.1 Estruturação dos serviços governamentais e não governamentais

Os serviços voltados à criança e adolescente em situação de rua, especificamente o serviço de Abrigo municipal correspondem ao modelo instituído a partir da lei nº 8069/90 que humaniza e apresenta de forma mais personalizada os serviços destinados às crianças e aos adolescentes que apresentam ruptura e/ou fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

Dessa forma, 32 crianças e adolescentes do “arrastão” de outubro são convidados, em janeiro de 1993, a participarem do Abrigo e da definição das suas normas, junto a educadores que, primeiramente, trabalharam com eles nas próprias ruas, estabelecendo uma relação de confiança e respeito.

Inicialmente, o M.N.M.M.R. realizava atividades educativas e esportivas no “Zerão⁶⁴”, durante o dia, com as crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas. Um mês após, foi inaugurado o primeiro serviço público de Abrigo direcionado a esse público. Foram compostos grupos de profissionais que atuavam nas ruas e outro no Abrigo. As equipes tinham a supervisão de um médico psiquiatra, que contribuía para a consolidação do atendimento pela administração municipal.

As crianças e adolescentes envolvidos com o projeto receberam atendimento social e psicológico, foram encaminhados à profissionalização, ao ensino regular, desenvolveram atividades esportivas e, quando possível, retornavam ao convívio familiar.

“(…) o objetivo final é que estas crianças e adolescentes recuperem seus direitos de tutela familiar, de acesso à escola, ao trabalho, aos serviços sociais e à vida comunitária” (LONDRINA, 1994a, p. 3).

⁶⁴ Espaço de referência da cidade, área aberta, utilizado para atividades de esporte, recreação e lazer.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos envolviam os seguintes momentos: o primeiro tratava da abordagem sob a perspectiva da criação e fortalecimento de vínculos entre educador e educando; apresentação de proposta alternativa à permanência nas ruas; atendimento a necessidades básicas e desenvolvimento de atividades sócio-educativas. O segundo momento compreendia a inserção no serviço de Abrigo, sob o acompanhamento do educador, assistente social e psicólogo, realizando atendimento psico-social às famílias; encaminhamento e inserção nas políticas de educação, saúde, além da profissionalização. O serviço define como estratégias a garantia de condições objetivas que envolvem o Abrigo; o atendimento psico-social individual e grupal; atendimento esportivo, lúdico e cultural; o encaminhamento aos serviços especializados e a integração com a rede de serviços sócio-jurídicos (LONDRINA, 1993b, p. 1;5).

A Secretaria Municipal de Cultura implantou o projeto Crianças de Rua⁶⁵, visando somar o atendimento a esse público.

As mudanças empreendidas na visão, condução e prática puderam ser constatadas até na postura de outros atores, quando um soldado da Polícia Militar colocou, conforme documento Londrina Cidade Criança:

“Pela primeira vez, eu não era chamado para prender, mas para proteger aquelas crianças. Aí eu senti que as coisas estavam mudando.” (1994a, p.5)

O caminho para a mudança estava definido, exigindo empenho, compromisso e efetividade. Mas para que as novas perspectivas se estabelecessem, o governo demonstrou concretamente o investimento no social. Dessa forma, a Secretaria de Ação Social contava, no início da administração, com um quadro de 45 funcionários para operacionalizar suas ações; em março de 1994, eram 145; destes, 101 voltados para o atendimento à criança e ao adolescente. Para suporte das ações, o orçamento destinado à Assistência Social era de 4,9% do orçamento total da prefeitura, considerado o “maior investimento social da história de Londrina até o momento” (LONDRINA, 1994a, p. 13).

É importante destacar que o serviço foi implantado para atendimento a todas as crianças e adolescentes em condição de rua e que necessitavam de apoio.

⁶⁵ LONDRINA, 1993a, p. 154.

Percebe-se que os pressupostos colocados pela CF 88, pelo ECA e pela LOAS podem e devem ser assumidos pelo Estado. Mas de que tipo de direito estamos falando? De todos, desde o mais elementar:

O direito à vida é uma prerrogativa fundamental da humanidade que nenhuma sociedade pode transgredir, pois o que está em jogo é sua própria unidade: “Em todo lugar em que existe uma classe de homens sem subsistência, existe uma violação dos direitos da humanidade e o equilíbrio social é rompido (CASTEL, 2003, p.243).

Sem dúvida, o investimento no capital humano é uma das maiores heranças que o Estado pode reservar a seus cidadãos, o que exige colocar em curso uma prática que combata as formas perversas de anulação das pessoas enquanto não-cidadãos, construindo uma nova cultura de Estado, de desenvolvimento e de sociedade.

4.2 A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NAS RUAS SOBRE O OLHAR DE QUEM VIVEU A HISTÓRIA

A difícil tarefa de concretizar respostas afirmativas e propositivas para as políticas públicas que atuam com a infância e juventude reiterou nossa posição de construí-las a partir do conhecimento e vivência dos que foram usuários destas políticas. Dois aspectos foram aqui enfocados - o primeiro constituiu-se em voltar a análise para os aspectos positivos a fim de que os mesmos possam ser conhecidos, reforçados e aprimorados; o segundo trouxe à tona, ou mesmo à luz da academia, a expressão da vida articulada ao campo do chamado conhecimento científico. O caminho metodológico utilizado foi a história de vida, o que possibilitou a expressão e o registro de experiência humana dos adolescentes sujeitos desta pesquisa.

As falas do(a)s jovens que participaram desta pesquisa são cheias de motivações, descrições de situações e de sentimentos, nos fazendo-nos refletir o quanto as palavras, atos e atitudes têm impacto sobre a vida das pessoas, muitas vezes, sob a forma de intervenção social, correspondendo ou não às necessidades

e expectativas da pessoa.

Nas histórias de vida, foi possível identificar sinais que apontam para determinados fatores que contribuíram para a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas. Os vínculos pessoais e sociais são fatores identificados como preponderantes por perpassarem toda a dimensão dos aspectos que compõem e marcam a vida de desses jovens, contribuindo significativamente para a decisão de assumir um outro modo de viver. Neste novo modo de viver, também pudemos identificar a preocupação com o futuro, com a estabilidade de vida e com reconhecimento social. Trata-se do desejo de viver dignamente, enquanto condição que eleva um status social, compreendendo ser esta uma das condições que favorece a prevenção de condições de vulnerabilidade, a eles e aos membros da família.

4.3 AS HISTÓRIAS DE VIDA

4.3.1 A história de Jonas

Jonas tem, atualmente, 24 anos, estudou até o 3º ano do 2º grau, tem dois filhos, o primeiro, fruto do relacionamento com sua primeira esposa e, o segundo, com a atual companheira. Jonas tem estatura mediana, anda sempre bem alinhado, é um belo jovem.

Primeiramente, por telefone, foi estabelecido contato com Jonas, que se mostrou receptivo ao ser convidado a participar da pesquisa. A entrevista foi realizada na cozinha da ONG na qual trabalha.

Iniciei informando sobre a pesquisa e a importância da entrevista para os objetivos propostos. Era a primeira entrevista, tinha grande expectativa com relação ao resultado que ela provocaria.

Jonas foi muito colaborador, é educado, gentil, além de uma excelente comunicação. Também é meigo e se considera sentimental. A permanência nas ruas não o fez perder a sensibilidade. Foi para a rua aos 14 anos, já adolescente.

As primeiras palavras de Jonas estavam bem elaboradas, parecia querer concatenar palavras e idéias.

Pergunto como contaria sua história de vida.

A história é a seguinte: nasci em vinte e um do sete, não é do treze, apesar de estar no registro, de mil novecentos e oitenta. São dois meses aí...tudo... Não conheci meu pai. Só através do que minha mãe fala e do que eu sei. Dizem que está numa cadeira de rodas em São Paulo. Junto com minha mãe e com os meus irmãos, passamos o pão que o... bicho amassou. Morávamos de aluguel na Vila Yara, numa casa toda...chovia dentro tudo.. Tivemos um amparo de umas irmãs da Igreja da Nossa Senhora de Fátima, que nos colocou na creche pra minha mãe trabalhar e que foi onde consegui uma casa pra nós onde eu moro hoje, no Jardim Novo Perobal. E ali, nesse Jardim não tinha água, luz, não tinha nada. E tudo que fosse de ruim eles tinham prá oferecer, mas de bom não tinha!

Risos.

Jonas se refere às péssimas condições de habitação existentes no Jardim no qual foram residir. Continua a contar sua história.

Lança um sorriso no canto da boca.

As palavras de Jonas reforçam a análise de Castel (1998) quando diz que as pessoas são colocadas em situação de flutuação na estrutura social, tendo dificuldade de encontrar um lugar, dependendo, muitas vezes, da intervenção de terceiros para sua alocação nesta estrutura. As desvantagens se acumulam, conduzindo as pessoas a viverem na precariedade das necessidades básicas e elementares à sobrevivência. Essa condição pode gerar insatisfação e até mesmo desilusão. As relações de proximidade existentes no território podem se tornar insuficientes para assegurar a devida proteção aos indivíduos. No caso de Jonas, nesta ocasião, o vínculo afetivo contribuiu para a decisão de rompimento do modo de viver sob o efeito de substâncias psico-ativas.

Pergunto o que o levou à rua.

O motivo foi Eu não fui influenciado.

É enfático nesta colocação.

Foi para saber como era. Eu posei um dia na rua e tal. Depois desse dia, eu fui tomando gosto de posar outras vezes, outras vezes. Até que eu fiquei definitivamente. Aí, por eu ter posado o primeiro dia, a minha mãe já começou a falar, falar ... Foi onde eu comecei a trocar diferenças com ela. Achava que ela tava errada, não sei o quê, não sei o quê ... Fui achando motivos para quando eu voltasse, ficasse definitivamente. Foi aonde eu consegui. Não foi por causa da minha mãe ser ruim, é porque eu queria liberdade. (...) eu não tinha tanta experiência. Eu conhecia alguns que já estavam na rua. Daí, por eu conhecer, foi o motivo de eu ter ficado mesmo na rua também.(...) Porque os colegas mesmo de bairro, estavam na rua também. Tinha uns três ou quatro que a gente andava junto porque a gente engraxava na época, eles também estavam todos juntos conosco.

Pela fala de Jonas, percebemos que o vínculo com a rua ocorre por aproximações, o que demonstra a necessidade da intervenção permanente, de modo a reverter a situação inicial instalada com a descoberta do novo. Na adolescência, conforme tratado no capítulo anterior, os momentos e descobertas parecem ser únicos, dando sentido à existência. O novo pode exercer um fascínio impressionante, oferecendo diversas opções que tornam a pessoa mais suscetível e vulnerável. Outro aspecto a ser observado é a dificuldade da família em lidar com a situação, o que fragiliza a relação, impulsionando o ir para a rua.

Nesse processo de transformação e busca, o (a) adolescente passa por uma das fases em que procura outras presenças, “indo ao encontro de outros que estejam vivenciando a mesma situação. Jonas confirma as colocações de Costa (2001) parecendo estar à procura dos bens perdidos; uma busca desorientada, errática, que chega até a ignorar as leis e convenções morais que já pouco ou nada lhe dizem.

Pergunto se encontrou a liberdade que procurava.

Em partes... Achei liberdade, mas não a que eu queria. Mas, digamos que foi bom pra mim aprender. Aprendi muita coisa.

A liberdade parece ser um pano de fundo diante dos desejos e necessidades que envolvem o ser adolescente.

Ao ir para a rua, pergunto se deixou alguma coisa para trás.

Larguei meus estudos, tava na quarta série, eu saí no final do ano. Deixei minha mãe. Na realidade eu nunca ... Deixei ela em casa sim, mas sempre que eu podia, eu voltava!

Seu semblante está sereno e feliz, suas mãos estão postas suavemente uma sobre a outra. Jonas identifica o abandono do ensino regular ao ir para a rua, percebe-se que a educação tem um peso significativo em sua vida, pois mesmo com as intercorrências vividas, conseguiu concluir o segundo grau, o que contribuiu significativamente com forma de se expressar, de interpretar a realidade em sua volta. Jonas também retoma a relação com a mãe pois mesmo estando afastado pela permanência na rua, voltava para alimentar o vínculo materno.

Jonas aponta que, no seu caso, não houve o rompimento definitivo dos laços com a mãe, embora a saída para rua tenha fragilizado a relação familiar.

Não tinha contato com ela, mas, à noite, quando eu ganhava algum dinheiro na rua, eu deixava embaixo da porta e voltava para a rua. E ... não sei ... Nunca perdi o contato, mas quando eu saí de casa, eu deixei o amor, o amor dela para trás. Mas eu nunca esqueci dela, nem de meus irmãos, porque eu sempre levei o amor dela comigo pra onde quer que eu fosse.

Seus olhos brilham, sua cabeça se inclina como se estivesse encostado em sua mãe. O dinheiro embaixo da porta significava tanto ajudar a mãe materialmente como deixar um pouco de si na casa da mãe, parece um gesto simbólico de fazer a mãe lembrar-se dele e mostrar a ela que ele se lembra dela.

Jonas demonstra o vínculo com sua família, e, possivelmente tenha, sido este um fator de proteção; ter a referência na família favoreceu o enfrentamento dos desafios nas ruas e em outros espaços, como o Abrigo.

Pergunto a Jonas o que a rua foi para ele.

Foi minha experiência de vida lá fora. Queria conhecer o mundo e ali eu conheci realmente. Conheci, aprendi a viver. Eu ficava só dentro de casa, debaixo da saia da minha mãe, só estudava, era aquele cotidiano! E, quando eu fui para a rua, eu encontrei o que eu fui procurar. Eu queria liberdade, tudo, mas... Só que eu não encontrei só liberdade, eu encontrei várias coisas...

A criança, ao viver em condições de pobreza, tem pouca oportunidade de desenvolver seu potencial ativo e criativo. Os coletivos protetores – família, comunidade, escola – não têm ocupado o tempo necessário para o desenvolvimento das capacidades das crianças e adolescentes. Diante de tal necessidade, principalmente os adolescentes saem em busca de espaços que propiciem tais condições.

A rua, para Jonas, é a expressão da liberdade e da experiência. A conquista destas também o levou à perda do convívio e não necessariamente do vínculo familiar e de proteção da casa.

Neste momento da entrevista, Jonas está mais relaxado, olhando no canto da sala, revivendo sua história.

Pergunto a Jonas quando saiu da rua. E ele responde:

Quando... a primeira vez... então que eu conheci a Márcia.

Pergunto a que Márcia se refere.

Márcia Lopes.

Lança um largo sorriso.

Foi ela que na época do Cheida... Não tem problema eu falar?

Faço sinal de que não há problema algum referir-se às pessoas que estavam no governo municipal naquele momento.

Foi na época do Cheida que começou esse trabalho com meninos de rua. Não que nós devemos a ele, porque essa iniciativa partiu mesmo da Márcia, que pelo que eu sei... muitos educadores falaram para nós na época. Quem sustentou mesmo esse projeto dos meninos aí, não foi nem tanto o Prefeito, mas foi a Márcia. Porque teve uma época, uma vez, que nós estávamos sem comida, a prefeitura não queria liberar dinheiro, a Márcia deu o aval, o dinheiro saiu. Ela que segurou realmente o trabalho.

Fecha o punho e encosta-o à mesa, de forma a demonstrar a firmeza da atitude da Secretária na época. Jonas demonstra a capacidade de

reconhecer que o gestor à época tinha compromisso com a proposta.

Esboça um sorriso no canto da boca, compenetrado em sua história, continua.

Eu tava na Concha Acústica, eu tava chapado de cola, aí a primeira vez eu vi ela, aí eu peguei e falei para ela arrumar um lugar para mim na Casa Abrigo. Que é onde a Édina... aqui na JK, onde a Édina cuidava ali da molecada. Ali chamava Recanto Amigo.

Seu rosto demonstra alegria, dá a impressão de que está assistindo a um filme do qual gosta muito.

Aí... ela pegou e falou que tinha que ter todo um processo, que tinha que conversar com os educadores. Naquela época a Secretaria de Ação Social tava implantando seu trabalho, porque tinha o Serviço Social, tudo, mas para meninos de rua não tinha, foi criado naquela época.

Jonas retrata o processo de construção e implantação, em 1993, de uma política pública direcionada ao atendimento de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade nas ruas.

E, aí ... conheci os educadores...que foram fazer o trabalho com nós na rua. Na rua e não na Casa Abrigo. Porque, quem quisesse sair da rua, tinha que passar por todo um processo na rua mesmo. Eu conheci o Osvaldete, que era um dos educadores. E ele fez a proposta pra mim: Se você realmente quiser sair da rua, você tem que... tem que se como é que fala?! ...parar de usar droga, dentro dela, na rua, estando dentro dela. Aí, eu falei que eu queria. Foi difícil!

Faz um sinal com a cabeça como se estivesse confirmando o que disse naquele momento. Continua:

Mas ... aí, eu peguei e falei: Essa é minha chance, se eu quiser? Aí, ele falou tudo ... não a privacidade, mas todo processo que eu tinha que passar depois que eu saísse. Aí, eu peguei e concordei. Eu achei que pra mim era bom. Aí, eu peguei e saí. E também meu irmão também, já tava fora da... ele já tinha.... Ele saiu primeiro, eu tava me sentindo sozinho também. Pra não ficar sozinho, eu ... metade dos meus colegas já tava na Casa Abrigo. E eu tinha quer ir.

Duas questões se fazem presentes na colocação de Jonas - o desejo de sair da rua e a possibilidade de oferta de um serviço que respondesse minimamente às suas necessidades.

É interessante frisar que, quando Jonas comenta sobre a Secretaria e o trabalho desenvolvido junto aos meninos de rua, fala com propriedade da metodologia, como quem conheceu e viveu essa história, tendo domínio do processo. Ao dizer que saiu da rua para “não ficar sozinho”, Jonas expressa o sentimento sentido naquele momento.

A relação educador-educando iniciada no contexto da rua possibilita a reflexão sobre a realidade no espaço onde se encontram. Esta mudança é paradigmática, pois se contrapõe à ação repressora e coercitiva de cumprimento de mandatos legais no recolhimento das ruas e confinamento às instituições de atendimento. Esta prática diferenciada dá à criança que se encontra nesta condição de vulnerabilidade nas ruas certa segurança, favorecendo-lhe tomar decisões importantes e significativas para a sua vida, tendo no educador uma pessoa adulta, uma referência, que lhe oportuniza a reflexão e concretização de atendimento digno.

Neste momento de acolhimento, Graciani (1999) acrescenta que se trata de um processo de conquista e de afeto, que permitirá a permanência dos (as) meninos (as) no Abrigo pelo “desejo” de sentirem pertencentes, considerados, ouvidos, no Abrigo, de poderem expressar seus anseios e angústias. Esses momentos, profundamente presentes no cerne do conflito, são as reais possibilidades de emancipação e engajamento dos (as) meninos (as) de rua ao novo projeto de vida.

Pergunto como era no Abrigo.

Nossa! Muitas coisas! As chances de emprego que eu tive. As oportunidades de emprego, voltei a estudar e era bem tratado pelos educadores da época. Era, como se diz? Já tava acolhido. Modificou muita coisa. E eu tava querendo realmente sair da rua. Querendo realmente, querendo mudar de vida. E foi isso que me incentivou continuar.

Fica evidente, neste momento, o propósito de mudar de vida, a partir de condições objetivas e subjetivas, que se configuram em fatores de proteção que o estimulam a buscar a superação da vulnerabilidade nas ruas. Jonas se depara

com oportunidades concretas e significativas para o desenvolvimento de suas capacidades.

Pergunto se tem alguma lembrança ou fato significativo que o faça recordar-se do Abrigo.

Lembrança não tem. Tem pessoas... Coisas boas foram muitas, e ruins também. Mas tem pessoas que se destacam bastante, entre as boas e as ruins. E que as boas superam as ruins também. Os educadores, o casal social que depois de um tempo foi implantado. Os educadores sociais que a gente mais estima é tio Gerson. Que vem mais na cabeça? O tio Armando, a Edeni, que hoje tá no Conselho Tutelar. E a Marinalva, o marido dela, o tio Paquera que faleceu, são várias pessoas. E, depois, começou a vir o casal social, que é o Jesuel e a Isabel. O casal social que mais mexeu conosco ali.

Sorri tanto que mal consegue continuar a falar.

Depois deles, veio um lá do União da Vitória que... pelo amor de Deus! Ninguém gostou! Foi pior que uma rebelião. A nossa casa virou de perna para o ar. Não ficou uma semana, saiu!

Sorri com satisfação! Mal consegue conter a alegria! Fala com empolgação e satisfação pela atitude que tomaram. E continua:

Ah! Não pelo fato porque eu tinha preconceito. Porque todo mundo ali morava em favela. Mas pelo meu ponto de vista, não tinham uma formação adequada para lidar... Não que nós éramos brutos, tal, não sei o quê, mas para lidar conosco.... Nós não éramos santo! Mas também não éramos malditos! Então, eu, no meu ponto de vista, eles não tinham isto. E outra, não tinha... A mulher antes de fazer comida, devia fazer um curso de ... entendeu? Não preciso nem falar o restante! Era cabelo que a gente encontrava na comida e outras coisas. Coisas que as meninas presenciaram lá que...

O casal citado por Jonas exemplifica que nem todas as pessoas estão preparadas para atuar com crianças e adolescentes, pois não basta gostar de gente. Provavelmente, mais do que o que foi expresso nesse trecho, o casal não possuía habilidade para atuar junto às crianças e adolescentes do Abrigo. É necessário ter interesse e compromisso com sua formação e desenvolvimento, apresentar condições de conduzir o trabalho de maneira que as mudanças possam ocorrer. Devem, para tanto, ampliar e aprofundar suas habilidades para melhor

exercerem seus papéis de educadores.

Confirmando tal afirmação, Costa (2001) acrescenta que o educador, além de ter uma compreensão das grandes questões da sociedade, deve ainda ser capaz de compreender, aceitar e lidar com comportamentos que expressam aquilo que há de íntimo e oculto na vida de uma criança e adolescente, principalmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade. Assim, o adolescente espera do educador algo mais do que apenas um serviço eficiente.

Jonas parece esquecer que estou ali, ele começa a falar com si mesmo. Seu olhar está fixo e tem um sorriso constante no rosto. Ar de moleque, entusiasmado com sua própria história. Continua:

Tinha até uma brincadeira que o... Polaco. Era o ..., esqueço o nome dele, não vem na cabeça aqui, agora. Ele comia, comia, pra caramba! Trabalhava no Parque Arthur Thomas comigo. Depois que ela passou a fazer comida, ele, ele mesmo dava a comida dele, e emagreceu, sinceramente, ele era gordo e emagreceu, não de muitos quilos assim, mas parou de comer muita coisa!

Risos. E Jonas continua:

Foram anos e anos, vamos dizer, de Jesuel e Isabel. Depois entrou outro casal, uma semana já... Lógico, muitos falavam numa semana vocês não vão notar. Não vamos, o quê? Poxa vida! Ô louco! Era uma diferença muito enorme (...) quando tá com a certeza, é a certeza. Quando tá errado, é errado e nós estávamos certo naquela vez.

Sua fala é empolgada. A entonação da voz é de quem está fazendo a defesa de uma argumentação.

Pergunto quem os ouvia no Abrigo.

O Projeto tinha um coordenador, que coordenava as Casas Abrigo. Aí, chegamos numa reunião, que tinha a reunião. Não me lembro se era semanal ou mensal. E colocávamos isso. E não queremos e não queremos mesmo. Foi posto e tiraram.

Para que a população infanto-juvenil tenha condições de lutar pelos seus direitos e tomar decisões, é necessário criar espaços de fala e escuta para que consigam exercitar o direito à participação, compreendendo que esta prática deve ser estimulada em todos os espaços de convivência coletiva.

Segundo Costa (2000), os adolescentes, além de portadores de entusiasmo e de vitalidade para a ação, são dotados também de pensamento e palavra e o exercício destas faculdades favorecem sua entrada no mundo adulto. O Serviço oportunizava a identificação do sentimento de “pertença”, pois os jovens, ao remodelarem referências e valores, identificam-se com as práticas, princípios e produtos dos projetos (Castro, 2001), situando-se como parte deles, em um momento, e como parte de uma comunidade com responsabilidades sociais, em outro.

No relato acima, o jovem se vê como “senhor da decisão” sobre o que é melhor para si, para o coletivo e para o Abrigo. A metodologia adotada enfoca o desejo e a vontade dos adolescentes; utilizam a fala e o diálogo, enquanto meio de concretização das ações, como na polis grega: “tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força e da violência” (ARENDDT, 1987, apud ZALUAR, 2004).

Vygotsky (1961 apud ZALUAR, 2004) complementa afirmando ser necessário combinar observação e experimentação no processo de aprendizagem, pois as habilidades cognitivas devem estar vinculadas às práticas que as invocam. É o empoderamento positivo necessário à estimulação das forças vitais presentes no ser humano na busca da preservação de condições necessárias ao seu bem estar.

Pergunto o que avalia como essencial no Abrigo que contribuiu para que permanecesse no Serviço.

Ser bem acolhido! Quando o menino entra, no primeiro dia no Abrigo, é ser bem recolhido. É ser bem acolhido! E, segundo, é não ficar bajulando também, mas tratar bem a pessoa. Ter um bom tratamento. Mostrar pra ele que não adianta só você chegar lá e falar: A gente quer te ajudar, tudo é tal. Mas realmente mostrar que quer ajudar.. Não é só ficar passando a mão na cabeça, na hora de chamar a atenção, tem que ser chamado a atenção, como eu fui chamada atenção várias vezes. E na hora de elogiar, elogiar mesmo. Porque tem muitos que sentem: eu sou mesmo sou uma pessoa... Hoje eu posso dizer, muitos que trabalharam comigo, conseguiram ver isso, eu sou muito emotivo. E tem pessoas que necessitam realmente de carinho e de atenção. Eu, quando tinha momentos que eu fazia alguma coisa e se ninguém é.... quando era uma coisa boa, prestasse atenção e não me elogiasse, essa alguma coisa..., Eu, lógico, eu ficaria, ficava, eu ficava chateado. E eu acho que aí, tem dar valor nesse ponto também, que tem pessoas que é muito emocional e por causa disso pode gerar um grande conflito. Mas, o principal pra permanecer, seria o básico: a boa preparação do educador, é receber... ser bem acolhido e, no dia-a-dia é aquilo que eu falei. Tratar bem e, não ficar, lógico, bajulando muito também.

Consideramos que um dos fatores que contribuiu para a superação da condição de vulnerabilidade de Jonas nas ruas foi o tratamento dirigido enquanto reconhecimento do outro como ser humano de valor. A aceitação incondicional da sua individualidade, com seus sentimentos, temperamento, respeitando-o, portanto, na sua forma de ser e contribuindo para que se tornasse um ser humano ainda melhor.

Jonas indaga que o educador deve ser comprometido e seu envolvimento deve ir ao encontro da causa pela dignidade do adolescente. Deve estabelecer limites, sendo um facilitador no processo de decisão, respeitando a identidade, o dinamismo e a dignidade dando a cada um condições de pensar e agir. O que não representa passividade e indiferença, mais respeitabilidade e aceitação, crédito no potencial criador e na força transformadora que cada um possui. Jonas evidencia em suas palavras, a necessidade de transparência e honestidade na relação com o educador, na postura adotada por esse profissional.

É interessante perceber como Jonas traça uma lógica de raciocínio e, ao final de sua colocação, apresenta um resumo daquilo que, de fato, entende como essencial em um serviço de Abrigo. Jonas valoriza o acolhimento, pertencimento, vínculo, enquanto condições necessárias à ruptura com a rua e à opção de mudança de vida.

Pergunto se chegou a voltar para as ruas.

Cheguei! Cheguei, quando eu saí. Foi na época ainda do tio Jesuel com a tia Isabel. Eu me lembro uma vez que saí da casa, eu não lembro o que fui fazer na cidade, aí eu encontrei uns colegas e tal e usei droga. Só que esta foi à última vez que usei, enquanto na Casa Abrigo. Depois que saí da Casa Abrigo, continuei usando.

A decisão de rompimento com a permanência nas ruas não é fácil, principalmente quando existe o envolvimento com o consumo de drogas. A motivação interna, o contexto da rua e o vínculo grupal contribuem para o desejo de manter aquela condição de vida, envolvendo a rua e a drogadição. Segundo Muza (1996), a drogadição apresenta-se com tantas faces e roupagens que, certamente, algumas são desconhecidas, outras ainda emergentes. Ao abordar a questão do uso/abuso de drogas na adolescência, é necessário que se faça dentro de uma perspectiva, na qual os aspectos individuais, familiares e sociais interagem de forma

complexa, um pano de fundo histórico-cultural.

Pergunto o que o motivou a voltar às ruas.

Não sei. Sinceramente não consigo, sabe... interpretar, sei lá! Não consigo dizer por que.

Olha fixo pra determinado ponto da sala, como se estivesse tentando encontrar uma explicação. Continua:

Acho que foi pela vontade mesmo. Sei lá! Acho que foi pelo processo de recuperação, que eu tive foi muito forte. Foi muito rápido. Porque, se eu quisesse sair da rua, partir para uma Casa Abrigo, eu tinha que parar ali. No durante, ali na rua, de usar droga e, então, foi muito rápido o processo. E acho que foi por isso.

Escapa-lhe uma risada no canto da boca.

Continua a explicação:

Nós, primeiro, porque tava na rua, passamos um sufoco danado apanhamo de polícia, tudo e tal... Depois, pra conquistar o espaço, entendeu, também foi sofrido... E esses uns de hoje não. Eles simplesmente têm uma rixa com fulano de tal, porque deve drogas ou algum tipo de coisa... E já tem ali tudo encaminhado, meu, pra ele. É complicado isso, então sei lá. Acho que tem que ser trabalhado mais esta questão... Não é pelo fato só dele tá correndo o risco de ser morto, tal, que vai pôr numa Casa Abrigo e não sei o quê. Tem que ser bem avaliado.

Pergunto a Jonas: Quando você pensava em deixar a rua, o que o atraía na rua.

Prá mim sair da rua?! Era porque... muita gente, ... quando ... que nem eu tava falando, aconteceu do processo de eu sair da rua. Meu irmão já tinha saído, ele tinha conseguido um emprego. É...Tinha voltado a estudar, tudo isso estando na Casa Abrigo. E o que mais me incentivou a sair da rua foi isso... o que me atraiu mesmo foi isso É... porque, a liberdade que eu procurei na rua, tinha encontrado em partes. Eu peguei e falei que se eu continuasse trabalhando... que mesmo tando na rua, eu trabalhava.

Jonas entendeu o que o atraía fora da rua, o motivo que o fez sair da

rua. Lança um sorriso maroto no canto da boca.

Era o jeito que eu levava o dinheiro prá minha mãe. Porque eu tinha minha caixa de engraxar, eu engraxava de manhã e depois, de tardezinha, com o dinheirinho que eu conseguia, eu comprava droga. Aí, eu peguei e falei: bom... se eu voltar a trabalhar, vou tá estudando, tudo, aí sim, aí que, eu vou conseguir a liberdade que eu quero. Porque eu vou tá trabalhando, tal. Na realidade eu pensava o seguinte, eu pensava o seguinte, que eu tando trabalhando, minha mãe já não ia mais mandar em mim e mais não sei o quê. Eu ia ser totalmente livre. Então, foi isso que... E que na Casa Abrigo eu ia conseguir uma liberdade mais assim, também. Foi o que me incentivou também a sair.

Merece ser ressaltada a identificação que fazemos da fala de Jonas com a reflexão de Sen (2000), ao apontar que a liberdade está sobre os valores que atribuímos às escolhas que fazemos, quando as direcionamos para a solução dos problemas que temos. Para Jonas, a liberdade é associada ao conhecimento e à independência financeira.

Pergunto se encontrou a liberdade que procurava.

*Achei a liberdade em partes... Porque na Casa Abrigo não tem nada de liberdade (risos)
Tem regras.*

Nesse momento, a entrevista foi interrompida, sendo retomada após alguns minutos.

Lembro a Jonas que estava falando que a liberdade, no Abrigo, não era completa.

Ah, sim. Então, é... em partes, porque tinha as regras também. Horário prá entrar, é... horário prá poder sair. É horário de sair, é horário de você ir para a escola, trabalhar e depois para o colégio e o horário que você voltasse do colégio ... prá você... já vir direto pra casa. Isso de dia de semana. Aí, final de semana, o horário era até meia-noite. Então, nesses horários aí, se eu estivesse na casa da minha mãe, até meia noite não entraria em casa.

No imaginário das crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade, a rua é entendida como espaço livre de tarefas, limites e horários. Tal representação se configura em resistência à adesão ao Abrigo, comparado muitas vezes, ao ambiente familiar, do qual muitos trazem uma lembrança negativa

do convívio com regras e limites.

Porém, há momentos em que eles conseguem compreender a importância de conciliar liberdade e responsabilidade e a utilizá-las em benefício próprio.

Pergunto se havia alguma semelhança com a casa da mãe.

Era igual é.. um pouquinho melhor, porque entraria até mais tarde. Porque na casa da minha mãe não, o máximo era até oito horas, todo mundo dentro de casa, já era bem rígido e final de semana não podia sair.

Pergunto se estava querendo dizer que na casa da sua mãe eram mais rígidas as regras.

Era mais rígido,... e também foi o que pensei, o que eu achei, se eu tivesse trabalhando um pouco, eu seria o dono do meu próprio nariz! Mas, não é nada disso. Enfim, o trabalho é só como se diz, é... um caminho a seguir prá você ser alguém na vida e não ser dono do próprio nariz.

Retomo a questão da liberdade, solicitando-lhe que explique qual o significado de liberdade para ele.

Até hoje..., eu não consegui..., eu fui em busca disso e não consegui, ainda, é... como se diz... encontrar. Não consegui encontrar até hoje. Não... porque eu casei muito cedo também.

Sorri.

Mas, eu acho que resumindo, a liberdade é... Eu acho que a liberdade é você poder não poder fazer tudo o que você quer. Mas poder fazer as coisas no seu limite, você tá vivendo longe das drogas. Quando você está nas drogas, ela te segura, te prende, aquilo, só aquilo,... não é liberdade. Você tá sujeito a só uma determinada coisa, não é liberdade, você tá sujeito a fazer várias coisas, não o que você quer, mas tudo em seus limites, porque nós somos limitados, podemos ir a até uma certa altura. Fazer tudo o que quer dentro dos seus limites. Acho que a liberdade é isso. Isso eu aprendi!

Eu saí em busca dessa liberdade, não encontrei, meu limite foi aquele. Eu tive a liberdade até certo ponto. A hora que eu vi que eu ia ficar amarrado mesmo àquilo, cheguei no meu limite, falei não, agora quero mudar, foi na onde que eu mudei. Mudei assim. Até um certo ponto. Depois que eu saí da Casa Abrigo, eu retornei... retornei pra... pra vamos dizer, assim, recapturado pelas drogas, ! E foi aí que realmente eu encontrei o meu outro limite. Foi aonde eu casei pela primeira vez, e foi onde eu quis constituir uma família com minha companheira, e foi aí que... legitimou a minha separação das drogas.

A liberdade, para Jonas, também significa limite, ter autonomia em relação à dependência das drogas. Acosta e Vitale (2005) explicam que aprender a escolher é um dos maiores legados que se pode oferecer aos mais jovens, e que se dá somente no exercício da capacidade crítica, da habilidade argumentativa e do conhecimento de si e do mundo, incluindo-se o conhecimento sistematizado e formal.

Pergunto se foi uma boa escolha.

Nossa, com certeza! E... ela também era usuária e, então, foi uma coisa bem... vichi! Foi uma ótima recuperação, ali.

Procuro confirmar se foi a opção dos dois.

Dos dois.... nós falamos, conversamos, entramos em um acordo, eu tava trabalhando, aí cheguei nela e..., doido para ter um filho na época. Jovem é tão bobo! É...tão, não sei...

Risos.

Querer se amarrar cedo e ainda mais em pensar em ter filhos,... Aí eu peguei, cheguei e falei com ela, falei: Pô! Mas... eu quero ter um filho, você também... Como nós vamos ter um filho nessa vida? E aí, nós demos um exemplo dum..., dum casal, marido e mulher e seus outros filhos. Com... tudo drogado também,..E será que nós vamos ser igual fulano... Ah, não....Então, tem que parar... Aí, eu parei de comprar, paramos de usar nunca mais, até hoje. Graças a Deus!. E.. somos separados, ela não retornou! E somos separados, depois que separamos, eu achei que ela ia.... recair.. Não! E nem eu também. Graças a Deus! E foi uma recuperação... eu recuperei ela, ela me recuperou...

Nesta última frase de Jonas, o jovem mostra a importância de uma decisão compartilhada, de suporte mútuo.

Queria constituir família, tinha família. Então, para legitimar, ... para consumir ... não é casamento nada, mais... a gente estava junto, então, pra concretizar? Acho que era isso. Que nem eu falo hoje, não sei o porquê eu fui casar cedo, ,.. e o porquê de ter filho cedo... .Eu acho que foi mesmo para recuperar das drogas. Eu acho que foi prá isso. Eu não tenho explicação prá isso. Mas só tem que... só tem explicação para isso, é aquele lá em cima. Então, se um dia ele quis que eu sáísse das drogas, acho que ele colocou essa, vamos dizer assim... essa assim bobeira entre aspas na minha cabeça.

O adolescente, o jovem ousa e, a seu modo, descobre como responder pelo que quer fazer da sua vida. Sonha, faz projetos e almeja alcançá-los, sua vitalidade o impulsiona a pensar em como “resolver sua vida”, buscando sua satisfação pessoal.

A fala de Jonas demonstra quão apropriada é a reflexão feita por Keniston (1960) (apud Acosta e Vitale, 2005) sobre o ato de crescer. Segundo ele, crescer é sempre um problema. Acarreta o abandono daquelas prerrogativas especiais, visões do mundo, discernimentos e prazeres que são definidos pela cultura como especificamente “criancices”, substituindo-as por direitos, responsabilidades, perspectivas e satisfações que são adequadas para o “adulto” culturalmente definido. Embora os conceitos de “infantil” e “adulto” sejam diferentes de uma cultura para outra, todas exigem alguma mudança nas maneiras habituais de a criança pensar, sentir e agir. Dependendo do que tal condição representa para o jovem, este pode, pelo menos temporariamente, negar a vida temida do adulto.

Segundo Serrão (1999), a construção do projeto de vida é uma instância fundamental de desenvolvimento pessoal e social, significa que o adolescente formou sua identidade, sentindo-se capaz de ingressar em numa nova etapa de vida.

Pergunto a Jonas o que lhe vem à cabeça quando ouve a palavra rua.

Hoje, eu vejo a vida que eu levo e justamente olhando pelos que não se recuperaram. Porque hoje eu vejo... Não que é uma ... eu não sinto pena deles... não sou maior e nem menor que eles, sou igual a eles, mas, só que com uma pequena diferença, eu não estou mais preso, não estou mais amarrado àquilo, àquela vida. Mas eu sinto, tenho uma certa... sabe, vamos dizer assim... uma certa... não sei explicar sem dizer pena, entendeu? Por eles na ta.... por eles não terem recuperado, porque tiveram as mesmas oportunidades que eu tive (enfático) . As mesmas chances, tudo, que eu tive eles tiveram também. E, hoje, eu vejo eles... assim é o que me faz resistir... Já tive vontade, depois de casado, de tudo, ter esquecido tudo, de muitos anos. Há mais de dez anos que eu não uso mais droga. Hoje, eu vejo assim sabe ... é complicado, viu?! Prá mim..., porque eu tô recuperado e tudo, eu sinto dó deles.

Jonas tem clareza de que mesmo que a intervenção realizada tenha buscado oferecer condições de acesso nem todos conseguiram se beneficiar. Por

outro lado, tem consciência de sua resiliência, de seu esforço e do seu compromisso com a vida no presente, trazendo toda a experiência vivida no passado, revitalizando sua própria vida.

Sua fisionomia fica entristecida, fala com pesar, compadecido com a situação dos colegas. Continua:

Eu me sinto até culpado por não poder fazer nada. Então... e olha que já tive contato com eles, depois, tentando ajudá-los, quando eu trabalhei na APEART como educador, mas não deu certo, sabe? Não deu certo, de eu continuar na APEART, sabe?

A entidade encerrou o projeto pelo qual Jonas era contratado.

Mas...sei lá, acho que os que estão na rua agora, depende de Deus e de uma nova política, nova política social prá... um jeito diferente para mudá-los. Acho que nem a Márcia quisesse voltar a ser... como Secretária... fizesse todo... não recuperaria eles... teria que ser... tudo o podia..., lógico. Tudo que pode ser feito, tá sendo feito, mas... É porque eles não querem mesmo! Esses uns, eles se entregaram mesmo... às drogas. A pessoa tem que querer, se não querer, não adianta trabalho... não adianta Casa Abrigo, não adianta hospital, não adianta nada. Esse negócio de clínica aí, é uma ajuda. Casa Abrigo também. Se a pessoa não querer, não se recupera... não se recupera. E... continuam a vida deles, a mesma rotina... não mudaram nada. Por isso que eu falo: tem que querer. Se não querer, não consegue!

Jonas refere-se aos demais jovens do seu tempo de rua que, até o momento, não conseguiram superar a condição de permanência na rua e do uso e abuso de substâncias psico-ativas.

Segundo Paugam (2003), o grau de comprometimento com as ruas e todas as suas implicações – drogas, roubos, violência – associado à inexistência de força que os impulsionem a querer outro modo de viver, torna-os abandonados ao acaso. Sem força e sem vontade, tornam-se insensíveis ao julgamento do outro e se retraem progressivamente em seu mundo limitado, reconstruído segundo as suas próprias normas. Abandonam-se à indiferença, entregues ao destino, parecendo assistir como testemunhas passivas e sem energia.

Procuro confirmar se um dia ele quis sair da rua.

Eu quis... Agarrei! ... A única oportunidade que eu tive, eu agarrei ela. E, lógico, depois que eu saí da Casa Abrigo, eu.. desmanchei todo um trabalho que os educadores fizeram comigo. Mas, depois que quando eu vi que eu já não tava mais na Casa Abrigo, que eu não tinha mais cara de voltar e falar que eu ... recaí, que eu... Eu peguei e falei: então não, agora, parte de mim! Aí, foi naonde, quando eu e minha esposa na época, nós decidimos largar.

É importante notar que, quando o trabalho realizado é comprometido com a perspectiva maior de mudança e de promoção da justiça diante dos direitos que foram lesados, embora inicialmente a pessoa desista de continuar, o que foi plantado pode gerar frutos em outros espaços, pois aumenta o nível de reflexão e a capacidade de fazer análises e tomar decisões sobre os fatores que contribuem ou não para o desejo de vida digna.

Pergunto quais são suas motivações para não voltar às ruas.

É continuar vivendo pros meus filhos, para minha família. É o que me faz a... tá em pé ainda hoje. Já pensei, já... Teve momentos que já eu pensei de... por estar sofrendo nessa vida. É... por mais que eu trabalhe e tudo, eu tenho minhas dificuldades. Todo mundo tem. Eu não sei o porquê... mas eu ainda passo por muitas dificuldades, acho que pelo fato de não ter planejamento, não ter planejado ter os filhos... tudo essas coisas. E a quantidade de filhos que eu tenho, eu sei que recebo pouco e, é por isso a minha dificuldade que eu passo. Às vezes, dá uma revolta, assim... a gente pensa... mas...logo pensa nas crianças ... E eu penso, também, que eu decidi sair e não voltar, e não voltar nunca mais mesmo. E essa coisa, é coisa passageira, é coisa que passa pela cabeça, assim, mas... nada de concreto. É momento passageiro.

Jonas ressalta sua preocupação com o bem-estar, o que desestabiliza e gera oscilação quanto à qualidade de vida a que tem direito, a vida que gostaria de ter. Porém, o que prevalece são os vínculos com os filhos como fatores importantes em sua vida, os quais lhe dão sustentação para continuar a lutar pela vida e, conforme afirma Paugam , a integração favorece a conservação dos vínculos sociais (apud, SAWAIA, 2004).

O afeto é um sentimento presente na vida de Jonas e provavelmente propulsor de sua resiliência. E ele recebeu afeto da mãe de pessoas da Casa

Abrigo, colegas da rua e da namorada, e parece ser o afeto que sente pelos filhos que o mantém fora da rua.

Pergunto o que ganhou e o que perdeu com a saída da rua.

O que eu ganhei e o que eu perdi?... Ai... eu não perdi nada, eu só ganhei. Eu só ganhei. Ganhei uma nova vida. Resumindo tudo, uma nova vida! Só isso.

Neste momento, enche os olhos de lágrimas.

Pergunto se tem alguma referência para onde não quer mais voltar.

Você sabe...

Seu rosto ganha expressão de alegria, como se fosse me contar algo muito engraçado, entusiasma-se, até se ajeita na cadeira para falar.

Teve uma vez, eu peguei... encontrei um colega meu e falei: olha, se fosse para voltar para a rua, eu voltaria... mas se fosse nos tempos nosso, de antigamente, com aquela turma.

Neste momento, fala compassadamente, lança um sorriso carinhoso, parecendo se lembrar da turma da rua. Jonas fala de uma rua que não existe mais, de amigos que não estão mais lá, ele não volta porque a rua que ele conhecia desapareceu.

Mas como não existe, então... não essa possibilidade, nunca, graças a Deus!

Risos.

E a rua é o local onde eu não voltaria. Poderia voltar pra Casa Abrigo sim, mas pra rua, não! Porque, na Casa Abrigo passei momentos... bons. É, na Casa Abrigo eu estaria assistido, de qualquer forma, mas levaria meus filhos juntos!

Jonas tem certeza do modo de vida que optou por viver, recorda que o serviço de Abrigo lhe garantiu assistência durante o período em que necessitou

daquele atendimento. Construiu uma imagem positiva de si, respeito próprio, traduzido pela confiança em sua capacidade de assumir sua vida e a de seus filhos, lutando pela concretização daquilo que deseja para sua vida.

Risos.

Aqueles ali não deixo por nada!

Pergunto sobre algo que não deseja para sua vida.

Se eu... lógico, quando eu disse que nunca mais eu quero voltar para a rua isso já inclui não querer mais aquela vida. Isso eu não quero mesmo. Se pudesse, se viesse, se partisse de mim essa ...eu não queria mais prá mim, porque faz parte da minha vida, é ver o que eu vejo hoje com esses que tão na rua. Só isso. E não quero que os meus filhos também sigam prá.... esse caminho. É isso que eu falo: eu vou fazer o máximo que eu posso... não tenho dinheiro pra cuidar deles não, prá dar o bom e de melhor. Mas o pouco que eu tenho, eu tenho certeza que pra eles é muito. Igual eu, o pouco que minha mãe tinha, eu tava satisfeito ... com tudo o que ela podia me servir. Mas a curiosidade... em conhecer o mundo lá fora e ... a ter essa tal liberdade, que até hoje não encontro, foi maior e.. não foi pelo maltrato, nada, que eu fui pra rua. Foi por curiosidade em conhecer o mundo lá fora. E foi lá que... lá fora que eu aprendi tudo o que tenho e o que eu sei hoje. Toda sabedoria que eu sei é... vivendo e aprendendo e também acreditando. Aprendi lá fora. E é o que eu tento mostrar, vou tentar passar para os meus filhos, quando eles tiverem uma idade, na idade da curiosidade. Espero que não... que não tenha mais esses casos, aí. Mas, se tiver, eu quero mostrar a realidade prá eles. E falar, meu filho, é aquilo que eu passei um dia, hoje eu estou aqui, mas por esforço meu. E vou falar pra eles, se ... um dia Deus quiser, nunca cair numa maldição dessa, porque vou falar a verdade, se a pessoa não querer, não tem volta.

Pergunto se considera uma maldição.

Prá aqueles que se deixam amaldiçoar. Deus uniu a droga, eu e ela [a primeira esposa]. E tivemos a primeira filha tal, infelizmente, mais prá frente nos separamos. Aí, depois de um tempo, eu casei novamente e tive mais dois filhos. Uma menina e um moleque. E... tô aí, tô na luta. Já trabalhei com meninos de rua também, pela APEART e também pela Ação Social, lá em Cambe. E hoje eu estou nessa ONG, tô satisfeito! E espero... continuar nessa vida. Se tiver desempregado, tiver uma dificuldade, hoje em dia, tem várias maneira de se trabalhar. Desde uma roça até catar papel e não mido esforço prá isso. E tô feliz. O mais importante é que tô feliz!

Finalizando, Jonas demonstra a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas, demonstrando satisfação com a vida que tem. Acreditamos que Jonas leva consigo as palavras de Thiago de Mello, no Estatuto do Homem que diz:

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, ou como a semente do trigo, e a sua morada será sempre o coração do homem (MELLO, 1987).

Jonas demonstra como é grande a força das pessoas e sua coragem para enfrentar a vida.

4.3.2 A história de Judite

Judite é uma jovem que vive com seus quatro filhos; e estava grávida do quinto no período da entrevista. Tem atualmente, 28 anos, nasceu em Londrina, estudou até a 5 série, mas não chegou a concluí-la.

Reside em um bairro da região norte, em área bem localizada, em casa de alvenaria, que possui seis cômodos. Está neste local há três anos. O imóvel foi adquirido através de financiamento, com dinheiro recebido do seguro de vida de seu marido que num dia, após ter recebido o pagamento do salário da empresa onde trabalhava, foi assassinado a caminho de casa.

A entrevista com Judite aconteceu em uma tarde de sábado do mês de maio de 2005. No contato, solicitou que agendasse o quanto antes a entrevista, visto que estava próximo o dia do nascimento de seu filho.

Ao chegar a sua residência, Judite estava terminando uma faxina, sua casa estava organizada, tudo no seu respectivo lugar, como se estivesse esperando uma visita. Seus filhos são receptivos, simpáticos, crianças fortes e bonitas; bem cuidados, além de carinhosos entre si e com a mãe.

Judite estava com a aparência cansada, provavelmente decorrente

da organização da casa. É extremamente hospitaleira, buscou nos acomodar confortavelmente para a realização da entrevista. Antes do início da gravação orientou os filhos quanto ao que iria acontecer, solicitando que não interrompessem a conversa que iríamos ter.

Solicitei a Judite que ficasse à vontade para interromper a entrevista caso ocorresse alguma situação que lhe causasse desconforto.

Judite permaneceu nas ruas dos 7 até os 17 anos, ou seja, foram 10 anos de vivência de rua.

Judite começa contando sua história assim:

Eu morava com minha Vó, daí eu engravidei...., daí ela deu derrame, ela ficou de cama. Aí... ela faleceu..., daí eu fiquei mais uns quatro anos na casa. Aí, meu vô entrou na justiça para tomar a casa, daí ele ganhou, né. Porque o pai dos meus filhos era usuário de drogas, né? Ele inventou um monte de coisas.... Daí, eu fui pagar aluguel uns dois anos, antes de vir para cá..

Judite silencia. Em suas colocações iniciais expõe algumas das perdas que teve em sua vida: a perda da avó – poderemos constatar pelos relatos que seguem, que teve uma importância vital em sua vida, sua referência positiva de família, pois a acolheu e lutou pela sua vida - outra perda é o direito à moradia.

Pergunto-lhe quanto tempo permaneceu nas ruas.

Dos sete aos dezoito... dezessete prá dezoito. Dos sete aos dezoito anos porque a última... rotatória pela delegacia foi aos dezoito!

Embora nesta colocação sua expressão ganha ar de malandragem, inicialmente, ao solicitar-lhe que conte sua história de vida, sua expressão se enche de tristeza, seu olhar fica longe, distanciando-se, sem fixá-lo em lugar algum, como se uma grande tristeza tomasse conta de si. Ao solicitar-lhe que continue, responde:

Ah, acho que não dá, né?! É meio complicado. Não sei....

Balança a cabeça em sentido negativo, como se não quisesse fazer muito esforço em recordar o passado. Tento recolocar a questão, perguntando como

contaria sua história. Ela responde:

Chorando...

Ri, demasiadamente! Deixa dúvidas se não havia entendido a pergunta ou se era um modo de dissimular os sentimentos. Expressa mais algumas palavras:

Ah... Acho que é uma experiência, né, que eu vivi. Daí, eu mudei, agora estou vivendo outra experiência, né?!

Resolvi não insistir. Ficou perceptível se semblante abatido, ao lhe solicitar que falasse de sua história, provavelmente por ter aspectos que a marcaram de forma muito negativa. Soma-se, ainda, o fato de estar grávida e próximo o dia do nascimento de seu filho, condição que talvez tenha lhe deixado ainda mais sensível.

Pergunto a Judite o que a rua foi para ela.

Acho que nada.... Para mim não representou muita coisa. Representou assim... eu conheci bastante gente. Pessoas que, hoje em dia, não viraram as costas pra mim, sempre estão presente, né?! Foi bom por isso. Mas, por outro lado, acho que não. Perdi minha infância, perdi aniversário, um monte de coisa.... não gosto muito de ficar lembrando....

A tristeza continua fazendo parte de seu semblante, a sua voz estava tão baixa, que mal conseguia ouvi-la. A voz não tinha a mesma entonação do início da entrevista. Neste momento, a filha caçula se encosta em Judite, que lhe faz carinho mexendo em seus cabelos.

Judite valoriza a presença através da relação significativa e de qualidade que estabeleceu com as pessoas que encontrou durante sua trajetória de vida nas ruas. Confirma as colocações feitas em capítulo anterior quanto à necessidade que temos de presença. Ao contrário, quando esses vínculos não existem, ou são demasiado frágeis e se rompem, a vida se torna vazia de sentido.

A jovem também se refere à sua infância de modo negativo, ao terem sido lesados alguns direitos fundamentais ao seu desenvolvimento, como

brincar, e a valorização da auto-estima e reconhecimento da sua condição enquanto pessoa, na comemoração de aniversário de vida, o que prejudicou um período de vida precioso para o desenvolvimento de suas habilidades.

Pergunto-lhe se deixou alguma coisa para trás quando foi para a rua.

O meu futuro.

As rupturas ocorridas na trajetória de vida de Judite interferiram na perspectiva de vida que trouxe ao vir ao mundo. A condição de permanência nas ruas interrompeu, pelo menos momentaneamente, o direito a ter futuro, ao entender que, nas ruas, vive-se somente o presente.

Judite nos remete a refletir que sua história poderia ser diferente, confirmando o que apontamos no capítulo anterior: a precarização se apresenta como déficit na trajetória de vida destas pessoas.

Da experiência vivenciada, fica a perspectiva aprender a lidar com a realidade presente na construção de projetos que dêem sentido e significado à vida.

Pergunto a ela o que tinha antes de ir para a rua.

Ah, eu não tinha nada, porque eu era uma criança.

A criança, enquanto pessoa em desenvolvimento, deve ser portadora de um futuro. Condição que Judite não conseguiu visualizar, muito provavelmente por não ter sido reconhecida sua condição de criança, pois conforme aponta Cury (2002), a infância, à sua maneira, é um período de plenitude que deve ser compreendido e acatado pelo mundo adulto, ou seja, pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Pergunto-lhe se lembra da sua infância.

Lembro.... Ah, eu era normal na infância. Não tinha problema na infância. Eu saí da minha casa, não foi assim por apanhar ou passar necessidade. Saí porque eu fui em busca de uma irmã, que minha, que minha mãe abandonou. Então, daí eu comecei a dar trabalho na escola, comecei a fugir de casa, só que eu fugia e ficava por aqui mesmo, pela vizinhança, né?! Até que teve um dia, eu peguei o ônibus e fui parar lá no bosque... já encontrei uma turma lá... e lá eu fiquei. A primeira pessoa que eu conheci foi o Juquinha, o Juquinha Rodrigues. Era um branquinho que tinha o cabelo lisinho.

Judite acrescenta outros fatos à sua história de vida, quando lhe

pergunto se teve alguma revolta que a motivou sair de casa para a rua.

Ah, eu tive, eu tinha revolta...e eu fui criada com minha Vó, então a ...minha mãe, ela me abandonou dentro de um bar, que eu não sabia essa história... Me abandonou dentro de um bar para pagar uma garrafa de pinga. Daí, minha Vó ficou sabendo da história e tudo, foi e me buscou, pagou lá o que minha mãe devia. Minha mãe era novinha também. Só que ela..., tipo assim, ela entrou nessa vida de beber, beber porque meu vô expulsou ela... [tenta justificar a saída da mãe]. Ela foi mãe jovem também. E foi o que ele tentou fazer comigo quando eu engravidei do meu primeiro filho, ele me expulsou da minha casa, só que minha Vó, que já não tava muito boa, falou: Ela não sai daqui, porque aqui é a casa dela e é aqui que ela vai ficar. Graças a Deus que impôs, porque senão ele tinha me colocado pra fora da minha casa também.. .foi o que ele fez... Esperou minha Vó falecer, entrou na justiça... pra poder conseguir a casa.

Inicialmente, Judite denomina sua infância como “normal”, por “não apanhar e/ou ou passar necessidade”; num segundo momento, acrescenta o alcoolismo e abandono da mãe e a luta da avó para seu acolhimento diante da rejeição do avô. O abandono, os conflitos são raízes dos sofrimentos que Judite viveu em sua infância, o que gerou uma situação emocional instável, insegura e frustrante que a impulsionou à busca de rompimento com tal situação, optando por permanecer nas ruas. Judite confirma as colocações de Placco, ao apresentar sua resiliência superando a si mesmo e às pressões de seu mundo (apud TAVARES, 2001).

Constata-se, ainda, na fala de Judite, a afirmação de Soares (2001) de que os arranjos familiares, quando associados à pobreza, podem aumentar a probabilidade da vulnerabilidade entre crianças e adolescentes.

A partir dessas considerações, pode-se considerar que responder ao papel de genitora e procriadora da vida em família não é uma tarefa fácil ou simples; por outro lado, torna-se, para a criança, ainda mais penoso conviver com as nuances de tal realidade.

Pergunto a Judite o que a levou a sair da rua

Foi no tempo da Marta Cheida, né?!

Sua expressão ganha vida, como se esta parte de sua vida valesse

a pena ser lembrada.

Ela tava me procurando. Daí, eu cheguei lá no Provopar, tava já bem grogue. Aí, a moça que trabalhava lá, falou assim: Você vem aqui mais tarde, mas não vem com os meninos, você desvia o caminho deles, você vem aqui que a Marta quer falar com você! Falei: Ela vai me prender?! Não roubei ela!

Dá uma grande gargalhada, mal consegue continuar falando... Seus filhos, que estão conosco na sala, riem junto, sem entender o que se passa.

Daí, eu cheguei lá, ainda tava meio grogue. Ela mandou eu sentar e esperar um pouquinho, que ela tava numa reunião. Eu esperei. Daí a moça me levou lá, prá mim pegar umas blusas de frio, uns agasalhos. Daí, eu falei: acho que ela queria me dar roupa, né?!

Dá um sorriso no canto da boca, como se estivesse se preparando para contar uma grande surpresa.

A mulher disse: Agora senta aqui e espera que a Marta vai te atender. Ela me chamou na sala, mandou eu sentar, falou um monte na minha cabeça. Ela falou: Eu vou te dar uma oportunidade prá você voltar para a Escola Oficina, só que essa não vai ser pra você voltar como aluna, vai ser para você ir para a Escola Oficina como uma funcionária. Eu nem tava entendendo o que era. Daí, ela disse pra Maria (uma que trabalha lá), pra ela separar mais umas roupa pra mim, que ela ia dar passagem pra mim voltar pra casa da minha Vó, que eu ia trabalhar na segunda-feira. Isso era numa sexta, eu acho, que era pra eu tar lá antes das oito horas. Cheguei lá, era cinco e pouco da manhã na Escola Oficina.

Explode em novas gargalhadas! As oportunidades criadas para que o ser humano possa se desenvolver e a forma como respondem a tais condições podem ser chamadas de eixos estruturantes para as pessoas em condições de vulnerabilidade. Por esta via, podem recuperar a auto-confiança, o auto-conceito enquanto pessoa capaz, bem como o desenvolvimento de perspectiva de futuro, ao sentir-se capaz de lutar pela vida.

Acreditamos que, para Judite, este momento tenha sido de plenitude. Costa (1999) afirma que são os momentos em que o nosso ser e o nosso

querer-ser se abraçam. É quando o sentido da vida, de repente realiza e se materializa num acontecimento.

Neste momento, Judite interrompe a fala com a chegada de um homem à porta de sua residência, que fica nos olhando por alguns instantes. Pergunto se Judite gostaria de interromper a gravação para atendê-lo e sua resposta é negativa. Sem nada falar a pessoa vai embora. A expressão de Judite está séria. Posteriormente soube que se tratava do pai do filho que estava esperando. Pergunto se gostaria de fazer um intervalo e Judite afirma negativamente.

Pergunto-lhe o que fez com que ela permanecesse no Abrigo

Eu sempre tinha, sempre várias recaídas (usava drogas) assim.. tipo assim....eu ia... fui para a Casa Abrigo porque fui eu e a Roselia Rose, nós fomos as primeira menina a ir pro Abrigo. Daí, a gente sempre recaía... aí, eu sempre ligava pra Márcia Lopes, porque ninguém deixava eu entrar mais...daí (riso) ela pegava o carrinho e deixava eu lá dentro do projeto, conversava comigo, dava uns conselhos... Mas daí, tipo assim... eu acho que foi através das pessoas que queriam me ajudar mesmo...que viam que eu tinha um futuroalguma coisa...que foi que eu consegui ir pra frente.

Um dos papéis do educador é o de impulsionar o educando na direção da convergência consigo mesmo e com os outros. Ao ser tratado com dignidade, o educando pode encontrar o equilíbrio em sua vida, bem como identificar aspectos que contribuem para o desenvolvimento pessoal e social.

Pergunto a ela se esses aspectos foram importantes.

Foram.

Volta a ficar cabisbaixa, com o olhar longe e sem muito ânimo.

Pergunto-lhe se o Abrigo lhe traz alguma lembrança.

Ah... acho que tudo...tipo assim, é você tá ali dentro, tá vendo as pessoas que tão fazendo um trabalho por você...te tratar como uma família, né... Lá no Abrigo pra gente, era como se fosse uma família...era... pessoas assim que gostava da gente.. Tinha o tio Gerson... pessoal que gostavam muito da gente...então, a gente aprendeu, né, do Abrigo e a se relacionar com as outras pessoas da comunidade. Inclusive, no primeiro...o ... dia que o tio Gerson foi trabalhar lá, ele tinha ..., ele desmaiava. Daí, a gente levou um susto. Dá gargalhadas descontraídas.

Eu e a Bia catamo uma toalha e queria enfiar na boca dele. Nós queria salvar ele, né? Porque nós nunca tinha visto a pessoa Aí depois disso, ele conversou com a gente, explicou como é que a gente tinha que fazer se acontecesse. Daí ele cuidava de nós, e nós cuidava dele e ele cuidava da gente. Tadinho! E ele tinha a ...não só ele como vários,né. Tinha uns que eram assim mais durão. Que nem o Gil, que era durão, que eu dei uma mordida nele... assim, né? Aí, ele me levou para o hospital um dia lá, falando que eu tava doida. Risos.

Contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nas ruas supera a existência da moradia, alimentação, higiene. O Abrigo tem um papel fundamental em contribuir para que o adolescente possa enfrentar os desafios, preparando-o para a vida, para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cognitivas e produtivas que possibilitem a sua realização como pessoa e cidadão.

Neste sentido, não se trata de ressocializar, mas de propiciar aos jovens condições que permitam a concretização de um caminho mais digno e humano para a vida.

Judite viveu, no Abrigo, experiências significantes que se tornaram fatores de proteção na superação da condição de vulnerabilidade nas ruas, ao serem fortalecidos valores como o acolhimento, a reciprocidade, a aceitação, a valorização, a solidariedade, o pertencimento comunitário, bem como outros aspectos essenciais para tornar-se pessoa adulta, como a convivência com a diversidade, o conflito, a negociação e a relação de troca. E, conforme ressaltado em capítulo anterior, um indicador da socialização do jovem é a importância que ele dá à comunidade, no respeito às pessoas ao ter uma ética pessoal que percebe o outro como uma pessoa com valor.

Cabe ainda, ressaltar que a participação na vida da comunidade é uma exigência legal para os serviços de Abrigo enquanto direito a uma vida social na comunidade onde reside, o que Judite apontou ser uma das diretrizes do atendimento.

Pergunto-lhe qual é o significado dessas pessoas em sua vida.

Ah... acho que representa... não...pra mim, assim, são como se fossem pessoas da minha família. Pessoas que me ajudaram..ajudaram não só eu, como tem vários meninos, né? Muitos que não se recuperaram... e agora tem outros que... ainda tão.....

Pergunto a Judite por que se referiu às pessoas que trabalhavam no Abrigo ao falar do Serviço.

Porque... me aconselharam... sendo que às vezes, pra mim... era entrar por um ouvido e sair pelo outro, mas depois que eu comecei a ver as coisas diferente comecei a pensar. E fui ver que tudo que as pessoas falavam pra mim era para o meu próprio bem, né.?

A reflexão sobre o vivido e atitude crítica diante da vida favorecem ver as pessoas e coisas com significado, ou seja, as pessoas e coisas deixam de ser indiferentes, assumindo um valor que, segundo Costa (2001), poderá ser grande ou pequeno, positivo ou negativo, construtivo ou destrutivo. Porém, o que faz a diferença é que, para Judite, desta valorização nasceu o significado para com as pessoas e coisas da vida. Portanto, ao valorizar a presença, reconhece-se a importância da socialização e da convivência com o outro.

Na trajetória marcada pela insegurança e incerteza diante das coisas e da vida, a persistência e investimento no potencial de uma criança em condição de vulnerabilidade nas ruas favorecem que tenha oportunidade de valorizar tal incentivo e fazer sua opção diante da vida.

Pergunto-lhe como era o atendimento no Abrigo.

Ah...tinha que passar por uma abordagem...onde que era feita uma abordagem. Daí, era feito um acompanhamento com você. Daí, você ia para uma casa. Dessa casa, você ia para outra, até.... assim. (...).Hoje, o pessoal, eles vão e voltam, então, daí, não é aquela coisa de família,.....porque, antigamente o, pessoal, eles eram mais preparado, agora, hoje eu não sei, se continua (...).

Judite confirma um atendimento personalizado, sendo este uma das prerrogativas exigidas pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, na

unicidade e peculiaridade de cada pessoa, por favorecer a construção da identidade.

Judite começou a demonstrar cansaço. Volta o desânimo para responder às questões.

Pergunto-lhe como ela entende que deve ser o atendimento de um Abrigo.

É... eu acho assim, que quem trabalha com menores, tem que ser trabalhado, assim.., bem preparado. Porque quem vem lá de fora, meninos que vêm lá de fora, eles não têm consciência mais de ter uma família. De uma pessoa chegar e falar, você tem que fazer isso e isso, isso é uma regra disso, e isso. A pessoa tem que trabalhar com aquela criança durante um tempo, para começar impor umas regras né? Não, assim, logo de cara, você chega, dita uma regra, daí é aquilo e é aquilo....

Judite insiste no preparo do educador para o desempenho de sua função, ou seja, a maneira de agir, tendo a capacidade de exercer um papel de presença significativa na vida da criança. Ressalta ainda, alguns eixos fundamentais do trabalho dos serviços de Abrigo como a constituição de elos e vínculos sólidos e consistentes, a qual que permite uma estabilidade e segurança para a prospecção do mundo, enquanto espaço de filiação, dentro de uma rede de existência social.

Judite também tem razão quando afirma que a simples imposição de regras tem menor efeito quando não internalizada, principalmente pela população infanto-juvenil, enquanto um valor; ao contrário, tem maior condição de aceitação e internalização, provocando o resultado esperado.

Pergunto-lhe o que a fazia retornar às ruas.

Ah... porque, tipo assim a gente ... você quer mudar só que sempre tem uma pessoa que fala assim: lh, você vai ficar aí... sabe?... te dando mal exemplo...daí, você acaba recaindo. Os embalo, né? E você acaba indo atrás.

Pergunto a ela o que a atraía na rua.

Ah...a amizade. Muitas eram boa, mas muitas não.

Pergunto-lhe quais são os motivos que não a deixam voltar para rua.

Ah, eu tenho... meus filhos, né? Meus filhos, minha casa.... só de pensar que um dia eu tivesse que chegar a perder meus filhos para a justiça, assim, acho que...acho que eu não tenho coragem não.

Olha para cada um dos filhos que estão à sua volta acompanhando a entrevista, sendo correspondida na troca de olhares, como se tivessem uma linguagem própria.

Pergunto a ela que ganhou saindo da rua.

Ah... a liberdade de viver assim, dignamente. A melhor coisa, andar de cabeça erguida. Não precisar ficar correndo pra lá e pra cá. Acho que foi a melhor coisa. Que hoje em dia pra a gente mudar, a gente tem vários obstáculos... A gente tem que enfrentar... um dia, a gente passa por isso; outro dia, a gente passa melhor.

Judite demonstra toda sua resiliência ao associar liberdade com o conceito de dignidade. Afirma que este não é uma condição simples, mas um desafio a ser enfrentado a cada dia.

Pergunto-lhe o que perdeu saindo da rua.

Ah.... eu não perdi nada.... porque amizade por amizade eu tenho de todo mundo. E onde que eu passo, cumprimento todo mundo, não discrimino também.

Pergunto a ela se existe algo que não deseja mais para sua vida.

Sufrimento.

Nessa fala, Judite retrata toda a condição vivenciada desde sua infância, entre outras dificuldades que, às vezes, colocam-se como insuperáveis em sua vida. Sua biografia retrata a ausência dos mais elementares bens.

Pergunto-lhe se já sofreu muito.

Acho que já... Sabe que hoje em dia vejo a minha irmã, ela tem dezesseis anos, é uma baita de uma moçona assim e eu pequeninha cara tudo cheia de... querendo dar ruga, nova como eu sou. Olha só, você acha?!

Pergunto-lhe quais foram as causas desse sofrimento.

*Acho que foi as drogas. É muita química no corpo, no organismo, na pessoa. No momento que você tá ali naquela vida, você não percebe, mas você vai envelhecendo, vai perdendo.... vai te dando falta de ar, você vai tendo vários tipos de problema. Então que nem hoje em dia parece que eu tô sufocada, parece que vai me dá um treco....eu tenho facilidade para pegar gripe, essas coisas. E tal e tudo é decorrente da droga que usei. A única coisa que dou graças a Deus é que meus filhos são tudo forte e arteiro.
Risos.*

A trajetória de vida nas ruas traz algumas conseqüências que levam ao enfraquecimento físico e moral. O abandono desse modo de vida deixa suas marcas expressas no corpo e na forma como se vê. Judite confirma as palavras de Vicente (apud ROSA, 1995), que diz que o corpo é o último território, que sobrou para o morador de rua, ao ter perdido o espaço familiar, trabalho, comunidade, a raiz. Assim, quando o corpo vai se perdendo no uso e abuso de substâncias psicoativas, deteriora-se sua própria identificação e pertencimento.

Os sonhos e desejos abandonados antes de serem concluídos marcaram substancialmente a vida de Judite, porém, ressalta a gratidão da condição de saúde e bem-estar dos filhos.

Eu dou uns gritinhos com eles aqui, mas... são minhas bencinhas, né, fio?!....

Olha para o segundo filho e dá um sorriso e uma piscada para ele, que responde com um largo sorriso. Em seguida, acaricia-o, dando concretude às palavras de Boff (1999), pois a carícia é atitude, um modo que qualifica as pessoas,

inclusive as relações que estabelece. A carícia, enquanto um modo-de-ser-carinho, toca o profundo da alma.

Pergunto-lhe se tem motivos para querer viver.

Ah...meus filhos, né?

O abandono da vivência nas ruas tem, para Judite, um mote significativo na relação de vínculo e afeto estabelecida com os filhos. Mantém um propósito de manutenção do relacionamento familiar, demonstrando maturidade emocional e social.

Pergunto a ela se sua história de vida tem alguma relação com a história de sua mãe.

Ah.. eu não conheço muito a história da minha mãe. Eu conheci, faz pouco tempo, né? Então, eu não tive participação da história dela né? Sei que hoje ela é desaparecida há dezenove anos e a gente não teve mais contato nada, mais..., por parte assim ... que eu sai da minha casa por me espelhar nela, acho não foi isso não...

Pergunto a ela se gostaria de dizer algo mais.

Eu tô grávida? Vichi... eu tô desesperada, porque vou sentir... a dor, é horrível!

Percebo que Judite já não está tão motivada pela entrevista. Compreendemos que chega o momento de preparar o encerramento da entrevista, pois segundo Queiroz (Apud PAULILO, 1999), embora tenhamos escolhido o tema, formulado as questões, é o narrador que decide o que narrar.

Pergunto-lhe o que espera do futuro.

Ah... quem sabe eu possa ser, assim, eu não sonho em ser pessoa rica, mas eu sonho assim, poder dar uma vida melhor para meus filhos, poder ajudar pessoas que necessitam, sempre sonhei, assim em comprar uma fazendinha, plantar um monte de coisa e pôr um monte de gente pra trabalhar.

Às pessoas, principalmente na fase de adolescência e juventude, cabe reformular os sonhos até então construídos, ou, simplesmente, abandoná-los. Não é uma tarefa simples e nem isenta de custos, refletindo-se em todo o seu desenvolvimento psicossocial.

Judite demonstra não ter desejado vivenciar somente a experiência biológica da procriação, ou seja, da gravidez e parto. Quer mais: renascer através da vida dos filhos. Para eles reserva os mais escondidos e acalentados sonhos de uma vida melhor, de um futuro promissor. Mesmo diante de todas as privações que passou conseguiu assumir a maternagem e paternagem através de um esforço admirável, ao prover a proteção dos filhos e cuidados do lar, construindo enfim, uma base segura em relação aos filhos.

Ainda demonstra 'fôlego' em manter sonhos e alimentar a utopia de justiça social não apenas para si, mas para todas as pessoas que vivem a exclusão.

Pergunto-lhe qual a origem das preocupações com os filhos.

Ah... tipo assim, não quero que eles passem pelo que eu já passei. Se Deus quiser, meus filhos não vai passar tudo o que eu passei não.

Judite deixa claro que a história vivida não deve e não pode se repetir, deseja condições de dignidade para os filhos.

Pergunto-lhe se tem mais algo falar.

Sim. Só da dor?

A história de vida de Judite torna-se fascinante pelo fato de, mesmo tendo vivenciado condições adversas, tanto do ponto de vista individual como familiar e social, reúne recursos internos que lhe permitiram amadurecer com dignidade e fazer-se presente integralmente na vida de seus filhos.

Como toda e qualquer pessoa Judite apresentou maiores dificuldades em expressar os aspectos negativos de sua história de vida; por outro lado, os momentos de conquistas, alegrias e "peraltices" foram expressos com maior naturalidade.

4.3.3 A história de Débora

Débora é uma jovem lutadora, tem atualmente, 27 anos, solteira, independente, não alfabetizada. Trabalha, tem residência própria, moto e um cavalo. Cultiva uma horta e, segundo ela, a casa tem tudo de que precisa, mas considera que tem condições, vontade, sonhos e projetos para ser e ter ainda mais.

Gosta da convivência com os amigos e, mesmo com uma história de dor e sofrimento junto à família, parece insistir em tê-la presente para continuar sua caminhada. Pode ser considerada uma pessoa resiliente, pois, apesar de todo o sofrimento vivido, mantém o gosto pela vida. Dá testemunho pelos municípios afora sobre a sua história de vida, acompanhando a pregação de religiosas de uma determinada congregação, o que se configura em um forte fator protetivo em trajetória.

A entrevista com Débora ocorreu numa tarde de julho, em seu local de trabalho, no qual desempenha a função de motorista.

Solicito a Débora que conte um pouco da sua história de vida.

Mas hoje ou do passado?

Respondo-lhe que fale do momento que você preferir.

Eu me comparo muito, muito, o hoje e o passado, o que ficou. Das conquistas que eu, que eu conquistei. Vejo as coisas que eu conquistei, vejo que hoje, eu paro e penso muito: se eu tivesse tido a chance de conhecer essa vida antes, eu não teria ido pra rua.

Débora confirma, com a história da sua vida, que as adversidades vividas e a precarização de oportunidades foram condicionadores da sua trajetória de contato e permanência nas ruas, impossibilitando, na época, um caminho diferente. Porém, todas as contrariedades não foram suficientes para impedi-la de construir um novo modo de vida. Na sua resiliência, soube extrair aprendizados que

Ihe dão força para persistir naquilo que acredita:

Pra mim, que tudo que eu vi na rua foi uma coisa que me ajuda muito hoje a viver. Porque como as pessoas estão vivendo no dia de hoje não é fácil, nessa questão da violência, da droga que tá demais. Então, hoje, por não, por não estar mais usando, nem na rua mais, eu vejo como a violência tá... e como Deus me ama muito de ter permitido que eu vivesse! Porque não foi 10 dias, não foi é 2 anos, 3 anos. Foi 10 anos! Então, hoje, eu me considero uma pessoa muito feliz... Tenho meus altos e baixos, como todo mundo. Porque não é fácil uma pessoa que praticamente nasceu na rua e viveu 10 anos na rua e, de repente, ter tudo o que eu tenho hoje. A sociedade cobra muito as responsabilidades. Até quando a tia Márcia me ajudou, eu consegui essa casa que eu tenho hoje no São Judas. Uma das minhas maiores preocupações era como eu ia pagar água e luz, porque hoje eu tô contratada pela ONG, mas, e amanhã, pode sê que eu não esteja mais. Então, é uma das coisas que eu questiono muito e tenho muito medo porque eu acho que, que o me ajudou muito, muito, muito a estar hoje, onde eu tô, de ter conquistado toda essas coisas, das pessoas, da sociedade me respeitar, foi meu trabalho. Eu me dediquei muito, hoje como você sabe, eu sou motorista, tô fazendo muito o que eu gosto, que é dirigir. Então, as conquistas, sabe de tirar a carteira, ter minha moto, ter minha própria casa. Todas as noites eu deito na minha cama, eu agradeço muito a Deus pelas minhas conquistas e eu quero cada vez mais. Que nem a questão do estudo mesmo... assim... eu não tenho que falá pra você que nem outra pessoa: i, mas eu trabalho 8 horas... Não dá tempo de estudar. Não, isso é mentira! É que eu não tenho força de vontade, mas eu sei que se eu tiver um empurrão de alguém, eu vou pra frente e eu ainda quero muito, muito mesmo. Assim, como eu vi você... Que eu já te conheço já faz muito, a gente já se conhece faz muito tempo, na época que eu te conheci, você não era Assistente Social ainda, né?! Hoje, você é. Como você conseguiu e muitas outras pessoas que estão na Secretaria... Hoje, que tem concurso, eu também posso. Eu acredito muito nisso, sabe! E é difícil sabe, Edsônia, na sociedade..., com medo das pessoas, do que as pessoas vão pensar de você por você ter sido menina de rua. De você não dar conta de fazer as coisas e decepcionar as pessoas. De decepcionar você mesmo, sabe! Porque eu tenho muito... na minha cabeça... Eu não te obrigo você a gostar de mim não. Gosta de mim, se você quiser! Eu não ligo muito prá essa questão de fora, sabe! Eu ligo mais pra aquela questão de dentro mesmo. Olhar pra gente assim, com humildade, dizer: dá um abraço verdadeiro. Porque tem muita gente que, que é monstro! É isso daí, eu acho que enquanto existir um trabalho da Secretaria de Assistência Social e as pessoas se dedicarem... as pessoas que estão precisando... Na questão de menino de rua, a gente nunca pode dizer assim: esse não tem jeito; esse não tem solução. Eu não acredito nessa palavra “esse não tem jeito”, “esse não vai pra frente, não é assim.

Débora, já em sua primeira frase, demonstra toda a sua resiliência, ao apontar que na rua aprendeu a superar as adversidades. Mas poderemos constatar no decorrer de todo o relato, o quanto aprendeu, com os percalços, a tirar proveito deles e a se fortalecer.

Débora tem consciência de suas conquistas e das dificuldades existentes para mantê-las. Confia em sua força de vontade, mas se depara com o medo, por entender que somente ela pode não ser suficiente para manter, principalmente, sua estabilidade financeira. O emprego se configura em um dos motivos de sua vida, sentindo prazer quanto à função que desempenha. Neste sentido, o trabalho torna-se um fator de proteção, pois ao contribuir para a estruturação de sua vida, gera o sentimento de sentir-se incluída na sociedade.

A responsabilidade delegada ao jovem tem um peso significativo em sua vida, provoca preocupações, medos, angústias, insegurança de não conseguir corresponder às suas necessidades pessoais e aquelas delegadas pela sociedade, ou seja, a manutenção da sua própria vida - a administração de todos os aspectos da sua vida – financeiro, emocional, relacional.

Essas situação torna ainda mais vulnerável o jovem que apresenta uma trajetória de privações e vivência nas ruas, nas quais as oportunidades de realizar escolhas e opções são extremamente restritas, além dos estigmas e estereótipos que o acompanham, gerando assim, dificuldades quanto a sua autoconfiança. É o medo da desfiliação, denominada por Castel (1988), que assombra Débora.

Débora ressalta, também, a importância da presença do Estado, na figura da Secretaria de Assistência Social, responsável pelas proteções sociais. Castel (1988) reforça que o Estado deve manter suas proteções por meio de uma ação contínua e acrescenta que se o Estado se retira, é o próprio vínculo social que corre o risco de se decompor.

Além da presença do Estado, Débora ainda destaca que o ser humano é um ser único, e que esta singularidade deve ser respeitada no conjunto da humanidade, entendendo que cada pessoa carrega um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo, não sendo apenas objeto de massificação e rotulação.

Débora prossegue contando sua história:

Muitas vezes, é que nem eu, quando era adolescente, eu não pensava a questão de pagar água, questão de pagar luz, de ter uma casa. Eu não pensava nisso, eu queria mesmo aquele momento, eu me fechei pro mundo e eu queria viver aquele momento meu, de viver o dia! Dizer: ninguém pode me bater, porque a lei me protege! Não usava esse termo, mas é dizer: ninguém pode me bater, porque a pessoa que me bate, vai preso, vai acontecer alguma coisa. Isso era uma segurança pra mim.
A adolescência vivida por Débora é caracterizada como um

momento pessoal de desfrute da vida, sem muita preocupação quanto ao futuro. Isso o difere da posição de alguns autores que apresentam a fase de adolescência como que exclusiva das classes favorecidas (OSÓRIO, 1989).

Para Débora, o sentido da proteção pauta-se também no amparo legal da legislação – ECA, sendo uma garantia de proteção à vida e de desenvolvimento.

Por desconhecimento da fundamentação do ECA, muitos podem interpretar tal colocação como um simples protecionismo distorcido. Mas, ao contrário, para as crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social trata-se, por vezes, da única expressão concreta de proteção, que os fazem sentir-se sujeitos de direitos, cidadãos. O ECA, portanto, possibilitou a estruturação de mecanismos que podem proteger contra a ameaça ou violação de direitos, a omissão e abuso praticados, o que, para estas crianças e adolescentes, são garantias fundamentais que podem possibilitar-lhes o desenvolvimento a que têm direito.

Que nem meu irmão. Mataram meu irmão e, depois, em seguida, meu pai morreu também. Foi uma coisa que me chocou muito, me deixou muito pra baixo. Eu achei que eu ia ter uma recaída, mas não,. Graças a Deus! Com o apoio das pessoas, até com o meu trabalho, que é uma coisa que eu gosto muito, as pessoas ao meu redor me ajudô a se senti que eu não tivesse uma recaída e eu, tô aí, firme, batalhando. E é isso!.

Pergunto a ela como a rua entrou em sua vida.

Como que entrou na minha vida?! Fui prá rua com seis... Fui com seis pra rua...A rua entrou na minha vida, porque eu não tive opção, entendeu?! Ou eu ficava em casa apanhando ou eu ia pra rua sabe?! A primeira coisa, quando eu sai de casa... uu vou sair e não vou mais voltar. E foi o que aconteceu! Porque daí, na rua, a minha primeira noite foi horrível. Porque os piá que eu tinha gostado, ficaram lá o dia inteiro cuidando de carro, quando foi à noite, os piá voltaram pra casa e alguns ficaram na rua. Então, a sensação de você ter que comer ali, catar uma moedinha e ia catá uma paçoca, vai lá e comprá uma tubaína. E aquilo mexe com você, sabendo que em casa você apanha, escuta aqueles palavrão. Então, isso foi assim o que me levou ir pra rua mesmo, é isso aí.

No relato de Débora, não resta dúvida de que as crianças que sobrevivem nas ruas apresentam necessidades agudas e precisam de cuidados urgentes, pois a situação da população infanto-juvenil se agrava à medida que estão

nas ruas enquanto uma alternativa de vida.

A violência se apresenta numa relação de poder e força, como apontado por Leal e César (1998), sendo uma articulação de relações sociais gerais e específicas, ou seja, de exploração e de forças desiguais nas situações concretas, não podendo, assim, ser vista como se fosse resultante de forças da natureza humana ou extranaturais – por exemplo, obra do demônio – ou um mecanismo autônomo e independente de determinadas relações sociais. A violência, portanto, manifesta-se concretamente, através de uma relação de poder que se exerce pelo adulto ou no caso mais forte, sobre a criança e o adolescente num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro.

Débora teve a necessidade de romper com uma condição de violência doméstica e desconforto, buscando encontrar novas formas de sobrevivência.

A chegada à rua como condição de sobrevivência, pode ser um desafio um tanto doloroso e difícil dadas às circunstâncias e adversidades que esse espaço representa, confirmando-se, assim, os estudos (SAWAIA, 2004; SNOW, 1998) que apontam o quão desafiador é a primeira fase de permanência nas ruas, pois, mesmo no caso de Débora, que já vivenciava condições de vulnerabilidade, dada à violência intra-familiar, o novo ambiente gera medo, incertezas e inseguranças.

A criança e o adolescente necessitam de proteção e quando o próprio ambiente familiar e o espaço da rua não respondem a essa necessidade, sentem-se ainda mais fragilizados. Complementando, Leal e César (1998) apontam que os sistemas culturais, imaginários e simbólicos são processos históricos, produto das relações sociais vigentes num período determinado das relações de classes e interclasses sociais. Assim a construção da infância se inscreve nesses sistemas.

A criança, enquanto pessoa em desenvolvimento, é sujeito de aprendizagem e, ao aprender vivendo e pensando, constrói o desenvolvimento de sua pessoa e de sua formação identitária, a expressão de sua autonomia e a consciência de sua integridade corporal. Leal e César (1998) concordam que a família e a escola são redes fundamentais de articulação desse processo de formação da identidade, de proteção, de socialização da criança.

Na relação de aprendizagem/ensino/aprendizagem⁶⁶, os adultos devem se responsabilizar pela formação das capacidades de decisão, de discernimento e de sobrevivência da criança em oposição à perspectiva de subalternização, interiorização e naturalização da infância. Leal e César (1998), então, reafirmam que a compreensão da infância como produto das relações e, portanto, das representações sociais é pressuposto para a construção da infância, hoje, na perspectiva de direitos a ter direitos e não de objeto de decisões dos adultos.

Pergunto-lhe como era sua família.

Minha mãe, ela casou e teve seis filho no primeiro casamento. Do primeiro casamento, ela separou e amigou com meu pai. Eles tiveram só eu. Só que daí meu pai violentou minha irmã e depois esfaqueou outra irmã minha e, por último, ele esfaqueou minha mãe. Foi quando ele fugiu, eu tinha quatro anos na época, quando ele esfaqueou minha mãe, por último. Daí, ele fugiu e depois nunca mais a gente viu. Então, o que levou eu a ir pra rua foi minha família. Era porque, como meu irmão tinha, meu pai tinha violentado minha irmã, estuprado, e esfaqueou minha outra irmã, a culpa caiu em cima de mim. Porque minha mãe passou bastante tempo internada e depois que minha mãe ficou internada, ela saiu e vendeu a casa e a gente foi morar lá no Novo Perobal. A gente foi morar embaixo de lona. Então, tudo que nós tava vivendo, meus irmãos acharam que era culpa minha. Começaram a me bater e falavam que eu não era filha da minha mãe. Que eu tinha nascido na lata de lixo. Então, aquilo foi machucando muito, fora as porrada, que era bastante, e quando foi um dia eu falei: Vou embora! E foi o que eu fiz, fui pra rua.

Na família de Débora vê-se que a relação não se configurava como lugar da intimidade e emoções e atingiu a potencialização máxima da violência, numa reprodução desigual e autoritária. A pobreza não pode ser considerada causa de abuso, mas constitui uma situação de risco ao propiciar a promiscuidade, a falta de alojamento, as frustrações da miséria e do desemprego, o analfabetismo, o alcoolismo, a falta de cultura do diálogo com as crianças. Desse modo, é que Leal e César (1998) apontam que violência intra-familiar é uma das mais importantes dimensões da vulnerabilização.

Tanto as colocações de Débora como dos autores, nos fazem refletir quanto à importância da disponibilidade de espaço que garanta a integridade e que dê a sensação de bem-estar e segurança. Essas condições contribuem para a

⁶⁶ Nesta relação o adulto também se dispõe ao aprendizado.

sensação de ser aceito e querido e favorecem as possibilidades de expressão e criação.

São várias as perdas que Débora vivencia enquanto criança - a proteção e cuidado necessários, a moradia, o afastamento do convívio com a mãe, o reconhecimento pessoal e valorização pelos familiares, o espaço e localização no ambiente da familiar.

Na saída para a rua, parece estar despojada de qualquer vínculo de pertencimento. Torna-se necessário tentar melhor sorte.

Até eu falo muito, foi coisa de Deus, porque 20 anos sem vê meu pai, eu achei que ele tava morto, e de repente, eu acabei conhecendo ele. Deus permitiu que eu enterrasse minha mãe em 97, e enterrasse meu irmão em 2004, e meu pai em 2004 também, 28 dias depois que meu irmão morreu, meu pai morreu também. Eu falo que isso é coisa de Deus mesmo. Deus ter permitido que eu enterrasse os três e assim, que me surpreende mais, meu pai mesmo, a forma que eu reencontrei ele. Ele me negô três vezes na minha frente, só quando eu cheguei mais perto não teve como, ele já chorô por que eu sou o xerox dele. Me doeu muito, porque no momento que eu vi ele eu não senti nada, sabe! Nossa! Eu encontrei meu pai e não senti nada por ele, não tive nem muita chance de conversar e de perguntar coisas pra ele.

A necessidade de identidade parental, mesmo em relação familiar, constitui-se como um valor necessário ao qual se valoriza. No caso de Débora, parece ter ficado um vazio dentro dela, não foi deixado espaço sequer para sentir ódio pelo pai.

O imaginário do que é uma família parece ser construído e mantido. As lembranças e sentimentos parecem se confundir, com as carências e necessidades afetivas acumuladas.

Pergunto-lhe o que foi a rua para ela.

A rua pra mim foi uma lição! Eu acho que se eu não tivesse vivido na rua, eu não seria essa pessoa que eu sou hoje, sabe! Uma pessoa pra frente, de não ter medo. Uma pessoa de garra mesmo! Hoje, eu sei que se eu ficar desempregada, eu tenho outros meios pra mim sobreviver dignamente. Acho que a rua foi uma ponte pra mim, por mais que eu sofri bastante... Até você me ajudô muito. Eu acho que eu tive chance de ter sido assassinada um monte de vezes, tive chance de virar uma prostituta, tive chance de virar uma traficante, mas eu acho que Deus olhou assim pra mim e disse: Não! Essa aqui eu vou fazer... vou fazer uma outra coisa com ela.

Dá um belo sorriso.

Débora coloca a sua passagem pela rua como um momento de

travessia, configurada numa ponte. Demonstra sua capacidade de resiliência ao tirar do sofrimento uma lição. Débora dá prova do que fez com aquilo que fizeram com ela, no modo como se vê e se sente. Isso representa uma das etapas apontadas por Costa (1999) sobre a resiliência, quando a pessoa se compreende e se aceita, tendo auto-conceito e auto-estima. Essa relação consigo mesma é interpretada como um sinal de amadurecimento, ao aceitar-se de forma incondicional, demonstra amor próprio.

No decorrer de toda sua história também poderemos perceber sinais de crença, de sua relação com o transcendental, sendo este outra motivação em sua vida. No seu imaginário, Deus, enquanto manifestação divina, tem para ela um projeto de vida com dignidade. Boff (1999) acrescenta ainda que a fé é dizer sim à bondade fundamental da vida. Débora demonstra, com sua fé, o triunfo do sentido sobre o absurdo, porque a fé, nas colocações de Costa (1999), exige de nós a capacidade de irmos fundo na visão de nós mesmos e do mundo. Ao identificarmos os pequenos sinais, em meio às ambigüidades desta vida, adquirimos motivações para crer. Mais do que de certezas inabaláveis, a fé, freqüentemente, oscila entre a dúvida e a esperança.

Desse modo, para Débora, a fé é um fator de proteção, dando-lhe a segurança para acreditar que vale a pena viver.

Débora continua seu relato.

Então, eu me sinto assim, uma pessoa muito, mais muito feliz. E até por Deus ter permitido que eu fosse pra rua, que eu vivesse tudo que eu vivi. Hoje, com tudo que eu tô vivendo... Então, pra mim, de todos os meus seis irmãos, eu é que me encontro melhor hoje... financeiramente. De ter uma casinha. Ninguém dos meus irmãos tem casa! Eu acredito muito nas pessoas, sabe, Edsônia, porque se você tenta viver sozinho, você não consegue. Você precisa de pessoas pra podê te ajudar, pra podê te olhar e te dizer: olha, você é importante! Às vezes, as pessoas me perguntam, como é que você conseguiu sair da rua, fazer isso e aquilo?! Eu acho que tudo isso tem uma parceria. As pessoas te ajuda, as pessoas que olha e fala: Não, esse aqui tem jeito! Não tem! Não existe esse negócio de não ter jeito! Esse vai pra frente! E não vou dizer... hoje, tá prá fazer três anos e, já fez três anos e dois meses que eu tô na minha abstinência. Eu tô num período muito bom da minha vida, que em três anos e dois meses eu consegui muita coisa. A sociedade me respeita muito, coisa que, antigamente, não existia. E a gente nunca pode dizer não quero mais! Por mais que esteje difícil, a gente tem que continuar sempre batalhando. E se você chegá a cair, levanta de novo, meu! Não olha pra aquele, olha pra você. Mas, aquele a gente ajuda, ajuda, ajuda e sempre tá caindo. Tem que pensar sempre em você e

dizer: Não, eu quero! Eu caí, vou levantar de novo. Vou pedir ajuda para fulano de tal. Aquele desistiu de você?! Pede pra outro! Então, eu penso dizer: nunca mais eu vou usar. Nunca mais eu vou pra rua. Nunca mais eu quero isso. Não posso dizer isso, porque a gente não sabe o dia de amanhã. De repente, eu posso até encontrar uma pessoa, assim, que eu me apaixone e, de repente, aquela pessoa é usuário ou aquela pessoa é um alcoólatra ou àquela pessoa gosta de ficar na rua. Quando a gente ama alguém, isso é um exemplo, quando a gente ama alguém, a gente se fecha pro mundo e quer viver só em função daquela pessoa. Eu nunca vou dizer assim: Nunca mais! Porque, nunca mais é muito tempo, entende?! Meu irmão... eu fui descobrir que eu amava meu irmão, depois que ele morreu. Sabe, eu sofro muito! Quando chega dia de domingo, dá seis horas da tarde, eu choro! Sabe, e eu sou uma pessoa muito durona! Eu não choro por qualquer coisa, não falo muito da minha mãe e do meu pai, mas do meu irmão, se deixar, eu falo todos os dias... Eu fico sozinha no meu canto, porque é uma coisa que me doeu muito... Eu tive vontade de ir lá e matar aquele cara, comprar um revólver e ir lá e matar ele. Meu Deus! Se eu fizer isso, vou ta estragando minha vida, eu não vou estar estragando a dele...

Débora expressa sua relação com a vida. A vida, no sentido mais amplo da palavra. A vida é expressa por Costa (1999) como o pulsar de nossas veias, o vibrar com intensidade em nossos desejos, o clamar por satisfação na concretude de nossas necessidades, por cintilar em nossos sentimentos e resplandecer no nosso entendimento de nós mesmos e do mundo natural e humano do qual somos parte.

Dessa forma, o sentido da vida é considerado uma das etapas intermediárias no processo do desenvolvimento pessoal e social do ser humano (Costa, 2000), por ser a linha que une o ser ao querer-ser. Tudo que nos encaminha na direção e no sentido do nosso projeto de vida, do nosso querer-ser racionalizado, acrescenta valor à nossa existência. Por outro lado, tudo o que nos detém, desvianos ou nos faz retroagir é visto e sentido como uma agressão.

Débora, tem, ainda, como um dos fatores de proteção, a relação e o vínculo com as pessoas. Afirma ser uma 'parceria' necessária ao desenvolvimento e bem-estar do ser humano. A relação é um esteio; de fato, podemos dizer uma rede de proteção que dá segurança, que faz crescer e desenvolver-se e que orienta o caminho. Trata-se das competências relacionais que envolvem o interpessoal e o social, pois estar com o outro é a base para o aprender a ser e a estar consigo mesmo (Costa; André, 2004). É a partir do sentimento de incompletude, que Débora expressa o desejo de presença enquanto essência da vida.

No reconhecimento do outro como importante, coloca-se em uma

condição de igualdade, o que implica convívio com as diferenças (idéias, valores, hábitos e costumes), obtendo condições de poder crescer e desenvolver-se.

Pergunto o que lhe vem à cabeça quando ouve a palavra rua.

Ah, vem, assim..., é força mesmo, é a pessoa vive aquilo, é sai daquilo e, batalha.... Porque a rua é que nem o ar, o ar é livre, né?! Então, quando você fala de rua é, assim, aquela coisa... sensação de você não ter hora de dormir, hora de usar, hora de tomar banho. Você não ter regra pra nada! Todas pessoas que têm oportunidade de ir pra rua, vai pela sensação de liberdade, de não ter alguém querendo te policiar toda hora ali, entende?! Eu acho que a rua você aprende mesmo a viver, você aprende a encarar as coisas, a realidade da gente mesmo. Que a violência da rua é aqui fora, é lá no centro, é em qualquer lugar. Você vê coisas bárbaras em tudo quanto é lugar, não é só no centro, onde fica um mercado, onde fica um banco, não é só ali..

Débora traça o imaginário constituído do significado que a rua traz. Para ela, representa a condição de desproteção e fragilidade de vínculos, associadas a outras vulnerabilidades que permearam seu crescimento. Todas as considerações feitas em relação à rua ajudam a explicar porque, para ela, a rua exerce tanta atração e até mesmo mais segurança e liberdade. A rua lhe dá a sensação de liberdade, sentindo-se, por vezes, mais segura do que na própria casa. Sente-se mais livre. Configura-se relativa “independência” dos pais em relação às suas necessidades de consumo e satisfação pessoal. O adulto, aquele que representa a figura da cobrança, da repressão, do controle, está ausente na rua. Débora minimiza os aspectos negativos da rua.

Pergunto se deixou alguma coisa pra trás quando foi para a rua.

Eu deixei a minha mãe! Eu amava muito minha mãe. Minha mãe me feriu muito, eu ainda não consegui perdoar ela, porque de todos os meus irmãos eu sou a caçula e ela não foi atrás de mim. Então, isso é uma coisa que me dói muito, sabe, porque não é piedade, não quero que ninguém tenha piedade de mim, porque eu sou uma pessoa muito feliz, mas é uma coisa que me dói muito. Em alguns momentos da minha vida, eu penso: por que minha mãe não foi? Por que a minha mãe não deu isso por mim? Por que eu não vivi como todos, como muitas crianças vive de tê uma mãe?. Então, deixar minha mãe foi uma coisa que me feriu muito, mas, com o tempo, eu fui largando mão dela, eu fui me abandonando na droga, me abandonando nas pessoas que conviviam comigo ali. No mundo, vamos dizer do crime mesmo, porque ali você vê de tudo e está sujeito a tudo.

A ausência da mãe é ressentida por Débora. Não buscála foi a maior expressão de abandono, deixando para trás a possibilidade de uma vida “normal”. O desejo gradativo de se afastar do espaço de casa, aponta para uma busca de

construção de outros vínculos. O que não acontece sem deixar seqüelas na constituição da identidade da pessoa. Muza (1996) acrescenta, ainda, que o envolvimento do adolescente com as substâncias psico-ativas, enquanto motivado por impulsos internos como a necessidade de experimentação, de buscar novas e diferentes emoções, de correr riscos, etc., acaba por incorporar em suas construções a questão social. O meio sócio-econômico assume, muitas vezes, um papel de facilitador do fenômeno e as drogas serviriam como um instrumento de alienação social, uma vez que interessa a uma parcela da sociedade que grupos menos favorecidos mergulhem nas substâncias psico-ativas, diminuindo, assim, a competitividade e a exigência pelo poder.

Pergunto-lhe por que saiu da rua.

As pessoas nos dá oportunidade, muitas vezes, a gente não agarra, até porque a gente não tem força. Que nem eu te disse, não adianta eu dizer: não dá pra eu estudar, porque dá! É porque eu não curto, então, é isso, assim. As pessoas apóiam, acredita em você, te da um voto de confiança e você se senti assim, querida, acolhida pelas pessoas. Não porque as pessoas vê os meninos de rua hoje, nem todas as pessoas mas algumas pessoas vê, fala: Nossa! Isso é um monstro, sai de perto que isso vai roubar ou isso vai fazer alguma coisa, e não é isso. Às vezes, a gente chega perto de alguém pra da um abraço... Quantas vezes você não foi xingada? Mas aquele xingo era de dizer assim: "me dá um abraço?!" A gente não sabe se expressar: me dá um abraço, tia Edsônia! Quando eu fui pra clínica, lá na Casa de Nazaré, a Adriana deixava o final de semana de ficar com a família dela pra ir me ver. A tia Edina, a mesma coisa. Então, é isso... as coisas que a gente dá valor porque a gente vai conhecendo, assim, essa outra realidade de vida, que é de responsabilidade... da sociedade te respeitar. Então, você vai cada vez mais querendo... Eu sou uma pessoa muito ambiciosa e eu descobri isso há pouco tempo, porque hoje se você perguntá pra mim: Débora, você voltaria pra rua? Não volto! Sabe por quê?! Hoje, eu falo hoje, não volto porque eu tenho uma casa, eu tenho uma moto, tirei minha carteira e assim as pessoas acreditam muito em mim e eu acredito em mim e é bom, mas o importante eu acreditar em mim mesmo, nas minhas capacidades, de falar assim: Se eu ficá desempregada, eu vou procurar outro meio de sobreviver, de ganhar meu dinheiro dignamente. Como eu já tinha dito, acho que você precisa só de pessoas boas que não falem pra você assim: Você não dá mais; você não é forte. você tem que encontrar pessoas que falam: Se você cair, levanta de novo, nós vamos estar aqui pra te apoiar.

Dois aspectos estão presentes - a "oportunidade" e a "força de vontade". Oportunidade pode ser aqui entendida como a possibilidade de ser aceita, querida, cuidada; e força de vontade, para Débora, resultou em condições de melhorar de vida.

A presença do adulto na vida da criança assume um papel fundamental quanto ao cuidado e proteção, configurando-se como o apoio afetivo necessário ao seu desenvolvimento. Débora coloca que a criança em situação de maior vulnerabilidade busca alternativas para suprir suas necessidades afetivas e sociais, utilizando até mesmo a violência para expressar-se. Os adultos à sua volta, interpretam tal atitude, muitas vezes, de forma apenas negativa. Reportamo-nos a Siqueira e Dell'Aglio (2006), estes autores, confirmam que a rede de apoio social tem uma profunda influência no bem-estar do indivíduo. A rede de apoio social e afetivo define como o indivíduo percebe seu mundo social, como se orienta nele, suas estratégias e competências para estabelecer relações, como também os recursos que o mundo social lhe oportuniza frente às situações adversas que se apresentam. A ausência de uma rede de apoio social pode produzir um senso de solidão e falta de significado de vida.

Desse modo, podemos entender que, para a criança em condição de vulnerabilidade nas ruas, a pessoa adulta torna-se uma referência - modelo identitário.

Pergunto o que a fazia permanecer no Abrigo.

*No Abrigo?! O Abrigo...
Risos.
O Abrigo era uma novela!*

Novamente risos.

O bom do Abrigo é que às vezes você toma um banho, você tem uma alimentação na hora certa. Eu acho que o Abrigo é mais..., metade de uma ponte. Não pode nem dizer que é uma ponte, metade, né?!

Débora descreve o Abrigo como outro ponto fundamental de sua travessia, sua ponte se completa. E continua:

Os educadores, muitas vezes, a gente se apega, se apega a eles. Então, aquilo te chama atenção, de você querer estar ali dentro. Aí, vem aquela vontade de usar a droga, você acaba fugindo do Abrigo e passa

uns dias e você lembra: Nossa, mas eu comia lá, do rango de lá, muito bom! Aí, você lembra do educador e você fala: Não! Eu vou voltar! E você vai correr atrás do Conselho, de alguém que mande um encaminhamento pra você voltá pra casa.

O apego, a proteção física e o conforto material faziam contraponto com a dependência de drogas.

Débora apresenta dois aspectos significativos, que operaram como fatores de proteção na sua trajetória de vida: o vínculo com os educadores e o entendimento do Abrigo enquanto sua casa.

Risos.

Pergunto-lhe o que vem à sua cabeça quando se lembra do Abrigo.

O que vem na minha cabeça?! Olha, o Abrigo foi novela mesmo..., Eu acho que o Abrigo me livrou do frio muitas vezes. Eu fui muito acolhida no Abrigo. Eu acho que não só eu, mas todos da minha época que viveram no Abrigo. Os educadores olharem pra gente, se dedicarem pra gente e é como eu já disse, eu quando era adolescente eu não queria nada com nada eu só queria curtir e mais nada. Então sobrava era pros educadores, porque quando a gente tava naquela?! A gente xingava, a gente queria bater, a gente falava que ia matar, então era isso.

O Abrigo, neste momento da vida de Débora, respondeu à sua função de habitação, acolhida e pertencimento. Abrigo, para Débora, foi sinônimo de acolhimento material e emocional. Silva (2004) confirma que um Abrigo deve oferecer condições de habitabilidade e de convivência saudável, de modo a favorecer o desenvolvimento e fortalecimento da auto-estima e a identidade pessoal. Nesta mesma compreensão, Cury (2002) também acrescentam elementos que consideramos fundamentais no serviço de Abrigo, ao afirmarem que a criança deve encontrar no Abrigo alguém que a assuma como guardião de pleno direito, isto é, que tente construir com ela um relacionamento e um vínculo sólido, filial, e que, se tivesse que perdurar no tempo, criaria a criar condições efetivamente estruturantes.

Pergunto-lhe por que se refere aos educadores quando fala do Abrigo.

Porque eles foram muito importante! Eu acho que tem muita gente hoje, eu falo, hoje, assim, antes, eu também acredito que existia... Tem muita

gente que tá no Abrigo, não é por gostá de trabalhar com menino de rua, não é por gostá de estar ali, de sentir a dor do menino de rua. A gente não pode falar só do menino de rua, a gente tem falar do adulto de rua, porque eu fui um menino de rua e hoje eu sou uma pessoa adulta, mas eu também posso voltar... aí eu questiono: Será que você que me viu como uma adolescente, uma criança, será que hoje você daria a mesma atenção prá mim, que você me deu há oito, dez anos atrás?! Então, isso é uma das coisas que eu me questiono muito....

Para Débora, a qualificação do educador está na capacidade de compromissar-se, de “sentir a dor do menino”. Considera também que é mais fácil a identificação de cuidador com a criança e, provavelmente, não haveria a mesma disponibilidade com o adulto. Está presente nesta fala a facilidade de reconhecer a necessidade de proteção para as crianças e não para o adulto em situação de abandono. Débora, então, reforça a importância da interação com as pessoas. Relação que deve priorizar o compromisso com a causa, acima da necessidade de trabalho pela necessidade financeira.

Pergunto a ela se chegou a voltar para a rua.

Depois do Abrigo?! Várias vezes, voltei pra rua várias vezes.

Pergunto-lhe por que voltou às ruas.

Por causa da droga. A Casa Abrigo, ela é só meia ponte e ela não me traz tudo aquilo que eu quero, : como a droga, o cigarro. Porque naquela época você não podia fumar de jeito nenhum, entendeu?! Você que tinha que lavar sua roupa. Então, tudo isso, na rua, você não precisa ter esse tipo de regras. É como eu disse: quando é criança, é adolescente, você não quer nada com nada, se deixar, você fica um mês vestindo o mesmo shorts e a mesma camisa, entendeu?! Que o mundo se acabe, você tendo a droga....

Débora apresenta a dificuldade de estabelecer o rompimento com a rua, por mais que tenha sido despertada sua “querência” pelo Abrigo, pois a dependência de substâncias psico-ativas e a imposição de limites, às quais não está habitualmente acostumada a conviver dentro de quatro paredes, ecoam mais.

Pergunto a Débora o que avalia ter sido essencial ou importante para que permanecesse no Abrigo.

Uma das coisas que eu achava muito legal no Abrigo era quando os educador catava a gente ali e levava a gente lá no quartinho e sentava: Agora, nós vamos conversar. E às vezes, a gente ficava minutos e minutos conversando, sabe?! Então, eu acho que isso foi, assim uma

coisa muito boa que eu vivi no Abrigo. Foi por muitas conversa que eu fiquei lá, muitos dias, foi ... pela questão da comida que você gosta, dos educadores fazer ali a refeição com carinho, dos educadores fazer... Era a mesma coisa de mãe e pai.

De você falar: Poxa vida! Minha mãe não faz isso e o tio tá fazendo. Então, nisso chama muito sua atenção. Acho que o que fez eu permanecer no Abrigo foi essa questão mesmo de diálogo. Do educador ser profissional, não estar ali só pelo dinheiro, mas estar ali por sentir sua dor, por falá assim: Nossa, essa criança, esse adolescente ele tá precisando de socorro! Porque quando a gente xinga, Edsônia, quando a gente chora, a gente quer quebrar tudo, a gente quer chamar atenção. É uma coisa que tá ferindo lá dentro, entende?! E, muitas vezes, um mau profissional acaba te batendo, você acaba tomando raiva dele. Porque você sabe que a lei nossa aqui não vale nada, você pode arreventar o educador no pau que não vai dar nada pra você. Você vai ficar lá quarenta e cinco dias lá no CIAADI... Sabe, eu acho que se tem profissional, tem trabalho, agora se não tem profissional, não tem trabalho. Porque a pessoa, se ela tá ali só pelo dinheiro, ela não tem paciência. E, em primeiro lugar, um profissional tem que saber o que ele tá fazendo e o que ele pode fazer.

Para Débora, o educador é a pessoa em quem os educandos podem confiar. Saber acolher implica estar disposto a escutar, porque a escuta facilita compreender melhor a cada um conforme a sua individualidade.

Nesse modo de ser e de agir, o educador dá condições para que o outro possa crescer, quando se coloca como facilitador para que as crianças e adolescentes criem um olhar sobre o mundo à sua volta, permitindo-lhes tirarem suas próprias conclusões e decisões. O vínculo entre educador e educando é essencial para o processo ensino-aprendizagem, tanto que é associado à figura de pai e mãe.

Agindo assim, a relação estabelecida com o educador passa a ser um fator protetivo na vida das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade atendidas no Abrigo.

Em relação à ação do educador, tanto pode ser um fator de proteção ou de ameaça ao desenvolvimento saudável da criança. Ressalta, ainda, o autor, que o educador, ao trabalhar com crianças, deve compreender a responsabilidade de que sua presença, tanto pode ser auxiliadora como pode virar perturbadora da busca inquieta dos educandos. Sua função é contribuir para que estes passem da heteronomia à autonomia.

Os educadores que trabalhavam no Abrigo, naquele momento,

tinham a habilidade de escutar e dialogar.

Pergunto-lhe quando pensava em sair da rua, o que a atraía na rua.

A liberdade... Sabe, a liberdade é aquela coisa, é aquilo que eu falo pra você, é de você não ter hora pra dormir, hora pra comer, hora pra nada, entende?! Eu, falava: Nossa..., ter que tomar banho em tal horário, apesar que eu tomava banho quase todo dia. Meu Deus do Céu, eu não quero. É a mesma coisa do Abrigo, de você ir pro Abrigo e ficar dois, três dias e falar: Não aqueço! Aí um chegava lá no portão do Abrigo e falava: Vamos?! Ah! Era só pedir! Risos.

Pergunto-lhe o que é a liberdade à qual se refere.

A liberdade?! É não ter hora pra dormir, não ter hora pra comer, não ter hora pra usar droga, usá, se quiser, 24 horas, entendeu?! É viajar mesmo, sabe?! A sensação de fazer até maldade pro outro... Então, essa é a liberdade.

O centro urbano desperta grande fascínio nas pessoas;, geralmente; é mais bonito do que a periferia, oferece a oportunidade de acesso ao consumo rápido de drogas, diversão, exerce um magnetismo pela promessa de liberdade (RIZZINI, 2003).

Pergunto a ela se tem motivos para não voltar para a rua.

Em primeiro lugar, porque eu me amo muito. Acho que, hoje, eu não daria mais certo morar na rua, porque eu, às vezes, falo: meu Deus, eu me acho muito chata, eu gosto muito das coisas certas. E eu acho que não daria mais certo eu voltar pra rua hoje, porque hoje eu tenho uma vida nova e, quero crescer a cada dia mais. Eu falo assim pras pessoas: quando eu era frente de trabalho, o dinheiro da frente de trabalho eu aproveitei muito, sabe, assim, eu guardei e tudo que eu tenho hoje, nada foi de roubo, nada foi de droga. Foi do meu suor mesmo, porque quando não tô aqui, eu tô vendendo produto de limpeza, matando porco no meio dos sítios pra vender... tô sempre vendendo coisas da igreja católica, então sempre estou batalhando, ajudando as pessoas naquilo que eu posso, sabe?! Eu acho que o mais gostoso é quando você teve um passado de sofrimento e hoje você poder olhar e poder ajudar as pessoas, né?! Hoje, eu vejo aquelas pessoas que bebem, que ficam repetindo as mesmas coisas, sabe, e aquilo vai te dando uma neura, um nervoso, sabe?! Daí, você fala: eu não acredito que eu fazia tudo isso e mais um pouco... ficar sem tomar um banho ... aquele cheiro horrível na boca, das pessoas chegarem perto de você e te incomodar, entende?.... E o amor das pessoas por mim, porque eu tenho muitas pessoas que me ama, que acreditam em mim. Então, eu não quero falar pra você que eu não vou voltar pra rua nunca mais, porque, como eu disse, é muito tempo, e também não quero dizer que eu não vou voltar pra rua por

causa da tia Márcia, ou por causa da Edsônia, ou por causa de fulano, ou cicrano, porque me ajudou, eu não quero voltar pra rua por causa de mim mesmo... porque eu amo essa nova vida! Essa vida de você poder entrar em todos os lugares, das pessoas te respeitar, de você poder fazer um churrasquinho na sua casa... São muitas coisas, muitas coisas legal, muitas coisas que, quem tem chance, a tendência é só ir para frente mesmo. E na questão de filhos era ... pra eu ter uma penca de filhos, mas eu me cuido bem, graças a Deus, eu acho que, também eu não tô preparada para ter filhos, até porque eu tenho uma vida muito agitada, como eu já disse, eu sou uma pessoa assim, .. ambiciosa, quero cada vez mais crescer. Quero ter filhos, quero casar, não quero casar na igreja de vestido [risos], mais assim, quero arrumar uma pessoa legal pra mim. Pra mim, assim, o que importa é sê feliz ...às vezes, as pessoas perguntam, assim, eu não sou feliz, mas a felicidade é, assim, uma coisa momentânea, ela acontece aqui, daqui a pouco acontece alguma coisa que te deixa triste e você acaba deixando um pouquinho daquela felicidade que você passou, né .. Muita gente fala: eu fui pra clínica, eu fiquei lá tantos meses e vim pra cá e não consegui nada. Eu tenho assim na minha cabeça, que hoje, se você for lá na minha casa, é claro que a tia Márcia ajudou muito na casa que eu tenho hoje (a Márcia Lopes)... Se você for lá hoje vai falar meu Deus a casa mais bonitinha hoje do bairro é da Débora, porque eu murei, fiz muita coisa dentro da casa, tem dois cômodos lá que eu aluguei para um amigo na semana passada... , a minha horta, se você olhar a minha horta!

Fica subentendido um processo de conversão ao catolicismo e a introjeção de alguns valores a ele relacionados: convívio fraterno dignidade humana. Esse modo de vida contribuiu para condições objetivas expressas na casa, no trabalho, na qualidade de vida e também nas condições subjetivas como o amor próprio, a auto-estima, o respeito e a solidariedade.

Nesta última parte da entrevista, Débora, indica a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas ao afirmar que fora das ruas encontrou espaço para viver, sentindo-se feliz e tendo prazer em administrar sua vida.

Marx já expressava as condições que Débora aponta enquanto necessárias ao bem estar. Ao dizer que “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para ‘poder fazer história’. Mas, para viver, é preciso, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais”. Acrescenta, ainda, o autor, “ que o primeiro ato histórico é, portanto, a produção de meios que permitam a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material”.

Débora demonstra que as condições colocadas por Marx contribuem

para que possa ter novos desejos, sonhos e perspectivas em relação ao seu futuro. Em sua história de vida, pudemos perceber os sinais que lhe permitiram para que abraçar a vida.

No fazer história, constrói-se a si mesmo, renovam-se as capacidades que alimentam nossa condição enquanto pessoa na vida coletiva; busca-se um jeito criativo de estar no mundo a serviço da vida, seguindo em frente, dando sinal de que o que se quer é viver.

Débora parece buscar as condições apontadas por Castel (2003) enquanto necesssárias para o viver. Este autor afirma que a vida social não funciona apenas com bons sentimentos, nem funciona só com o trabalho, e que é sempre bom ter várias cordas no arco: lazeres, cultura, participação em outras atividades valorizadoras... Débora busca a concretização dessas aspirações, sente-se realizada e feliz.

Eu falo: ai, meu Deus, eu adquiri tudo isso. Eu não tenho o que reclamar da minha vida, então, enquanto eu tiver pessoas que me apóiam, que me incentivam a ir para frente, a tendência é só eu caminhar.... É como eu disse, enquanto existir a Secretaria de Assistência Social e as pessoas não estarem dentro da Secretaria pelo dinheiro, mas pela criança e o adolescente e até pela aquela criança que se tornou um adulto...

A condição de dignidade humana que faltou à Débora no início de sua infância, não foi suficiente para desumanizá-la, pois se manteve viva, conservou sonhos, acalentou tristezas. Em nenhum momento, portanto, nega seu passado, pelo contrário, fez e faz dele um aprendizado. Desse modo, a dor, o sofrimento, a incerteza não foram suficientes para abalar a confiança na vida.

Identificou pontos de apoio que foram necessários para a promoção de sua resiliência, tanto que fez de alguns sonhos, realidade.

Ao sentir prazer em viver, ainda alimenta a coragem de lutar para que outros sonhos e desejos se concretizem, colocando-se ao desafio da busca de dias melhores, sempre. Como coloca Tiago de Mello, 'não tem um caminho novo. O que tem de novo é um jeito de caminhar'.

4.3.4 A história de Ester

Ester é uma bela jovem, de estatura mediana, olhos miúdos, de postura meiga, e ao mesmo tempo, firme dona de um belo sorriso. Tem, atualmente, 24 anos, casada, mãe de 3 filhos, sendo dois meninos, um de seis e dois anos, e uma menina, de três anos. Não chegou a ser alfabetizada, embora tenha freqüentado, em vários momentos, a escola.

Ester é a terceira filha de um total de sete irmãos. O irmão mais velho é fruto do relacionamento de seu pai com uma outra pessoa, também tem uma irmã já falecida. Nasceu em um Distrito da Zona Rural de Londrina; depois, aos seis anos, foi morar com a família em uma chácara na região Sul.

Após a entrevista tive a oportunidade de conhecer sua residência, que é simples, mas confortável, organizada e limpa. Fez questão de frizar que os eletrodomésticos, objetos mais novos na casa, foram adquiridos pela renda obtida do trabalho esporádico seu e do marido, demonstrando orgulho e satisfação do modo como os adquiriu. Reside em um terreno cedido pela sub-prefeitura, em casa de alvenaria, com dois cômodos. Dividindo a mesma parede, reside o pai, num cômodo. No mesmo terreno, ainda residem os demais irmãos com suas respectivas famílias. A disposição destas casas forma um “U” no terreno. Ester é beneficiária de programa de transferência de renda do governo federal.

Tive, portanto, a felicidade de também poder rever alguns de seus irmãos que conheci através do Programa de Ação Comunitária da Secretaria de Assistência Social, em 1995. Acompanhei o processo de retorno à convivência familiar do irmão caçula. Todos foram muito receptivos e simpáticos. Durante a permanência na residência dos irmãos de Ester, pude constatar que a maioria se encontra desempregada, realizando eventualmente trabalhos esporádicos.

No decorrer de sua história de vida, poderá ser observado o quanto Ester é uma pessoa resiliente. Persiste em manter sua família unida, deseja uma história de vida diferente da sua para seus filhos. “Mantém-se em pé”, mesmo diante da falta de oportunidade de trabalho e renda, o que faz sua família viver em condições de precariedade, como foi possível observar, ao mostrar os poucos alimentos que dispunha para terminar o mês. Também pode ser considerada uma pessoa resiliente, por insistir em ter uma “vida digna” superando a permanência nas

ruas, a abstinência do uso de substâncias psico-ativas, por se recusar a ter “dinheiro fácil” facilitado pelo roubo.

O contato inicial com a rua foi aos oito anos, deixando-a após dez anos de idas e vindas, entre a rua e o Abrigo. Ir para a rua talvez significasse a única alternativa em buscar algum tipo de cuidado e proteção. A saída desse espaço não foi uma decisão voluntária, embora reconheça que tenha sido o que de melhor aconteceu para a decisão de um novo modo de viver.

A entrevista aconteceu numa tarde de sol do mês de setembro, na sede do Projeto Viva Vida da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada ao lado da residência de Ester, em um distrito da zona rural de Londrina.

Antes de iniciar a entrevista procurei deixá-la um pouco mais à vontade, pois fazia muitos anos que não tínhamos contato, e talvez fosse bem possível que não se recordasse de mim.

Ester estava inicialmente um pouco ressabiada e calada. Tentava ser educada, mas era possível perceber o seu desconforto. Posteriormente a entrevista transcorreu em clima mais confortável.

Assim Ester inicia sua história.

(...) Daqui, eu fui para o Franciscato, quando era pequena, depois eu fiquei dois, três meses no Franciscato, depois eu fui para rua.(...) eu fui para o Franciscato com seis anos e fui para rua com oito anos(....).

Seus pais residiam na Zona Rural e como muitos trabalhadores rurais, sofreram o êxodo para a cidade, devido à ausência de perspectivas no campo.

O meu pai trabalhava com rami. Então, nós morávamos numa casa e os parentes deles moravam do outro lado. Aí, o dono da fazenda pediu a fazenda, fez acerto com a turma. Aí, pediu para entregar a chácara, nós entregamos a chácara. Aí, não tínhamos aonde ficar, nós ficamos na casa de minha avó, madrasta do meu pai. Foi todo mundo junto... Nós ficamos na casa dela e ela nos tratava muito mal. Às vezes, meu pai apoiava muito ela....e nós não conseguia se dar com meu pai.

Ester retrata as privações vivenciadas pela sua família: emprego, moradia, alimentação, afetividade, convivência e a própria intimidade familiar.

Essa nova condição provoca mudanças nas relações familiares.

Porque na minha casa eu era bem rejeitada, meu pai não ligava para nós. Nós parava mais na casa dos outros, nós não tinha aonde ficar.

Minha avó negava comida para nós, nós passava fome.

A mãe de Ester ficou doente e acamada e, provavelmente, sem condições de cuidar dos filhos. Os filhos deveriam permanecer na casa de “outras pessoas”, em determinados momentos.

... Porque as casas dos outros, não é como as casas da gente... Por mais que você esteja sofrendo pela ... própria família, mas.... Mas casa dos outros você...se sente muito humilhada, você não tem a capacidade de chegar num... fogão tirar um prato de comida pra gente comer. Os outros já fica olhando....e você na tua casa, não... você come do jeito que a gente come, ... na casa dos outros não.. na casa dos outros a gente é muito humilhado porque... eu já passei por várias casas dos outros então, eu... me sentia muito mal...

A instabilidade familiar pode levar à circulação das crianças. Segundo Fonseca (2002), o hiato existente entre a maternidade e a dificuldade concreta de exercer a maternagem pode levar as mães a desligarem-se dos filhos, mas manterem o vínculo por meio de uma circulação temporária (apud ACOSTA e VITALE, 2005).

Referindo-se a esse tempo na “casa dos outros”, Ester aponta um aspecto fundamental do espaço de moradia, pois é nele que os hábitos e costumes são expressos com maior liberdade, é uma identidade para o ser humano. Na moradia, está a referência e deveria proporcionar estabilidade e proteção.

Para Silva (2004), uma casa só se torna ela mesma quando o homem a habita, a vivencia, moldando-a com seus costumes, seus desejos, suas angústias, seus sonhos. Significado que Ester não vivenciou em sua infância, pois a moradia não representava acolhimento, nem aconchego. Porém, Ester mantinha o respeito, era alguém educada tinha um padrão de limite do que era seu e do que não era, conhecia até aonde podia ir.

O sentimento de rejeição, humilhação, associado às condições de privação apontadas, são algumas das situações que provocaram a saída para a rua.

Então, foi assim, fui pegando desgosto e fui parar na rua, por causa que ela (avó) me tocou para rua ... Aí, de vez em quando eu ia ver minha mãe, que era muito doente....e aí, depois, ela acabou morrendo,e aí não fiquei mais, continuei na rua.

Ester já se encontra cabisbaixa, tomada de grande emoção, chora muito, principalmente no momento em que menciona seu “desgosto” provocado pela convivência familiar, pela ausência de cuidado e proteção, tão necessários a esta fase da vida. Desde o nascimento, a criança começa a construir suas referências. A existência da mãe indicava um vínculo e, após sua morte, não sentia necessidade de retornar para casa.

Não havia nenhuma intenção inicial que despertasse em Ester o desejo de ir para a rua, seu lugar era junto à sua família. Mais à frente, será possível identificar, em um trecho de sua fala, que suas saídas iniciais em busca de alimento e dinheiro para a família, também são questionadas pela jovem. Desse modo, a saída de casa para a rua se coloca como mais um tipo de agressão e violência, por não encontrar na família o cuidado e proteção de que necessitava.

Pergunto como a rua entrou em sua vida:

Eu sei lá?! Os outros acham que quem mora na rua só é ladrão!...Eu acho que eu fui mais recebida na rua do que na própria minha casa. Quando era pequena, eu e minha irmã, tinha vez que nós saíamos pelas casas dos outros no São Lourenço...

Emociona-se, chora com grande intensidade. O acolhimento da rua perpassa toda a fala de Ester, esse sentimento tem grande significado em sua vida. O fato de sentir-se aceita favorece sua aproximação com a rua, somado a outros atrativos como o consumo de drogas e a possibilidade do dinheiro fácil. Esses fatores favorecem a possibilidade de ruptura casa-rua.

Continua o relato, chorando:

*Antes de eu ir para a rua ... é na época que nós pedia ali no São Lourenço Aí, depois, nós ia para Londrina pedir dinheiro trazer para casa. Ia eu, minha irmã e as meninas. Direto, 24 horas, meu pai ia buscá. Eu, de vez em quando, eu vinha apanhando de lá, Londrina, até dentro do ônibus. Dá gargalhadas!
Era o tempo de ele deixar eu dentro de casa ... ir para o bar e eu voltar pra rua.*

O fato de o pai ir buscar demonstra uma posição de limite ao filho no exercício do seu papel de responsável. Porém, o processo de educação acaba não finalizado pela inexistência de diálogo, aplicação de violência física e limitação de convívio.

A relação de Ester com a rua acontece por gradativas aproximações.

O primeiro momento se dá pela prática da mendicância próxima ao local de moradia. Esse contato com a rua tem a permissão do pai, provavelmente por estarem dentro do território de moradia. Já no segundo momento, à medida que ocorre o distanciamento do local de moradia, aproximando-se do centro da cidade, o pai intervém, trazendo-a de volta para casa.

Muitos pais criam em seu imaginário que a prática da mendicância, enquanto ato que contribua para a sobrevivência da família e exercida nas proximidades de moradia, não oferece riscos. Esta forma de pensar é ilusória, pois, em muitos casos, trata-se de um processo inicial de permanência nas ruas e de contatos com atividades consideradas ilícitas e que trazem danos ao processo de desenvolvimento das crianças.

A prática da mendicância é um fator que merece atenção também dos agentes públicos que intervêm neste processo para identificação dos aspectos envolvidos no vínculo da criança com a rua, assim como para desenvolver estratégias de prevenção necessárias e adequadas às situações identificadas.

Ester prossegue.

Porque... é um tempo perdido você sair, pedir as coisas e trazer dinheiro pra casa, trazer alimento pra casa e você ver seu próprio pai tirar o que você traz para casa pra chegar no bar e trocar arroz e feijão a troco de pinga, porque não tem dinheiro.... Nossa, era muito difícil! Porque...quem sustentava a casa era nós mesmo! Meu pai trocava tudo que nós colocava dentro de casa a troco de pinga! Antigamente meu pai era muito viciado na pinga....então, direto..quando minha mãe era boa de saúde ..direto ele ficava trazendo pinga pra dentro da casa... Eu sentia como se fosse um castigo! Porqueele... Foi ele que viciou minha mãe na pinga...porque...minha mãe não bebia pinga. A minha mãe não podia nem pegar a pinga. Pai, não pega as coisas nem troca em pinga, porque a mãe não tá boa... Porque, às vezes, desde quando minha mãe morreu, eu me sinto como se.....a maioria da culpa fosse dele. Porque....se ele fosse um pai exemplar, fosse um bom marido.. ele não teria a capacidade de tirar o que ponhava dentro da casa pedindo dos outrostirar o próprio arroz dentro da casa que.... de vez em quando nós tinha que comer água branca....pra ir lá na porta do bar trocar a troco de pinga e embebedar sua própria mulher.

Ester expõe toda condição de precarização da vida familiar.

Segundo Silva (2004), a pobreza, ao aumentar a vulnerabilidade social das famílias, pode potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes mais pobres tenham mais chances de ver incluídos na sua trajetória de vida episódios de abandono, violência e negligência. A condição sócio-econômica precária das famílias, ao impor maiores dificuldades para a sobrevivência digna do

grupo familiar, pode funcionar como um elemento agravante e desencadeador de outros fatores de risco preexistentes.

Percebe-se um imaginário do que Ester entende por família, relacionado à responsabilidade, competências e papéis de seus membros. Sua idealização de família é projetada num dever ser – a partir da existência de afetividade, cuidado e proteção. A relação familiar existente não era a que desejava.

*Quando nós não conseguia ganhar....eu acho que nessa parte a obrigação não era nossa, era dele... Então, era nós que sustentava a casa. Foi uma época que nós parou de trazer dinheiro pra dentro de casae que nós trazia era alguma coisa pra comer, se nós não comia, nós passava no restaurante, naquele simples, nós comia o que os outro dava e tava bom. Porque... o que a gente trazia pra dentro de casa, ia pro bar, não ficava em casa. Nós trazia, ele levava tudo para o bar, trocava tudo em troca de pinga. Muitas vezes, ele e... deixava nós dormir pro lado de fora! Então, era melhor você dormir na rua do que ficar dormindo jogado pela casa dos outros.
Eu não....não me sentia bem dentro de casa... eu não achava isso bonito e.... nunca aceitava isso.*

Ester inicia uma nova etapa na permanência nas ruas, demarcada pelo rompimento com a obrigatoriedade de levar dinheiro para casa e justificada pela necessidade da alimentação. A rua ainda não representa um atrativo, embora compreendamos que o alimentar-se na rua, além de poder ser apetitoso e saboroso, poderia ser lúdico e divertido. A decisão de não mais levar dinheiro para casa era uma tentativa de manter o ambiente doméstico sem bebida alcoólica e a possibilidade de alimentar-se.

A saída para a rua ocorre em momento em que a criança compreende o que se passa, e faz uma tentativa de rompimento com esta realidade.

Ele direto espancando nós, nós era a mesma coisa que um filho de cachorro Várias vezes ele pegava e amarrava a corda no teto e amarrava nós de cabeça pra baixo para ficar espancando nós... porque nós não trazia dinheiro pra casa. Então, nós nem podia sair pra brincar...ele já... já começava a bater em nós. E... nossa revolta mais contra ele, até hoje, foi quando ele, pela última vez, ele deu aquela paulada na perna da minha irmã, aquele problema que ela manca da perna ...então....eu...não consigo perdoá-lo até hoje, por causa disso ... Foi aí que eu acabei indo pra rua! (...). Aí, depois eu nunca mais eu saí Eu não tinha um pingo de vontade de voltar para casa.....

Ester estabelecia parâmetros de valores como o tratamento desumano tanto de violência física e castigos cruéis quanto da violação do direito de brincar. Ser criança é ter tempo para brincar, sorrir, chorar, sonhar, colorir. Ter tempo para viver todos esses momentos.

Ester aponta para o pai todas as (ir)responsabilidades. A competência de provedor não correspondida, a dependência do álcool, a figura do marido que não protege a esposa, negligência e a violência intra-familiar. Sua análise da situação é focalizada na figura do pai, culpabilizando-o por todos os transtornos e sofrimentos vivenciados pela família.

Segundo Muza (1996), o significado da expressão “pai ausente” vai além da ausência física do pai, seja ele biológico ou substituto. Trata-se da ausência psicológica do pai, que corresponde a um pai destituído de afeto, um pai que, apesar de sua presença física, não reconhece o filho como um sujeito passível de trocas afetivas, incapaz de exercer a paternagem. Contempla, ainda, a idéia de pais autoritários e massacrantes, prontos a reprimir qualquer iniciativa criadora ou de afirmação de seus filhos.

Ester não entende que, além do temperamento e comportamento do pai, existem outros aspectos que ao atingirem uma dimensão maior, refletem também em sua família.

Segundo as pesquisas de Nexin (Botarelli, 2002), relacionadas ao estudo da dimensão psicossocial da dialética exclusão/inclusão, o maior sofrimento para o homem é o de não conseguir prover financeiramente o lar, o que motiva o

alcoolismo e a dependência química (apud Acosta e Vitaler, 2005) e, provavelmente, até a violência.

Tais colocações remetem a uma compreensão mais ampla, sócio-econômica e cultural, que envolve a tradição, aspectos inter-geracionais, poder, transformações econômicas presentes nas relações estabelecidas em sociedade. É esse cenário de crise que atinge e fragiliza as famílias, determinando novas relações.

Segundo Leal (2003), estas relações são difíceis de serem digeridas dentro da família, especialmente por parte das crianças e dos adolescentes: alcoolismo, violência, negligência e tantas outras reações que vulnerabilizam sócio-pedagogicamente esse segmento.

O choro de Ester é intenso e carregado de mágoa e ressentimento, sentimento de abandono, rejeição e frustração, decorrente das situações vivenciadas, como a perda da infância enquanto tempo de aprender a vida através do lúdico, de experimentar e desfrutar o gozo da brincadeira.

O que Ester se referia como “desconforto” é a somatória do acúmulo de situações vivenciadas, o que provocou uma reação de ruptura, tida como definitiva, pela indisposição em retornar para casa.

Ester continua a relatar como a rua entrou na sua vida.

E foi aí que eu fui conhecendo o Tiago, que era só ele e o Amigo. O Tiago e o Amigo entraram juntos na rua...eles já estavam uns dois meses na minha frente... Aí, todo dia, eu ia pra Londrina, ia lá conversar com eles.... Aí já começaram a me oferecer drogas aí, eu fui me envolvendo, me envolvendo e acabei ficando nessa vida.

Na rua, foi possível o encontro com o grupo e com as drogas, sendo estas uma nova etapa na trajetória de vida na rua.

Esta busca de diálogos com os outros - “ia lá conversar” - de convivência e de reciprocidade de mútuo aprendizado traduz muito mais do que uma forma de comunicação entre os seres humanos, mas também uma forma de ordenar o mundo, de atribuir significado à realidade em que vivemos.

Pergunto a Ester se quando foi para rua deixou alguma coisa para trás.

Eu?! Acho que quando eu vim pra rua, a única pessoa que deixei pra trás foi só a minha mãe. Porque ... era a única pessoa que me apoiava, era a única pessoa que me ajudava e, por mais doente do jeito que ela tava, ela ia na rua atrás de mim! Eu vivia..., ela ia atrás de mim! Nunca deixava eu sozinha, era o mesmo tempo dela trazer eu embora, era o tempo de eu virar pra trás. Catar o ônibus e voltar para trás de novo.... Foi a única pessoa que me apoiou até hoje na vida. Foi ela! Mas como mãe mesmo, com carinho mesmo, eu não tenho consideração nenhuma....

A mãe representa, no imaginário, a figura de proteção. Ester busca localizar um certo tipo de "cuidado" em oposição ao descuido vivenciado. Parece invocar a presença da mãe como protetora na atitude de defesa diante do 'risco'.

Ester fala, agora, do seu encontro com agentes públicos - pessoas adultas -que ofereciam apoio, proteção e acolhimento às crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas. Inicia uma nova etapa em sua trajetória.

(...) conheci a Édina Maria mais junto com os meninos. Foi a primeira pessoa que começou a apoiar nós, caçando lugar para nós ficar, pois era muito difícil os outros abrir porta prá colocar nós dentro. Aí, foi que ela conheceu o padre (...) era o padre do Arthur Thomas. Nós íamos todos os dias, tomava lanche, almoçava e depois nós vínhamos para rua de novo. Mas ela estava sempre junto com nós, todos dias (...)aí, nós ficamos por lá um bom tempo, e, aí, nós ficávamos lá e na rua.

Ester se refere às atividades desenvolvidas pela Pastoral do Menor em Londrina, sob a coordenação da Edina Mariane Rocha, pessoa que, posteriormente, coordenou o primeiro serviço público do município de Londrina para atendimento a estas crianças.

A atuação de uma entidade/movimento de defesa de direitos, simbolizada na pessoa da Edina, figura histórica na defesa dos direitos de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade nas ruas da cidade de Londrina, militante que tinha/teve como opção de vida o trabalho com essas crianças e adolescentes, o seu compromisso social e pessoal teve grande significado na vida das crianças em condição de rua deste município. O contato com pessoas

apoiadoras fez diferença na vida de Ester.

Pergunto o que foi a rua para ela.

A rua, numa parte, foi ruim, mas, numa parte, foi boa, porque foi lá que eu aprendi a viver, aprendi a mudar, apesar das minhas bagunças, dos meus roubos.

A rua, para Ester, traz aprendizado, um olhar para além do cotidiano vivenciado na família. Traz também aventura e desafios.

Solicito que explique o que chama de parte boa e ruim da rua.

(...) a parte ruim é a parte que a gente apronta, que a gente rouba cai na cadeia e que não é a mesma liberdade. A gente que está dentro da cadeia se arrepende do que fez lá fora, mas quando está fora, você quer fazer a mesma coisa. O dinheiro que você rouba dos outros não é um dinheiro abençoado, é um dinheiro roubado. E tudo que você pega nunca vai pra frente. Eu fiquei, parei na cadeia, (...) 45 dias na minha infância, (...) direto caindo, e da cadeia veio o outro Abrigo, que eles abriram lá perto... Lá perto do buracão.

Na adolescência, o ser humano oscila sua postura entre a busca do novo e da independência e o medo do desconhecido e a perda da liberdade. Para Ester, foi um tempo em que não media muito as conseqüências dos seus atos, não se preocupava com elas. O mais importante era viver o momento.

A parte boa da rua... A parte melhor que eu não me arrependo até hoje foi quando eu fiz um furto de quase três mil reais num negócio de carro. Acabei estourando tudo num rodeio (...) e aí registraram uma queixa. Daí do rodeio, eu fiquei três dias no SETREM (...). O Gil fez uma ficha que era pra mandar eu pra Curitiba. Eu subi três vezes pra Curitiba, nesta terceira vez, não tive chance mesmo, porque daí o Juiz de lá mandou eu pra lá, porque a pena minha era de oito meses, que era a pena máxima. De lá, o Juiz assinou que não era pra me liberar e me mandaram pra Jacarezinho. De Jacarezinho, eu fiquei lá mais 8 meses que tive que cumprir, era uma casa de recuperação de drogas. Aí, eu fiquei lá e lá eu tinha tudo.

SETREM era a unidade de internação provisória. Ester se refere ao

Gil, que, na época, era Conselheiro Tutelar. E, numa articulação da unidade de internação (localizada em Curitiba por não existir o serviço em Londrina na época) com o Conselho Tutelar, o juiz aplica medida de proteção, encaminhando-a a uma entidade de tratamento a drogadito nos moldes de uma Comunidade Terapêutica, usualmente conhecida como de “recuperação de drogas”.

Para se referir ao que foi bom na rua, Ester apresenta duas situações – a realização de um grande roubo e a reclusão que demarcará a superação da trajetória de vida nas ruas.

Eu falei para o coordenador de lá: Chegou meu papel da liberdade?! Não, Ester, chegou outro papel com mais 8 meses! Eu falei: Nossa senhora! Acho que foi o último dia que eu tive uma tristeza desgramada. Cheguei a chorar mesmo, de raiva!

Sorri tanto que mal consegue pronunciar as palavras.

Aí, eles me pegaram de lá e me levaram pra Jacarezinho. Eu falei pra ele: Que lugar é esse que nem conheço esse lugar?!. Mas não! Lá é muito bom! São duas casas de recuperação de drogas, uma para as meninas e outra perto para os meninos. Muito bom! Nossa... eu já tava com que... com dezenove anos.

Ester retoma explicando que a intervenção realizada provocou uma mudança significativa em sua vida.

(...) a minha saída da rua ... para essa mudança foi o dia do ultimo roubo meu, foi o roubo lá da oficina .. aí, eu fiquei...! Me pegaram no outro dia de manhã dormindo. Nessa hora eu já tinha estourado todo o dinheiro. Já não tinha um tostão mais, já tinha fumado tudo em droga. No outro dia, me pegaram. De lá, eu fui para o SETREM, fiquei, passei mais uma noite e, de madrugada, já estavam batendo na cela, que eu, mais o Rodriguinho, tava subindo prá Curitiba. Porque tava nós dois envolvido no meio. Caiu nós dois! Eu fui para a Joana Richa e ele para uma casa de detenção e eu para outra, de lá, eu fui para Jacarezinho e começou....

Joana Richa é nome da unidade de internação feminina em Curitiba. Neste momento começa uma nova etapa na vida de Ester. É o rompimento com a permanência na rua. Mais adiante constataremos que se trata de um rompimento

definitivo.

Tinha as pessoas que me ajudaram e lá que começou a minha vida. Lá eu conheci a Rosinha, nessa época, não era para eu estar aqui, era pra estar casada. Eu saí, cumpri minha liberdade, depois teve minha graduação, que era de 8 meses. Foi o melhor momento, que me ajudou, que eu considerei como minha mãe. Claro que minha mãe verdadeira em primeiro lugar... Como lá era uma vez no mês que eu tinha que visitar a família, ela que me pegava, como ela era a chefe, a dona daquela chácara... Mas lá era pago, muito caro, ela não cobrava, nunca cobrou e comprava o que eu não tinha condições, minha família nunca me ajudou. Eu acho que minha ajuda maior, depois de ter ido pra lá, quando eu fui pra lá, eu achava que tinham me jogado lá, porque não me queriam mais. Mas o juiz mandou pra um lugar onde tinha uma pessoa que poderia me tirar dessa vida. E justamente foi ela. Eu devo minha vida pra ela! Eu devo tudo para ela e, graças a Deus, eu estou em pé.

Fica evidente, neste relato, a importância que o adulto-referência teve em sua vida. O cuidado de Rosinha (pessoa responsável pela entidade) para com Ester foi um fator de proteção que, provavelmente, tenha contribuído para a sua resiliência, na preservação de sua estrutura psicológica (Tavares, 2001). Porém, o sentimento em relação a Rosinha é apresentado de forma um tanto ambígua – confiança e desconfiança. Ester chora muito, demonstrando grande mágoa pela ausência de sua família. Mal consegue pronunciar as palavras. E continua referindo-se à Rosinha:

Era ela que comprava o que eu precisava, comprava o meu xampu, comprava as minhas roupas. Ela comprava cigarros porque eu não tinha visita, ela que me bancava em tudo... Eu fiquei lá como se fosse uma filha dela e a proposta dela era que depois da minha graduação, ela queria que eu fosse morar na outra chácara com ela, ficar com os filhos dela. Aí, depois, eu fiquei lá mais 6 meses, ela pagou minha passagem pra visitar minha família. Porque lá, não é qualquer um que eles liberam pra ver, só depois da graduação (...) Aí, eu vim pra cá e não voltei mais! Aí, uma vez eu tentei fugir e ela disse: Ester, não compensa você fazer isso, porque se você fizer estará jogando sua vida fora! Eu falei: Rosinha! Eu não tô fugindo, eu estou abrindo o portão e saindo da porta pra fora, eu quero ir embora, eu quero viver com a minha família, a minha família está longe, eu estou longe deles.

Ester manifesta o desejo de querer tomar a sua vida para si. Neste momento, Ester muda o seu tom de voz, tenta cessar o choro, passa a mão pelos

olhos, franze a testa e muda o tom da voz, falando alto e com ênfase.

Mas só que o problema lá é que eles não confiavam em mim. Eles falam que eu não tinha capacidade de ir embora, que eu não ia conseguir ficar sem as drogas, que eu ia voltar a roubar de novo. Eu vivia falando: Rosinha, vocês não confia em mim, mas eu confio em mim! Eu que sei se recuperei ou não. Também admiro o que vem de vocês, vocês não sabem o que tenho dentro de mim!

Questiona que quem a conhece é ela própria. Ela mesma que tem condições de saber o que sente.

Eu tinha falado pra Rosinha: eu sei que você não quer que eu maltrate você, mas eu não quero. Eu quero pegar a minha vida de volta, eu quero a minha liberdade, eu quero arrumar o meu marido, arrumar meus filhos... Eu acho que já tá na hora de eu se levantar sozinha, de parar de depender dos outros, não sou mais criança, eu sou de maior, eu sei que o juiz assinou você como responsável por mim, mas você não é mais responsável por mim, eu já tenho vinte anos e já tenho minha própria liberdade.

Um dado interessante é o significado atribuído à idade de maioridade associado à independência, liberdade, vontade própria. Ester chora muito ao relatar sua conversa com Rosinha.

Sente a necessidade de independência.

Antes de sair de lá, a Edina Maria foi me visitar, até a Edina quando foi lá não acreditou. Ela disse: Ester, se você sair daqui, você vai pra rua e vai usar drogas de novo?! Eu falei: Edina Maria, você me conhecia no passado, você não conhece o futuro da gente, o futuro da gente quem vê é a gente, não é os outros. Eu tenho que confiar em mim. Eu que tenho que levantar e não os outros me levantar. A gente usa drogas é pela própria decisão da gente e não pelas decisão dos outros. Eu sei que vocês me ajudaram demais, mas já está na hora de eu me ajudar sozinha.

Foi um dia que ela pagou a passagem pra mim, eu vim de lá pra cá. Eu tinha um prazo para voltar de três dias e eu não voltei pra casa de recuperação de drogas. Eu liguei pra ela e disse que não iria voltar mais, que eu ia viver a minha vida!

A decisão de sair da casa de recuperação é uma espécie de teste de capacidade. Ester avalia corretamente qual era a sua capacidade de superação, demonstra segurança quanto à decisão tomada. Costa (2001) complementa ao

afirmar que a segurança cresce à medida que vai se sentindo capaz de definir para si mesma o caminho a seguir e o comportamento a adotar para a realização daquilo que pretende.

Uma vez que ela (Rosinha) veio pra cá e acabou decidindo vir sozinha junto com mais dois alunos de lá. Era um dia, eu estava trabalhando lá perto do Taquara. Ela foi lá dentro do sítio com o carro e tudo, falar que foi me buscar pra ir pra casa dela, que não queria mais deixar eu morando na casa de recuperação de drogas, que queria eu morando na casa dela, que os meninos dela era muito grudado comigo. Eu falei: Rosinha, eu gosto muito dos seus filhos, eu adoro todos que estão lá. Mas, eu acho que cada um que saiu de lá já passaram pelo mesmo que eu passei e, se eles se levantaram até hoje, porque eu não posso se levantar? Se um pode, eu também posso, não é porque eu não participo das reuniões que vocês fazem, não é porque eu não gosto de psicólogo. Eu nunca gostei de psicólogo. Eu falei: cada um faz da sua vida o que quiser!

Ester aponta a necessidade de reconhecimento e respeito à individualidade. Declara que mesmo não seguindo todas as regras e normas instituídas - participação em reuniões, acompanhamento psicológico - sente-se capaz de superar sua condição de dependência – das ruas, das drogas, da tutela de um adulto. Afirma, ainda, que só ela tem a responsabilidade sobre sua própria vida. A fala de Ester nos leva a refletir sobre as regras instituídas e a ausência de flexibilidade diante da singularidade de cada sujeito. Costa (2001) complementa afirmando que se espera do jovem em dificuldade que ele se integre no corpo social como elemento produtivo e ordeiro, sem suscitar qualquer forma de reprovação do meio, dando-se o nome de socialização à adesão rudimentar a ordem estabelecida. No enfoque da Pedagogia da Presença, defendida pelo autor, está socializado o jovem que dá importância a cada membro da sua comunidade e a todos os homens, respeitando-os na sua pessoa, nos seus direitos, nos seus bens. Ele agirá assim não apenas por uma lei promulgada ou por meio de sanções, mas por uma ética pessoal que determina o outro como valor em relação a si próprio.

Continua o relato do contato com Rosinha:

Você pode voltar sozinha, eu não pedi pra você vir atrás de mim, eu te respeito, gosto muito de você, como se fosse minha mãe, você me ajudou muito lá dentro, mas eu já acho que está na hora de eu se levantar sozinha. Eu vou ficar até quando dependendo de você? Aí, ela ficou até brava e disse: Você não vai conseguir ficar aí, sem voltar para rua, voltar para as drogas.

Reconhece com gratidão e sentimento tudo o que foi feito por ela, mas tem a decisão firme de se responsabilizar pela sua própria vida. Segundo Costa (2001), quando a pessoa entende que tem a capacidade de agir e de se modificar, busca vivenciar esta experiência intransferível de sentir-se autor de sua vida, de sentir-se livre em face de si mesmo e da circunstância em que foi chamado a existir. Sua resiliência é perceptível na perseverança da preservação de sua vida. Ester consegue elaborar o que foi saudável e construtivo para sua vida e em que momento a proteção exercida por terceiros compromete a sua própria liberdade.

A atitude de Rosinha reflete a dificuldade de muitos serviços em aceitar a independência das pessoas em relação ao serviço de atendimento. Parecem sentir-se “donos” da vida e destino das pessoas e, a independência deixa de ser um aspecto relevante para a condução dos trabalhos realizados.

Neste momento, o choro se mistura a um tímido sorriso, demonstrando satisfação e orgulho da sua determinação.

Eu falei para ela: eu passei pelas meninas! Eu fiz o meu próprio teste! Depois de uma semana, eu fui lá, eu fui ver como é que eu ia reagir perto de drogas. Mas não! A minha reação foi a mesma que eu tive lá dentro da casa.

Eu conheço meus amigos, eu vejo eles! Você chega, olha para um saquinho de cola, para uma maconha, para uma cocaína, eu não sinto prazer nenhum.

Eu falei: Rosinha, se um dia eu voltar pra drogas, a primeira pessoa que vou ligar é para você vir me buscar, mas se um dia eu não te ligar, você pode ter certeza que eu não vou estar nas drogas.

Ester é destemida, testou sua firmeza e opção de vida quando assumiu ao ir ao encontro do grupo que permanecia em condição de vulnerabilidade na rua e, conseqüentemente, com a droga.

Neste momento, relata o dia em que Rosinha veio visitá-la em Londrina:

O dia que a Rosinha veio, a Rosinha conheceu a minha família, ela diretão ligava, eu não conversava com ela, com medo dela ficar tentando estragar. Mas não, depois eu fiquei um mês aqui, eu casei, tive meus filhos, eu tô até hoje, graças a Deus em pé! Quem não acreditou em mim, não precisa acreditar, eu que tinha que me acreditar e se eu ia cair ou não. Eu mesmo é que tinha que fazer meu próprio teste. E é o que eu falei pra Rosinha: eu falei, você não acredita em mim, mas eu confiei em você quando você queria me ajudar. Falei: agora, eu tenho que confiar em mim mesmo, se eu fiz aquilo, porque eu não posso passar e fazer o meu próprio teste?! As meninas não passaram?! E direto ela liga pra mim ir pra lá, mas lá é muito longe e ela sabe que a gente não tem condições.

Sorri timidamente. Ester demonstra a angústia sentida quando percebeu que a pessoa que representava o apoio recebido pudesse interferir na sua vida, prejudicando seus desejos e sonhos.

Pergunto a Ester o que vem à sua cabeça quando fala da rua.

Eu não sei, porque depois que eu saí da rua, eu já esqueci tudo!

Sorri! E continua:

*Eu já nem tento lembrar porque depois que ajuntei com meu marido, foi.. ele que me apoiou em tudo ... ele que tirou... às vezes quando eu falava... Comigo aconteceu isso, aconteceu aquilo, mas não... ele me aturou muito. Ele que me tirou dessa ... ele foi a primeira pessoa de passar comigo, de fazer o teste com os meninos para ver se eu ia ... recair de novo. Mas não! Eu acho que me levantei mais ainda, por isso que eu passei lá ... e eu fiquei super feliz, por isso!E não me arrependo, até hoje não... Quando eu olho pra eles cheirando cola, eu lembro que eu passei pela mesma situação...
Uma pessoa que eu tenho certeza que não vai sair dessa situação é o Tiago. O Tiago tá super acabado, eu já falei pra ele. Ele é a ... mesma coisa de não conversar com ninguém E dessa vida, vai ser a única pessoa ... uma pessoa muito difícil de sair dessa vida! Acho que só a morte mesmo é do Tiago....*

Aqueles que não superaram a condição de permanência nas ruas parecem ser desacreditados em razão dos fracassos que marcaram suas vidas. Não possuem força suficiente para romper essa condição, para defender sua integridade pessoal.

Também é importante perceber como o afastamento da realidade de rua passa a ser visto de outra maneira para as pessoas que o superaram, demonstrando, de fato, a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas.

Um outro aspecto que nos chama a atenção é a colocação “ele é a mesma coisa de não conversar com ninguém”, afirmação que corresponde à análise de Castel (1998), que diz que muitas pessoas não existem socialmente, não ocupam um lugar na sociedade, desse modo, são supérfluos, não são vistos, restando-lhes a morte.

Continua Ester, expondo sua relação com as pessoas que ainda permanecem nas ruas.

Mas eu vou..., Quando eu passo lá, eles me recebem muito bem ... Eles sabem que eu me recuperei. Eles não têm coragem de chegar e falar: Qué Ester, cheirar?! Não, eles sempre me apoiaram, eles falam: Não, Ester, você está certa, porque esta vida não tá fácil... eu sempre pensava que ia chegar e eles iam falar: Toma, Ester, cheira de novo! Vai fumar, vai fazer o que você fazia...! Mas, não...! Eles ... me tratam do jeito que eles me tratavam! Mas a primeira coisa que eu me orgulhei deles é que eles nunca me ofereceram a droga para me recair de novo! Eu acho uma atitude ... honesta porque se fosse ... como eu fui... Eu era... a menina que mais roubava!

Aqueles que ainda permanecem na condição de vulnerabilidade nas ruas mantêm uma adaptação “simbólica” à estigmatização, parecem não visualizar perspectivas futuras, não acreditando em si mesmos como capazes de superarem as adversidades vivenciadas. Outros simplesmente se recusam a se adaptar às normas sociais. Castel (1998), denomina estes como desfiliaados, não se sentindo pertencentes, como coloca Paugam (2003).

Ester sorri, no canto da boca!

Eu mais Rodriguinho, nós dois era o que mais aprontava! Eu acho que foi um atitude de.... amigo mesmo. Que nem eu falo sempre pra Magda, no fundo, eu falo: Minha verdadeira amizade está rua, por que... eu tinha as minhas irmãs, eu tenho tudo, mas, ... eu não confio como eu confio nos meus amigos! Meus verdadeiros amigos estão na rua. Eu nunca pensavam que eles iam me apoiar do jeito que eles me apoiaram ... E quando eu vou lá, eles falam: Ester, vai embora você tem seus filhos... vai embora cuidar do seus filhos ... Você saiu dessa vida, se você ficar passando por aqui de novo, você vai acabar recaindo. Eu falo para eles: A gente só se recai, se a gente quiser! Se a gente não quiser, a gente não se recai....

É interessante a preservação do vínculo, pois da mesma forma que a família, os educadores têm uma representação significativa na vida de Ester. O ‘grupo da rua’ representa os bons momentos vividos, o acolhimento não encontrado na família. É a dialética e dinamicidade que a desfiliação social apresenta na afiliação entre as pessoas, conforme já apontado em outro momento neste trabalho. Ester ainda demonstra respeito e companheirismo pelo modo como a colega decidiu

viver sua vida, demonstra solidariedade com a condição na qual vivem na rua.

Eu passo por lá, porque... eu sinto...

Tem dificuldade de falar, está chorando muito.

Como... os outros podem me ajudar, eu tento ajudar o Tiago, porque ... foi o primeiro amigo que eu conheci! Foi o amigo que me apoiou na rua. Ele que sempre carregava eu pra lá, quando eu era pequena.... Então, eu o considero como meu irmão. Direto eu chamo ele pra vir pra cá e, ele não vem. Ele fala que aqui é muito longe, que o lugar é muito feio. Eu falo assim: Aqui é um lugar feio, mas é um lugar sossegado Lá não tem roubo, não tem esses tipos de coisa ... e do mesmo jeito que eu fui ajudada pelos outros, eu quero ajudar pelo menos um deles.... Todas as meninas que saiu, elas conseguiram ajudar as amigas delas, porque eu não posso fazer a mesma coisa por eles?! Então, eu quero que eles passem pelo que eu passei. Porque ele não passou o que eu passei... passar por tudo e ir pra Curitiba, ir pra outros lugar. Então eu não quero que ele passe pelo que passei ...! E... ele sabe disso! Eu tenho um carinho muito grande por ele, minhas irmãs também têm um carinho muito grande por ele. Direto as meninas perguntam: Hoje eu passei lá e o Tiago está daquele jeitão louco dele. Mas é que nem eu falo para o Jorge, meu marido: Um dia, eu vou ainda conseguir ajudar o Tiago ... Só tem uma coisa eu não vou deixar eles para trás ... por enquanto não ... não é porque eu saí, é que eu vou deixar meus amigos pra trás....

Complementa apresentando a dificuldade de interferência na decisão sobre a vida dos outros.

Então, só depende deles, eu não posso obrigar uma pessoa a sair de uma vida que ela não quer Então, a gente tem que lutar pela própria vontade da gente ...! Porque eu não posso falar: Vocês têm que sair dessa vida! Não é assimEntão, eles têm que procurar ajuda! Eu não procurei ajuda, a ajuda que me procurou! Então, eu me agradeço até hoje de ter saído dessa vida, eu não me arrependo nenhum pouquinho de ter deixado eles na rua.....

Pergunto se houve algum momento em que pensou em sair da rua.

Não, eu não. Porque... eu acho... pra mim foi uma surpresa do jeito que eles me pegaram lá, porque ... Eu tava pra completar 20 anos, eles me pegaram de surpresa! Eu achei que do jeito que já completassem os oito meses lá, o juiz já me dá a liberdade, mas foi um “baft-buft”. Foi oito meses e mais oito meses em outro lugar, ainda eu falei ...

Sorri, empolgada, ao contar este trecho da história de vida.

Continua:

Nunca tive assim vontade de sair da rua....quanto mais, quanto mais chegava gente, mais nós virava pra baderna. Eu nunca tive assim vontade de sair da rua, nem quando eu fui lá...pra Curitiba. Não tive vontade de sair da rua, me cataram de supetão mesmo pra me mandar pra lá. Porquedo mesmo jeito que eu tivesse a liberdade de Curitiba pra Londrina de novo... uma hora dessa eu acho que era pra mim estar no mesmo lugar. (...) porque eu gostava. (...) a única coisa que era bom era o dinheiro e a droga nós passava direto 24 horas fumando. Era o que me segurava na rua. A droga era o que mais me segurava na rua. (...) sabe aquela ansiedade de vontade de fumar droga, eu acabava de chegar em casa, já estava doida, alvoroçada. Eu era bem viciada muito viciada, porque na época, quando eu fui para rua nós era em três pessoas e então foi se ajuntando e ajuntando e nós foi se unindo mais.

O nível de dependência de Ester em relação às substâncias psicoativas era elevado, o que interferia em pensar numa outra perspectiva fora das ruas. Segundo Castro (2001), a droga ilícita – os inalantes, a maconha, o crack, ou outros – é consumida geralmente fora do espaço da família, muitas vezes, numa relação de amizade e de pertencimento a um grupo. Acrescenta, ainda, a autora, que o envolvimento com as drogas também ocorre em função das dificuldades da vida, “querem se sentir mais leves, mais contentes, porque carecem de referência familiar”. Cabe pontuar que os serviços públicos de atendimento não deram conta de superar a dependência que Ester mantinha em relação às drogas.

Pergunto o que é liberdade para ela.

Eu acho que a liberdade que eu senti maior foi quando porque lá é mesma coisa de estar numa prisão, mas não é uma prisão, é uma casa, uma chácara.

Ester tem dificuldade em se expressar. Tento facilitar a sua compreensão, colocando que havia dito que tinha liberdade, mas na cadeia a perdeu. Torno a perguntar o que era essa liberdade, a que se referia.

Porque....eu acho assim, porque quando a gente tá na rua você tá fazendo aquilo que ... não deveria de fazer... e quando você entra pra dentro da cadeia não é a mesma coisa. Lá, você tá trancado, você olha, fala assim....: Perdi minha liberdade de tá na rua por causa de um roubo fraco.... se fosse por causa de uma coisa de valor eu não tava aqui dentro, muitas vezes, eu me arrependia lá dentro. Tinha vez que eu chorava olhando para aquele buraco. Nossa! A vontade de estar na liberdade, lá fora, ...os meninos... tudo lá fora. E eu não posso tá lá fora

Pergunto se ela tinha liberdade na rua

Eu acho que liberdade, liberdade não! Porque ... a gente vive correndo da polícia. Vive ... no meio das bagunças dos outros a gente acaba envolvida nas coisas que você não quer se envolver e a hora que você pára dentro de um lugar que você não queria, você acaba tudo com a tua liberdade

Ester esclarece que toda a intervenção realizada de forma contrária à sua vontade é interpretada por ela como uma privação – ‘cassação’ de liberdade.

E, por fim, apresenta o seu significado de liberdade:

A liberdade que a gente tem é quando a gente tá andando com a cabeça erguida ... olhando para frente, sem olhar para trás e depois que eu vim prá cá, eu esqueci pra frente e esqueci pra trás, eu vejo só ... os meus filhos!

Ester, portanto, encontra-se diante de circunstâncias relacionadas ao analfabetismo, à baixa qualificação profissional, à quase que inexistência de oportunidades. Todos esses fatores colocam-se como limites ao exercício pleno de sua responsabilidade e liberdade.

Eu penso nos meus filhos em primeiro lugar e pretendo arrumar um serviço, já falei nem que já já fui atrás mesmo de ...já estes dias atrás, um tempo, eu tinha ido atrás da Edina Maria pra ver um serviço pra mim porque..... eu assim ... pra mim chegar e falar para os outros... arrumar um serviço, é difícil....

Para Ester, os filhos são um mote em sua vida, ajudam a preservar sua resiliência, são estímulo à luta pela dignidade e respeitabilidade e, ainda, à conquista do emprego.

Sua testa franze novamente e começa a falar com entonação:

Porque se você não tiver uma pessoa lá dentro, que pode pôr você ... que pode passar uma informação...: Não, ela mudou! Ela foi aquilo, mas ela pode trabalhar....! É difícil! Porque quem já passou pela rua é muito difícil arrumar um emprego e é muito difícil, porque é duro..... os outros não confia nas pessoas...

Ester chora muito, interrompendo a fala por alguns segundos.

A independência, para Ester, está associada à conquista do emprego, sendo que toda a condição pessoal que detém não é apontada como

suficiente. Necessita de alguém que ateste sua boa conduta.

Por causa das drogas, eu não consegui arrumar minha vida, eu não consegui unir minha família.... Eu sei o que eu fiz e o que eu não fiz, eu já me arrependi! Por causa disso eu nunca consegui emprego, eu preciso trabalhar e eu não consigo. Os outros não confiam nessas pessoas, e paga quem fez isso.

O período da vida - infância e adolescência – em que deveria vivenciar a experiência de integração social e profissional foi prejudicado, trazendo conseqüências que se fazem presentes em seu cotidiano.

Segundo Paugam (2003), aqueles que passam pela experiência da marginalidade renegada consideram que “margem” é sinônimo de infortúnio, e não podem mais suportar o caráter arbitrário desse status. A dependência de substância psico-ativa é apontada como um agravante, cujo efeito provocou repercussão em vários aspectos de sua vida.

Quando tem serviço na roça, eu vou.... Pago para alguém cuidar, mas.... o serviço da roça não é dinheiro, porque.... sessenta reais por sábado, você paga trinta , quarenta reais para uma pessoa cuidar das crianças... Já não compensa. Você se mata numa roça já não recompensa, porque não sobra nem para você e nem para pessoa que olha por teus filhos....

O trecho abaixo traduz, de modo muito claro, o sentimento de angústia e de revolta que algumas pessoas que são e/ou se sentem marginalizadas têm de desejarem um futuro com “verdadeiras condições”, isto é, terem um status social ligado a emprego, a trabalho.

Acho que a única parte que faz falta na minha vida é o emprego, mais nada...! O que eu queria, eu já tenho, que é meus filhos....

Neste sentido, concordamos com Castel (2003) ao afirmar o trabalho continua sendo uma referência não só econômica, mas também psicológica, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm. O emprego, para Ester, é o máximo da liberdade; sem ele, a vida não fica completa.

A partir deste momento, Ester relata sua relação com o Abrigo.

Pergunto o que vem à sua cabeça quando se lembra do Abrigo.

Não vem nada, porque... o Abrigo, pra mim, era mesma coisa que tá na rua. Porque... eu pulava o portão 24 horas, pra ir cheirar cola lá pra cima. Depois eu descia de novo! Então, prá mim, era do mesmo jeito! Eu não me sentia nem na rua e nem no Abrigo, porque eu não dormia lá. Eu dormia lá, só de vez em quando. Quando tava com vontade de tomar um banho, aí entrava, tomava um banho e fugia de novo. E, aí, de noite, nós vazava de novo pra rua e só voltávamos no outro dia de manhã. Lá não era a minha casa e,... lá, bem dizer, era um lar pra.... acolher nós.... Prá ver se descansava um pouco a cabeça do povo de nossa cidade! (fazer relação com as notícias de jornal) Assim me sentia do jeito que me sentia.... pra mim dava na mesma! Porque eu entrava, só almoçava, daqui a pouco, não demorava cinco minutos e eu já tava cheirando cola lá trás , já estava no meio da rua... Então... mais quem parava mais lá era só as meninas, eu era mais na rua, eu.... metade lá dentro, metade lá fora....

A ausência de referência de moradia e de um lar na vida de Ester teve influência na sua relação com o Abrigo. Era um local de acolhimento, mas não a sua 'própria casa'. Por outro lado, nesta fase da vida, Ester vivia um momento intenso de utilização de substâncias psico-ativas, cometimento de atos infracionais, de total "liberdade", o que dificultava sua adesão e permanência no Abrigo. Ester comprova que a permanência de um grupo de adolescentes nas ruas era um incômodo para a sociedade londrinense.

Pergunto o que a fazia permanecer no Abrigo.

O tempo que eu mais fiquei, foi quando...foi na época do padre ... foi quando inaugurou, que o padre participou com nós, que ficou um bom tempo com nós... Eu fiquei... oito meses sem usar droga lá dentro e.... acho que foi só a única participação boa que eu tive. Depois, que foi chegando mais gente, esses novato, nós não queria aceitar, nós queria ficar com aquela turma mesmo.... que já era do tempo da Edina Maria, antes dos outros conhecerem. Então, nós só queria ela pra nós, não queria dividi-la com os outros. (...) O que me fez parar, ficar até oito meses sem usar drogas foi...o primeiro serviço que a tia Edina arrumou pra nós. Foi no cemitério São Pedro....eu já tava empolgada.....ganhava um pouquinho mais, já ajudava a comprar alguma coisa.....Sempre ela inteirava! Quando faltava, ela falava: Toma, Ester, vai lá e compra! Então, ela confiava em mim, de dar dinheiro na minha mão de vez em quando.

Sorri, satisfeita, como se estivesse lembrando do gesto. Fica

evidente a importância da presença do adulto no estabelecimento de uma relação de confiança e respeito.

E o padre sempre apoiando nós. O padre fazia o que podia. De vez em quando, faltava algum alimento, porque a gente não tinhaA Edina Maria não tinha conhecimento do Conselho Tutelar direito.... Ela trabalhava por conta própria, ela trabalhava com o próprio bolso dela, não era direto que ela tinha condições de estar mantendo a casa.... O padre de vez em quando....aparecia algum alimento, o padre levava.....Muitas coisas assim, veio dos outros de fora, muitas casas assim de perto levava. Levava suco, levava alguma coisa pra gente passar a noite. De vez em quando, eles mandavam alimento, nós cozinhava, quando nós não tinha, nós ia sobrevivendo e a Edina Maria sozinha Ela se levantou sozinha, ela levantou muito bem a casa, sem a união de ninguémsó pela ajuda do padre, ajuda dos outros vizinhos do lado Era muito difícil ela deixar nós sair pra fora, mexer nas casas do lado ...porque a ajuda era mais dos vizinhos. Então, nossos roubos era mais pra cima do que pra baixo....

Dá gargalhadas! Ester, nesta colocação, aponta que Edina dava limites aos adolescentes atendidos, buscando reforçar a interação saudável com a comunidade.

Porque ela sempre....ela mesmo saía sozinha atrás das coisas pra nós, quando não tinha, ela tirava da bolsa dela mesmo pra comprar pra nós

Ester retoma a constituição dos serviços de Abrigo. Continua relatando o que a fazia permanecer no Abrigo.

(...)A Casa da JK que saiu primeiro, que teve a formação do padre. Depois da JK todo mundo foi abandonado e aí acabou ficando a Edina Maria e dois alunos só na casa, e aí eles foram embora para casa deles. Depois, fecharam a da JK e abriram a da Dez de Dezembro. Mas na Dez de Dezembro, a Edina ficou pouco tempo lá e saiu de lá também. A primeira casa foi a da Edina Maria, do lado do cemitério São Pedro. Depois, foi que saiu a da Dez de Dezembro. A única casa que me segurou por um bom tempo mesmo foi ... ali perto do cemitério São Pedro. Foi a primeira casa com a Edina Maria e com o tio Gil. Nós era tudo unido, era muito gostoso! Era a Edina Maria sempre pegando arrecadação de roupa.... e vendia para nós com dinheirinho falso. Ela pegava um dinheirinho, aquele dinheirinho de joguinho e vendia para nós. Ela falava que era um real cada peça de roupa, então com aquele dinheiro nós comprava roupa e comprava as coisas para nóstodo mundo comprava. Direto ela tava inventando alguma coisas....

Fala empolgada, com muita satisfação! Ester se refere a uma

atividade pedagógica desenvolvida no Abrigo junto às crianças e adolescentes. Aponta também que Edina demonstrava afetividade, interesse e cuidados. A casa da JK, na proposta que apresentava, foi um fator de proteção na vida de Ester, pela/na oportunidade de convivência mútua, sentimento de pertencimento, a afetividade como elo que dá unidade às relações estabelecidas. O serviço de atendimento congregava esforços no sentido de aproximar as crianças e adolescentes atendidos para o estabelecimento de vínculos de pertencimento.

Complementa:

O que mais segurou nós nas Casas Abrigo foi ela com o tio Gil... Na Casa de Abrigo, eu fiquei quase nove meses. Aí, foi saindo um por um. Um ia fugindo, outro ia voltando. Um saía pra cheirar cola do outro lado. E aí foi começando... Depois, foi chegando uma nova turma, já foi desunindo tudo! Nós já era acostumado com o grupo antigo e ... era eu e a Escovão, a outras meninas. O Tiago, o Amigo, e aí depois um foi fugindo, o outro. Aí, acabou ficando eu e mais duas meninas. Aí, eu peguei e voltei atrás dos meninos de novo. Aí, a Escovão embalou com o outro grupo porque ela era da outra turma. Aí, eu voltei para o lado da nossa turma mais foi a primeira casa que me segurou.... (...)o tio Gil era mais durão, nós mal fugia, ele já corria atrás e trazia nós na marra pra dentro... (...) A gente tinha aonde dormir, onde comer. Na rua, tinha vez de ninguém comer, tinha vez de nada, ficava dois, três dias sem comer ...

Para traçar uma diferenciação entre o Abrigo e a rua, Ester recorre ao imaginário, ao se referir às dificuldades vivenciadas na rua, como, por exemplo, a falta de acesso à alimentação.

Castel (2003) afirma que o sentido de pertencimento a coletivos protetores provoca segurança e contribui para a diminuição das condições de vulnerabilidades vividas pelas pessoas. No caso de Ester, os adultos-referência e o grupo de convívio representam este sentido.

Fica perceptível o quanto o grupo, principalmente na adolescência, acaba tendo uma influência significativa.

Segundo Costa (2000), a interação mais intensa e mais importante para os adolescentes é a relação com seus pares. Tanto em termos de tempo físico, como de calor e de intensidade do vínculo, essa relação assume em suas vidas uma centralidade que, muitas vezes, os familiares e educadores têm dificuldade de compreender e de aceitar.

Cabe salientar que Ester deixa evidente a importância que o grupo representa na adolescência, e Musa (1996) acrescenta dizendo que a identificação do adolescente se faz com aqueles que se encontram no mesmo momento existencial, o que proporciona um clima favorável à troca de experiências com seus componentes, possibilitando uma melhor identificação dos limites entre o eu e o outro.

Ester, neste momento, passa a se referir a um outro Abrigo municipal onde permaneceu.

Lá, ficamos quase seis meses junto com os meninos, era dividido os quartos. De lá, nós voltamos pra rua de novo.... aí, ficou aberto pouco tempo, também fechou logo. Aí, nós continuamos na rua. Continuei roubando, ia lá de vez em quando... Nós roubávamos, lá por perto também. Depois, começou a aparecer um serviço no cemitério São Pedro, comecei a trabalhar lá, era quarenta reais por semana, a gente recebia sessenta reais todo sábado, comprava algumas coisinhas e o resto em drogas.

Nessa colocação de Ester é possível identificar que a oportunidade do emprego não era suficiente para provocar a abstinência em relação ao consumo de drogas. Também não apresenta se havia a intervenção de outros serviços direcionados ao tratamento de dependência de substâncias psico-ativas.

Mas, às vezes, o tio Gil pegava nós pelas orelhas mesmo e o que ele tinha que fazer, fazia! Como se fosse um pai ... Se ... quisesse ir, ia. Mas não entrava mais pra dentro.....então, várias vezes, nós pulávamos pelo fundo e ia a Edina Maria lá e fazia nós entrarmos pra dentro de novo ... Mas o tio Gil nunca foi assim, de passar a mão na cabeça, ele tratava nós como se fosse filha! Pegando pesado mesmo! A Edina não, sempre coçava nossa cabeça.

Ester centraliza sua colocação, mencionando o modo como os adultos-referência agiam em determinados momentos, comparando os gestos dos mesmos com o papel de pai e mãe. A forma como se refere à generosidade de Edina e até mesmo a forma de imposição de limites pelo Gil podem ser considerados fatores de proteção que favoreceram a resiliência de Ester, como

poderá ser observado ao longo de sua história.

Pergunto o que acha da atitude que os educadores tomavam.

Às vezes, gostava! De vez em quando, tinha vez que xingava muito o tio Gil.

Sorri!

Eu não gostava, xingava...Eu xingava mesmo... até uma vez, eu xinguei o tio Gil de perna de cambito de sabiá! Uma vez, ele me catou pelas orelhas, lá no fundo porque eu tava cheirando cola lá no fundo, (...) Depois que eu saí da rua eu nunca mais vi o tio Gil, só vi a tia Edina Maria. Eu chego perto da Edina Maria, meu carinho por ela é o mesmo ... Foi ela ... que sempre apoiava nós na rua ... onde que nós ia ela tava atrás com a muletinha dela ... Nunca deixava nós abandonado o que ela podia fazer por nós ela fazia ... ! Ela só não fazia se nós não queresse mesmo

A presença da Edina e o seu modo de agir junto às crianças e adolescentes abrigados demonstram o respeito à pessoa presente em cada um, acreditando que, para o desenvolvimento pessoal e social, é necessária a existência de oportunidade para a manifestação dos potenciais de cada um. O respeito é demonstrado, inclusive quanto à tomada de decisão de cada um deles: “Ela só não fazia se nós não queresse mesmo...”

Continua Ester:

Vários serviços que tive, foi ela que arrumou ... da JK, foi ela que arrumou ... do cemitério São Pedro, foi ela que arrumou. Já perdi várias oportunidades de trabalho por causa de bobeira minha ... Para mexer com coroa de flor, foi ela que arrumou pra mim ... O que ela pudesse ajudar nós, ela ajudava! Era só se a gente não queria mesmo mas todos que já passou na mão dela não pode reclamar que não trabalhou todos trabalhou.

Essa colocação traz uma reflexão importante relacionada à oportunidade correspondida ou não. As oportunidades presentes na vida de Ester, no decorrer do tempo, fizeram-na refletir sobre si mesma e sua relação com o mundo ao seu redor.

Pergunto se tem motivações para não voltar às ruas.

Eu não tenho nenhuma motivação, eu não tenho nenhum pingo de vontade... Porque... a rua não tem nenhuma serventia. O que eu passei na rua, não quero passar de novo e não quero para meus filhos isso... Até hoje, eu falo para meus filhos, desde pequeno, o que eu sofri ... Eu não quero que eles sofra, eu não quero que eles mexam nas coisas dos outros. Porque, ... as coisas dos outros, não é da gente. Porque eu já fiz isso! E pretendo falar até o último dia de minha vida. Porque... eu não quero a mesma coisa pra eles. Porque ... eu não quero que eles passe o que eu passei, eu não quero o mesmo futuro. Eu não quero a mesma coisa que nem eu passei com minha família. Eu não quero que eles passem comigo..... se um dia eles forem embora, eles vão pela própria vontade. Mas com as suas mulher. Mas...ir pra rua, passar o que eu passei, eu não vou admitir isso nunca. Eu faço isso por eles porque.....eu sinto como um exemplo pra eles. Eu quero ser um exemplo pra eles, o que foi comigo. Eu não quero a mesma coisa dentro da minha família. Então.... eu quero continuar passando para eles desde pequeno, pra eles não ...não fazer o que eu fiz. Porque passar pelas mãos dos outros, apanhar de polícia e entrar dentro de uma cadeia não é fácil.

Ester explicita sua resiliência ao superar a condição de vulnerabilidade nas ruas e por desejar um futuro diferente aos filhos, um contexto social melhor. Na incorporação de valores pessoais e sociais, quer fazer de seus filhos, cidadãos. Sente-se exemplo de vida, de luta, de resistência e de superação.

Ester procura explicar o que significa estar numa Cadeia:

É muito difícil você conviver com presos gritando a noite inteira na sua cabeça. Você tem que aprender a respeitar um preso a noite inteira, porque ... se não respeita é zoadado a noite inteira. Você vai comer, eles ta jogando aqueles pote de merda dentro da sua cela, então não é a mesma coisa ... Na sua cama, na tua casa, você come, come com respeito. Dentro da cadeia, não, você come a mesma coisa que estiver comendo na rua. E melhor você comer um pão jogado no lixo, do que comer com tudo aquilo jogado no meio do corredor, dentro da cela. Então, é difícil pra quem passa por dentro da cadeia.

Outras situações de violência são agregadas à trajetória, além das vivenciadas na família, ficando também expostos em outros meios sociais – rua, cadeia - em detrimento do desenvolvimento pessoal e social saudável.

Pergunto a Ester o que ganhou com a saída da rua.

Ahhh, eu?! O que que eu ganhei....?! Acho que foi o presente melhor que ganhei, foi ter minha liberdade de volta! Ter minha vida de volta.

Fala com muita satisfação.

....ter minha saúde, ter minha recuperação de volta sem sem ter uma vontade de usar uma droga, foi a melhor coisa que já aconteceu em minha vida! Foi a melhor coisa mesmo! O presente de Deus foimeu marido, que eu já conhecia ele há muito tempo, que eu abandonei ele por causa da rua..... e ele me esperou até hoje. Ele sabia que uma vez eu ia conseguir sair dessa vida. Direto ele passava... ele sempre me xingava Mas não, eu acho, que a primeira mulher dele foi eu e.... até hoje eu estou com ele, graças a Deus!eu não imaginava assim que ia chegar, de lá da fazenda e ia encontrar ele me esperando ainda pra mim ele ... Ele só andava atrás de mim porqueeu andava na rua, ele não admitia porque eu andava nessa vadiagem. Então, uma vez ele....pediu minha mão em namoro do jeito certo e do jeito que eu era, eu abandonei ele. E fugi de novo pra rua.

Alguns aspectos são ressaltados por Ester como condição de vida e liberdade, como bem-estar pela abstinência voluntária do consumo de drogas - o reencontro e convivência com a pessoa amada.

Dá um sorriso de molecagem e começa a relatar a relação com seu amado e a e a idealização de um projeto de vida:

E.....quando eu tava em Curitiba, eu direto pensavaaí eu fui descobrir que eu gostava dele! Eu achava que do jeito que eu fazia com ele era a mesma coisa que eu fazia com os meninos, que nem eu fazia... Mas....eu nunca imaginava que eu gostava dele, foi... foi a melhor descoberta que tive quando eu tava em Curitiba. Descobri mesmo que gostava dele. Eu direto mandava carta, mas ele não respondia, de raiva, porque eu abandonava ele direto. A Edina Maria tinha que mandar as cartas pra ele, porque eu só tinha o endereço da Edina Maria.... Mas eu nunca imaginava que eu chegava assim... Que se eu sásse da recuperação, ia encontrar ele do jeito que estava, eu ia ficar com ele de novo e ia ter meus próprios filhos com ele. Nunca eu tive....eu nunca pensava que isso ia acontecer comigo Mas melhor presente que eu tive foi uma pessoa que eu

Sua voz mal consegue ser ouvida quando fala:

Acabei descobrindo que eu sempre amava . Foi a melhor coisa que aconteceu em minha vida e até hoje eu não me arrependo ...não me arrependo e nunca me arrependi....! Ele é uma pessoa muito boa pra mim, trabalha quando tem condições. Quando não tem, fica em casa, e assim veve o que pode dar pros meus filhos, ele dá..... É a maior felicidade que tenho....

Ester demonstra como é bom sentir-se amada e retribuir tal afeto na convivência familiar. Demonstra alegria quanto à sua realização pessoal por ter constituído uma família, que tem como base a proteção e cuidado de seus membros, superando o modelo familiar vivido.

Seu choro sai pelo canto dos olhos, demonstra felicidade.

Pergunto o que perdeu com a saída da rua.

Eu não perdi nada! Porque.... na rua, na mesma hora que você tem amigo, na mesma hora você não tem. Porque, amizade sua é quando você tá aqui. Mas, quando você tá lá dentro, você não tem amigo. Porque amigo, que é amigo te ajuda quando você ta na rua e quando você tá lá dentro.... Então, eu...eu sempre me senti sozinha.....a minha amizade, era amizadeEntão, quando eu tava na rua, eu nunca fui de ficar muito junto. Sempre fui de andar mais separada. Então ... na rua, eles nunca me ajudaram e quando eu tava na cadeia, eles nunca me ajudaram Eu não me sinto nenhuma dessas partes... O que que eu não esperava aconteceu, acabou acontecendo, eu sair dessa vida.

Sua colocação, neste momento, é um tanto ambivalente, conflitando com o colocado anteriormente, em relação à amizade e solidariedade com o grupo da rua. Aponta que na rua também chegou a sentir-se sozinha.

Pergunto a Ester o que gostaria para sua vida.

O que eu gostaria pra minha vida.....?! Eu já tenho tudo que é meus filhos, meu marido. E... meu sonho mesmo é deque eu tenho é de entrar na sociedade... porque eu acho que ainda eu não terminei o meu trabalho. Eu tenho que ... arrumar um serviço pra mim, mostrar o meu....meu serviço que eu tive lá dentro. Eu tenho que mostrar aqui fora agora.... o meu trabalho não está bem preparado, porque eu já passei por vários testes, mas os testes de passar pela casa dos outros ainda não.... Já entrei em várias casas mais.....comum....Eu quero um teste pra mim pro ano inteiro, pelo resto da vida, falta a única coisa.... Então, eu tenho que ver a minha confiança! A confiança dos outros em mim, porquea confiança da minha família já chega! A confiança das outras pessoas de fora já chega! Eu quero a confiança dos outros que eu conheço.... Porque, às vezes, você fala: ah, eu quero um serviço. A pessoa que você conhece não tem capacidade de dar porque já conhece a sua vidae porque eu não tenho coragem de contar a minha vida pros outros?!, vai pedir um serviço pros outros com essa vida que você tem, a gente não consegue, porque essa vida da rua é miserável. Por causa disso.....porque por mais que você sai de um lugar recuperado, nenhuma pessoa tem confiança em você..... Então, os bicos que eu faço é aqui mesmo. Mas é duro ter confiança, de vez eu quando eu passo e lavo roupa.

Ter um histórico de passagem pela rua, cadeia, Abrigo, serviço de tratamento à drogadição, é ter vivenciado uma deslocalização social. Na sociedade, uma pessoa com tal histórico pode ser interpretada como incapaz, o que provoca descrédito e limite à perspectiva de ascensão social.

Ester conseguiu conquistar vários aspectos em sua vida: a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas, a abstinência com relação à utilização de substâncias psico-ativas, a incorporação de valores pessoais e sociais, a constituição de uma família, porém ainda sente a necessidade de um emprego.

Segundo Paugam (2003), a atividade profissional garante, ao mesmo tempo, uma segurança material e financeira, relações sociais, uma organização do tempo e do espaço. Para os jovens, representa a conquista do status de adulto, portanto, de homem e de mulher.

A questão do emprego, para Ester, envia à sua auto-afirmação. Enquanto cidadã, parece ser o atestado/reconhecimento de sua capacidade, honestidade e reconhecimento pela sociedade como também o selo de sua superação de vulnerabilidade nas ruas.

Pergunto se confia em si mesma.

Graças a Deus eu confio em mim! Porque muitas casas eu roubei aqui mesmo. Uma delas é o mercado. Que foi o mercado do Mario Português. Eu acho que foi o primeiro voto de confiança! Porque foi ela mesmo que me pegou roubando. Acho que a única pessoa que me deu um voto de confiança, por enquanto

O sentimento de estigmatização gera sentimento de desvalorização, rejeição, insegurança em relação a como os outros a identificam e o que pensam a seu respeito. É a expressão da dificuldade de afirmação de identidade, demarcada pelos prejuízos acumulados durante sua trajetória de vida. À 'pessoa de rua' associa-se a marginalidade, o cometimento de delitos, entre outros adjetivos que denigrem. A superação de associação de tal identidade é garantida pelo reconhecimento social.

Volta a chorar.

Foi ela (a dona do supermercado), porque eu nunca pensava que ela ia ter coragem de me chamar pra ir na casa dela lavar roupa para ela, por eu lá dentro. Deixar meus filhos entrarem lá dentro. Porque da mesma forma que ela não confiava em mim, quando eu roubei o mercado dela, ela não teria a confiança dos meus filhos. Direto eu ajudo ela, ela paga o que ela tem que pagar. Não é muito mais já ajuda. Vinte real hoje, já é bastante! Porque é a primeira pessoa que confiou em mim até agora. De vez em quando eu vou para a Paula, que é a filha dela, que casou faz pouco tempo. Então, eu vou fazendo por aqui mesmo até acontecer o que tem que acontecer.

Ester alimenta a esperança de ter direito a um futuro, de pertencer a uma comunidade e sociedade, de se vincular. Ela simplesmente deseja poder participar da vida econômica e social e, conseqüentemente, beneficiar-se das vantagens de ter um emprego efetivo. Ter renda lhe permite subir algum degrau na escala da hierarquia social.

Demonstrou também a coragem de navegar "por mares nunca dantes navegados", de abrir caminhos com os próprios pés, reagindo a toda privação que permeou sua vida no decorrer do tempo.

A decisão de Ester em retornar ao distrito rural onde sua família vivia

e ali constituir a sua própria família parece desejar a afirmação de pertencimento, de localização territorial, de luta por condições de dignidade a todos seus entes.

4.3.5 A história de Rute

Rute tem, atualmente, 27 anos, é casada, tem dois filhos, dois meninos. Estudou até a segunda série do primeiro grau. Trabalha como empregada doméstica, de segunda a sábado. Quando não está trabalhando, cuida dos filhos, do marido e da casa. É evangélica praticante.

A entrevista foi realizada em sua residência, numa tarde de domingo, do mês de agosto de 2005. Rute estabeleceu o dia e horário da entrevista para que não houvesse prejuízo quanto às atividades que realiza: trabalho, cuidado com a família, casa, compromisso com a Igreja. Quando cheguei à sua residência, localizada na região Sul da cidade, já estava me aguardando, com a casa organizada e limpa, o varal cheio de roupas lavadas e cheirosas.

Rute é extrovertida, alegre, do tipo “de bem com a vida”. Apresenta grande desenvoltura para se comunicar, a entrevista fluiu com muita naturalidade e descontração. A espiritualidade é um mote que anima não só sua relação com Deus, mas com as pessoas de sua família e de sua comunidade, enfim na relação com a vida.

A família de Rute, ao vir do campo para a cidade, sofreu com a adaptação, sendo que as crianças e jovens tiveram contato precoce com as drogas, o que teve grande influência para a desestabilização da família. Seus parentes, principalmente os irmãos e sobrinhos, chegaram a situações críticas na vida nas ruas, alguns faleceram devido ao envolvimento com as drogas e com atos infracionais, outros permanecem nas ruas até o atual momento e, outros, já adultos, foram institucionalizados em decorrência do alto comprometimento com substâncias psicoativas. Diante de tal realidade, Rute saiu de casa para a rua aos doze anos, permanecendo toda a adolescência entre a rua e o Abrigo.

Solicito a Rute que conte sua história de vida.

Dá uma grande gargalhada!

A minha história de vida? Pra mim contar agora do presente ou do passado?

Respondo que poderá começar como quiser.

O que eu falo?! Ah! Eu tenho vergonha de falar... .mas hoje eu tenho orgulho da minha vida, né! Minha história é... que eu sou de uma família pobre, bem pobrezinha. Meu nome é Rute, sou casada agora, tenho dois filhos, um filho chama Lucas e o outro, Tiago, e meu marido chama Pedro, Pedro Henrique. Nasci em Maringá, Santa Casa de Maringá no dia 20 do 10 de 78. (...) não lembro o porquê que meu pai veio pra cá, pra Londrina... Meu pai gostava muito de mudar, gostava de sítio, de viver em chácara, e eu acho que foi isso que fez ele vir pra cá, pra Londrina.. porque assim que eu nasci lá, eu já vim embora pra cá, aí eu fui criada aqui... A gente teve uma chácara e depois.....não deu certo, fomos morar no sítio de novo, deixamos nossa mãe pra trás, depois nós voltamos de novo, assim quando meus irmãos eram todos vivos, né. (...)Nóis viemos para Londrina, ficava um tempo aqui, um ano às vezes. Vichi! Nóis moremos em um monte de lugar... Nós moremos lá no Shangri-lá, ...perto do Atacadão, nós moremos ali, não sei se você se lembra que ali tinha um predinho que era abandonado... antigamente, nós veio pra cá... eu tinha sete anos quando vim para o Novo Perobal. Viemos todos.

Rute retrata bem o processo de êxodo vivenciado pela sua família. A migração coletiva de milhões de pessoas no mundo nos lembra que o Êxodo continua atual. Todo ser humano que sai de sua pátria e migra para outro país ou região está em êxodo, ou seja, busca melhores condições de vida e liberdade. Êxodo, na concepção teológica, é apresentado como a esperança de libertação social e política. Complementando, o teólogo Gutiérrez acrescenta que a "lição do Êxodo" é, antes de tudo, a "construção do homem por si mesmo na luta política histórica". O povo não se conforma com a situação de falta de dignidade e opressão e sai em busca de vida nova, alimentada pela utopia de encontrá-la num novo território. Ocorre que, quando tal busca não se concretiza, o caminho para a marginalidade social pode se abrir.

Rute prossegue:

Então, quando meus irmãos era cinco, meu pai era vivo né... Voltando para trás na história do pai.: Quando meu pai era vivo, nós tudo era unido! Aí, depois, meu pai faleceu e minha mãe tinha muitos filhos... meus irmãos, já no começo, usava drogas escondido do meu pai, né..., meu pai tentando controlar eles, mas não teve como... Aí, como que meu pai faleceu, a família foi tudo desunida,.... Cada um foi para um canto, meus irmãos foram para rua, morar na rua, né, abandonemos nossa família que é a nossa mãe. Eu tava na escola, minha irmã me tirou da escola quando eu passei para terceira série.... eu fiz só o segundo ano. Aí, a gente...sei lá, alguma coisa assim.... aconteceu... Assim, um.... eu posso dizer assim... na minha linguagem evangélica, uma maldição de família, porque eu creio que foi uma maldição que jogaram em minha família. Sei lá o que aconteceu que cada um caçou o seu destino, e os destinos que nós cassemos não foi nada pra melhor, foi só pra pior, porque eu perdi meus irmãos na rua, meus irmãos morou tudinho na rua, perdi eles tudo. Porque era tudo viciado em drogas, e eu também fui viciada em drogas, né.. .depois eu fui pra rua, morar na rua. Eu fui pra rua eu acho que tinha, uns...doze anos, quando eu fui morar na rua...tinha doze anos... E aí, quando a gente está na rua... A gente não liga pra vida, né.... .Que nem vocês mesmo viam, né, ninguém ligava pra vida, ligava pra tomar banho, não ligava pra comer, pra nada.

O meio rural oferecia certa tranqüilidade, a vivência na cidade apresenta uma simbologia e atrativos que provocam rompimento e conservação de alguns valores e referências na família de Rute.

Rute ressalta, em sua primeira referência à família, que a união se fazia presente, pois todos estavam unidos. Ocorre que os laços começaram a se esgarçar a partir de abalos internos como o falecimento do pai, a dificuldade da mãe em manter a coesão familiar e, provavelmente, a manutenção material da família e, ainda, pelas interferências externas, representadas pelo consumo e dependência de substâncias psico-ativas, a busca da alternativa na rua, a evasão escolar. E, dessa forma, Rute interpreta todos esses acontecimentos que interferem na dinâmica familiar, associando-os a questões místicas e divinas, a uma outra instância da vida, o sobrenatural, quando diz que acredita que uma maldição tomou conta da família.

As perdas vão se somando e se sobrepondo, apresentando-se como dificultadoras de encontrar um modo (saudável) de viver. Perda do território, do espaço familiar, do trabalho, da comunidade, da raiz, caracterizando-se como um processo seqüencial de perdas sucessivas.

Rute, em sua referência à família, confirma as colocações de

Acosta; Vitaler (2005), que afirmam que no mundo simbólico dos pobres, a família tem precedência sobre os indivíduos, e a vulnerabilidade de um de seus membros implica enfraquecer o grupo como um todo.

Continua:

Meus irmãos, um você conhece, né, que é o finado Tito, que morou na rua..e... o finado Tito. O Robson, o Fú, que os meninos colocaram o apelido nele de Oreia Seca, depois era Jamanta.....ele morreu lá no João Turquino. O finado Tito morreu no Igapó...e...o agora o meu sobrinho Fabrício, que ele morreu já vai fazer quatro anos, que ele morreu....que mataram ele, ali nos pé de manga, né... Ali em cima.

Castel (1998) coloca que os marginalizados vivem como se tivessem deixado de habitar este mundo. Pergunta o autor os motivos que teriam levado a tal condição. Ele mesmo identifica as respostas através de estudos realizados – a miséria dos casais; famílias destruídas; mulheres abandonadas; viúvas. É como estar sem “fé nem lei”, isto é, sem o sentido de pertencimento social. Nas colocações de Rute, embora relate as mortes ocorridas como consequência natural do modo de vida, elas são perdas brutais, trata-se de uma condição de barbárie, que soma as ausências, tanto objetivas como subjetivas de condições de vida, associadas ao uso, abuso e tráfico de drogas. Cabe ressaltar que a insuficiência de serviços públicos eficientes também se configura em violência perpetrada pelo Estado contra a população (ZALUAR, 2004).

Após um breve silêncio, como que em respeito às vidas ceifadas dos membros de sua família, Rute continua, dá uma longa gargalhada, quando começa a falar da fase de vida nas ruas. Passa do histórico da vida da família a contar sobre ela própria.

Então, só vivia aquela loucura besta! Loucura de paranóia mesmo, que não tinha nada a ver. Mas aí, graças a Deus, Deus abençoou a minha vida, né. Deus me deu um filho, que eu gosto muito do meu filho, amo muito ele, que é uma coisa muito importante na minha vida. Depois assim, eu sofri muito nas drogas, sofri muito nas drogas, eu fui espancada na rua, até mesmo por polícia por moradores... Assim, por comerciantes também..., tanto também nós apanhava como também nós judiava, né! Porque as pessoas de rua é triste, né?! Deus o livre!

Rute expõe o sofrimento diante da violência – drogas e espaçamento nas ruas. O uso e abuso de substâncias psico-ativas trouxeram marcas na sua vida. Segundo Zaluar (2004), a droga hoje se associa a uma cultura de valorização do dinheiro, do poder, da violência e do consumismo. Seu comércio, como alhures, tornou-se uma enorme fonte de lucros altos e rápidos (Fonseca, 1992); Salama, 1993) e de violência. A demanda, que garante os altos lucros do empreendimento, é decorrência de mudanças no estilo de vida e nas concepções do trabalho, do sofrimento e do futuro. Depois da II Guerra Mundial, o hedonismo colocou o prazer e o lazer à frente das preocupações humanas. O jogo, as drogas, a diversão tornaram-se o objetivo mais importante para muitos setores da população, especialmente os mais jovens.

Rute parece sentir que a maldição termina, uma vez que Deus a abençoou com um filho.

Novas gargalhadas. Continua:

É que ninguém ligava pra nada, não ligava pra nada! (...) Só que graças a Deus, que chegou um dia, que Deus colocou um basta em minha vida, né... Porque eu via acontecendo tanta coisa, tanta coisa, amigos morrendo na rua, que nem nós perdemos muitos amigos na rua, o finado Neguinho Doido, perdemos bastante amigas na rua. Então, eu fui vendo aquilo, fui vendo e eu falava pra Deus que aquilo não era vida pra mim... que eu queria mudar de vida. Mas como eu já tava dependente das coisas, que eu tava dependente das drogas, então, eu não tinha forças sozinha, eu não tinha forças... Por mais que eu não tinha forças, eu buscava Deus. Eu buscava Deus na hora da loucura, eu buscava Deus e falava: Senhor, tenha misericórdia de mim, eu não quero viver essa vida. Eu quero mudar de vida, eu quero cuidar dos meus filhos... que já que eu tenho dois filhos, eu tenho que cuidar, né?!

Os dois filhos de Rute nasceram quando ainda permanecia nas ruas, são frutos do relacionamento com um jovem do grupo da rua. Rute continua:

E foi aí que eu perdi meus dois, perdi meus dois filhos no Lar, que graças a Deus esse, o Lucas, que mora comigo, Deus fez com que eu conseguisse ele de novo. Mas... o outro, como não era registrado no meu nome e era muito novinho, o juiz tomou de mim e deu para uma família que eu nem conheço....que é o Tiago, ele vai fazer 8 anos agora em janeiro, dia 16 de janeiro ele faz 8 anos. Então, esse aí, eu só vi ele até quando ele tinha três meses, depois dos três meses, eu nunca mais vi ele... Aí, então, tudo isso daí ficava gravado na gente, porque a gente é ser humano... O erro... a vida trás... vários processos pra gente passar... Porque muitos passam por problemas de saúde, por desemprego... Porque tudo na vida a gente tem que passar por um processo, porque ninguém é perfeito na vida, porque somente perfeito é Deus!

Diante de todas as perdas que Rute retrata na sua trajetória de

permanência nas ruas, a perda do direito à convivência com o filho pode ser considerada como o ápice da condição de desfiliação (CASTEL, 1998), na sua condenação pela impossibilidade de administrar sua vida e a de seus filhos. O relato de Rute propõe a todos aqueles responsáveis pela operacionalização do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente uma reflexão, pois ao se buscar garantir o direito da criança a uma vida digna, fora das ruas, destituindo o poder familiar da mãe, que se encontra em tal condição de vulnerabilidade, essa atitude pode-se configurar num descrédito de que os genitores possam superar tal condição, optando por um novo modo de viver que lhes garanta o direito de exercer o papel de protetor e cuidador de seus filhos. É o que Rute provou com a superação de tal condição de vulnerabilidade nas ruas.

Como citado em capítulo anterior, consideramos pertinente retomar a colocação de Castel quando afirma que condenar vagabundos é a via mais curta entre duas impossibilidades: a de suportar uma situação e a de superá-la. A condenação resolve este dilema simplesmente eliminando-o.

Rute ainda continua a relatar sobre a sua permanência nas ruas. A jovem foi atendida pelo serviço de abordagem e de Abrigo municipal através de suas unidades de atendimento.

Então..., eu...peguei, comecei assim, participar de projetos. Assim como vocês mesmo cuidou da gente nos projetos, nos Abrigos, muitas pessoas carinhosas com nós, dedicadas, o seu carinho pra nós. Mas, muitas vezes, naquele momento, a gente não enxergava o carinho que as pessoas queriam dar pra gente, né?! Porque ... a gente quando é menor... só tem minhoca na cabeça, não pensa nada... Depois vai começando a ter filhos, começa a aumentar a idade...Aí começa a ficar mais assim. Aí, então chegou um dia que eu lutei, lutei, lutei! Porque já estava viciada em todos tipos de drogas. Aí lutei pedindo a Deus, comecei a freqüentar a Igreja, não evangélica ainda. Aí comecei a freqüentar a Igreja...

A rapidez das mudanças na organização familiar, nas relações sexuais, nos valores que faziam do trabalho a referência mais importante para amplas camadas da população, agregados os valores associados ao consumo, principalmente o consumo de “estilo” mais caro e menos familiar (ZALUAR, 2004), provoca nos jovens em condição de pobreza maior exposição à vulnerabilidade e suscetibilidade a riscos. Quando Rute fala do momento em que “só tinha minhoca na

cabeça”, talvez esteja se referindo à busca desenfreada pelo consumo e prazer, período da vida de seus irmãos, que sofreram um custo elevado, sendo sacrificado a própria vida sendo assassinados. Estes jovens que morreram tinham direito a atendimento especial e especializado, a uma sociabilidade positiva que favorece condições de participação na vida em sociedade. É importante salientar que o comprometimento com as drogas está relacionado a processos sociais mais difusos como, por exemplo, o tráfico de drogas. Rute parece associar a perda dos irmãos a uma maldição da qual associa ter se libertado pela conversão e por ter gerado filhos.

Em relação ao Abrigo, o carinho e aconhego, necessariamente não têm efeito imediato ou não foi suficiente para que Rute deixasse as ruas. Segundo ela, o caminho mais eficaz foi o repúdio às drogas, e para ela está associado a uma ação divina.

E assim, o Senhor começou a trabalhar na minha vida. Aí, o Senhor começou a trabalhar na minha vida, eu comecei a pegar nojo de drogas, porque nada me fez pegar nojo de drogas, então foi somente Deus mesmo que me libertou e depois que eu passei pra Igreja eu perdi 3 irmãos.... Quem sabe se não era pra entre esses três, estar eu no meio?! Graças a Deus que o Senhor é maravilhoso, tão bom que estendeu as mãos pra mim e me tirou eu dessa. E eu agradeço muito a Deus, porque primeiramente a gente tem que agradecer a Deus, né?! Agradecer muito a Deus, porque só Ele tem esses poder pra fazer isso na vida da gente.... E, assim, eu comecei a ir na Igreja, comecei firme na Igreja, batizei na Igreja vai fazer 6 anos, no dia 19 de dezembro vai fazer 6 anos que eu tô na Igreja, que fui batizada... Aí, eu comecei a freqüentar a Igreja, o Senhor trabalhando, trabalhando na minha vida, graças a Deus, consegui pegar meu filho de novo... que é o Lucas. Assim, Deus preparou um namoro pra mim, com uma pessoa que é evangélica, e eu comecei a namorar, a namorar, aí namoramos 3 ano, um a três meses... A gente pegamos e fomos morar juntos.... fomos morar juntos, que é o pai dessa menininha aqui ... Graças a Deus, Deus tem abençoado muito a minha vida. E eu, hoje, eu me sinto uma outra pessoa e que muitas vezes eu comento com meu marido dentro de casa, eu falo: Nossa, eu nunca fiz tanta coisa que nem eu hoje eu tô vivendo... Pois eu falo assim: Se eu soubesse que estar na presença de Deus era tão bom assim, acho que eu nunca queria estar na vida que eu passei, porque eu passei uma vida verdadeiramente... Olha, diabólica! Porque... só vocês mesmos sabiam o que a gente vivia, 24 horas com a mente... Deus o livre! Só por Deus! E, então, graças a Deus, que nem assim a gente... tem uma vida normal. Por exemplo, eu chego para o meu marido, eu falo, converso com ele, eu se abro com ele e tudo. Então, eu nunca tive estas oportunidades, porque a minha família só vivia louca, louca! Então, não tinha nada para desfrutar daquela vida.

Para Rute, a espiritualidade gerou um diálogo com Deus através da religião. Tornou-se uma grande força em sua vida, podemos dizer que é sua fortaleza. Ao cuidar do espírito, cuidou dos valores que dão rumo à nossa vida e das significações que geram esperança com relação ao futuro. Rute confirma, com a própria vida, o estudo realizado em capítulo anterior sobre resiliência, no qual identificamos que a resiliência está associada ao desenvolvimento de um conjunto de características pessoais que se forma a partir das experiências vividas e interpretadas de maneira singular, atribuindo-se significado às vicissitudes a que somos confrontados durante a vida. Para a pessoa resiliente, a emoção e o sentimento assumem uma importância vital.

Rute tem a crença de que o reino de Deus pode se fazer presente aqui na Terra, na medida em que existam condições objetivas e subjetivas para a sua existência, como o reconhecimento das pessoas enquanto seres humanos que devem viver com dignidade, e a preservação do vínculo alimentado pela afetividade. O sentido de pertencimento ao espaço físico e comunitário tornou-se, para ela, elemento fundamental para a concretização deste reino.

Assim, a espiritualidade, sustentada pela religião, pode ser um fator de proteção que contribuiu para a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas. Nela, Rute encontrou aconchego necessário para seus sofrimentos, sua vida adquiriu um sentido, não que tenha conseguido identificar as causas e explicações para as adversidades pelas quais passou desde a infância, mas encontrou suporte necessário para o fortalecimento de sua auto-confiança. Costa (1999) acrescenta que religião quer dizer algo que re-liga, ou seja, que liga todas as dimensões do humano – relação de cada um consigo próprio, com a natureza, com os outros e com o transcendente – na articulação de um sentido novo e abrangente capaz de desejar que a construção de uma vida digna seja para todos.

Rute consegue olhar para sua história e avaliar que, muito do que viveu, não era um pré-determinismo, ao afirmar que aquela vida não era “normal”. A indiferença existente no cotidiano familiar foi atitude que a marcou, podemos dizer que apenas coabitavam. Sua família lembra a colocação de Costa (2000) quando diz que em famílias assim, fala-se, porém não se compreende ou se pensa que não se pode compreender e que nada se pode fazer pelos demais. Já não há desejo de comunicar-se.

Pergunto do Abrigo, o que a fazia permanecer no Abrigo.

Ahhhh, lá era gostoso, né?! O que fazia?! ... várias coisas. Que lá, a gente tinha a onde dormir... Lá a gente tinha onde dormir porque na minha casa, não que eu estou só falando mal da minha família, que na minha casa eu não tinha paz. Que nem o meu marido fala pra mim hoje: Coitada, não tinha nem prazer para comer! Que ele tá de testemunha, porque quando eu chegava da Igreja, não tinha nem comida pra mim comer! Porque quem tava lá comia, quem não tava, não comia mais. Então, lá, a gente dormia, dormia bem, se alimentava muito bem, porque era o tempo do Cheida. E ele nos tratava muito bem! Ele nos tratava muito bem! O tempo da Márcia Lopes, você se lembra?!

Gargalhadas. Continua a falar sobre o Abrigo:

Eles nos tratava muito bem, com carinho. Olha, eu não tenho o que reclamar daquele homem não..... Porque a gente comia muito bem lá, era comida de fartura... Então... e assim, sei lá, tem vários tipos de coisas que o Abrigo apresentava de bom pra gente.... o que eles mais apresentava de bom pra gente, pra gente, assim, era mudar de vida. Assim eles tentavam ajudar a gente a sair daquela ruína, subir na vida. Oferecia vários cursos, só que ninguém ia. Ia o primeiro dia, não gostava das pessoas, não sei o que era, era uma paranóia que não ia com a cara das pessoas, aí já abandonava. Eles faziam de tudo, de tudo mesmo, de tudo!

O Abrigo representava conforto físico e acolhimento psicológico, humano e social. Rute fala com satisfação da “fartura” existente no Abrigo, condição esta a que nunca teve acesso, também destaca a possibilidade favorecida pelo Abrigo de mudança de vida, porém parecia viver uma ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que desejava mudar de vida, não correspondia às oportunidades oferecidas, pela desistência dos cursos nos quais estava inscrita. Fica a indagação se ocorria uma desmotivação pessoal, ou se os cursos oferecidos não eram atraentes, ou mesmo se correspondiam às expectativas dos adolescentes. Compreendemos, porém, que havia um compromisso de valorização das capacidades das crianças e adolescentes atendidos pelo serviço, sinalizado pela possibilidade de abertura para um novo modo de vida que se manifestava desde o afeto à oportunidade de capacitação e desenvolvimento pessoal e social. O acreditar no potencial existente no íntimo de cada um que busca superar a condição de

vulnerabilidade nas ruas se configurava um fator de proteção significativo à opção de um outro modo de viver. As ações sociais e educativas, quando estruturadas como vias inovadoras em que educadores e educandos conduzem o conhecimento sobre si mesmo, sobre as relações com o outro e com a sociedade, sobre o mundo do trabalho e sobre o próprio conhecimento, ganham novo sentido e significado.

Pergunto a Rute quem eram “eles” a quem se refere.

Assim, as pessoas que nem você. Elas, assim, que eram as pessoas, que eram nossas mães. Eram nossas mães! A tia Édina, né! Eu não falo muito do Gil não porque eu não gosto daquele homem.... A tia Édina, a tia Édina foi uma mãe pra nós! E tanto viu, ela lutou, ela lutou... Eu acho que ela tinha amor por nós. Eu creio que ela tinha, porque tudo que ela fazia pra nós era com carinho... Tinha vez que ela até chorava com nós, de ver nós naquela vida. Ela até chorava com nós, tadinha...! Ela era muito boa mesmo. Meu Deus, aquela mulher... Deus tem que abençoar muito a sua vida porque ela merece. E.... então, assim, as pessoas que dedicavam carinho, fazia comida com carinho pra dar pra nós.

Rute declara, através de palavras, o grau de compromisso de Édina com as crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas. Compara a educadora à mãe. O choro é a expressão do envolvimento e compromisso

O fazer-se presente na vida do outro favorece a vida ser penetrada pela vida de outras pessoas, isto faz a diferença, pois se deve ter disposição para aceitar os outros e, numa relação de troca, também ser aceito. O educador deve contribuir para que os educandos identifiquem e conquistem seus desejos e necessidades.

A transcendência dos aspectos rotineiros favorece para que a pessoa atendida pelo serviço perceba que a vida é bem pelo qual vale a pena lutar, e que, segundo Costa (2001), podemos nos reconciliar com ela a partir do encontro com outras vidas.

Pergunto o quê e quem vem à cabeça quando fala do Abrigo.

Sabe que nem sei,... Abrigo é uma coisa esquisita, né?! Porque Abrigo, assim... Abrigo é uma coisa estranha, por falar: Abrigo! Eu não tenho nem palavras pra falar sobre Abrigo. Abrigo, Abrigo, é pra pessoas que não têm famílias, que não tem ninguém por aquelas pessoas. Aí, eles pegam pra abrigar aquelas pessoas, né?!.

Rute faz uma distinção entre Abrigo para pessoas sem família e o Abrigo no qual passava períodos de curta e longa permanência. Parece que um é um lugar para ficar e o outro uma casa. Para ela o Abrigo tem sua lógica no desamparo total e involuntário por parte da família.

Pergunto se quando estava no Abrigo chegou a voltar para rua e por que voltava.

Um monte de vez. Por loucura, porque eu não tinha cérebro na cabeça

Risos. Pergunto o que a fazia permanecer no Abrigo.

O que era bom demais, era que a gente tinha apoio. Assim, tinha apoio, porque na rua, muitas vezes a gente não dormia. Porque a gente passava momento de tribulação de noite. Às vezes, você não sabe se está dormindo e chega alguém pra matar você. A polícia chegava batendo, espancando a gente. Depois, chegava lá com a cara de pau e falava que era mentira da gente. É ... então, lá, a gente tinha um Abrigo de verdade mesmo! Que nem a casa da gente... Vichi! O que eu tinha lá eu não tenho. Deus o livre! Lá era muito bom mesmo... E cada coisa que a gente ia. Ia pra passeio, piquenique. Era gostoso!

Para Rute, o serviço municipal responde ao papel de proteção, à medida que era referência às situações que as fragilizavam como a violência, a fome e oportunizava o acolhimento necessário e uma diversidade de atividades favoráveis ao desenvolvimento pessoal e social das crianças e adolescentes atendidos.

Rute reforça a inferência à casa ao se referir ao Abrigo quando diz: “Quem nem a casa da gente.”

Pergunto, ao pensar em sair da rua, o que a atraía na rua.

Ó, isso aí eu não sei explicar muito bem pra você, não. Mas, eu acho assim, porque quando você está assim seguro para o mundo, quando você não abre os olhos pra realidade, você vive só aquela vida. Só aquela vida lá que te pertence, você está lá naquela vida desgostosa, você acaba se aprofundando mais... O dia que você acorda da vida, aí você se arrepende de tudo que você passou.....porque se arrependo da vida que eu tive, eu se arrependo daquela vida, eu nunca mais desejo aquela vida pra mim. Misericórdia!

Rute refere-se à mudança de vida ou superação da permanência nas ruas e do consumo de drogas como um despertar mágico. Demonstra a

superação da condição de vulnerabilidade nas ruas ao afirmar, com convicção, que não sente mais desejo pela vida que viveu nas ruas. Rute encontrou motivações que a estimulam na vida que decidiu viver, como pode ser observado no relato abaixo.

Pergunto se tem motivos para não retornar à permanência nas ruas.

Primeiramente, é não abandonar a Deus! Porque não é Ele que abandona nós, é nós que vira as costas para Ele. A primeira coisa, primeiramente... porque eu tenho uma família, que eu amo minha família! E eu desejo ter um futuro mais melhor ainda, do que eu já tenho. Porque eu já vivo uma vida maravilhosa, pela vida que eu vivia, né?! Porque eu amo meu marido, amo meus filhos, amo minha família. Então, isso daí é uma coisa que a gente tem medo de perder. E se você conseguiu tudo isso, hoje você vai voltar pra trás?! Aí, não compensa, tem que ir pra frente, uai! Não é carro velho pra ir pra trás.

Gargalhadas!

Rute tem um jeito divertido e alegre de encarar a vida, sua devoção traz energia vital que a anima e que vivifica a crença nos valores e na ética da postura assumida no mundo. A vontade que tem de preservar o vínculo e a afetividade em sua família torna-se uma auto-proteção que também a ajuda no equilíbrio e desenvolvimento da convivência familiar.

Acosta e Vitaler (2005), utilizando-se de Espinosa, apontam que os afetos são espaços de vivência da ética, pois qualificam as ações e as relações humanas. O afeto nos ajuda a decidir se algo é bom ou não e que determinada ação deve ser evitada. Ele também aumenta ou diminui nossa potência de agir em prol de nossa necessidade de liberdade.

Outro fator preponderante é o desejo de constituir um projeto de vida. Ter uma família, amar seus filhos e ter o desejo de um futuro melhor são imprescindíveis para não querer o modelo de vida anterior. Segundo Serrão (1999), o projeto de vida é o caminho para realização de um sonho. Sem sonho, sem um forte desejo de querer-ser na sua base, o projeto de vida torna-se como uma construção sem alicerce.

Pergunto o que ganhou ao sair da rua.

Vichi, muitas coisas! Não tenho nem palavras, muitas coisas. Primeiramente, a saúde minha... Minha saúde, liberdade... Porque hoje eu não sou uma pessoa oprimida...Eu não sou. Sou uma pessoa feliz, sou uma pessoa feliz! Que nem eu já falei, também é pela minha família, porque se eu não amasse... Porque eu falo assim pro meu marido, que eu amo ele. Acho que eu nunca amei uma pessoa que nem eu amo ele. Porque caso, né, a gente tá tocando no passado, né....Eu já tive outro, mas eu não fui tão segura com o outro, como eu sou com ele. Então, no outro não existia amor. Nele já existe! Tem muitas vezes que nós briga, assim, mas eu tenho medo de perder ele.

Risos!

Rute encontrou razões para viver um outro modo de vida, valorizando alguns fatores vitais para a qualidade de vida. Boff (1999) contribui com a valorização destes aspectos ao dizer que a saúde não é um estado nem um ato existencial, mas uma atitude face às várias situações que podem ser doentias ou sãs. Saúde não é a ausência de danos, mas sim a força de viver com esses danos. Saúde é também saber acolher e amar a vida assim como se apresenta, alegre e trabalhosa, saudável e doentia. A liberdade é associada ao fim da opressão e ao amor da família. O amor e o companheirismo são identificados como fatores que facilitam a mudança de vida.

Ele ajudou muito eu, me ajudou muito porque, quando eu tava assim, começando ir para Igreja, aí vem as lutas e eu tentava, então, voltar para trás. Aí, ele sempre me ajudava. Graças a Deus! Ele sempre me dava conselhos bom, falava pra mim que não era pra eu voltar pra trás, porque a vida que eu passava. Minha sogra também, que ela é evangélica, sempre me ajudou, eu creio que sempre orou por mim! Então... não tenho nem palavras.

Risos.

Identificamos nesse trecho, o papel da família do marido na aceitação e acolhimento de Rute.

Esta jovem dá prova de que as profundas marcas vivenciadas podem ser superadas. Como ela mesma aponta, lutou para a superação da opressão em que vivia, não aceitando que esta se prolongasse. Na sua

determinação pela vida, descobre a importância do diálogo e do respeito ao outro como condições de desenvolvimento humano. A ação e a relação de troca são fortes potencializadoras da vida, conforme apontam os estudos de Acosta e Vitaler (2005). No encontro com os outros, abre-se a potencialidade e capacidade como força de conservação e de expansão da vida. É quando afetamos e somos afetados, tornando as relações e a existência humana um bem maior.

Pergunto qual o significado da liberdade para ela.

A liberdade?! Ah, eu tinha sim uma liberdade, que não era assim, liberdade... Uma liberdade fixa assim, na gente mesmo que nem você... A liberdade, que eu falo, é você não ter vício. Você não praticar mais aquelas coisas. Você não precisa ficar correndo, você não precisa ficar andando pra lá e pra cá. E agora não, eu tenho minha casa. Se eu quiser dormir, eu durmo. A hora que eu quero, tomar banho, eu tomo. Na hora que eu quero... se eu quiser comer, eu como, na hora que eu quero. E, graças a Deus, Deus nunca deixou faltar comida dentro da minha casa....e....é assim... Ter amizades diferentes, que as amizades que o mundo assim oferece, amizades de drogados... Eu vou dizer pra você que eu não tenho essas amizades, eu tenho mais, que eu não pratico essas coisas e não me envolvo juntos,.... Eu moro aqui faz dezoito anos, praticamente cresci aqui, cresci porque eu vim pra cá eu tinha sete anos neste lugar.... Então, eu tenho muitas amizades, mas só que assim, as amizades que eu quero dizer ... pessoas, que têm famílias honestas, né...Se você é daquele jeito, nunca que as pessoas vão querer ter amizades com você....

Rute destaca um fator de conquista importante na superação da condição de vulnerabilidade nas ruas, a independência. A liberdade é associada a “não ter vício”, ou seja, não ter uma relação de dependência. Também, é apontada como uma condição de exercer o direito sobre sua própria vida em condições de dignidade.

Para Rute, a beleza do sentido da vida está na conquista de sua própria vida, transcendendo toda sua resiliência, ao utilizar tudo o que viveu e vive para o seu próprio crescimento, não estando mais sob a responsabilidade de terceiros o seu futuro, nem de seus familiares, amigos ou educadores, mas de si mesma.

Pergunto o que perdeu ao sair da rua.

O que eu perdi? Eu não perdi nada! Só ganhei, não perdi nada.
Risos.

Pergunto o que gostaria para sua vida neste momento.

O que eu gostaria... ?! Vou falar para você a verdade....o que eu mais gostaria era um emprego. Deus me deu! Agora, o que eu mais desejo na minha vida mesmo é construir a minha casa. Construir a minha casa e ter meus móveis... Ah! e ficar firme na presença de Deus!.

Na sociedade em que vivemos, o trabalho continua sendo um valor e referência importantes, pois é instrumento essencial à sobrevivência e ao consumo. Através dele, muitas das idealizações, sonhos e necessidades podem se concretizar, além disso, o trabalho também favorece o fortalecimento da autoconfiança e sociabilidade.

Rute destaca, com orgulho, sua condição de estar empregada o que parece garantir-lhe a afirmação de sua identidade, vitalidade e capacidade.

Rute parece auto-realizar-se à medida que se empenha em lutar pela felicidade, sentindo-se feliz. Complementando, Costa (2000) afirma ser o encontro do ser e o querer-ser que invadem a vida, penetrando os recônditos da estrutura física, psíquica e espiritual.

A sociedade impõe necessidades sempre novas, interferindo diretamente naquilo que desejamos para nossa vida, porém no encontro do nosso ser com o nosso querer ser, fazemos nossas opções. Rute, no decorrer de sua história de vida, mostra-nos que a felicidade se concretiza no dia-a-dia, nos pequenos e nobres gestos, no encontro com a dignidade, na conquista de necessidades. Tudo isso alimentado pela crença em um projeto de vida, tendo a fé como elemento propulsor da esperança, da luta e do próprio desejo de uma vida digna.

4.4 AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES A PARTIR DA HISTÓRIA DOS ADOLESCENTES

Ao finalizar as análises, fizemos algumas aproximações, sem sobrepô-las à riqueza das falas já apresentadas pelas histórias. Alguns fatores puderam ser identificados como preponderantes no processo que estudamos, tanto na motivação de ir para a rua, quanto o retorno ao convívio familiar.

a) O desamparo/ausência familiar na construção de sua história.

A família é o primeiro âmbito do convívio humano. Nascermos numa família, porém, é necessário que esta nos adote. Isso mesmo, não basta a procriação, se afetivamente somos negados. Segundo Woortmann (1987), a relação entre pais e filhos constitui o único grupo em que as obrigações são dadas, que não se escolhem. As outras relações podem ser seletivas, dependendo de como se estabeleçam as obrigações mútuas dentro da rede de sociabilidade (apud ACOSTA E VITALE, 2005, p. 32).

Os entrevistados manifestam o sentimento por tal fragilidade afetiva. A inadequação das relações interpessoais que elaboram, referente aos pais e cuidadores, a ausência de aconchego e manifestação de violência, pela falta de satisfação de suas necessidades pessoais, a ausência do convívio familiar fragilizam os jovens entrevistados. Torna-se um sofrido processo de identificação e de internalização de valores, por não ter sido respeitada sua processualidade de desenvolvimento e assimilação no convívio familiar e social.

b) Famílias com dificuldade para lidar com os conflitos da vida.

No entanto, a inabilidade dos pais em educar os filhos não deve ser motivo de culpabilização, ao não disporem de recurso interno e externo que favoreça atuarem como agentes de transformação. Como podemos cobrar dos pais que protejam e respeitem seus filhos, se eles mesmos não foram protegidos e respeitados como filhos(as), homens, mulheres, companheiras(os) e trabalhadores. A ausência de vínculos afetivos é também ausência de vínculos de família. Sem estes, os vínculos biológicos se esvaziam de sentido e significação profunda (Costa, 1999).

Na condição de vida vivenciada e na ausência de recurso interno, sentiram-se impossibilitados de avançarem e até mesmo de desenvolverem, com habilidade, o papel de ser pai e mãe.

c) A moradia não representava acolhimento e aconchego, espaço no qual se aprende a construção eu-tu-nós, de uma maneira específica de ser e estar no mundo. Segundo Costa (1999), nós nos tornamos pessoas através das pessoas com quem nos relacionamos. Portanto, as distorções das relações sociais também podem ocorrer no âmbito familiar. O fato de não se sentirem acolhidos e pertencentes ao espaço da moradia torna-se fator de risco na busca de outros espaços que respondam às suas necessidades.

d) A trajetória de privações, inseguranças, violências é associada a algo sobrenatural - maldição.

Por não conseguirem identificar as condições objetivas que desencadeiam tais vicissitudes no meio em que vivem, buscam, no imaginário, razões transcendentais para justificar as adversidades a que estão sujeitos.

e) A superação da vulnerabilidade nas ruas. O ser humano é receptor das mensagens que lhe chegam, de felicidade, de desgraças. Temos a capacidade de guardar informações do processo evolutivo. Segundo Boff (1999), de certo modo, tudo está guardado dentro da nossa consciência sob a forma da memória (subatômica, atômica, mineral, vegetal, animal, humana), nos arquétipos, sonhos, visões, símbolos, paixões e moções que habitam nossa interioridade (BOFF, 1999, p. 148).

As experiências boas e as traumatizantes na relação com a família e com os outros deram-lhes condições de moldarem uma determinada compreensão das coisas e a visão do mundo ao redor. Quando saíram das ruas, assumiram um projeto emancipatório para suas vidas, decidiram por cuidar dos sentimentos, dos sonhos, dos desejos, do imaginário e utopias, dando sentido e significado para este novo modo de viver.

f) O amadurecimento e a sobrevivência com dignidade. Para Costa (1999), a consciência de si mesmo é fundamental para que, como seres de relações, possamos abrir-nos plenamente para o relacionamento com o outro, com a dimensão transcendente da vida, com a natureza, e com a dimensão cósmica da existência. A partir das relações que estabelecemos, temos condições de nos percebermos – qualidades, defeitos, potencialidades e limitações. Exige de nós termos a disposição de nos deixarmos penetrar pela vida de outras pessoas, como também a disposição para trocas, às vezes, de até ‘pequenos nada’s’ (COSTA, 1999, p. 21).

Na adolescência, tempo de descobertas e experiências, esses jovens, vivenciaram uma trajetória de oportunidades restritas e pouco correspondidas, condição que marcou a entrada destes no mundo adulto. Mas, mesmo assim, acumularam recursos para sobreviver e amadurecer com dignidade. São jovens que amadureceram muito cedo e não tiveram tempo para viver a juventude. Para algumas pessoas, tais dificuldades tornam-se um forte imperativo que os impossibilitam de viverem a vida que valorizam viver (SEN, 2000).

g) A sensibilidade, auto-cuidado e auto-proteção na preservação da vida. Para Boff (1999), ser saudável significa realizar um sentido de vida, que englobe as varias dimensões do viver. A (re)definição de atitudes e valores na vida destes jovens favoreceu a constituição um equilíbrio e novo sentido para a vida.

h) O sentido da vida associado aos filhos. Trazem a relação com os filhos numa outra dimensão. Segundo Boff (1999), cuidar implica ter intimidade, saber acolher, respeitar, dar sossego e repouso. É entrar em sintonia com, auscultar-lhes o ritmo e afinar-se com ele (BOFF, 1999, p. 96).

Embora tenham sido pais, quando ainda muito jovens, e não tinham tido espaços familiares protetivos, apresentam disposição e responsabilidade no cuidado e proteção de seus filhos, demonstram ternura e afeto em relação aos filhos. São bem 'cuidados', bem tratados, saudáveis, alegres. O afeto parece ser nutrido por ambas as partes, pais e filhos, numa cumplicidade, numa ligação profunda. Transcendem a tudo o que vivenciaram, produzem, a seu modo, uma dimensão segura, afetiva, acolhedora e terna em relação aos filhos.

i) O Abrigo – espaço de acolhimento. O Abrigo representa a substituição, de forma eficaz, das funções familiares, desse modo, a criança passa a ser uma responsabilidade para além do âmbito familiar, de toda a rede de sociabilidade existente. O Abrigo representava a alternativa à vida na rua com adversidades físicas e emocionais.

O fato de se sentir protegido é um elemento significativo para o afastamento de condições de vulnerabilidade e risco. A permanência no Abrigo apresenta vantagens objetivas e subjetivas como cuidados com a higiene; alimentação adequada, acolhimento, sentimento de pertencimento, afeto, momentos de felicidade; como também limitações e imposições, regras, rotina, o que, a priori, remete ao imaginário de restrição à liberdade.

j) As pessoas significantes – propiciam relação de reciprocidade. Figuram apoio, segurança, sentimento de pertencimento, cultivo de rede de relações. A qualidade das relações determinam as dificuldades e habilidade no enfrentamento e na superação dos conflitos que encontrarão no curso da existência. Segundo Muza (1996), uma das principais tarefas na adolescência é a busca da identidade adulta. Assim, as pessoas, nesta fase de vida, necessitam da referência de adultos enquanto modelos de identificação.

As pessoas – educadores - conseguiram transmitir a valorização da

família, a importância dos laços e da afetividade. Exerceram influência construtiva, numa postura predominante de fala e escuta, dando atenção ao que sentiam e ao que pensavam.

As funções de mãe, pai, avós, tios serão vivenciadas através dos papéis virtuais com base nas diversas relações estabelecidas (ACOSTA E VITALE, 2005, p. 65).

k) As drogas - o Abrigo não foi suficiente para responder à questão da dependência de substâncias psico-ativas. Dois deles trataram da dependência dessas substâncias em outras instituições. Constata-se a importância e necessidade da existência de proposta efetiva da política de saúde que, articulada com o serviço de Abrigo, possa oferecer o tratamento necessário e conveniente a cada caso.

l) As lacunas deixadas pelas políticas públicas – no que se refere à atenção às necessidades como o acesso e a existência de condições objetivas para a permanência no sistema de ensino, adequação do processo de qualificação profissional que lhes permitissem uma capacitação que valorizasse as habilidades e potencialidades, uma proposta de atenção à saúde que primasse pelo cuidado pessoal e com o seu meio. Os jovens expressam o impacto que essas lacunas provocaram no decorrer da vida.

A construção de ações no campo das políticas sociais deve ampliar suas possibilidades a partir da expressão das necessidades dos usuários, superando a ideia de necessitado, além de não se “reduzir a decisão e ação aos limites institucionais, mas o reconhecimento de que essa demanda pode potencializar a abertura de novos espaços para o enfrentamento concreto da questão a ser trabalhada” (BAPTISTA, 2000, p. 32).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade apresenta-se mais complexa e diversificada. Mesmo se admitindo a importância da confluência entre os interesses econômicos e os interesses sociais, o que se vivencia é justamente o contrário, pela prevalência dos interesses econômicos a qual produz uma desigualdade de oportunidades, de produção e distribuição de bens. Os mecanismos de mercado, por definição, orientam-se pela capacidade de compra, não por necessidades. Essa dinâmica provoca não só desprovimento de renda como de condições afetivas, prejuízos que se refletem com grande extensão na sociedade, acarretando, no decorrer do tempo, perdas significativas para o ser humano, a ponto de fragilizar sua condição de ser e estar.

As transformações sociais se refletem diretamente nas crianças, enquanto vítimas de privações materiais e afetivas, somadas à ausência de cuidado e proteção a que boa parte da infância brasileira fica submetida.

A atenção do Estado dirigida a essa população no decorrer dos anos não se demonstrou suficientemente capaz de suprir determinadas necessidades que atendessem as exigências do desenvolvimento na infância. A partir de 1980, os mais diversos segmentos da sociedade posicionaram-se em defesa dos direitos da criança e do adolescente, principalmente daqueles em maiores condições de vulnerabilidade social, como as crianças e os adolescentes em condição de permanência nas ruas.

Tem-se, a partir da Constituição Federal de 1988, um marco significativo ao incorporar em seu texto o artigo 227, proclama a direito da criança e do adolescente como prioridade absoluta, sendo responsáveis por zelar pelo cumprimento de tal prescrição: a família, a sociedade e o Estado. Tal direito configura-se como norma alterativa, por criar a condição de mudança de realidade.

Então, em 1990, a Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ao ser promulgada, declara a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direitos, reconhecendo a peculiaridade e especificidade da fase de desenvolvimento em que se encontram.

A intitulação da Assistência Social enquanto política pública de direitos também contribui para o avanço na compreensão da necessidade de ampliar

a proteção social a este segmento.

Constituíram-se, portanto, no Brasil, instrumentos legais inovadores e atualizados quanto ao reconhecimento de direitos às crianças e adolescentes, equiparados aos instrumentos de âmbito internacional preconizados a todos os seres humanos.

Ocorre que a previsão legal não foi suficiente para estagnar as injustiças e lesão aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes brasileiros, conforme apontado por Soares (2001), ao analisar o Mapa da Criança do IPEA. São vítimas das formas mais perversas de exclusão, que se expressa pela insuficiência de escolaridade, de condições de moradia, de cuidados essenciais.

Este arcabouço legal que representava um importante mecanismo de diminuição da degradação das condições sociais das crianças e dos adolescentes não foi suficiente diante da realidade social e da precária rede de proteção social para concretização dos direitos prescritos para a criança e o adolescente.

A permanência de crianças nas ruas aponta para uma gama de complexidades presentes em seu mundo. Desse modo, compreendemos que o desenvolvimento da criança e do adolescente é marcado pelo tipo de inserção na classe social e na cultura. O mundo da criança e do adolescente é formado pelo cotidiano vivido e pelo imaginário criado, podendo, um ou outro, e até mesmo os dois, impulsioná-los para o contato com as ruas.

Neste estudo, foi possível identificar que esta fase da vida é cheia de experiências e descobertas. As transformações operadas no conjunto da sociedade e principalmente no âmbito familiar colocam-nas ao desafio de identificarem espaços para satisfação de suas expectativas e necessidades.

A rua, no mundo contemporâneo, ganha novos significados, deixando de ser um espaço de lazer e comunicação, para ser o espaço do carro, da violência e de outros riscos. A criança, na condição acima apresentada, vê a rua como alternativa de (con)vivência - descoberta do novo, do modo de estar com o outro não tendo dimensão da exposição a vulnerabilidades - violência, abuso de drogas, cometimento de atos infracionais, inseguranças. Para os jovens que participaram desta pesquisa, a rua era o lugar de vida.

Com o decorrer do tempo, esta deslocalização social toma proporções que abalam a coesão da sociedade (Castel, 1998). Segundo este

mesmo autor, a interpretação da condição das pessoas nas ruas é denominada como a-social, perigosa trata-se de uma construção de um paradigma negativo dentro de um discurso de poder presente na sociedade. Conclui o autor que a condenação destas pessoas é o caminho mais curto entre a possibilidade de suportar uma situação e impossibilidade de transformá-la (CASTEL, 1998, p.137).

A utilização do método de reconstrução da trajetória de vida permitiu, no decorrer desta pesquisa, o conhecimento dos fatores que contribuíram para a superação da condição de vulnerabilidade nas ruas.

Assim, compete aos governantes a definição de estratégias, a criação de instrumentos de gestão e compromisso com a causa, de modo a primar pela qualidade de vida e por condições de dignidade às pessoas, superando enfoques repressores e assistencialistas. O cumprimento dos direitos reservados às crianças e aos adolescentes é a condição da garantia de seu pleno desenvolvimento, tarefa que se torna possível por meio de esforços articulados e compartilhados pelas políticas públicas e a sociedade civil.

No município de Londrina, vivenciava-se até o início da década de 90, um descaso do poder público quanto ao enfrentamento de grandes questões, como a situação de crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas em condições de vulnerabilidade, pela inexistência de uma política dirigida a este público.

A partir de 1993, o governo local buscou estruturar as bases para o desenvolvimento da política municipal de proteção aos direitos da criança, principalmente na implantação de serviços governamentais que respondessem à demanda. Neste contexto, é implantado o primeiro serviço público municipal para o atendimento a crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas. Esta ação é coordenada pela Secretaria de Ação Social, enquanto órgão da administração direta.

O Abrigo municipal, primeira estrutura governamental de atendimento dentro da nova Política de atenção a esse público, é um espaço de acolhimento e proteção a tais crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas em 1993. Os educadores foram fundamentais no processo de estabelecimento de vínculo e sentimento de pertencimento.

As histórias de vida retratadas neste estudo puderam dimensionar o significado que a intervenção realizada produziu na vida destas pessoas. É

importante esclarecer que, por mais que os jovens participantes desta pesquisa se reportem a determinadas pessoas e ações significativas daquele momento, temos a compreensão de que o resultado atingido é fruto do esforço comum realizado dentro de uma perspectiva de garantia de direitos com enfoque emancipatório.

Os dados biológicos, as condições do aprendizado social e, enfim, a história pessoal de cada indivíduo são fatores considerados determinantes na construção da personalidade. Os três elementos se combinam para formar o capital cultural que se enraíza nas estruturas mentais do indivíduo (PAUGAM, 2003, p. 166).

Assim, a partir da análise das histórias de vida e da fundamentação teórica, pudemos constatar que as privações vivenciadas na infância trazem danos significativos para a vida. A ausência do direito de ser cuidado e protegido, de brincar, de vivenciar uma relação saudável com os pais, de descobrir o mundo de forma lúdica, de realizar a passagem do mundo da família para o mundo da sociedade dentro do seu tempo priva as crianças do direito de se desenvolver em forma plena. Este ritual não deve ser negado e/ou antecipado, ou ainda ocorrer de forma brusca e violenta.

Eles não só nasceram em meios desfavoráveis, como também cresceram, na maioria dos casos em um clima de violência, o que os levou a uma inevitável busca de ruptura familiar e da realidade vivida.

Mesmo assim, pudemos identificar alguns fatores que influenciaram positivamente a trajetória de vida dos adolescentes na superação da condição de vulnerabilidade nas ruas, conforme identificado a partir da experiência e da visão de mundo dos que vivenciaram tantas adversidades sociais.

a) A existência de estrutura de acolhimento e atendimento. O Abrigo significou a referência, pois, quando sentiam a necessidade de sair das ruas, mesmo que fosse temporariamente, pelas mais diversas razões – frio, fome, medo, saudade - havia uma possibilidade concreta e possível. O Abrigo possibilitou novas experiências, maneiras diferentes de ver, perceber, agir e se relacionar com os outros e com o mundo.

b) A internalização da proposta pedagógica. As falas demonstram apropriação da processualidade definida para o atendimento no serviço público municipal, desde o atendimento institucional na própria rua, até a verificação das

normas pré-estabelecidas de convivência dentro do Abrigo. Esta proposta possibilitou a apropriação de valores, atos e atitudes para a perspectiva de um novo modo de vida.

c) As pessoas-referência - o apoio externo se configura num forte incentivador. A imagem positiva do educador reflete a confiança e o afeto deste para com o adolescente. Uma das características mais marcantes na transformação dessas pessoas está na relação educador/educando estabelecida no Abrigo. As pessoas-referência demonstraram a concretização de um vínculo não apenas afetivo, mas libertador no desenvolvimento para a cidadania. Ser educador é ser presente, não apenas em corpo, mas um compromisso ético e político com a promoção da vida humana.

d) A valorização das capacidades e potencialidades – condição para identidade fortalecida, para acreditar em si mesmo e para o desenvolvimento de habilidade para a convivência na diversidade (social, cultural, de gênero e de idade).

e) As escolhas e decisões tomadas pelos sujeitos indicam uma perspectiva de futuro, de estabelecimento de um projeto de vida configurado no desejo de ter equilíbrio na vida, de ter vida digna.

As pessoas, ao se depararem com circunstâncias adversas, principalmente aquelas que envolvem certo grau de desfiliação (Castel, 1998), demonstram, por vezes, maior dificuldade de acesso e inserção nos serviços de atendimento existentes. Desse modo, procuramos identificar os resultados que a intervenção dos serviços de proteção social conseguiu atingir em relação a este público, podendo ser destacados os seguintes:

- Identificação de novas referências fora do espaço da rua.
- Definição de um sentido para a vida.
- Consciência/reconhecimento da importância de uma proposta pedagógica que contribuiu à emancipação, para além do espaço do Abrigo; o que é diferente de proporcionar a autonomia enquanto cidadão. Independência à dependência.

- consciência da experiência vivenciada e não desejada para os filhos; ruptura do ciclo, minimizando o conceito de história cíclica, mas dinâmica e dialética. Chega a ser preventivo. Compreendem que as dificuldades acumuladas e prejuízos decorrentes das privações que sofreram e das oportunidades não aproveitadas não podem ser repetidos nas histórias de vida de seus filhos. A

educação dos filhos tem importância primordial.

- Mesmo não sendo possível conhecer a residência de todos os sujeitos, pode-se perceber a valorização da estética através da aparência física, do como se vêem, o cuidado com a família e o bem-estar. Constata-se, então, uma mudança importante na perspectiva pela qual percebem sua existência. Isso implica na transformação da organização de sua vida cotidiana.

- Reataram os laços com os familiares, mesmo tendo consciência das condições desfavoráveis vivenciadas junto à família de origem. Consideram a família como um fator importante para sua auto-afirmação enquanto ser humano. Na trajetória, vivenciada conservaram uma imagem de família e buscaram recuperar as relações com os familiares.

- Superaram a condição de permanência nas ruas há mais de seis anos.

Os aspectos ora destacados permitem traçar uma correspondência entre a condição de vulnerabilidade dos sujeitos pesquisados e a eficácia da intervenção institucional.

As histórias de vida dos jovens que superaram a condição de vulnerabilidade nas ruas demonstram que o serviço de Abrigo, a proposta pedagógica executada e o comprometimento dos profissionais que lá estavam, mesmo não atendendo todas as demandas imediatas, corresponderam a uma grande parte das expectativas e necessidades sentidas por estas pessoas, conseguindo produzir-lhes, inclusive, um significado sobre tal serviço.

A garantia de acolhimento, respeito, aconchego, valorização das capacidades e oportunidades fizeram a diferença na vida destes jovens. A proposta pedagógica desenvolvida possibilitou a potencialização, permitiu a expressão, condição significativante para o ser humano. Trata-se do reconhecimento do outro. Favoreceu-lhes, ainda posicionarem-se diante de si, das coisas que implicavam em suas vidas. Desse modo, tinham condições de confrontar com o que estava instituído, provocando mudanças que se aproximassem às suas necessidades.

As pessoas que atuaram no Abrigo também fizeram a diferença na vida desses jovens, contribuindo para a construção de uma outra perspectiva de vida.

Segundo Serrão (1999, p. 37), todo grupo formado por adolescentes necessita de um adulto-referência, ou seja, uma ou mais pessoas que os

acompanhem, com quem estabeleçam vínculo afetivo e a quem possam recorrer em busca de apoio e acolhimento.

Os jovens entrevistados expressam a relação afetuosa estabelecida com os educadores ao se referirem a eles como 'os que levavam num canto para conversarem' - predominância do diálogo; 'coçavam-lhes' a cabeça, promoviam a 'união', sentiam a dor deles, a 'dedicação', favoreceram-lhes a oportunidade do primeiro emprego, impunham limites, enfim, estabeleciam uma relação de confiança e cumplicidade, condições fundamentais para uma relação afetiva positiva e de favorecimento à construção e fortalecimento da identidade. Suas figuras são associadas aos papéis de 'pai' e 'mãe' e ao sentido de 'família', pois deram significância a tal vínculo e afeto, sentiam-se amados. Alguns aspectos ainda são ressaltados, dada a particularidade do comprometimento do educador com aqueles que ali se encontravam: 'tiravam dinheiro do próprio bolso' para ajudá-los; não tê-los abandonado; deixavam de desfrutar da vida pessoal para estar com eles, 'sentiam a dor' deles. Essas qualificações expressam um processo educativo, quando o educando tem a percepção de que os educadores identificam suas necessidades, compreendem seu sofrimento e partilham de seu processo de reconstrução e sentido da vida.

O vínculo com o educador também foi motivador do retorno ao Abrigo, quando das evasões. Jonas chega a destacar que o educador deve ter sensibilidade, não pode ser 'bruto'. Explica o jovem que o educador deve realmente, 'demonstrar que quer ajudar', não bastando 'passar a mão na cabeça', deve chamar a atenção, mas, acima de tudo 'elogiar, elogiar mesmo'!

Segundo Sen (2000), o apoio social pode ser considerado um aporte para a expansão da liberdade das pessoas, um argumento em favor da responsabilidade individual, e não contra ela.

O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Neste sentido a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade (SEN, 2000, 322).

O Abrigo favoreceu o estabelecimento da relação com outros, com a comunidade. Mesmo constituindo-se como espaço institucional, reproduzia, dentro dos limites, as condições de vida familiar e privada. Os educadores, portanto, no exercício de sua função, desenvolviam os ditames da pedagogia e a afetividade própria da vida familiar. Este ambiente tinha duplo objetivo: reconstruir aspectos subjetivos que implicaram na condição da perda de vínculos familiares e a recomposição do direito de acesso à educação, formação profissional e vida social e comunitária.

As oportunidades oferecidas – convivência saudável, emprego, escolarização, lazer, entre outros - quando aproveitadas favorecem a possibilidade de novas perspectivas e, ao serem desperdiçadas dão a condição de reflexão; no decorrer do tempo favorecida pelo amadurecimento.

Este estudo nos leva a refletir sobre a importância da intervenção conseqüente nesta área de atuação. Trabalhando, estudando, conhecendo, conversando com estes jovens, tivemos a oportunidade de compreender melhor alguns aspectos de suas vidas e, ao apresentá-los neste trabalho, procurando compartilhá-los e assim, poder contribuir para o aprimoramento do sistema de cuidado e proteção às crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas. E, para tanto, apresentamos, a seguir, algumas propostas.

Um outro aspecto é a necessidade de abertura para o novo – o que não se faz sem crítica, sem proposta e sem avaliação – como exigência dos serviços de proteção que atendem o público infanto-juvenil. Este público impõe o desafio de uma (re)construção constante de princípios e práticas que permeiem as ações desenvolvidas para o seu atendimento. As estruturas mais tradicionais e conservadoras apresentam dificuldades e limitações para curvar-se e avançar em tal direção. Buscam, por vezes, explicações distorcidas e infundadas sob a alegação de “indisciplina”, “ausência de limites”, outros. Agindo mais como uma figura ameaçadora e culpabilizadora, no imaginário destas crianças e adolescentes, do que uma figura estimuladora das capacidades.

Implica, então, abrir espaço de escuta para as questões emergentes trazidas pelas crianças e adolescentes, favorecendo-lhes o posicionamento da manifestação de suas necessidades e expectativas.

Segundo Zaluar (2004, p. 286), não podemos fazer "para" eles, temos que fazer "com" eles, sabendo que cada grupo vai ter a sua forma de

participação e a sua forma de atuação. É uma caminhada difícil que exige uma metodologia constantemente avaliada. Complementa, ainda, a autora, que para a afiliação acontecer, deve-se reconhecer o processo de sujeitos ativos dele participando. Assim, deve-se captar e disseminar a expressão dos jovens, concretizando suas potencialidades juvenis e permitindo que eles contribuam para a problematização de seu cotidiano.

A formação dos educadores, portanto, torna-se imprescindível. Cada vez mais constatamos a importância da qualificação dos recursos humanos e, nesta área, não é diferente. Desse modo, é necessária a formação de educadores sensíveis à escuta e ao acolhimento. Sem preconceitos ou pré-julgamentos, enquanto, co-responsáveis no desenvolvimento saudável das crianças e adolescente. São elementos-chave do processo, sua referência vai para além dos aspectos objetivos, pois devem ainda, atentar para os desejos, sentimentos, fantasias e expectativas das crianças, mediante a compreensão do seu papel e do limite do grau de sua interferência na vida dos educandos.

O cuidado oferecido à criança em seu dia-a-dia torna (ou não) possível o desenvolvimento integral de seus potenciais e o desenvolvimento necessário para a vida em sociedade. O fortalecimento dos elos da criança com o seu meio - família e comunidade – contribui para a formação pessoal e social.

As pessoas-referência podem e devem se colocar como agentes facilitadores para que as mudanças possam ocorrer na vida das crianças e adolescentes. Devem, então, ter a oportunidade de ampliar e aprofundar seus conhecimentos para terem melhores condições de exercer seus papéis de formadores de gerações de crianças, pais, educadores e todos aqueles envolvidos com a vida da criança.

Os pais de crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade nas ruas também merecem especial atenção. Devem ser ouvidos, pois têm muito a contar das experiências e significados com os quais buscam sobreviver.

Os papéis de heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições na família têm de receber a séria atenção que merecem na elaboração das políticas públicas (SEN, 2000, p. 133).

Desse modo, necessitam de apoio tanto os responsáveis como os

demais envolvidos no cuidado e atenção às crianças e adolescentes.

Considerar a profundidade do termo “respeito à individualidade” proposto no ECA. Trata-se de atentar para os valores expressos ou não que as crianças e adolescentes trazem para o Abrigo. Desse modo, exige reconhecer a cada um como pessoa que tem identidade, necessidade, desejo e sentimentos.

Reconhecer que a opção de mudança de vida implica abdicar dos meios ilícitos para aquisição de condições para seu bem estar, o que, muitas vezes, implica que aprender a sobreviver e administrar a vida com recursos extremamente precários e restritos. Essa maneira de conceber a vida exige uma adaptação às dificuldades da vida cotidiana considerada surpreendente. Trata-se de um penoso reaprendizado da vida social.

Não poderíamos deixar de nos referir a Nogueira (1998) que apresenta, com muita propriedade, o significado da mudança enquanto desafio:

Mudar é sempre uma forma de “tornar-se um outro”, encontrar uma nova identidade, viver um difícil e doloroso processo de des-identificação e re-identificação. Em termos psicanalíticos, lembrou certa vez Hélio Pellegrino, “mudar é correr o risco de morrer” e nessa medida é uma aventura que nem sempre consegue ser vivenciada, posto que mexe com a segurança (neurotizante, digamos) de cada um. Para falar com Leandro Konder (1992:14), “estamos todos, por mais resolutamente revolucionários que sejam nossas disposições subjetivas, vulneráveis a impregnações conservadoras sutis. Temos medo de assumir todos os riscos inerentes à autotransformação” (NOGUEIRA, 1998, p. 256).

E mesmo quando surge a oportunidade de emprego, encontram dificuldades que esbarram na própria organização da vida cotidiana, pois esta exige ter hábitos e atitudes voltados para o mundo do trabalho como disciplina, cumprimento de horários, assiduidade e freqüência, saber lidar com conflitos e diversidades que se colocam como limitadores. Às vezes, chegam a desistir antecipadamente, auto-excluem-se, não se considerando capaz.

Isso demonstra a necessidade de investimento na formação das várias dimensões que envolvem o ‘ser’. Potencializar as aptidões e desenvolver habilidades fundamentais para a relação social. Dar condições para a afirmação da identidade, na conservação de sua dignidade para resistência à decadência moral.

Em função de todas essas considerações, constatamos que as necessidades que apresentam e as capacidades a serem potencializadas demanda um desenho de gestão que permeia a execução de políticas públicas, que direcione

o seu foco para as necessidades da população e, numa dimensão transversal, direcionada às singularidades geracionais.

As políticas, ao objetivarem inclusão e a emancipação, devem dar condições para que as pessoas sejam donas de suas próprias vidas, com poder e consciência de construir um projeto de vida e de vivê-lo com liberdade, e assim, não passarem toda a vida gastando energia para preservar sua existência biológica (sua e de sua família) comendo, lavando-se e dormindo - reproduzindo-se - comportamentos cotidianos que constituem atos reflexos destinados à preservação da vida. Desse modo, frisa-se a preocupação, sobretudo, com as condições de vida dos jovens, sua pobreza e as insuficientes alternativas de sobrevivência de suas respectivas famílias.

O aprimoramento das políticas públicas, portanto torna-se fundamental para que não sejam apenas as disponibilidades subjetivas ou a generosidade individual que garantam o atendimento desta população.

Talvez seja mais simples trabalhar e desenvolver determinadas competências e habilidades do que conseguir grandes avanços com o seu meio - a família, o grupo e a comunidade. O adolescente, ao se tornar potencialmente forte, apresenta condições para conviver com o modo de ser e viver das demais pessoas à sua volta e, quando possível, pode contribuir para a transformação do seu meio. Segundo Paugam (2003,165), é proporcionar-lhes condições de proteção de uma identidade positiva para lutarem por um modo de conceber a vida, engajando-se em uma outra cultura, mobilizando defesas para tentar reverter, ao menos em parte, o sentido da marginalidade.

É preciso, ainda, a existência de mecanismos de acompanhamento que possibilitem uma avaliação dos impactos também a longo prazo, no plano das condições de vida e das relações sociais, enquanto sujeitos coletivos.

Aprendemos que, cada vez mais, devemos estar atentos à escuta do outro. Permitir-lhes a expressão, pois eles, os beneficiários de nossas ações, têm muito a dizer frente ao que é desenvolvido.

Precisamos desentranhar das palavras sua riqueza escondida. Normalmente as palavras nascem dentro de um nicho de sentido originário e a partir daí se desdobram outras significações afins (BOFF, 1999, p. 90)

Um dos ingredientes básicos para o sucesso de experiência aqui

analisada é, sem dúvida, o envolvimento afetivo, o acreditar no ser humano e o sentir-se acolhido e pertencido. É o elo de ligação para alçar outros patamares da vida.

A valorização da auto-estima torna-se uma âncora, que motiva sentir-se enquanto sujeito coletivo, que goste de si e que saiba conviver com a diversidade. São atitudes que tendem à perspectiva da abertura para a participação, bem como o investimento na formação de lideranças positivas, o que afirmaria identidades, abrindo a mentalidade para valores positivos a favor da vida e dos direitos sociais.

Dispor-se a “atuar com” envolve saberes e aptidões, por vezes, não fáceis de serem verificados em uma mesma pessoa, o que dificulta a concretização da intervenção proposta. Mas o conhecimento, o investimento na diversidade e criatividade, quando direcionados e objetivados, podem dar sentido à vida, ou seja, vidas que são cultivadas e potencializadas. O lúdico é um recurso significativo, podendo contribuir como estratégia para a redefinição de territórios de poder e responsabilidades, por exemplo.

Entendemos que o caminho a ser construído pelos serviços de proteção deve direcionar-se para o empoderamento das pessoas, tendo capacidade de dizer de si e de representar-se. A idéia de usar a razão para identificar e promover sociedades melhores e mais aceitáveis estimulou intensamente as pessoas no passado e continuam a fazê-lo no presente.

Aristóteles concordou com Ágaton em que nem mesmo Deus podia mudar o passado. Mas também concluiu que o futuro pode ser moldado por nós. Isso poderia ser feito baseando nossas escolhas na razão. Precisamos, então, de uma estrutura avaliatória apropriada; precisamos também de instituições que atuem para promover nossos objetivos e comprometimentos valorativos e, ademais, de normas de comportamento e de um raciocínio sobre o comportamento que nos permitam realizar o que tentamos realizar. Sen, 2000, 284.

A utopia, tantas vezes citada neste estudo, não se refere ao sonho impossível, mas sim ao ainda não feito, o não realizado ainda.

A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, se distancia dois passos. Caminho dez passos. E o horizonte corre dez passos mais. Por mais que eu caminhe, nunca o alcançarei. Para que serve a utopia? Para isso, para caminhar (GALEANO, apud BRASIL, 2002, p. 63).

Podemos, então, entender que a liberdade, tão reiteradamente colocada nos trechos das falas dos jovens entrevistados, referia-se ao desejo de terem a capacidade de fazerem o que gostariam e de levar um tipo de vida que valorizam. Porém, a capacidade de escolha está sujeita a um conjunto de oportunidades e condições a serem oferecidas para poderem optar.

Acreditamos que, atualmente, estes jovens acumulam sonhos, pelo modo de vida que desejam para o futuro. São agentes de transformação da sua própria vida e da vida dos outros. O amadurecimento, mesmo que precoce, tem recorrências ao significado e sentido que a implicação de terceiros tiveram em suas vidas, estimulando-os a modificarem sua trajetória e o modo de se querer viver.

O estudo nos proporcionou conhecer o que de positivo foi construído no sentido de favorecer a vida daqueles que foram vítimas das adversidades sociais próprias do modo capitalista de produção, favorecendo a esses sujeitos traçarem uma perspectiva distinta da permanência nas ruas.

Acreditamos, também, que estes jovens, na superação da condição de vulnerabilidade nas ruas, substituíram o domínio das circunstâncias e do acaso sobre si pelo domínio de si sobre o acaso e as circunstâncias Karl Marx (apud SEN, 2000, p. 328).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *Cultura, identidade e Cidadania: Experiências com Adolescentes em Situação de Risco*. In: JOVENS ACONTECENDO NAS TRILHAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Vol. 2, Brasília: CNPD, 1998.

ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F.(Orgs.) *Família: redes, laços e políticas públicas*. Instituto de estudos especiais – PUC/SP; Ed.Cortez, São Paulo, 2005.

ADORNO, R. C.F. Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos : trajetórias de crianças e jovens das classes populares. IN LERNER, J. *Cidadania: Verso e reverso*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ALVAREZ , A. M. S. Curso de solidariedade. *Jornal da USP*. Universidade de São Paulo. a. XXI, n.747. Disponível em:
<<http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2005/jusp747/pag07.htm>> Acesso em: 20/11/2005.

ALVES, M. H. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis: Vozes, 1984.

ALVIM, M. R.; VALLADARES, L. P. *A Infância Pobre no Brasil: uma Análise da Literatura, da Ação das Estatísticas*. IUPERJ / FORD, Março, 1988.

ANDERSON, L.; SNOW, D. *Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1998.

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

BAPTISTA, M. V. *Planejamento social: intencionalidade e instrumentação*. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BARBETTA, A. *A saga dos menores e educadores na conquista da condição de cidadão: o movimento de meninos e meninas de rua na década de 80*. 1993. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BARRETO, A. P. *Terapia comunitária: passo a passo*. Fortaleza: gráfica LCR, 2005.

BATISTA, V. M. *Diffíceis ganhos fáceis*. Drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1998.

BAZÍLIO, L. C. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Veja-Novo Espaço, 1985.

BECKER, D. *O que é adolescência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BEINSTEIN, J. *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1982.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília. Junho: 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Comitê da Primeira Infância. *Políticas intersetoriais em favor da infância: guia referencial para gestores municipais*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei nº 8.068/90; Brasília, 1997.

_____. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

_____. CONSTITUIÇÃO: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. *Lei n. 7644*, de 18 de dezembro de 1987. Brasília, 1987a.

_____. Fundação Nacional do Bem estar do Menor. *Projeto diagnóstico integrado para uma nova política do Bem-Estar do Menor: "Relatório Final elaborado pela Fundação João Pinheiro"*. Rio de Janeiro: FUNABEM, 1987b.

_____. Fundação Nacional do Bem estar do Menor. *Funabem anos 20*. Rio de Janeiro: MPAS / FUNABEM, 1984a.

_____. Fundação Nacional do Bem estar do Menor. *Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. Documento Elaborado a partir de uma reflexão sobre as diretrizes traçadas pela Lei n. 4.513 de 01/12/64. Brasília: FUNABEM, 1984b.

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Nacional do Bem estar do Menor. *Coletânea de leis*. 1964-1974. BRASIL JOVEM. Ano. VIII, n. 28, 1. Quadrimestre: Brasília, 1974.

_____. *Código de menores*: decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 e legislação posterior. Rio de Janeiro: Aurora, 1927.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

CARDOSO, F. H. *Mãos à obra Brasil: propostas de governo*./s.l./s.n., 1994.

CARVALHO, R. C. "*Conselhos e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - Passo a Passo - Um Guia para a Ação*" Minas Gerais: ed. Instituto Telemig Celular, 2002.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação*. Salvador: Caderno CRH, 1997.

CASTELLS, M. *A Sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, M. A. (Coord.) *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CENTRO BRASILEIRO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. Relatório de atividades, 1990.

CERVINI, R.; FAUSTO, A. (Orgs.) *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. UNICEF, FLACSO; São Paulo: Cortez, 1991.

CHAGAS, A. Adolescência: Um fenômeno contraditório. *Revista de psicologia Catharses*. Disponível em:
<<http://revistapsicologia.com.br/materias/hoje/adolescencia.htm>> Acesso em: 28/07/2005.

COSTA. A. C. G. da. *Entrevista com Antonio Carlos Gomes da Costa - A elite que deseduca*. Portal do Professor. Disponível em:
<<http://www.portaldoprofessor.inep.gov.br/entrevistas/gomes.jsp>>. Acesso em: 14 de maio de 2005.

COSTA. A. C. G. da; ANDRÉ, S. *Educação para o Desenvolvimento Humano*. Parceria da Unesco: Editora Saraiva, 2004.

_____. *Pedagogia da Presença: da solidão ao encontro*. 2ª ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

_____. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

_____. *Encontro e Travessias: O Adolescente Diante de si Mesmo e do Mundo*. Instituto Ayrton Senna, março, 1999.

_____. *É possível Mudar – A criança, o adolescente e a família na política social do município*. Série direitos da criança, São Paulo: Malheiros editores, 1993.

_____. “Infância, juventude e política social no Brasil”, in: BRASIL, CRIANÇA, URGENTE - *A Lei 8.069/90*. O que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Columbus Cultural, 1990a.

_____. da. “A Mutação Social”. In: BRASIL CRIANÇA URGENTE: *A Lei N 8.069/90*. São Paulo: Columbus Cultural, 1990b.

COSTA, L. C. Ensaio: O estado brasileiro em discussão: análise do plano diretor da reforma do aparelho do estado – governo fhc/1996. *Revista de História Regional*. Vol. 3. – nº 1 – Verão, 1998.

CUEVA, A. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Glogal Editora, 1983.

CURY, M.; SILVA, A. F. A.; MENDEZ, E. G. (Orgs.) *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. 5ª ed. – São Paulo, Malheiros edições, 2002.

DALLARI, D. A. *O que são Direitos da Pessoa*. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. 5ª ed. – São Paulo, Cortez, 2001.

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: *Desenvolvimento humano e condições de vida* – indicadores brasileiros. Brasília PNUD/IPEA/FJP/IBGE, Coleção Desenvolvimento Humano – IEE / PUC – São Paulo, 1998.

DOWBOR, L. *A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1998.

DRAIBE, S. M. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. *São Paulo em Perspectiva* – Revista da Fundação SEADE, vol. 11, n.4, 1997.

ESPINOSA, B. *Ética*. 3 ed., São Paulo: Ed. Atenda, 1957.

FALEIROS, V. P. Impunidade e inimputabilidade. In: *Serviço Social & Sociedade*. Ano XXIV, N. 77, março 2004, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. (Coord.) *Crianças e Adolescentes: Pensar e Fazer*. – Brasília: CBIA/CEAD, Universidade de Brasília, 1995.

FIGUEIREDO, A. C. Governo & direitos. *Revista Lua Nova*. 1997.

FIORI, J.L. “Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro”. In: TAVARES, M.C. e FIORI, J.L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO. 25 de março de 2006, p. D-1.

_____. 18 de dezembro de 2003, p. C-6.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. 12 ed. São Paulo, Brasil: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, M. V. de; PAPA, F. C. (Orgs.) *Políticas públicas: juventude em pauta. Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação; Fundação Friedrich Ebert, São Paulo: Cortez, 2003.*

GESTÃO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE. – IEE / PUC – São Paulo, 1998.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1963.

GOHN, M. G. *Historia dos Movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos brasileiros*, 2ª ed., São Paulo: Loyola, 2001.

_____. O novo associativismo e o Terceiro Setor. *Serviço Social e Sociedade*. A. XIX, n. 58; São Paulo: Cortês, 1998.

GOMIDE, P. *Diagnóstico da situação da criança de rua da cidade de Londrina*. Londrina, 1992.

GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. 3ª ed. Instituto Paulo Freire, São Paulo: Cortez, 1999.

GUTIERREZ, G. *Théologie de la liberation*. Perspectives. Bruxelas, Lumen Vitae, 1974.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOPPE, M.; KOLLER, S. H. Redes de apoio social e afetivo de crianças de nível socioeconômico baixo. CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA (26:1997: São Paulo). *Anais*. São Paulo, 1997.

HUTZ, C.; KOLLER, S. H. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, n. 2, p. 175-197, 1997.

HUTZ, C.; KOLLER, S. H. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP*, v. 1, n. 12, p. 11-34, 1996a.

HUTZ, C.; KOLLER, S. H. BANDEIRA, D. R. Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, v. 1, n. 12, p. 79-86, 1996b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Especial 80 anos. *A Notícia - UOL*, Santa Catarina – Brasil 24 de Fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/80anos/3spe.htm>> Acesso em 13 de maio de 2005.

_____. *População residente, por situação do domicílio e por sexo de 1940-1996*. Dados Históricos dos Censos. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm>. Acesso em: 12 maio de 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *O Mapa da Fome*: subsídios a formulação de uma política de segurança alimentar, Documento de Política n. 14, 1993a.

_____. *O Mapa da Criança*: a indigência entre as crianças e os adolescentes. Documento de Política n. 19, Ana Maria T. M. Peliano (Coord.), 1993b.

JUNQUEIRA, L. *Abandonados*. São Paulo: Ed. Ícone, 1986.

KLIKSBERG, B. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social*: superando dogmas e convencionalismos. 2. ed.; Coleção Questões da nossa Época: São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. São Paulo: Cortez, 2000.

KOGA, D. *Medidas de cidades*: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LAURELL, A. C. (Org.) *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEAL, M. L. P. *Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Save the Children, 2003.

LEAL, M. F. P.; CESAR, M. A. (Org.). *Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*. Relatório Oficial da Oficina. CECRIA, 1998.

LESCHER, A.D. et al. *Cartografia de uma Rede - Reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo*. Ministério da Saúde/COSAM, UNDCP, Projeto Quixote/ Unifesp: São Paulo, 1999.

LIMA, Â. M. L. D. de. A descentralização, o ambiente e as mudanças organizacionais da Política de Assistência Social. In: *Serviço Social & Sociedade*. Ano XXIV, N. 73, março 2003, São Paulo: Cortez, 2003.

LIMOEIRO-CARDOSO, M. Ideologia da globalização e (Dês)caminhos da ciência social. In: GENTILI, P. (Org). *Globalização excludente*. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Vozes, 1999.

LONDRINA. *Sumário de atividades da administração municipal 1993 – abril/1996*. Londrina, 1996.

LONDRINA. Secretaria de Ação Social. *Londrina cidade criança*. Londrina, 1994a.

_____. Secretaria de Ação Social. *Projeto de proteção especial*. Londrina, 1994b.

_____. Secretaria de Ação Social. *Política de Assistência social pública*. Londrina, 1994c.

LONDRINA. *LONDRINA: Diagnóstico e caminhos*. Documento oficial. Londrina, 1993a.

LONDRINA. Secretaria de Ação Social. *Projeto – “Meninos e meninas de rua pequeno trabalhador”*. Londrina, 1993b.

LONDRINA. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Política de Atendimento à criança e adolescente*. Londrina, 1992.

LOPES, M. H. C. *A construção da política de assistência social pública: uma gestão democrática em Londrina* – Pr. 1999. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MADEIRA, F. R. Recado dos Jovens: mais qualificação. In: JOVENS ACONTECENDO NA TRILHA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. Brasília: CNPD / IPEA, 1998.

MARTINS, J. S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: editora HUCITEC, 1994.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Marx, K.; Engels, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Livraria Ciências Humanas/Grijalbo, 1977.

MELLO, T. de. *Faz escuro mas eu canto*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MUZA, G. M. *“Alcoolismo e drogadição na adolescência: histórias de vida”*. 1996. Tese (doutorado) Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, São Paulo.

NETO, J. C. S. *De menor a cidadão: Filantropia, genocídio, políticas assistenciais*. São Paulo: Nuestra América, 1993.

NETTO, J. P. “FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras” In: LESBAUPIN, I. *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, M. A. A agenda cristalizada: o Estado e o Governo Lula. In: *Serviço Social & Sociedade*. Ano XXIV, N. 76, novembro 2003, São Paulo: Cortez, 2003.

NOGUEIRA, M. A. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. A dimensão política da descentralização participativa. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 11 nº 3. São Paulo: Fundação SEDAE, 1997.

ORGANIZACIIÓN IBERAMERICANA DE JUVENTUD (OIJ). *Marco Referência*. Programa Regional de Acciones para el Desarrollo de la Juventud em América Latina (PRADJAL 1995-200). OIJ; Madrid 1994.

OSÓRIO, L. C. *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

PASSETI, E. O Menor no Brasil Republicano, in: PRIORE (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo. Contexto, 1991.

PAUGAM, S. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003.

PAULILO, M. A. S.; JEOLÁS, L. S. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas. In: *Serviço Social em Revista*, Universidade Estadual de Londrina, v. 3 n. 1, 2000. Disponível em: < http://www.ssrevista.uel.br/c_v3n1_jovens.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2005.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. In: *Serviço Social em Revista*, Universidade Estadual de Londrina, v. 2 n.1, 1999. Disponível em: < http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm >. Acesso em: 25 de agosto de 2005.

_____. *AIDS: os sentidos do risco*. São Paulo: Veras editora, 1999.

PEREIRA, E. D. Adolescência: um jeito de fazer . *Revista da UFG – número especial JUVENTUDE*, Universidade Federal de Goiás, v. 6, N. 1, jun 2004. Disponível em < http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/juventude/adoles.html>. Acesso em: 5 de maio de 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. In: *Serviço Social & Sociedade*. Ano XXIV, N. 73, março 2003, São Paulo: Cortez, 2003.

PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO PARA LONDRINA. *Coligação Londrina na frente* (PT / PDT / PPS / PC do B / PSB). Londrina, 1992.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). *Relatório do Desenvolvimento Humano, 2002*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 10 janeiro de 2005.

QUEIROZ, J. *O Mundo do Menor Infrator*. São Paulo. Cortez, 1984.

RAICHELIS, R. Assistência Social e esfera pública. In: *Serviço Social & Sociedade*. Ano XIX, N. 56, março 1998, São Paulo: Cortez, 1998.

RIVERA, D. O Novo Paradigma, in: BRASIL CRIANÇA URGENTE. São Paulo. Columbus, 1990.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene (Coord.). *Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis / – Rio de Janeiro: Ed. Puc – Rio; São Paulo: Loyola, 2003.*

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino, Ed. Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

RODRIGUES, J. C.; BOSCO, S. M. S.(Orgs.). *Redescobrimo o adolescente na comunidade: uma outra visão da periferia*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2005.

ROSA, C. M. M. (Org.). *População de rua: Brasil – Canadá*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1995.

SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SADER, E. A esquerda no pós – FHC. *Agência Popular de Notícias*. Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. A. 2003. Disponível em: <<http://www.agenciapopular.com.br/?p=artigos&b=artigos&id=21>>. Acesso em 12 de maio de 2005.

SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 5 ed. Petrópolis / RJ: Vozes, 2004.

SEDA, E. A criança e o perfeito estadista – guia para Prefeitos Municipais e sua Equipe. O mundo dos direitos e dos deveres. *ADES – agência de Desenvolvimento Social*. Disponível em: <<http://www.edsonseada.com.br/diredeve.htm>>. Acesso em: 12 de maio de 2005.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRAO, M.; BALEEIRO, M. *Aprendendo a ser e a conviver*. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999.

SILVA, E. R. A. (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os Abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*. v.18 n.1, Porto Alegre jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100010&lng=pt&nrm=&tlng=pt>. Acesso em: 12 de maio de 2005.

SOARES, L. T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SPOSATI, A. *Política de Assistência Social: uma estratégia de inclusão social. Assistência Social: como construir e implementar uma gestão inclusiva*, 2003.

_____. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSITO, M. P.; FREITAS, M. V. de; ABRAMO, H. W. (Orgs.) *juventude em debate*. 2 ed. São Paulo: Cortes, 2002

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista brasileira de educação*. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300003&lng=e&nrm=iso>. Acesso em: 10 de novembro de 2005.

TAVARES, J. P. C. (Org.) *Resiliência e educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TELLES, V. S. *A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. 1992. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Anais da X Semana de Estudos do Problema do Menor*. São Paulo: TJ, 1971.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA. *Relatório da situação da adolescência brasileira*. Brasília: UNICEF, 2002.

_____. *Situação Mundial da Infância 2001*, UNICEF: Brasília, 2001.

_____. *Situação mundial da infância*. Brasília: UNICEF, 1994.

_____. *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, 1991.

VALLADARES, L. P.; ALVIM, M. R. B. (Coord.). *Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

VANISTENDAEL, S. O que é resiliência. *Repper o Boletim*. Nº 20 - março de 2005. Disponível em: <http://www.enfants-des-rues.com/pdf/bul_20_pt.pdf> Acesso em: 22 de janeiro de 2006.

_____. *Resiliência: Como crescer superando os percalços*. São Paulo: INDICA, 1999.

VOLPI, M. *Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a Lei*. São Paulo: Cortez, 2001.

WERNECK VIANNA, L. *A Classe Operária e a Abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983.

YAZBEK, M. C. *Comentários a Medida Provisória n 813 de 1/1/95*, 1995.

ZALUAR, A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANIRATO, S. H. Marco Constitucional: ordenamento social e jurídico. Descentralização, participação popular, universalização. In: *Capacitação dos Conselheiros Municipais da Assistência Social*. Maringá: UEM, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO PESQUISA DE CAMPO

Entrevista

Data: / / - horário/início: /término/

Local da entrevista:

Identificação

Nome:

Gênero:

Idade:

Estado civil:

Origem:

Residência fixa: tempo de moradia:

tempo nas ruas:

Escolaridade:

- 1) Fala um pouco de você.
- 2) Como a rua entrou na sua vida? (que idade tinha)
Como era sua família?
- 3) O que a rua foi para você? O que vem na sua cabeça quando se fala a palavra rua?
- 4) E quando foi para a rua, deixou alguma coisa para trás?
- 5) O que você deixou para trás?
- 6) Por que você quis sair da rua? (que idade tinha)
- 7) O que levou você, a sair da rua?
- 8) O que o(a) fez permanecer no Abrigo? Tempo de permanência.
- 9) Quando você lembra do Abrigo, o que vem a sua cabeça?
- 10) Você chegou a voltar para a rua? Porque voltou às ruas?
- 11) Quando você lembra do Abrigo o que vem à sua cabeça?
- 12) O que foi importante/essencial na sua permanência no Abrigo? (atitude, pessoa, gesto).
- 11) Quando você pensava em mudar de vida, sair da rua. O que ainda te atraía na rua?
- 12) Quais são suas motivações para não voltar para a rua?
- 13) O que você ganhou com a saída da rua?
- 14) O que você perdeu com a saída da rua?
- 13) O que você gostaria para a sua vida, agora?

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Esta pesquisa será conduzida sob responsabilidade de Edsônia Jadma Marcelino, aluna do Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

O estudo tem como objetivo geral, conhecer os fatores positivos que tiveram influência na inclusão social dos adolescentes em situação de vulnerabilidades nas ruas e que possam contribuir na construção de novos modelos de serviços.

Seus objetivos específicos são:

- identificar aspectos dos serviços que corroboram para o processo de inclusão social;
- conhecer se os resultados atingidos correspondem às necessidades apresentadas pelos sujeitos;
- compreender qual o significado que os sujeitos fazem do serviço ofertado;
- conhecer as capacidades desenvolvidas de resistência e construção da própria vida fora das ruas;
- construir indicadores de avaliação de serviços que atuem na inclusão de crianças e adolescentes que vivem nas ruas.

A participação neste estudo é voluntária e você poderá interrompê-la a qualquer momento, sem conseqüências para sua vida pessoal.

Sua participação implica em responder algumas perguntas que permitam trazer respostas para as questões levantadas nos objetivos específicos desta pesquisa.

As informações que você nos der serão tratadas de maneira confidencial, de forma a impedir a sua identificação. Seu nome, ou qualquer outro dado pessoal que possa identificá-lo não farão parte de qualquer publicação, relatório ou outra forma de divulgação. Os resultados serão divulgados de maneira a contribuir para o aperfeiçoamento de novos modelos de atendimento.

Se você tiver alguma pergunta a fazer sobre esta pesquisa ou sobre sua participação nela, sinta-se à vontade para perguntar. No futuro, se você tiver dúvidas, poderá procurar o(a) pesquisador(a) pelos telefones: 3337-7638.

Se você concorda em participar deste estudo, por favor assine embaixo.

Data ____/____/____ _____

TERMO DE COMPROMISSO

A pesquisadora, Edsônia Jadma Marcelino compromete-se a conduzir todas as atividades deste estudo de acordo com os termos do presente Consentimento Informado.

Data ____/____/____ _____